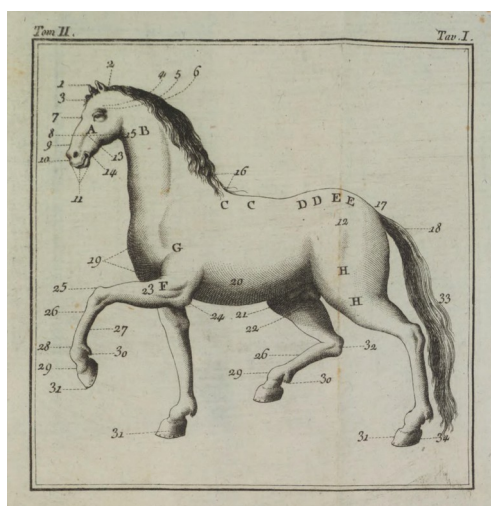


**Elogiar o cavalo pela sombra do asno: O funcionamento dos nomes a
partir do *Crátilo* de Platão**

Celso de Oliveira Vieira



Belo Horizonte
Janeiro / 2015

Universidade Federal de Minas Gerais
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Celso de Oliveira Vieira

Elogiar o cavalo pela sombra do asno: O funcionamento dos nomes a partir do *Crátilo* de Platão

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Linha de Pesquisa: Filosofia Antiga e Medieval

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Miriam Campolina Diniz Peixoto, UFMG

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Rachel Barney, Universidade de Toronto

Belo Horizonte
Janeiro / 2015

100

V658e

2015

Vieira, Celso

Elogiar o cavalo pela sombra do asno [manuscrito] : O funcionamento dos nomes a partir do Crátilo de Platão / Celso Vieira. - 2015.

316 f.

Orientadora: Miriam Peixoto.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. Filosofia – Teses. 2. Platão. Crátilo - Teses. 3. Linguagem – Filosofia – Teses. 4. Nomes - Teses. 5. Ontologia - Teses. I. Peixoto, Miriam Campolina Diniz. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

“Elogiar o cavalo a partir da sombra do asno.” Uma teoria de funcionamento dos nomes a partir do Crátilo de Platão

CELSO DE OLIVEIRA VIEIRA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em FILOSOFIA, área de concentração FILOSOFIA, linha de pesquisa Filosofia Antiga e Medieval.

Aprovada em 06 de março de 2015, pela banca constituída pelos membros:

PROFA. MIRIAM CAMPOLINA DINIZ PEIXOTO - ORIENTADORA
UFMG

PROFA. LIDIA PALUMBO
UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI NAPOLI FEDERICO II

PROFA. MARIA APARECIDA DE PAIVA MONTENEGRO
UFC

PROFA. ANA FLAKSMAN
UNIRIO

PROF. MARCELO PIMENTA MARQUES
UFMG

Belo Horizonte, 06 de março de 2015.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Lidia Palumbo, Università di Napoli

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Montenegro, UFC

Prof.^a Dr.^a Ana Flaksman, UNIRIO

Prof. Dr. Marcelo Pimenta Marques, UFMG

Prof.^a Dr.^a Miriam Campolina Diniz Peixoto, UFMG (orientadora)

Índice de esquemas

Desenho 1: A referência dos nomes.....	19
Desenho 2: Esquema da ontologia das Ideias nas coisas.....	47
Desenho 3: A ontologia dos nomes.....	54
Desenho 4: A Ideia do Nome e a Ideia da Coisa.....	68
Desenho 5: A ontologia do nome em relação à da coisa nomeada.....	69
Desenho 6: Os nomes entre o sensível e o inteligível.....	171
Desenho 7: A referência e a descrição nos nomes.....	187
Desenho 8: Os nomes na reminiscência.....	287
Desenho 9: Os nomes e os particulares.....	292
Desenho 10: Os nomes e o método das hipóteses.....	296

Índice de imagens

Figura 1: A carda antiga, exemplares do séc 1 a.C.....	47
Figura 2: A carda moderna. Foto de Carol Snyder Halberstadt.....	47
Figura 3: Trama e Urdiduras em desenho de Ryj, Creative Commons.....	108
Figura 4: Pan e Dafne, cópia de uma escultura de Heliodoro Ca. 100 a.C. no Museu de Arqueologia de Nápoles. Foto em domínio público.....	175
Capa: Bonsi Francesco, <i>Dizionario Ragionato di Veterinaria teorico-practica</i> Tomo II 1795	

Resumo

A tese pretende examinar como Platão entende o funcionamento dos nomes a partir do *Crátilo*. Neste diálogo, a correção dos nomes é discutida em face de duas teorias extremas. Segundo o convencionalismo não haveria nomes verdadeiros enquanto que o naturalismo não admite a existência de nomes falsos. Durante a confrontação dessas posições, Sócrates atribui duas funções aos nomes: distinguir e informar. A proposta será de entender a 'distinção' como a função referencial do nome através da qual ele se relaciona com as Ideias dos Nomeados. Essa relação natural, tratada na parte I, garantiria ao nome um valor de verdade. O ponto delicado é que, para fazer essa referência, o nome se vale de sua capacidade descritiva, responsável pela sua função informativa. Essa capacidade, no entanto, pertenceria ao nível da aparência, pois ela se vale de elementos convencionais como as raízes etimológicas para descrever a opinião de quem coloca um nome acerca do seu referente, como é discutido na parte II. Por fim, na parte III, a ambiguidade desse estatuto duplo do nome será analisada diante do seu papel em uma busca discursiva pelo conhecimento. Os nomes seriam necessários para fazer referência às Ideias, mas incapazes de iluminar qualquer uma de suas características essenciais.

Palavras-chave: Platão, Crátilo, Nomes, Ideias, Filosofia da linguagem

Abstract

The thesis aims to understand how names work according to Plato's *Cratylus*. This dialogue discusses the correction of names in the face of two extreme theories. For conventionalism names have no truth value while naturalism does not admit the existence of false names. During the confrontation of these theories Socrates presents a double function for names. They are seen as distinctive and informative tools. In the first part we will give some evidence that the 'distinction' consists in making a reference to the Idea of the named thing. This natural relation between Ideas and names allow the latter to have a truth value. The tricky feature is that names refer through their descriptive capacity which is the informative side of their function. Relying on conventional elements as the etymologies this descriptive capacity can inform only about the name-giver's opinions about the referent, as the second part discusses. In the third part, the ambiguity of this double status of names is analyzed in relation to the discursive search for knowledge. Names seem to be necessary for reference, yet they are unable to give any kind of useful information about the essential characteristics of their referents.

Keywords: Plato, Cratylus, Names, Ideas, Philosophy of language

Sumário

Introdução.....	13
Parte I – O Cavalo.....	21
Capítulo 1: A ontologia das coisas no Crátilo.....	23
I.1.1 Os aspectos mais comuns da teoria das Ideias em sua apresentação no Crátilo.....	23
A. Estabilidade.....	24
B. Modelo.....	25
C. Inteligibilidade.....	27
D. Excelência.....	28
I.1.2 Os aspectos menos comuns aplicados às Ideias no Crátilo.....	30
A. Ideia de instrumento.....	30
B. Ideias específicas.....	33
C. Ideia e classe.....	37
D. Ideia de ação.....	41
E. Função.....	44
Capítulo 2: A ontologia dos nomes no Crátilo.....	49
I.2.1 A Ideia do nome.....	49
A. Estabilidade.....	50
B. Modelar.....	51
C. Excelência.....	52
D. O nome como instrumento.....	54
E. Ideias específicas de nomes.....	56
F. Nomes e a classe.....	57
G. A ação de nomear.....	61
H. Função do nome.....	64
Capítulo 3: O funcionamento referencial do nome.....	70
I.3.1 O nome e a referência.....	70
A. O nome como um 'endereçar-se'.....	71
B. Uma referência à classe.....	73

C. Um instrumento referencial.....	74
I.3.2 A eponimia.....	78
I.3.3 Completando o modelo referencial do nome.....	83
A. Como o nome se refere a um particular.....	83
B. O 'bom' como predicado universalizável.....	86
C. Dois tipos de não-ser.....	89
D. Graus de excelência.....	91
Capítulo 4: As relações entre os nomes e as falas.....	95
I.4.1 Derivando nomes de falas.....	95
A. Os argumentos da composição e da divisão.....	95
B. A verdade dos nomes no argumento da divisão.....	98
C. A falsidade dos nomes no argumento da composição.....	100
I.4.2 Onoma, nome e verbo em uma fala.....	102
A. Verbo no Crátilo.....	103
B. Nome e verbo no Sofista.....	105
C. Nome e verbo geram uma descrição na fala.....	109
Capítulo 5: Valor de verdade dos nomes e das falas.....	111
I.5.1 Para falar do mundo sensível.....	111
A. O referente.....	112
B. O tempo.....	113
C. Valor de verdade descritivo nas falas.....	115
D. O cardar e o costurar, o nomear e o falar.....	118
E. A fórmula discursiva da verdade em Platão.....	119
I.5.2 O nome em uma fala que descreve as Ideias estáveis.....	125
A. Definição.....	126
B. Um sistema combinatório discreto.....	130
C. Ceticismo e Dogmatismo.....	132
I.5.3 Uma Linguagem Fractal em Platão.....	135
A. Sintaxe fractal.....	136
B. O nível semântico e veritativo não-modal.....	140
C. O nível veritativo modal.....	144

Parte II – A Sombra.....	150
Capítulo 1: O convencionalismo da capacidade descritiva dos nomes.....	152
II.1.1 Dois paradigmas antropológicos para duas teorias linguísticas.....	152
II.1.2 O fundo convencionalista do naturalismo de Crátilo.....	156
Capítulo 2: As possibilidades descritivas dos nomes.....	160
II.2.1 Como o nome representa.....	160
A. A representação gráfica.....	160
B. A onomatopeia e a musicalidade.....	162
C. Letras que representam.....	163
D. Imitar por etimologias.....	164
Capítulo 3: O que a etimologia diz.....	169
II.3.1 Determinando a capacidade descritiva pela etimologia.....	169
A. A descrição de uma opinião.....	169
B. Função.....	173
C. Verdadeiro ou falso e correto ou incorreto.....	176
II.3.2 Usando as etimologias.....	181
A. A convenção e o ouvinte.....	182
B. Brincando de sofista com o nome.....	187
C. Estudo de caso: o nome do Hades.....	190
Capítulo 4: Como Platão, autor de diálogos filosóficos, usa os nomes.....	195
II.4.1. Uma teoria de nomes de personagens no Crátilo.....	195
A. Heitor e Astianax: sinônimos e nomes estrangeiros.....	196
B. Astianax ou Escamandrio: em busca do melhor significado.....	199
C. Leão gera filho de leão: a ascendência é significativa.....	202
D. O bezerro gerado de um cavalo: quando as coisas vão contra a natureza.....	206
E. Feitos têm primazia sobre os nomes.....	210
F. O desejo dos pais e o problema dos nomes próprios.....	213
G. Como evitar os nomes próprios.....	214
H. Estrangeiro e ateniense.....	217
II.4.2 Aplicação da teoria de nomes próprios às personagens.....	221
A. Personagens históricas e fictícias.....	222

B. Protagonistas sem nomes próprios.....	225
C. Protagonistas em condição de estrangeiro.....	228
D. A origem do Eleata.....	231
E. A origem do ateniense.....	233
F. A ascendência do ateniense.....	237
II.4.3 Os nomes dos diálogos de Platão.....	242
Capítulo 5: Usando nomes e personagens para encenar problemas filosóficos.....	245
II.5.1 A generalização a partir de um nome próprio na Apologia.....	245
II.5.2 Um caso de falsa descrição significativa no Fédro.....	247
II.5.3 As personagens do Teeteto, Sofista e Político.....	251
A. Nome e referência no Teeteto.....	251
B. A aparência externa no Teeteto.....	253
C. Teeteto no Sofista.....	255
D. A homonímia no Político.....	257
Parte III – O Asno.....	264
Capítulo 1: O nome no discurso epistemológico.....	266
III.1.1 Os nomes e o conhecimento no Crátilo.....	266
A. Epistemologia no Crátilo.....	267
B. Investigação sem nomes no Crátilo.....	271
C. A fala e o conhecimento.....	274
D. A separação das Ideias.....	277
III.1.2 Os nomes nos métodos de conhecimento dos diálogos.....	282
A. A reminiscência e os nomes na epistemologia por contato prévio.....	284
B. O método da divisão e os nomes na epistemologia do trabalho de campo.....	288
C. As hipóteses e os nomes no modelo transcendental de conhecimento.....	292
Conclusão geral.....	300
Bibliografia.....	310

Introdução

A proposta desta tese é examinar como Platão entendia o funcionamento das palavras a partir do *Crátilo*. Segundo uma tradição de índole mais analítica, a tendência é ver em Platão uma tentativa de associar o nome à *ousia* do nomeado, o que seria equivalente, no discurso, ao significado ou definição da coisa nomeada. O problema identificado por esse tipo de interpretação do funcionamento dos nomes é que eles teriam um valor de verdade. Dentre os analíticos, os desenvolvimentistas ainda afirmam que o *Sofista* atesta uma evolução no pensamento de Platão ao reconhecer que valor de verdade é um atributo apenas de sentenças e não de nomes.

Em uma tradição mais interpretativa dos diálogos platônicos há um esforço em reafirmar a importância das etimologias dos nomes na filosofia de Platão. As raízes etimológicas forneceriam informações relevantes sobre a *ousia* dos nomeados. Nessa perspectiva, temos a posição dos unitaristas que defendem que o filósofo segue fiel ao método etimológico até mesmo nos diálogos tardios. O problema que eles têm que enfrentar é que no *Crátilo* se defende uma investigação sem nomes na busca pelo conhecimento.

Diante desses impasses distintos surge a tese a ser defendida neste trabalho, a de que o estatuto duplo identificado na definição da função do nome no *Crátilo* caracterizaria um instrumento que está em relação natural com a Ideia do nomeado (e não com a sua definição), mas que apenas realiza essa relação através de um processo convencional de união de sílabas e raízes etimológicas. A relação natural explica porque os nomes têm um valor de verdade,

que seria a referência à Ideia. Seu caráter convencional lhe dá uma capacidade descritiva que pertence ao âmbito da aparência, informando sobre a opinião de quem criou ou usa um nome, mas não sobre a coisa nomeada ela mesma. Nesse sentido é que uma investigação sobre as Ideias deve prescindir das etimologias dos nomes e buscar sua referência verdadeira.

A interpretação aqui proposta se encaixa bem no uso que Platão faz dos nomes e etimologias em todo o *corpus*, tanto com relação ao modo como ele pensa os nomes próprios de suas personagens quanto com relação à perspectiva filosófica que se vale de nomes para propôr entidades necessárias ao entendimento do mundo. No entanto, surge um problema, pois ao se embasar demasiadamente na teoria das Ideias, essa interpretação corre o risco de se tornar desinteressante para o debate contemporâneo, no qual a ontologia de Platão já não é tão popular. Porém, como o próprio Platão diz no *Parmênides*, se a postulação das Ideias é difícil de aceitar, talvez seja ainda mais difícil de se entender como as coisas funcionariam sem a sua aceitação. Dentro desta tese, a tentativa será de mostrar como o recurso ao nome de estatuto duplo embasado nas Ideias funciona bem para entender a postura relutante de Platão diante da linguagem e, ainda, como sua interpretação ilumina pontos relevantes para quem se propõe a pensar a linguagem nos dias de hoje.

O diálogo base deste estudo é o *Crátilo*, porém, quando necessário ou relevante, passagens de outros diálogos que lidam com a linguagem serão analisadas. Entre esses, destaca-se o *Sofista*, já que seu tratamento de nomes e sentenças é normalmente visto em oposição ao apresentado no *Crátilo*. Além disso, também a discussão empreendida na *República* será importante para determinar o funcionamento das Ideias em relação aos particulares no mundo, enquanto que a do *Fedro*, oferecerá uma perspectiva, externa ao *Crátilo*, da relação entre Ideias e nomes.

Como a lista dos diálogos tratados deixa entrever, a perspectiva adotada foi a de uma leitura conjunta. No quadro dos estudos platônicos, ela pode ser caracterizada como uma leitura unitarista branda. Buscou-se encontrar alguma unidade dentro dos diferentes escritos, mas sem pretender que houvesse uma coerência plena ou que não pudesse haver passagens algo contraditórias. Uma vez que, em geral, as diferenças não são muito grandes, parece sempre possível encontrar uma hipótese pertinente em favor de uma leitura conjunta cuja diferença é explicada pelo foco de cada contexto e em virtude do objeto de cada discussão. O *Crátilo*, por exemplo, trata da linguagem a partir dos nomes, enquanto o *Sofista* o faz em vista das sentenças, daí a diferença nos valores de verdade.

A opção unitarista se opõe a uma leitura desenvolvimentista para a qual uma concepção mais refinada encontrada nos diálogos tardios ofereceria uma base para anular o que fora tratado nos primeiros diálogos. A abordagem apresentada aqui não pretende afirmar que Platão nunca tenha mudado de ideia sobre cada uma de suas teses ou que o platonismo seja um todo coeso e completo. Ela apenas parte do princípio de que Platão escreveu seus diálogos com um mesmo entendimento geral de como as coisas funcionam. Ou seja, ao longo dos diálogos sua postura pode mudar (e até se refinar), mas, no geral, não parece que ele chega a abandonar a compreensão de mundo que subjaz à sua filosofia.

Esta abordagem pode ser chamada tradicional, se levarmos em conta o tipo de interpretação que os antigos faziam dos diálogos. Desde Aristóteles se lia, e se criticava, Platão como um todo. A vantagem disso é que, ao recorrer a uma passagem de um outro diálogo para se iluminar um ponto obscuro no diálogo tratado, pode-se ir além do que duas leituras isoladas fariam. Um exemplo é o tratamento da separação entre *onoma* e *rhema* no *Sofista* que será usado para entender a questão no *Crátilo*.

Por outro lado, a postura mais valorizada ultimamente, principalmente no classicismo anglo-saxônico, é a de se limitar ao tratamento pormenorizado de um diálogo específico. Esta postura tem as vantagens da especialização, que permite um nível de aprofundamento impossível para uma leitura mais generalista. O preço desta escolha é uma perda de amplitude. Nesta tese se procura dialogar com ambas as abordagens. Em um primeiro momento, o tratamento quase exclusivo do *Crátilo*, somado a algumas passagens seletas do *Sofista*, pretende realizar uma leitura analítica da questão dos nomes que fornecerá uma base sólida para o que virá a seguir. Depois disso, a tese se aventura em uma leitura mais pluralista, chegando inclusive a considerar como relevantes os aspectos dramáticos dos diálogos.

A leitura do *Crátilo* que embasa a discussão subsequente pode ser resumida da seguinte maneira. O nome é apresentado como um instrumento que refere e descreve. Sua capacidade referencial é a de distinguir as coisas segundo a natureza, porém, ao fazê-lo, um tipo convencional de representação acontece, porque sua etimologia descreve as coisas referidas (388b). Por exemplo, o nome 'humano' se refere ao ser vivo racional, mas o faz descrevendo alguém que pensa *rumando* o olhar para cima (399c). Nessa definição de nome subjaz o confronto das duas teorias linguísticas examinadas no diálogo, o convencionalismo de Hermógenes e o naturalismo de Crátilo.

Segundo o convencionalismo, qualquer nome, dado por qualquer um, a qualquer coisa, é verdadeiro (384c). Neste quadro, o nome é um instrumento referencial que tem uma relação convencional com aquilo a que ele se refere. Por exemplo, se alguém decidir usar o nome 'humano' para se referir ao cavalo, pode fazê-lo (385a). Isso independe, inclusive, de o cavalo não pensar *rumando* o olhar para cima. Sócrates interpreta essa teoria como uma versão linguística do relativismo de Protágoras, na qual qualquer sensação, tida por qualquer um,

seria verdadeira (385e). O problema que subjaz ao relativismo e ao convencionalismo é que eles se embasam na opinião humana (386c). No campo linguístico, aceitar o convencionalismo geraria uma situação na qual cada um seria o falante da sua própria língua particular. Porém, é fácil ver que mesmo se Hermógenes decide usar o nome 'humano' para denominar os 'cavalos', quem ouvi-lo seguirá pensando que ele se refere a um humano. Donde se conclui pela necessidade de haver nomes verdadeiros, independentemente das opiniões humanas (387d).

O naturalismo de Crátilo poderia ser uma solução para o problema do convencionalismo, uma vez que ele defende que cada coisa tem um nome verdadeiro que lhe pertence (385a). O critério de verificação dessa verdade é a descrição contida na etimologia da palavra (429c). Nesse caso, o nome funciona como um instrumento que representa de maneira verdadeira o seu referente. 'Humano', por exemplo, não seria o nome verdadeiro de um animal que não pensa *rumando* o olhar para cima, donde se interdita a troca feita por Hermógenes. Porém, esse naturalismo também tem vários problemas que, em sua maioria, estão relacionados à representação. O nome 'cavalo', por exemplo, pode ser interpretado como a representação do ser *que avalia*, sendo assim, aplicável aos humanos (Esse exemplo é forjado. cf. 399a, para um equivalente). Assim, a verdade voltaria a ser convencional na medida em que qualquer um poderá propor qualquer explicação para qualquer nome ao manipular sua etimologia.

No fim, os resultados do confronto geram um empate que pode ser colocado na seguinte tabela com as características positivas e negativas das teorias:

	Nome	Função
Convencionalismo	Sem valor de verdade (-)	Referencial (+)
Naturalismo	Com valor de verdade (+)	Descritivo (-)

O naturalismo supera o convencionalismo ao defender uma verdade natural dos nomes (390e), mas falha ao embasá-la no nome como um instrumento que oferece uma descrição do nomeado (435c). Já o convencionalismo, apesar de não aceitar que um nome seja verdadeiro independente da opinião humana, entende melhor seu funcionamento como instrumento primordialmente referencial (434e) ao abandonar a descrição¹.

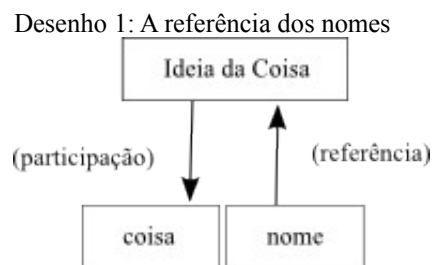
A solução que o confronto dialético apresenta, portanto, é de entender o nome como um instrumento cuja verdade dependa da relação natural que ele tem com o referente, relação essa que não se dá pela descrição. Portanto, o que faz de 'cavalo' um nome verdadeiro não é o que ele descreve, mas sim a referência que ele realiza independente das opiniões humanas. O problema que se apresenta, então, é explicar essa relação de referência natural entre o nome e o nomeado.

A teoria das Ideias é que fornece os elementos para o funcionamento do nome segundo esse modelo decorrente da investigação no *Crátilo*. Dessa maneira, como na crítica a Protágoras, Platão repete a postura de embasar uma teoria linguística em uma teoria ontológica. No campo ontológico, a teoria das Ideias fornece paradigmas estáveis que guiam a geração de particulares. Passando à epistemologia, também são as Ideias que possibilitam o conhecimento (439e). Por fim, no caso da linguagem, esses mesmos paradigmas fornecem referentes estáveis para os nomes (389b).

Quem fala 'humano' se refere, primeiramente, à Ideia de Humano. A relação é natural porque a Ideia de Humano independe da opinião humana. Porém, é claro que os nomes são

¹ Colocado nos termos mais simples de verdade e falsidade, o problema do convencionalismo é que não há nomes verdadeiros, ou melhor, um nome 'não é menos correto' que o outro (385d), ao passo que o naturalismo não aceita a existência de nomes falsos, no caso dos nomes 'é necessário estarem sempre corretos' (430d). Recorrendo à teoria das Ideias, Platão tenta propor uma situação que dá conta da existência de nomes verdadeiros e falsos.

usados para se referir às coisas no mundo sensível mutante. Pode-se usar 'humano' para se referir a um indivíduo como Hermógenes. Graças à aplicação da teoria ontológica à linguagem, essa relação continua natural. Se o humano particular participa da Ideia de Humano, e o nome 'humano' se refere a Ideia de Humano, há uma ligação natural embasada pela Ideia entre o nome e o particular nomeado. Esse funcionamento dos nomes pode ser esquematizado da seguinte maneira:



O nome faz referência à Ideia da Coisas, o particular participa na Ideia, logo, o nome pode ser usado para se referir ao particular através do que se chama de eponímia. Ao entrar no campo epistemológico, esse esquema mostra que, por fazer referência à Ideia, o nome deve ter algum papel legítimo na busca pelo conhecimento, porém, será preciso ir além do *Crátilo* para determiná-lo. Esse diálogo se preocupa mais em negar o costume da época de se usar a capacidade descritiva (etimologia) dos nomes para embasar o conhecimento da coisa nomeada (439b). Por isso, sua conclusão é negativa. Uma vez que a etimologia não serve como critério de verdade do nome ou do nomeado, ela tem seu valor epistemológico negado. No entanto, mesmo após a refutação, essa capacidade descritiva segue tendo pelo menos duas funções práticas reconhecidas. Ele revela a opinião de quem deu o nome acerca do nomeado (a exegese, como em 401a) e ainda serve como uma estratégia persuasiva importante para convencer a maioria (a retórica, como em 436b).

É com esse pano de fundo que será desenvolvida a investigação que se segue. O texto se divide em três grandes partes. Na parte I será examinada a relação entre os nomes e as Ideias. A relação entre os nomes e o âmbito das aparências será o assunto da parte II. Já a parte III tentará ver qual é o papel dos nomes, e como se dá sua relação com Ideias e aparências, na busca pelo conhecimento. Para nomear as três partes foi usada uma passagem do *Fédro* 260c onde se alude à ação de “elogiar o cavalo pela sombra do asno.” Esta frase pareceu pertinente para ilustrar a concepção aqui defendida de que um nome se refere à Ideia da coisa (parte I), mas descreve apenas a opinião que quem nomeou tinha sobre essa coisa (parte II) e, assim, auxilia, sem ser essencial, à busca pelo conhecimento (parte III). Analogamente, o cavalo seria como a Ideia (I), a sombra representaria uma opinião algo distorcida sobre ela (II) e o asno apresentaria uma compreensão mais refinada, mas ainda aquém, da Ideia (III).

Parte I – O Cavalo

A relação referencial entre os nomes e as Ideias

Introdução

A proposta dessa primeira parte será de entender o funcionamento dos nomes fundamentado na teoria das Ideias². O esforço será de partir da ontologia para entender a linguagem, e não o contrário, por isso, no capítulo 1, será apresentada a ontologia das Ideias subjacente ao diálogo, sem lidar com os nomes. Estes serão objeto do capítulo 2, analisados em relação à ontologia investigada previamente. Justifica essa postura o princípio de que o nome é uma coisa, e, por conseguinte, possui as características que as coisas possuem na ontologia de Platão³. Dentre essas características, a central seria aquela de 'participar em uma Ideia estável' que lhe permite funcionar independentemente da opinião humana. O capítulo 3 mostrará como possuir uma Ideia coloca o nome em uma relação natural de referência com a Ideia do Nomeado. Veremos no capítulo 4 que essa relação permite pensar em nomes verdadeiros e falsos, caso façam referências apropriadas ou não. Essa concepção abre o caminho para se pensar qual o papel do nome na verdade das falas que ele compõe, que será o objeto do capítulo 5.

A relação natural com a Ideia motiva a denominação dessa parte I de 'cavalo', que é o ápice da verdade na imagem-título: 'elogiar o cavalo pela sombra do asno'.

2 Já foi questionado se a teoria das Ideias está ou não presente no *Crátilo*. Atualmente, no entanto, a tendência é de aceitar sua presença. Para um compêndio das posições cf. Luce, 1965, p21 n.2: “Lutoslawski, Origin of Plato's Logic, pp.220-233: e.g. 'A teoria das Ideias está apenas preparada, mas não formulada, no *Crátilo*.' (p. 225). Grube, Plato's Thought, pp.13-15, and Ross, Plato's Theory of Ideas, pp.18-21, também enfatizam a importância do *Crátilo* no desenvolvimento da metafísica de Platão. Contra, naturalmente, Shorey, e.g., What Plato Said, p.267: 'O *Crátilo* confirma a unidade do pensamento de Platão pela distinta afirmação e distintiva terminologia da teoria das Ideias... É fantástico, por exemplo, manter ... que no *Crátilo* ele apenas sonha com a doutrina, ou pensa em conceitos, não Ideias.’”

3 Em geral, a tendência é de não enfatizar esse caráter de 'coisa' do nome, como mostra Palumbo, In Casertano 2005, p.70: “O ponto fundamental - na minha opinião não destacado suficientemente pelos estudiosos do *Crátilo* - é que Sócrates constrói uma argumentação que faz dos nomes, por assim dizer, um tipo particular de 'coisa': se as coisas têm uma *ousia* estável e diferenciada, ele afirma, também os nomes têm uma *ousia* estável e diferenciada.” A proposta na sequência é extrair o máximo desse estatuto de coisa no nome. Porém, a ênfase será colocada mais na sua relação com a Ideia.

Capítulo 1: A ontologia das coisas no *Crátilo*

No capítulo 1 a busca pela teoria das Ideias no *Crátilo* trará, primeiro, os aspectos mais comuns da teoria das Ideias (I.1.1), para, em seguida, tratar dos aspectos que figuram de um modo peculiar no *Crátilo* (I.1.2). Dessa maneira será possível esclarecer a motivação para a diferença de apresentação da teoria das Ideias no diálogo 'sobre a correção dos nomes'. Isso abrirá o caminho para ver quais são as particularidades do tratamento do nome como uma coisa em relação à sua Ideia no capítulo 2.

I.1.1 Os aspectos mais comuns da teoria das Ideias em sua apresentação no *Crátilo*

Uma versão da teoria das Ideias indeterminada o bastante para se aplicar às suas variadas ocorrências nos diálogos platônicos diria que as coisas particulares no mundo sensível participam de suas respectivas Ideias estáveis inteligíveis⁴. Essa primeira definição esclarece o que se entende, na sequência, por Ideias (estáveis inteligíveis) e coisas (particulares sensíveis mutantes). Em uma investigação da teoria das Ideias subjacente ao *Crátilo*, além das mais básicas (a) estabilidade e (c) inteligibilidade, também se encontra o (b)

⁴ É bem verdade que toda 'teoria das Ideias' deve ser apresentada de maneira indeterminada, pois Platão não nos fornece em nenhum diálogo uma versão sistematizada. Há inclusive quem chegue a negar a existência de uma tal teoria nos diálogos (cf. Annas, 1981 p.217). De qualquer maneira, a presença das Ideias é inegável (cf. Annas, 1981 p.233), e isso basta para o desenvolvimento dessa tese que mostra como as Ideias são fundamentais para entender o funcionamento do mundo e dos nomes segundo Platão. Também é difícil determinar qual é o tipo de relação entre Ideia e coisa que se depreende de cada diálogo, às vezes se enfatiza uma relação de imitação, que outras vezes é negada. Durante essa tese o termo participação, cuja vaguidade foi criticada desde Aristóteles, será usado para indicar uma relação que é natural e necessária entre Ideia e particulares, mas da qual não se tem uma compreensão bem determinada.

caráter modelar e a (d) excelência das Ideias como aspectos que recorrem nos outros diálogos que tocam no assunto⁵.

A. Estabilidade

A estabilidade é apresentada no *Crátilo* em 386e assim: “então, as coisas (πράγματα) têm uma existência (οὐσίαν) estável (βέβαιόν) própria a elas mesmas (αὐτὰ αὐτῶν)”⁶. Antes de mais nada, é importante notar que Sócrates sente a necessidade de caracterizar a οὐσία como βέβαιόν. Esta caracterização parece mostrar que a οὐσία, entendida aqui, não implica *necessariamente* estabilidade, pois, se fosse assim, o adjetivo seria redundante. Por isso, a estabilidade subjacente que se pressupõe na tradução e compreensão mais usual de οὐσία como 'essência' seria precipitada nesse ponto. Parece que Sócrates usa οὐσία aqui em um sentido não filosófico e indeterminado de ser-estar-existir que seria traduzível por existência⁷. Ou seja, nem toda existência é estável, é apenas o tipo de existência que vai ser apresentado na sequência que traz a particularidade de ser estável. Para entendê-lo, antes de avançar, é preciso fazer uma comparação com aquilo que o trecho citado vem responder.

A existência estável surge como alternativa a duas teorias ontológicas atribuídas a sofistas. Segundo Protágoras, as coisas são mutáveis de acordo com a variação da opinião de

5 A maioria das leituras unitaristas, ou seja, que veem em todos os diálogos de Platão uma concepção mais ou menos coerente das Ideias, aceita que elas possuam essas características. Para os desenvolvimentistas, essas características seriam das Ideias apenas nos diálogos médios, quando sua presença é mais marcante. A questão da separação, que é o critério de diferenciação entre as Ideias para Sócrates e para Platão, é evitada aqui.

6 ὅτι αὐτὰ αὐτῶν οὐσίαν ἔχοντά τινα βέβαιόν ἐστι τὰ πράγματα

7 Places, no seu estudo sobre o vocabulário do 'ser' em Platão, enumera três sentidos para *ousia*: 1. existência, realidade, 2. natureza, essência, 3. ser, substância. Na sequência ele declara que “Como nossa palavra 'realidade', a *ousia* platônica comporta ambiguidades sobre as quais nós devemos nos debruçar mais que fazia Platão” Places, 1961p.89. A opção por 'existência' aqui se justifica por essa ser ainda mais geral que 'realidade' e ainda evitar o problema da associação forte entre realidade e mundo sensível que temos hoje em dia, mas que não se encaixa bem no modelo de Platão.

cada um, enquanto que, segundo Eutidemo, elas são sempre do mesmo jeito⁸. Em resposta a isso, na passagem citada, as coisas (πράγματα) devem ter uma existência própria a elas mesmas (αὐτὰ αὐτῶν) que, contra Protágoras, é estável por ser independente da variação das opiniões humanas embasadas na sua percepção sobre elas. Entretanto, a solução de Eutidemo, ao postular uma estabilidade imanente aos particulares do mundo sensível, também é rejeitada⁹. Essas negativas levam à introdução de um tipo de estabilidade que é uma característica basilar das Ideias platônicas, cuja noção será apresentada na sequência do diálogo¹⁰.

B. Modelo

No *Crátilo*, existem duas passagens que tratam de maneira direta das Ideias: 389a e 439b. Ambas pressupõem a estabilidade nas Ideias, a primeira, que vem após a discussão supracitada, enfatiza mais o seu caráter modelar e a segunda, em um contexto mais epistemológico, a sua inteligibilidade. Como agora tratamos da ontologia, é a primeira que interessa.

(1) Um carpinteiro cria uma carda olhando para quê? Ora, não seria para aquilo que é, por natureza, para cardar? (...) (2) Se, ao fazer uma carda, ela se quebrar, de que jeito ele vai fazer uma outra? Olhando para a carda quebrada ou para aquela Ideia (εἶδος) para a qual ele também olhava enquanto fazia a que se quebrou? *Crátilo* 389a¹¹

8 Essas teorias serão tratadas mais a fundo adiante (em II.1.1). Sua refutação aparece resumida no *Crátilo* 386d: “Então, se os seres não estão sempre do mesmo jeito (contra Eutidemo), ao mesmo tempo e para todos, nem cada um está para cada um (contra Protágoras), fica evidente que eles têm alguma existência estável, própria a si mesmos.”

9 Isso reforça a precaução de se entender a οὐσία por 'essência' como estabilidade imanente nos particulares.

10 Declarações da estabilidade das Ideias se encontram na *República* 586a, e, mais importante para a presente discussão, *Fédon* 103b, onde Sócrates diz que não há geração nem corrupção (ou alteração) “das coisas elas mesmas a partir das quais nomeamos seu epônimo (ou seja, as qualidades nas coisas)”. O caso da eponímia e sua relação com as Ideias será tratado mais a fundo em I.3.2.

11 (1) ποῦ βλέπων ὁ τέκτων τὴν κερκίδα ποιεῖ; ἄρ' οὐ πρὸς τοιοῦτόν τι ὃ ἐπεφύκει κερκίζειν; (...) (2) ἂν καταγῆ αὐτῷ ἢ κερκὶς ποιοῦντι, πότερον πάλιν ποιήσει ἄλλην πρὸς τὴν κατεαγυῖαν βλέπων, ἢ πρὸς ἐκεῖνο τὸ εἶδος πρὸς

Em (2) a Ideia da Carda é oposta à carda quebrada, onde se identifica a oposição geral entre Ideia estável e coisa mutante. Isso esclarece o tipo de existência estável que Sócrates tinha em mente desde 386d, bem diferente daquele de Eutidemo. Essa oposição é utilizada para legitimar, em (1), o uso da Ideia da Carda como modelo usado pelo carpinteiro para fabricar outras cardas. Servir de modelo é mais uma característica das Ideias que aparece em outros diálogos¹². O contraexemplo da carda quebrada permite ver como a estabilidade é uma característica necessária para que algo sirva de modelo. Um carpinteiro não poderia se embasar em uma carda quebrada para fabricar uma carda que funciona. A Ideia da coisa independe, portanto, da opinião humana e também da mutabilidade e imperfeição dos particulares. No entanto, o mais importante é entender que a Ideia constitui um modelo que tem um papel ontológico mais ativo do que apenas servir de exemplo.

Para entender como é o funcionamento de uma Ideia como modelo é preciso remeter à sua primordialidade cosmogônica. Na *República*, Platão usa a analogia do filho do bem para mostrar que a luz do sol não serve apenas para iluminar as coisas, mas tem um papel fundamental para fazê-las surgir¹³. Uma flor precisa ser iluminada para ser vista, mas precisa também da luz do sol para brotar (independentemente de seus observadores). É nesse sentido forte de uma participação ontológica que a Ideia como um modelo deve ser entendida¹⁴. Em

ὄπερ καὶ ἦν κατέαξεν ἐποίει;

12 A noção de Ideia como paradigma/ modelo é inclusive um dos critérios usados por Owen (1953) para se separar a concepção das Ideias dos diálogos médios, *República* (74d) e *Fédon* 479a), principalmente, daqueles do período crítico, como o *Parmênides* (132d), *Teeteto* e o *Sofista*. O *Crátilo*, por apresentar Ideias como modelos, também precederia essa fase crítica. No tratamento da relação entre Ideia e classe será apresentada uma defesa que permite ver a Ideia como modelo subjacente a todos os diálogos. Isso vai reverberar no segundo capítulo, no qual será proposta uma leitura conjunta do funcionamento dos nomes no *Crátilo* e no *Sofista*.

13 “O sol (...) não só dá às coisas visíveis a capacidade de serem vistas, mas também lhes faz surgir, crescer e as nutre (mesmo que ele mesmo não esteja vindo a ser). (...) assim, deve-se dizer também que as coisas conhecíveis não devem apenas o fato de serem cognoscíveis ao Bem, mas também sua geração e existência.” *República* 509b

14 Para entender a ontologia platônica o conceito de níveis de realidade, proposto por Vlastos (1973 p.74), é bastante eficaz. Há a realidade sensível, cuja realidade é medida de maneira empírica, e há a realidade das Ideias, que, segundo ele, seria lógica. Como na realidade sensível empírica as coisas mudam, enquanto que na realidade

acordo com isso, de volta ao *Crátilo*, o carpinteiro não só *olha* para a Ideia da Carda, mas ele também deve *colocá-la* na carda particular que ele produz (cf. 389b abaixo)¹⁵.

C. Inteligibilidade

A maneira que o carpinteiro acessa a Ideia em 389a também é significativa. Ele 'olha' para a Ideia da Carda e não para a carda quebrada. O 'olhar' aqui remete à analogia apresentada na *República* com a luz do sol que permite ver as coisas, enquanto que a mente permitiria 'ver' as Ideias¹⁶. A Ideia do bem será importante ao tratarmos a característica da excelência nas Ideias em geral, o que reforça uma leitura conjunta das passagens nos diferentes diálogos. A inteligibilidade das Ideias, por sua vez, será tratada mais a fundo junto com a questão da epistemologia, na parte III da tese.

das Ideias as regras lógicas são sempre as mesmas, Platão fala que a estável é mais real que a mutável. A diferença é que aqui se defende uma realidade (ou existência) ontológica (física ou metafísica, e não meramente lógica) das Ideias, baseado na participação que elas têm nos particulares. Essa postura ontológica diante das Ideias é a mesma que os matemáticos platônicos contemporâneos têm diante dos objetos matemáticos. De modo que, pelo menos em seu uso mais prático, o platonismo mais radical parece ter tido mais sucesso do que a preferência por amenizá-lo defendida pelos intérpretes desenvolvimentistas.

15 Um paradigma científico contemporâneo ajuda a entender e a aceitar a plausibilidade deste tipo ativo de modelo defendido por Platão. Hoje em dia a hipótese mais sofisticada para se explicar como as moléculas se unem para formar as coisas vivas é o DNA. Segundo a teoria do DNA, os átomos se juntam seguindo a prescrição de um código para formar os seres vivos. Este código serve de modelo (pois se repete de maneira similar em todos de uma espécie), mas também participa de cada particular (já que está e opera em cada particular). Além disso, é nessa participação imperfeita de uma prescrição imutável que ocorrem as mudanças que resultam em variações entre espécimes de uma mesma espécie. Como um exercício de pensamento, imagine que Watson e Crick, ao defenderem a teoria do código de DNA, pensassem que, de alguma maneira, este código prescritivo e operante se parece com a teoria das Ideias de Platão. Em vista disso, imaginemos que eles escolheriam nomear o 'código de DNA' de 'Ideia de DNA'. Talvez essa pequena diferença aumentaria em muito a seriedade com que se tomaria a teoria platônica das Ideias. Como contraexemplo, podemos imaginar que, se ao descobrir os prótons e nêutrons no núcleo e os elétrons que os circundam no 'átomo' Rutherford (e outros) tivessem pensado: Como eles são divisíveis, não se trata de átomos, então vou batizá-los de *Trons* (ou qualquer outro nome). Provavelmente isso comprometeria a genialidade atribuída aos atomistas pelo senso comum. Eles passariam de precursores de uma hipótese pertinente a inventores de uma entidade fictícia.

16 Em *República* 518c para a formulação explícita do bem como um órgão da alma que apreende o ser. “como um olho que não pode deixar a luz pela escuridão (...) esse órgão deve ser desviado das coisas mutantes (...) para contemplar o ser.”

D. Excelência

De volta a 389a, temos que: o carpinteiro (1) cria a carda olhando para o que “é, por natureza, para cardar”, e, na sequência (2), é dito que ele olha para a “Ideia da Carda” para fazê-lo. Por conseguinte, o movimento do texto deixa entender que a “Ideia de Carda” é algo “que é por natureza para cardar”. Uma vez que a Ideia vem suprir a necessidade de estabilidade identificada anteriormente (I.1.A), podemos supôr que uma Ideia nunca deixará de ser por natureza o que ela é. Por contraposição, podemos assumir também que a carda particular quebrada já não realiza sua natureza de cardar. É nessa situação de uma carda particular que funciona realizando sua natureza¹⁷ que se nota a noção de excelência das Ideias¹⁸.

A excelência das Ideias normalmente vem apresentada a partir da primordialidade da Ideia do Bem diante das outras Ideias¹⁹. Segundo Dorter (1994 p.21): “Para Platão, ser é inseparável de valor. As formas que a realidade ganha não são, portanto, aleatórias, mas antes consequências do que se segue da natureza do bem.” Nessa leitura, o que é bom é o que participa na sua Ideia, ou, nos termos da presente discussão, a boa carda é aquela que participa na Ideia de Carda (que, por sua vez, participa na Ideia do bem).

17 Ross (1951, p.23) nota que a ênfase da relação entre a Ideia e a natureza aparece no *Crátilo* e no *Protágoras*. Isso mostra que, talvez, seja em oposição à postura do sofista que Platão sinta necessidade de enfatizar a *physis* contra a convenção (*nomos*). Como esse é um traço próprio do *Crátilo*, ele será abordado mais a fundo em I.1.2 no tema das ações 'segundo a natureza'.

18 Reforça a ligação entre natureza e excelência e a oposição aos sofistas o fato de a sequência do diálogo afirmar a existência de humanos sensatos/ competentes/ virtuosos em oposição aos insensatos/ incompetentes/ maldosos (que contraria o relativismo de Protágoras em 386c seq.). Essa interpretação ganha ainda mais força em um contexto socrático no qual o ser humano só faz mal por ignorância (ou seja, indo contra sua natureza). cf. Górgias 479b onde os que fogem do tratamento médico e “ignoram a natureza da saúde e do bem-estar físico” servem de exemplo para os que fogem da justiça.

19 Cf. República 509b, Fédon 99c, Fédro 245e. Alguns pesquisadores, como Dorter, denominam essa excelência de um caráter valorativo das Ideias. O problema disso é que a valoração traz a noção positiva de bem e a negativa de mal, enquanto que as Ideias parecem trazer apenas a conotação de Bem, sendo o mal apenas o afastamento, ou a ausência, da boa realização de sua natureza. Isso será aprofundado junto com os graus de excelência em I.4.1.

Apesar de figurar apenas implicitamente no início da discussão, essa noção de excelência, que é ontológica antes de ser lógica, será determinante à economia do *Crátilo*. Isso porque um diálogo sobre a correção dos nomes trata, no fim das contas, de nomes bons e ruins. Como ainda estamos formando as bases para a discussão dos nomes, vamos pensar que o *Crátilo* tratasse, na verdade, da correção das coisas. Nesse caso, uma carda correta seria uma carda que cardasse bem, e, como vimos, essa excelência estaria na carda que segue o modelo da Ideia da Carda²⁰. Nesse sentido, toda carda particular que não realize sua natureza, como a carda quebrada que não pode cardar, não participa da Ideia da Carda e é, por conseguinte, uma carda ruim e inútil²¹. De maneira similar, tampouco a imagem de uma carda participa na Ideia de Carda já que ela não realiza sua natureza de cardar.

Em suma

20 A concepção de todo particular que existe estar, em algum grau, mais ou menos próximo da natureza da sua Ideia soa estranha, mas também possui seus defensores contemporâneos. O neo-naturalismo é um exemplo, se substituirmos Ideia por espécie. Segundo Thompson (2012, p.65) a partir da ideia geral de que um S é F, aliada a um caso particular no qual 'este S não é F' é possível concluir que 'este S é defeituoso porque não é F'. No seu exemplo: (1) Gatos têm 4 pernas (S é F), (2) esse gato tem três pernas (este S não é F), logo, mesmo sem deixar de ser um gato, (3) ele é defeituoso (Este S é defeituoso pois não é F). Podemos identificar em Platão um entendimento da natureza similar a este. No exemplo que estamos desenvolvendo: 'uma carda é um separador de fios' (S é F), 'esta carda quebrada não separa fios' (este S não é F), logo, esta carda é defeituosa. Ou, no caso dos humanos. (1) o humano é um ser racional, (2) esse humano não está agindo racionalmente, logo (3) ele não está sendo um bom ser humano. O que se segue dessa visão de mundo é que nenhum particular é perfeito, mas que existe um modelo perfeito.

21 O exemplo do humano usado na refutação de Protágoras pode ajudar a esclarecer a questão. Um humano que age irracionalmente, supondo que ser humano é ser racional, está agindo incorretamente, e, assim, ele é um humano insensato, ruim ou imprestável. Além disso, a variação entre sensatez e insensatez ocorre em indivíduos particulares, já que este 'ser' no mundo sensível não é fixo como queria Eutidemo. De modo que um mesmo humano pode ser sensato e insensato, sempre que falhar ou não em participar na Ideia de Humano e realizar sua natureza. Desde os antigos já havia críticas a esse traço da teoria de Platão. Os Estoicos, por exemplo, em oposição à ontologia platônica, negavam a existência de universais. Eles adotavam uma posição construtivista na qual são os exemplos particulares que constituem o universal (que não passaria de um construto teórico). Simplicio, *Sobre as categorias de Aristóteles 1058-16*, testemunha: “Crisipo também problematiza se as Ideias podem ser chamadas de 'algo'. (...) de acordo com eles, os universais são chamados 'não-algo'.” Ou seja, para um construtivista, não é possível dizer que as Ideias, ou os universais que definiriam a característica dos particulares, existam. Assim, as diferenças nos particulares interfeririam na compreensão do universal. Se a maioria dos gatos passa a nascer com três patas, a Ideia universal de gato passa a definir gatos como tento três patas.

389a pressupõe que as Ideias são estáveis, inteligíveis, modelares e excelentes. Nenhum desses aspectos é exclusivo do *Crátilo*. No exemplo específico que a passagem compõe, estas características implicariam que uma boa carda deve ser fabricada de acordo com o modelo estável de Carda para realizar bem a sua natureza de cardar. Mesmo assim, cada particular está sempre sujeito a sofrer alguma mudança, como se quebrar, e deixar de realizar sua natureza e participar no modelo.

I.1.2 Os aspectos menos comuns aplicados às Ideias no *Crátilo*

Além dos aspectos mais comuns nas ocorrências da teoria das Ideias, o *Crátilo* ainda apresenta as Ideias com alguns aspectos particulares (ou, pelo menos, que ganham maior proeminência) devido ao contexto do diálogo. Se destacam, entre essas, o exemplo (A) da Ideia de um instrumento, (B) a refutação das Ideias específicas, (C) a relação entre Ideias e a classe de particulares, (D) o tratamento das ações como coisas que existem e (E) a função como caminho para se vislumbrar a Ideia. Um exame destas ocorrências permitirá desenvolver as implicações específicas da teoria das Ideias que são mais importantes para o funcionamento dos nomes.

A. Ideia de instrumento

Uma questão que gera bastante debate entre os intérpretes de Platão é aquela sobre que tipo de coisa teria uma Ideia. O caso específico mais controverso é aquele dos artefatos. Será que objetos criados e fabricados pelo ser humano também participariam de uma Ideia estável?

No caso de Platão, o lugar mais escolhido para a discussão é a *República* 596b, onde Sócrates fala da Ideia da Mesa em termos bem parecidos com aqueles usados para a Ideia de Carda vista acima²². Guthrie é um dos que acha que seria apenas uma ilustração, e, portanto, insuficiente para implicar que artefatos tenham Ideia²³. Mais recentemente, no entanto, a tendência é de aceitar a existência de Ideia de artefatos que é declarada abertamente em fontes variadas²⁴.

O *Crátilo*, ao apresentar como exemplo a Ideia da Carda, reforça essa posição²⁵. Segundo a investigação apresentada acima, desde que haja um modelo correto (ou 'por natureza') de se fazer uma mesa ou uma carda que independa das opiniões humanas, parece legítimo afirmar que *certos tipos* de artefato como cardas e mesas tenham sim uma Ideia. Isso fica mais claro por causa da já citada peculiaridade do texto do *Crátilo* de analisar a excelência nos termos de um 'acordo com a sua própria natureza'²⁶. Uma vez que, segundo uma técnica de produção de artefatos, o correto é observar a Ideia da coisa a ser produzida, e

22 “Não dizemos também que o artesão que faz cada artefato olha para a Ideia quando eles faz as camas e as mesas que usamos, e, também das outras coisas? Pois, com certeza, nenhum artesão faz a Ideia ele mesmo.” República 596b A relação com a passagem 389a do *Crátilo* é evidente. Mais uma vez há um artesão que olha para um modelo antes de fabricar o artefato. Luce (1965 p.24) nota as seguintes diferenças: na *República* a relação entre o demiurgo humano e divino é explícita e também é dito que a mesa fabricada não é totalmente real. A questão dos níveis de realidade, mais explícita na *República*, será tratada em I.1.2.H. Por enquanto, a ênfase recairá sobre as particularidades do tratamento do *Crátilo*.

23 “Podemos simpatizar com a falácia de que a justiça é justa, mas isso não pode ser traduzido nos termos de uma 'camidade' (ou mesidade), para a qual nem temos uma palavra. Nós voltamos ao ponto onde isso se trata apenas de uma ilustração no contexto.” Guthrie, 1975 p.551. Porém, em vista da sua função, parece sim possível pensar nos artefatos como tendo uma Ideia a ser seguida. Na verdade, é tanto assim que a escolha deste tipo de exemplo, que se repete em Aristóteles citado adiante, não parece gratuita.

24 Segundo Ross “não há nada improvável na história que Diógenes Laércio conta que, quando Diógenes, o cínico, disse a Platão 'Eu vejo uma mesa e um copo, mas certamente não vejo a mesidade ou a copidade', Platão respondera: 'Claro, é que você tem olhos, com os quais a mesa e o copo são percebidos, mas não razão, com o qual a mesidade e a copidade são vistas.’” Ross, 1951 p.172 Aqui se repete a analogia da visão estar para os particulares assim como a razão está para as Ideias vista na imagem do filho do sol em I.1.1B.

25 A carta sétima tem uma passagem que pode reforçar ainda mais essa concepção: “destas coisas a inteligência chega mais perto em parentesco e aparência com o quinto (a Ideia), e os outros ficam distantes. O mesmo se aplica à forma reta ou circular, ao bem, às cores, ao belo, ao justo e a todos os corpos, sejam manufaturados ou vindo a ser pela natureza.” Carta VII 324e Mais uma vez a Ideia é aplicada de maneira indistinta aos artefatos e aos naturais.

26 Isso ficará ainda mais claro no tratamento da Ideia de Ações em I.2.1.D.

não a opinião do artesão que a produz, não há contradição na produção de um artefato realizada por um humano ter que seguir a natureza do produto²⁷.

Outro ganho interpretativo que o exemplo da carda, em oposição à mesa, deixa claro, é a necessidade de se pensar em diferentes tipos de artefato. A carda é escolhida como analogia para o nome porque ela é um tipo especial de artefato, a saber, um instrumento (ὄργανον). Em 388a Sócrates introduz essa noção ao mostrar que para cardar é preciso cardar *com algo*²⁸, a saber, com um instrumento. Um instrumento serve para realizar uma ação e assim, para que o faça corretamente, deve ter uma natureza a ser respeitada²⁹. Portanto, a carda, e qualquer artefato ou objeto natural que seja um instrumento, tem uma natureza a ser seguida, e, por conseguinte, deve ter também uma Ideia que sirva de modelo e fonte para sua realização. De modo que, pelo menos no contexto do *Crátilo*, a distinção relevante não seria entre artefatos e objetos ou seres naturais. Mais importante para definir se cada tipo de coisa tem uma Ideia seria verificar se ele tem uma natureza própria a ser seguida ou não. Por exemplo, objetos naturais ou artefatos que não têm uma natureza a seguir não teriam Ideias, como, talvez, no caso da lama no *Parmênides* 130c ou do carburador na discussão contemporânea apresentada a seguir³⁰.

27 O tratamento misturado da técnica humana para se pensar a geração natural também aparece em Aristóteles, o que confirma uma tendência em pensar a técnica como um método natural de produção. Em certos passos, como na *Física* 195b21-25, Aristóteles chega a pensar a causa eficiente de uma casa, não como o construtor, mas antes como a arte da construção, que o construtor simplesmente seguiria. Dessa maneira, bem próximo a Platão, ele recorre à técnica para retirar as vontades e opiniões do indivíduo na produção.

28 “S. Mas o que seria aquilo com o que se deve furar? H. Uma furadeira. S. E com o que cardar? H. Uma carda. S. E com o que nomear? H. Um nome. S. Bem falado! Portanto, o nome é também um instrumento.” *Crátilo* 388a

29 “Descoberta a natureza de cada instrumento, deve-se aplicá-la naturalmente naquilo do que ele é feito. Não como cada um queira, mas como for natural.” *Crátilo* 389c

30 No *Parmênides* 130c é apresentado o caso da lama como um candidato para algo que não teria uma Ideia própria. Uma das interpretações para essa negação pode ser que a lama seria o resultado da composição de umidade e terra, segundo *Teeteto* 147c. Assim, cada um destes teria uma natureza a seguir, porém, quando ambos estão misturados no mundo sensível, não existiria uma Ideia da sua união. Um caso similar para um artefato pode ser pensado. O pé de mesa seria um exemplo. Existe uma Ideia de Mesa e existe uma Ideia de Pé, bem como existe um particular que é o pé de mesa. No entanto, apesar desse particular ser o resultado da união de duas Ideias existentes, não se segue que exista uma Ideia de pé de mesa. Pensando a linguagem, inclusive, podemos supor (embasado na discussão subsequente de como o nome funciona em Platão) que estaria correta a

A questão do que é que tem uma Ideia segue presente no debate contemporâneo, desde que seja colocada nos termos do internalismo e externalismo, segundo os quais os conceitos de artefatos devem ser descobertos ou criados pelos seres humanos. Quem quer defender essa postura se apoia em noções como os objetos matemáticos que estariam sempre em algum lugar esperando para ser descobertos pelos humanos. Os críticos, por sua vez, não têm dificuldade em reduzir essa concepção ao absurdo através de exemplos como o da Ideia de Carburador, que não poderia ter existido antes de ter sido criada por uma inteligência humana³¹. No âmbito da teoria das Ideias, uma resposta para a divergência pode ser pensada a partir do supracitado exemplo da lama, que não tem uma natureza, logo não tem uma Ideia, mas que é composto de duas coisas que teriam Ideias, umidade e terra. De maneira similar, o carburador pode ser explicado como algo que não tem uma Ideia, mas que é composto a partir de Ideias existentes, nesse caso, as leis mecânicas da física e da química. Nesta perspectiva, o modelo do carburador não se embasa em uma opinião humana, mas em leis que podem ser entendidas como inteligíveis estáveis.

Apesar do progresso, a leitura que identifica 'ter uma natureza a seguir' com 'possuir uma Ideia' apenas retrocede a questão em um nível, já que se torna necessário verificar como poderemos saber o que é que tem uma natureza a seguir. Para encontrar este critério, no entanto, teremos que esperar o tratamento das ações em (D).

B. Ideias específicas

denominação 'pé de mesa', uma vez que a descrição parafrástica não daria a falsa impressão de que se trata de algo que tem uma Ideia e, portanto, mereceria ser substantivado.

31 Para uma defesa do platonismo nos objetos matemáticos cf. Brown, 2008. Para a disputa acerca das ideias inatas como a de carburador e burocracia cf. Puntam, 1975 e a resposta de Chomsky, 1986.

Uma vez aceita a existência da Ideia de instrumento, surge o risco de se cair na seguinte falácia do efeito dominó: Se existe a Ideia da carda, uma vez que existem cardas diferentes para cardar tecidos diferentes, devem existir também Ideias diferentes para a Ideia da carda de linho, a Ideia da Carda de Lã e assim por diante. No *Crátilo*, isso é tratado em 389b:

- (1) Então, caso se devesse fazer uma carda para um tecido suave ou grosso, de linho ou lã, ou qualquer outro, todas elas deveriam ter a Ideia da carda?
- (2) Elas seguem melhor sua natureza quando é aplicada uma mesma natureza a cada produto?³²

Esse passo é muito comentado por entrever uma noção de Ideia-específica que não é recorrente nas outras apresentações da teoria das Ideias em Platão. Gold (1978 p.223), por exemplo, vê aqui a postulação de Ideias-específicas-diferentes para cardar linho ou lã. Para ele, de acordo com (1), haveria uma Ideia-específica de carda grossa para tecido grosso e uma fina para tecidos finos³³. O problema disso é que, se cada variação mínima no aspecto externo dos particulares, como a grossura e a finura das cardas, legitimar a postulação de uma nova Ideia, a ontologia da teoria das Ideias inflará demais. Uma solução mais econômica é oferecida por Calvert (1970 p.127)³⁴ que propõe a distinção entre 'natureza' e 'Ideia' para solucionar o dilema. Segundo ele, a Ideia de Carda seria única, mas a natureza da carda para linho seria diferente daquela para lã. Nesse caso, natureza seria entendida como um tipo de

32 Οὐκοῦν ἐπειδὴν δέη λεπτῷ ἱματίῳ ἢ παχεῖ ἢ λιγῷ ἢ ἕρεῳ ἢ ὁποιοῦν τι κερκίδα ποιεῖν, πάσας μὲν δεῖ τὸ τῆς κερκίδος ἔχειν εἶδος, οἷα δ' ἐκάστῳ καλλίστη ἐπεφύκει, ταύτην ἀποδιδόναι τὴν φύσιν εἰς τὸ ἔργον ἕκαστον

33 Gold acha que “para o Platão do *Crátilo*, existem Formas específicas sob a Forma comum e genérica, a Forma ela mesma, por ex. as Formas, a Forma-apropriada-para-tecidos-finos, a Forma-apropriada-para-tecido-grosso” Gold (1978) p.233. Porém, como a discussão prévia da não existência da Ideia de Lama já deixa entrever, parece possível se ater, mais uma vez, na questão de 'seguir a natureza' para atribuir uma ontologia menos inflada à teoria das Ideias.

34 Calvert propõe que se distinga natureza e Forma em 1970, p.27: “Em outras palavras, a noção parece ser que enquanto todas as agulhas têm a mesma *eidos* elas não têm todas a mesma *physin*. A *physin* da agulha feita para tecer tecidos grossos é diferente da *physin* daquela feita para tecer tecidos leves.” A proposta aqui será de, baseado na ligação prévia entre natureza e Ideia, defender que a natureza do tecido, e não a da carda, que muda nas diferentes cardas. Assim, por ser um instrumento, a carda tem que respeitar a natureza daquilo sobre o que vai agir. Dessa maneira, a variação não implica na variação de diferentes Ideias de Carda.

essência imanente. Porém, pensar a natureza em conjunto com a Ideia permite uma solução ainda mais simples.

Apesar da tendência de leitura identificada acima, (2) mostra que a referência aos diferentes tipos de cardas a serem utilizadas em diferentes tipos de materiais é introduzida apenas para comprovar a unidade da Ideia de Carda, afinal, é uma mesma natureza que deve ser sempre seguida em todos os casos. Por isso, talvez, Platão não retome o tema em outros diálogos e nem chegue a postular a existência de Ideias-específicas-diferentes no *Crátilo*. Se for assim, a passagem pode ser lida de acordo com o que vem sendo proposto. Vimos que 'ser por natureza' equivale a 'Ideia', e, por conseguinte, 'realizar a natureza' é 'seguir a Ideia'. Se isso for aliado ao caráter intermediário do instrumento como algo que age sobre outra coisa, se seguirá que a natureza daquilo sobre o que o instrumento atuará também deve ser respeitada. Isso basta para explicar a alteração dos diferentes tipos particulares de carda sem postular Ideias específicas para cada um desses tipos, já que é a natureza do linho que faz com que a carda particular para cardar linho deva ser mais fina do que aquela para cardar lã.

Lida desta maneira, a passagem deixa de ser uma ocorrência única e passa a se tratar de mais um caso da combinação de participantes de Ideias que acontece no mundo sensível³⁵. Há uma única Ideia de Carda, mas, por ela ser um instrumento que vai agir em outra coisa, o carpinteiro, ao fazer uma carda particular, deve considerar também a Ideia do tecido que ela vai cardar. Suponhamos que lã seja igual à Ideia de Pelo de ovelha, que, por sua vez, no

35 Por exemplo no *Sofista* 251d, onde se investiga se bom e humano se combinam nos homens bons. A recorrência do exemplo dos humanos também aponta para uma leitura conjunta. Kahn, ao explicar a passagem da *República* 479ab, atribui a Platão uma visão de mundo semelhante àquela defendida acima. Nas suas palavras: “O ser-assim puro da Forma F está em ser apenas 'o que F é', e nada mais; o ser no meio do caminho e misturado dos particulares justos ou belos está em eles serem tais que é verdade dizer que cada um deles que é F (que é belo ou justo). O particular é belo em alguns aspectos, feio em outros, cada um participa na Forma epônima, mas também na Forma oposta.” Kahn (2009) p.88. De maneira similar, a adequação à natureza do tecido linho ou lã acontece nos particulares que são 'seres no meio do caminho e misturados', todos eles, participando em algum grau da Ideia de Carda que é única.

mundo sensível, se combina com a Ideia de Grosso. Nesse quadro, a carda para cardar lã tem que realizar a Ideia de Carda misturada à Ideia de Grosso para respeitar a natureza da lã. Sem a necessidade de postulação de uma Ideia-específica-de-carda-para-lã, explica-se assim a diferença entre as cardas para a lã e aquelas para o linho. Essa economia de entidades será muito importante ao tratar da Ideia do nome (caso contrário, além da Ideia de Cavalo, haveria, por exemplo, a Ideia do Nome Cavalo).

O caráter intermediário do instrumento

Agora que entendemos esse tipo de relação, podemos determinar melhor o estatuto de intermediário do instrumento em vista dos materiais. Um instrumento está sempre em relação com, pelo menos, dois materiais. Primeiro, há a material do qual ele é feito e, além disso, há o material sobre o qual ele atuará. No caso da carda, esses seriam, respectivamente, a madeira e os tecidos. Segundo a interpretação acima, a natureza de ambos deve ser respeitada durante a sua produção³⁶.

Esse quadro condiz com a subsequente apresentação no diálogo do argumento do usuário, segundo o qual é preciso que o usuário, além do produtor, avalie se o produto foi bem-feito³⁷. Em 390b, Sócrates pergunta: “Mas quem vai reconhecer se a Ideia correspondente de uma carda foi estabelecida em uma madeira qualquer? O carpinteiro que faz ou o costureiro que há de usá-la?” Agora temos os elementos para entender essa necessidade dupla

36 Em 389c “E também, para cada carda por natureza, uma natureza na madeira. (...) Portanto, aparentemente, há uma especificação da natureza do tecido em cada carda, bem como nos outros casos.” Καὶ τὴν φύσει κερκίδα ἐκάστῳ πεφυκυῖαν εἰς ζύλον. (...) Φύσει γὰρ ἦν ἐκάστῳ εἶδει ὑφάσματος, ὡς ἔοικεν, ἐκάστη κερκίς, καὶ τᾶλλα οὕτως. O material do instrumento será importante na parte II, quando os sons e sílabas, o material com o qual são feitos os nomes, será analisado.

37 Este mesmo tipo de raciocínio é recorrente nos diálogos platônicos (cf. *República* 601c). Isso reforça a evidência de que a ontologia subjacente aqui perpassa todo o *corpus*.

de avaliação da produção de um artefato. O carpinteiro entende de madeira e assim deve respeitar sua natureza ao colocar a Ideia de Carda em um pedaço de madeira para produzir uma carda particular. Porém, como se trata de um instrumento, ele deve considerar também em que tipo de coisa essa carda atuará, nesse caso, em que tecido. Quem entende de tecidos é o tecelão. Como ele vai usar a carda produzida para cardá-los³⁸, o tecelão tem um papel importante na avaliação da carda que vai ser produzida respeitando a natureza do tecido sobre o qual ela vai atuar. Assim, sem recorrer a Ideias específicas ou abandonar o 'seguir a natureza', as particularidades dos artefatos produzidos são explicadas.

C. Ideia e classe

Essa concepção econômica da teoria das Ideias no *Crátilo* ainda permite explicar um outro problema mais geral atribuído à teoria de Platão. Há quem questione que a característica das Ideias como modelares contradiga sua universalidade³⁹. Isso porque, se o universal é uma concepção formada a partir de todos particulares que compõem uma classe de coisas, ele não poderia servir de modelo para aquilo do qual foi formado⁴⁰. Mas a universalidade que se segue

38 A importância da ação de cardar e da função do cardar analisadas na sequência também confirmam a importância do usuário.

39 A universalidade é afirmada em vários momentos: cf. *Banquete* 210b, *República* 596a, *Parmênides* 132a, ainda que Platão não use o termo universal substantivado (*kath'olon*) como Aristóteles. Por isso, no que se segue, a preferência é por evitar falar de universalidade, usando a palavra apenas para explicar como se entende a 'participação das Ideias em todos os particulares' que, no discurso filosófico posterior, se denominou de 'universal'. A preferência será por falar da classe de particulares que vêm de uma origem comum na sua Ideia. Essa visão ontológica forte da teoria das Ideias parece resolver o problema da Ideia ser um particular-universal e será tratada mais a fundo apenas em relação aos nomes que, se verá em I.1.3.1.A-B-C, a partir do paradigma do nome próprio para chegar no nome comum, também têm essa particularidade-universalidade.

40 Essa é a universalidade conceitual que ficou canônica a partir de Aristóteles (cf. *Analíticos posteriores* XX). Talvez, em Platão, seria melhor falar de caráter unificador das Ideias, para explicitar sua primordialidade. Dorter (1994, p.21 n.1), por exemplo, ao usar o termo 'universal' para o 'um contra muitos' usado por Platão, faz questão de notar que nenhuma interpretação pós-platônica é assumida. A crítica dos estoicos apontada acima na discussão do neo-naturalismo contemporâneo reverbera aqui. No universalismo criado a partir da pluralidade de particulares, se a maioria dos gatos passa a ter três patas, o conceito universal de gato seguiria a tendência. Porém, no caso da Ideia, mesmo que não haja mais nenhum gato de quatro patas, a Ideia de gato segue tendo quatro patas, pois os particulares são apenas instâncias imperfeitas da Ideia.

da leitura de (2) acima é inversa. O texto diz que a mesma natureza é colocada em cada particular. Ou seja, na teoria das Ideias a primordialidade é da Ideia que é o modelo único ativo do qual cada particular toma parte. Nessa situação, a universalidade é consequência de todos os particulares saírem de um modelo comum e não uma unificação construída a partir do contato empírico com os particulares.

A consequência mais importante desse tipo de universalidade da Ideia de Platão, pelo menos para o entendimento dos nomes, é que o mesmo modelo ser colocado em cada particular possibilita aos vários particulares serem vistos como uma classe devido à sua fonte comum⁴¹. A unidade, portanto, precede a classe, e não o inverso. Nesse quadro a extensão de uma classe está além da verificação empírica. Cada cada particular, inclusive aquelas que já não existem e as que ainda vão ser fabricadas, compõem a classe das cardas, pois elas participam da Ideia da Carda. Como a Ideia da Carda é formadora, e não formada a partir, dos particulares, o modelo pode ser o fator universalizador ativo, diferente de um passivo universalizável⁴². Há ainda uma outra evidência para a relação entre Ideia e classe em Platão.

Eidos: ideia, classe e aspecto

O uso alternado de uma mesma terminologia para se referir à Ideia (*Eidos*, *Idea*, *autos...*) e à classe (*Eidos*, *Idea*) ao longo do *corpus* platônico aponta para alguma relação entre elas⁴³. Sobre a história do termo, a posição mais prevalente hoje em dia é a de Taylor

41 Chapuis (2014, p.2) defende também que “o múltiplo não pré-existe ao um, ao *Eidos*, já que a teoria da reminiscência pede uma existência lógica e ontologicamente anterior ao múltiplo sensível e ao sujeito conhecedor” É essa a linha de leitura usada aqui. A reminiscência parece também operar na compreensão do funcionamento dos nomes em Platão e será tratada com mais cuidado em III.1.2.A

42 Também é problemático afirmar que as Ideias sejam ativas ou passivas. Mais uma vez o modelo da Ideia do Bem e a analogia com a luz do sol (*República* 509b) que não só ilumina (epistemológico), mas também faz brotar (ontológico), indica algum tipo de atividade, ainda que isso não implique contato material.

43 Há quem tente diferenciar o uso de *Eidos* e *Idea* para encontrar uma interpretação. Else (1936 p.22) defende

(1911), segundo a qual estes termos seriam palavras pouco usadas em grego ático antes de Platão. Seu sentido se limitaria ao aspecto exterior das coisas, atestado desde Homero e que também ocorre em Platão. Já em um contexto mais próximo ao da composição dos diálogos, a ocorrência antiga mais relevante é a dos tratados hipocráticos (*peri gonês*, 3 e *kat' iêtêrion*, 3) onde *eidōs* tem os sentidos abstratos de 'classe' e 'espécie'. Este também figura nos diálogos de Platão⁴⁴.

Não é difícil pensar estes três sentidos históricos da palavra dentro da teoria das Ideias. No campo epistemológico, a analogia da visão é sempre usada por Platão para pensar os objetos inteligíveis. De modo que parece bem plausível escolher um termo que denotava um aspecto visível (*Eidos* como aspecto físico) para se referir às entidades inteligíveis. Mas a analogia vai além ao dizer que a luz do sol não só possibilita a visão, mas é necessária para a geração das coisas. Isso leva a questão para o campo ontológico. Uma flor, por exemplo, só pode ser vista se iluminada, mas toda flor só pode brotar se alimentada pela luz do sol. Assim, além do aspecto externo, essa entidade inteligível também embasaria o que permite colocar todos os particulares unificados em uma classe. É essa a interpretação de um modelo que gera e participa na universalidade vista acima. Para tanto, o uso hipocrático de *Eidos* como classe também seria conveniente. Além disso, se, como nota Gillespie, “classificação em Hipócrates é mais como a ... divisão de uma unidade”, é possível pensar que Platão use Ideia (*eidōs*) para se referir à unidade da qual a classe (*eidōs*) formada por particulares é uma derivação, ou seja, o caminho vai de uma Ideia (*Eidos*) para os muitos particulares de aspecto parecido (*Eidos*)

que, pelo menos no *Crátilo*, há uma divisão sistemática do uso de *Eidos* e *Idea*, ambos, normalmente, traduzíveis por Ideia (ou Forma). Segundo ele *Eidos* seria uma “classe natural” na qual os particulares participam. *Idea*, por sua vez, se referiria a uma classe específica que diferencia particulares, no caso da carda, aquelas para cardar linho ou lã. Para justificar esta diferenciação ele compara as ocorrências de *eide* em 389b com a de *idea* em 389e. Diante do uso intercambiável do restante do *corpus* esta proposta perde a força. Parece mais seguro pensar na relação entre *Eidos* termo específico usado por Platão para designar as Ideias e o *Eidos* como espécie ou classe que era corrente na medicina hipocrática.

44 No *Sofista*, por exemplo, *eidōs*, *idea* e até *genos* (espécie, classe) são usados de maneira ambígua. cf. 254b

que pertencem a uma classe (*Eidos*)⁴⁵.

Propor uma interpretação com base na escolha de um termo é uma conjectura que precisa de reforço⁴⁶. No *Crátilo*, além das duas passagens citadas em que *eidos* é uma Ideia (389a e 439b), a recorrência do termo com o sentido de 'classe' em quatro passagens é relevante⁴⁷. Em todas elas a classe remete a uma unificação, o caso mais claro é em 424c, no qual *eidos* aparece três vezes ao tratar da classe das letras. Sócrates primeiro se espanta com quantas classes diferentes existem segundo os especialistas. Estes classificam as letras em vozeadas, avozeadas, vogais, consoantes e etc. Em seguida, ele se propõe a investigar quais dessas realmente merecem um nome a fim de “classificar quais (delas), da mesma maneira, se enquadram em uma classe⁴⁸”.

A interpretação acima se encaixa muito bem nessa passagem. A relação de uma única Ideia de Carda responsável por compor a classe de particulares, mesmo que haja variações de acordo com os tecidos em que elas serão utilizadas, se encaixa no caso da Ideia de Letra, cujas peculiaridades se devem somente à pronúncia dos falantes do grego. Existem, portanto, evidências textuais de que, pelo menos no *Crátilo*, a noção de Ideia embasa aquela de classe no sentido de um fator universalizador que, no entanto, não precisa ser multiplicado além da

45 A sequência do uso do termo também é significativa. Aristóteles, nas *Categorias*, usa *eidos* como classe para falar da substância secundária de um particular. Isso se alia à sua universalização construtivista que começa do particular no mundo sensível. Já na *Metafísica* ele usa *eidos* para falar do “composto, que não é substância, mas uma certa fórmula e uma certa matéria tomadas universalmente.” (*Metafísica* Z10 1035b29-30). Nesse caso o *eidos* deixa de ser classe e passa a ser uma forma aplicável à matéria. Essa mudança condiz com a leitura de Owen segundo o qual Aristóteles teria tido uma ruptura grande com o platonismo no início, nas obras lógicas, e depois, com o tempo, voltaria a se aproximar do pensamento do antigo mestre.

46 Mesmo assim, diante da aceitação do valor persuasivo da capacidade descritiva dos nomes que será tratada na parte II.3.2, principalmente no *Crátilo*, o uso de etimologias relacionadas pode sim ser tomado como significativo. Uma tradução de Ideia por 'especificação', de classe por 'espécie' e de aparência por 'aspecto' aproxima o português da ambiguidade significativa do texto grego. cf. Vieira, 2014 para o resultado. Outra possibilidade seria falar de item (particular), identidade (da classe) e Ideia (o modelo).

47 São pelo menos quatro passagens em que o termo *eidos* como classe/ espécie aparece. Em 385e há uma “espécie das coisas que existem” (εἶδος τῶν ὄντων), em 411a temos a espécie composta pelas estações, ano e ciclo; em 424c as três ocorrências relativas às espécies das letras, e, em 440b, uma “espécie do conhecimento” (εἶδος γνώσεως).

48 ἐξ ὧν ἔστιν ἰδεῖν αὐτά τε καὶ εἰ ἐν αὐτοῖς ἔνεστιν εἶδη κατὰ τὸν αὐτὸν τρόπον onde o ἰδεῖν (ver, saber) repete a raiz do εἶδη (a classe) e reforça a associação com o âmbito da visão.

conta em vista das variantes do mundo sensível.

D. Ideia de ação

Outra noção importante para entender a ontologia subjacente ao *Crátilo* concerne às ações. A primeira peculiaridade desse tratamento é que ações são tratadas como coisas. Em 386e, depois de citar que “as coisas” (πράγματα) têm uma existência estável, Sócrates se pergunta se as “ações” (πράξεις) não seriam “da mesma maneira” (αὐτὸν τρόπον). Mais uma vez, a semelhança entre as raízes etimológicas de πράγματα e πράξεις parece significativa. Nesse caso, ela é tão clara que fica difícil para Hermógenes, mesmo sendo um convencionalista, negar o tratamento indistinto de coisas e ações. Ao leitor moderno, no entanto, a tarefa é menos óbvia, mesmo assim, para entender o diálogo, é preciso conceber ações e coisas existindo da mesma maneira⁴⁹.

A resposta que permite unificar o tipo de existência das ações e das coisas é a mesma que unificou coisas naturais e artefatos/ instrumentos acima. Uma vez que existe um agir segundo a natureza, cada ação correta deve vir de um modelo que não está no mundo sensível nem nas opiniões humanas. As ações, portanto, como as outras coisas, também têm Ideias. Isso fica evidente em 386e-387a:

S. (1) Isso lhes (às coisas) seria inerente enquanto que com as ações não seria da mesma maneira? Ou as ações não têm, elas mesmas, uma espécie de existência? (...)

S. (2) Portanto, também as ações atuam conforme sua própria natureza e não segundo a nossa opinião. (3) Se nos propusermos a cortar algo que existe, por exemplo, convém cortarmos cada

49 Segundo Kahn, “a principal discrepância entre o conceito grego de Ser e a noção moderna de existência está precisamente no seguinte: nós normalmente não atribuímos existência a fatos ou proposições ou relações, mas apenas a particulares discretos: a criaturas, pessoas ou coisas.” Kahn, (2009) p.36 Nessa lista de coisas às quais nós, diferentemente dos antigos, não atribuímos a mesma existência que a das coisas podem figurar também as ações, como veremos.

qual como quisermos e com aquilo que quisermos ou convém quisermos cortar segundo a natureza inerente ao cortar e ao ser cortado? (4) Deste modo, agindo corretamente, cortaremos algo de pleno para nós enquanto que, errando, contra a natureza, sequer agiremos?⁵⁰

(1) O primeiro ponto relevante é que cada ação possui uma “espécie de existência”, o que, diante da existência estável de 386a (cf. I.1.1.A), já indica como é pensada essa existência análoga entre coisas e ações. A sequência da passagem reforça a analogia ao repetir o mesmo padrão apresentado na avaliação da existência da coisa do tipo instrumento. A boa carda tem que ser feita seguindo um modelo independente da opinião humana para realizar sua natureza. De maneira análoga (2) uma ação deve seguir sua própria natureza e não a nossa opinião⁵¹. Essa independência é ainda mais importante se pensarmos que as ações dos exemplos não são naturais, como chover ou ventar, mas ações humanas como (3) cortar e cardar⁵². Mesmo sendo uma ação que depende de mãos e instrumentos humanos para ser realizada, ela independe das opiniões humanas para ser realizada naturalmente⁵³.

50 Σ. Πότερον οὖν αὐτὰ μὲν ἂν εἴη οὕτω πεφυκότα, αἱ δὲ πράξεις αὐτῶν οὐ κατὰ τὸν αὐτὸν τρόπον; ἢ οὐ καὶ αὐταὶ ἐν τι εἶδος τῶν ὄντων εἰσὶν, αἱ πράξεις;

Σ. Κατὰ τὴν αὐτῶν ἄρα φύσιν καὶ αἱ πράξεις πράττονται, οὐ κατὰ τὴν ἡμετέραν δόξαν. οἷον ἐάν τι ἐπιχειρήσωμεν ἡμεῖς τῶν ὄντων τέμνειν, πότερον ἡμῖν τμητέον [ἐστὶν] ἕκαστον ὡς ἂν ἡμεῖς βουλώμεθα καὶ ᾧ ἂν βουληθῶμεν, ἢ ἐάν μὲν κατὰ τὴν φύσιν βουληθῶμεν ἕκαστον τέμνειν τοῦ τέμνειν τε καὶ τέμνεσθαι καὶ ᾧ πέφυκε, τεμοῦμέν τε καὶ πλέον τι ἡμῖν ἔσται καὶ ὀρθῶς πράττομεν τοῦτο, ἐὰν δὲ παρὰ φύσιν, ἐξαμαρτησόμεθα τε καὶ οὐδὲν πράττομεν;

51 Como foi citado acima, nessa primordialidade da arte sobre o artesão parece estar a origem da preferência de Aristóteles em atribuir a causa eficiente à arte em vez do artesão.

52 Há o queimar que está entre natural e o humano e comprova a indistinção entre artefato e natural apresentada acima que segue operante também no tratamento de Aristóteles.

53 Na nossa tendência de pensar uma arte como aprender na prática a fazer uma coisa inventada pelos humanos este tipo de concepção soa absurda, mas não é. Richerson e Boyd, antropólogos nada preocupados com Platão, usam a tradição acheuliana como um exemplo hominídeo de capacidade inata de fazer um utensílio e realizar uma ação natural. Para eles, o fato desse mesmo tipo de utensílio ser fabricado e usado da mesma maneira, segundo evidências arqueológicas, em todo o mundo, sem alteração ou variação, por um milhão de anos, indica uma capacidade inata. Seria algo como ter uma natureza de artífice. Estes hominídeos, portanto, teriam uma atitude mais próxima ao João-de-Barro que segue o instinto para fazer sua casa do que alguém aprendendo a surfar. Nas palavras deles: “como poderia a transmissão cultural *sozinha*, particularmente se baseada em uma capacidade imitativa primitiva, preservar um instrumento de aspecto formal tão sofisticado como o machado de mão acheuliano por metade do velho mundo por um milhão de anos? (...) Precisamos supor a hipótese de que os machados acheulianos estavam sob um controle inato (...) de algum componente de psicologia transmitido geneticamente.” Richerson e Boyd, 2005 p.142. No caso de Platão, de maneira similar, as ações humanas que participem de uma Ideia também devem ser feitas seguindo um modelo estável perfeito. A tentativa e erro, como veremos, só seria aceita diante da impossibilidade de acessar esse modelo inteligível com a perfeição que ele

Portanto, o cortar, o cardar e outras ações de artes humanas teriam sim, segundo o diálogo, uma natureza própria, independente das opiniões dos artesãos, que deve ser obedecida para se realizar. A necessidade de se cortar ou cardar segundo a natureza mostra ainda que, mesmo no *Crátilo*, natureza não é tratada em oposição à arte. Esta não oposição será muito importante na compreensão de um diálogo que problematiza duas posições aparentemente opostas que se embasam na natureza e na convenção para tratar da correção dos nomes⁵⁴.

Ainda no contexto das ações, a excelência da Ideia se mostra, mais uma vez, operante. Segundo (4), quem corta segundo sua própria opinião pode até realizar uma ação qualquer, mas essa não será o cortar correto. Assim, fica explícito que a correção vem do seguir a natureza que depende da participação da Ideia⁵⁵. Tal qual uma carda quebrada deixa de ser uma carda, também o cardar que não seguir sua natureza deixará de ser cardar. O motivo é o mesmo, ambos não seguem suas Ideias. A semelhança do tratamento do instrumento (a carda) e a ação (o cardar) gera a hipótese de que ambos tenham Ideias bem próximas, mas para verificar isso teremos que esperar o tratamento de nomes (de instrumentos) e verbos (nomes de ações) em I.4

merece. O que explica também a possibilidade de evolução rumo à realização mais natural de uma ação ou arte.

54 Ao tratar de maneira conjunta natureza e arte pode-se supor que Platão e Aristóteles se coloquem, conscientemente, contrários à oposição *nomos physis* que é uma das características atribuídas ao movimento sofista que eles tanto criticam. Porém, estudos mais específicos, como Barney (In Gill 2009 p.87), mostram que dentro dos chamados sofistas existia também uma postura de 'reformadores' cujo intuito era justamente de considerar a boa norma como aquela que respeita e faz avançar a natureza própria.

55 Nesse caso o exemplo é de uma ação, mas o mesmo raciocínio poderia se aplicar a qualquer coisa. Como se observa no exemplo da aberração em 394d, em que se tem o caso de uma vaca que, contra sua natureza, pode parir um potro. Esse exemplo gera uma dificuldade, pois pode-se argumentar que o potro não realiza a essência do bezerro, mas realiza aquela do potro. Assim, ele não seria um bezerro falso, mas sim um potro verdadeiro, o que impediria a existência da falsidade. Mas nos outros casos como o de uma carda quebrada, ou de um corte errado, não existe a possibilidade de uma outra natureza ter sido realizada. Assim, estes seriam simplesmente falsos. O tratamento do 'bom' como predicado universal em I.3.3.B-C vai tratar dessas dificuldades no âmbito da linguagem.

E. Função

A excelência de uma ação humana realizada seguindo a sua natureza nos leva a perguntar, então, como poderíamos verificar qual seria essa natureza. Esta é a mesma pergunta que surgiu ao pensarmos a oposição entre ter ou não uma natureza para ver se algo possui uma Ideia (I.1.2.A). Agora que passamos pelo instrumento e pela ação poderemos ver a resposta que o *Crátilo* aponta, mais uma vez, partindo do exemplo da carda.

Em 388ab Sócrates diz: “Mas se eu perguntasse: 'Que instrumento é uma carda?' não seria aquele com o qual cardamos? (...) E 'o que executamos enquanto cardamos?' Não distinguimos a trama e as urdiduras emaranhadas?⁵⁶” Mais uma vez a semelhança etimológica parece reforçar a trivialidade da resposta. Uma carda serve para cardar e cardar é 'distinguir tramas e urdiduras emaranhadas'⁵⁷. É assim que, em vista da ação, alcança-se uma descrição da natureza da carda e do cardar. Uma vez que realizar a própria natureza é o critério de excelência, se segue que uma boa carda é aquela capaz de distinguir a trama e as urdiduras emaranhadas. Portanto, segundo o movimento do texto, é na função da coisa que encontraremos seu critério de excelência segundo o qual poderemos verificar se ela realiza

56 Εἰ οὖν ἐγὼ ἐροίμην “Τί ἦν ὄργανον ἢ κερκίς;” οὐχ ὃ κερκίζομεν; (...) Κερκίζοντες δὲ τί δρῶμεν; οὐ τὴν κρόκην καὶ τοὺς στήμονας συγκεχυμένους διακρίνομεν;

57 Não fica muito claro qual é a melhor palavra para traduzir κερκίς (o instrumento) e κερκίζω (a ação de separar tramas e urdiduras). Uns optam por lançadeira. O problema disso é que a lançadeira não separa, pelo contrário, une as tramas e urdiduras. Na apostila do curso superior em produção têxtil da Unifebe, por exemplo, a lançadeira figura na seção de “Sistemas de Inserção de Tramas” (*Ementário das disciplinas do curso superior de tecnologia em produção têxtil*, Universidade de Brusque 2012, p.13). Como o 'separar' é o que motiva a analogia entre o κερκίς que separa tramas e o nome que separa existências, é melhor procurar uma outra opção. Traduzir por carda também é uma escolha popular. Essa, de fato, tem por função separar, mas o problema é que, pelo menos em sua versão moderna, ela não separa as tramas e as urdiduras, mas apenas os fios que vão virar tramas e urdiduras. Talvez o equivalente moderno mais próximo seja o 'pente têxtil', uma espécie de pente que, esse sim, separa as tramas e urdiduras. Porém, o uso desse termo, e do seu verbo 'pentear' não contribui em nada para a clareza do texto. Se formos ao modelo de carda antiga, ela se assemelha a um pente têxtil (cf. figura 1 abaixo), o que leva a crer que um mesmo instrumento poderia ser usado para separar os fios e também para separar as tramas e urdiduras. Por isso, ainda que não seja possível definir a questão, a tradução por carda parece ser a mais natural para esse instrumento que Sócrates usa como analogia para pensar os nomes que também são instrumentos separadores.

sua natureza e vislumbrar sua Ideia⁵⁸.

Função é, normalmente, a tradução de *ἔργον* (obra, realização, função, funcionalidade)⁵⁹. Em Platão, o caso mais claro deste uso aparece na *República*. Ao usar o exemplo do cortar que também vimos no *Crátilo*, Sócrates diz que “a função de cada coisa é aquilo que só ela pode fazer, ou que pode fazer melhor do que qualquer outro” (353a). Aqui a excelência também fica evidente, reforçando a proximidade dos termos. No *Crátilo*, *ἔργον* aparece mais com o sentido 'produto', o resultado de uma produção, como em 389c, quando vimos que “uma mesma natureza é aplicada em cada produto”. Se o uso do cortar permite pensar as passagens em paralelo, chegamos a uma relação dos dois usos de *ἔργον* que repete aquela dos usos de εἶδος. Εἶδος pode ser entendido como o *aspecto* de um particular e também como a *espécie* (classe) que estes particulares constituem. De maneira parecida, *ἔργον* se refere ao particular (*produto*) e também à *função* que todos estes particulares devem cumprir. As relações ainda se misturam, já que seria o cumprir essa função, mais do que o aspecto, que indicaria que um produto particular pertence à classe dos da sua espécie. Desta

58 A importância dada à função cria uma ontologia teleológica que foi criticada desde os antigos. Os epicuristas, por exemplo, acham que pensar que as coisas naturais, como os órgãos humanos, tenham sido criados por um demiurgo racional seria cometer o erro de usar a analogia da criação de artefatos (esses, sim, criados com base na utilidade) para pensar a criação no cosmos. Nessa concepção um copo é criado para ajudar a matar a sede, uma vez que a sede existe antes do copo, mas o olho não pode ter sido criado para gerar a visão, pois a visão não existia antes do olho (exemplos retirados de Lucrecio, 4.823-57). Porém, mais uma vez, uma postura similar à de Platão ainda é aceita hoje em dia. Se a química e a física abandonaram a teleologia há algum tempo, o mesmo não pode ser dito da biologia. A teoria da evolução natural opera sob uma hipótese na qual é o funcionamento que justifica a sobrevivência. Nesse paradigma, a maçã não é vermelha por um processo químico, mas antes porque há um animal que enxerga no vermelho sua maturação. Isso é útil para ele, que vai se alimentar, e para a macieira, que vai espalhar suas sementes. Isso explica porque filósofos da ciência contemporâneos, como Dennet, de quem é este exemplo, ainda defendem um tipo de funcionalismo. Nas suas palavras: “Por que as maçãs são vermelhas? É natural assumir que a resposta completa pode ser dada em termos de mudanças químicas que acontecem quando o açúcar e outras substâncias atingem variadas concentrações na maturação da fruta. (...) Mas isso ignora o fato de que não haveria maçãs se não houvesse comedores de maçãs espalhando suas sementes. Assim, o fato de que as maçãs são prontamente visíveis a pelo menos algumas espécies de comedores de maçãs é uma condição da sua existência, e não somente um mero acaso (do ponto de vista da maçã!).” Dennet (1991) p.377-378. Entender a função “do ponto de vista da maçã” ajuda a entender a concepção platônica em que a função que realiza a natureza da coisa revela sua Ideia.

59 Talvez a melhor tradução em vista da ontologia de Platão seja 'propósito', ou seja, aquilo para que uma coisa existe. A carda existe para cardar, o ser humano, para pensar (ser sensato). O vocabulário da utilidade, muito usado ao tratar da excelência das coisas, como veremos a seguir em I.3.3.D, reforça essa leitura.

maneira, a natureza de uma coisa estaria na sua função e ambas dependeriam da sua Ideia⁶⁰. No exemplo usado por Platão, toda carda que separa a trama faz parte da classe das cardas que participam da Ideia única de Carda⁶¹.

A Ideia de uma Coisa ser ligada a sua função ainda traz um desdobramento que permite à teoria das Ideias lidar com o aperfeiçoamento dos particulares. No exemplo do *Crátilo*, se a Ideia da Carda for 'separar tramas', todo instrumento que realizar essa função será uma carda, independente do seu aspecto variar. Nesse quadro, podemos supor um desenvolvimento das cardas particulares segundo esse critério de excelência. Quanto melhor um instrumento for para realizar sua função de separar as tramas, mais ele realizará sua natureza e participará da sua Ideia. Assim, pode-se alterar a fabricação de um particular, e mudar por completo seu aspecto, a fim de melhorar seu desempenho. Isso não seria alterar sua natureza, mas antes, se aproximar mais da sua Ideia, essa sim, fixa.

Uma carda que precisa de 5 passadas para desemaranhar os fios é uma carda melhor do que aquela que precisa de 10. Por exemplo, na Grécia antiga se usava uma carda de madeira bem similar a um pente (fig.1). Hoje em dia, a carda mais eficiente é de madeira e metal, mais semelhante a uma escova (fig.2). Dado que o instrumento consiste na aplicação da Ideia 'separar fios', ambas as cardas seriam aplicações menos ou mais corretas dessa mesma Ideia que jamais mudou⁶².

60 Mesquita (1997 p.88) acha que é a definição de algo como um instrumento que faz com que ele seja determinado pela sua função. Em suas palavras, o instrumento, diferente das coisas, é determinado “não por aquilo que é, mas para aquilo para que serve, ou melhor, mostrando que aquilo que ele é se não distingue verdadeiramente do fim para que existe”. Uma vez que o nome é um instrumento, mesmo essa leitura mais restrita confirma a interpretação proposta na sequência em que a função do nome é tomada como central para determinar sua natureza. Ainda assim, elementos como a definição de *ergon* na *República* e a associação entre humano bom, útil e sensato que veremos em I.3.3.D no *Crátilo* permitem uma leitura mais abrangente da função na ontologia de Platão.

61 Aqui fica exemplificada a maneira de denominação escolhida para distinguir a Ideia de Algo, em maiúscula, a classe dos algos, no plural, e, o algo particular, no singular e em minúscula.

62 A aplicação de uma tal concepção evolutiva rumo a uma Ideia fixa (provavelmente inalcançável) se encontra explícita em Platão no caso do conhecimento que veremos em detalhe mais adiante. O chamado método da hipótese, afinal, não passa da aproximação de uma definição mais fiel à Ideia da Coisa sob investigação. Assim,



Figura 1: A carda antiga, exemplares do séc 1 a.C.

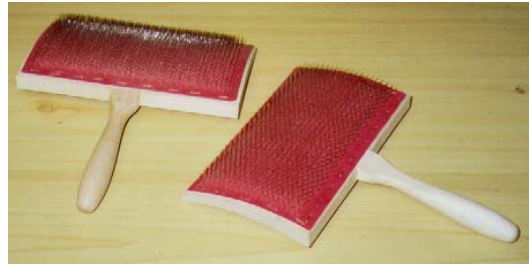
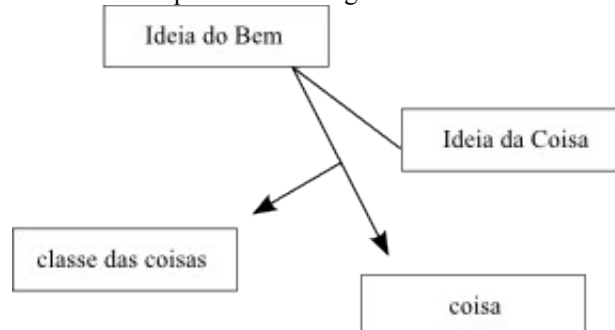


Figura 2: A carda moderna. Foto de Carol Snyder Halberstadt.

Conclusão

A identificação da ontologia subjacente ao *Crátilo* que guiará a interpretação subsequente pode ser representada no seguinte esquema:

Desenho 2: Esquema da ontologia das Ideias nas coisas



Entender bem as relações representadas pelas setas não é nada simples e vai além do escopo dessa tese. Mesmo assim, de maneira um pouco vaga, mas que será importante para entendermos o funcionamento dos nomes, temos que a *Idea da Coisa* é estável (I.1.1.A), e, passando pela *Idea do Bem*, participa na geração da coisa como um modelo ativo (I.1.1.B). O grau de participação no Bem define o grau de realização da natureza da coisa particular, que

como as cardas antigas e modernas, as várias definições de justiça examinadas no livro I da *República* seriam explicações menos ou mais fiéis da *Idea de Justiça*, como veremos em I.5.2.A.

serve de critério para sua excelência (I.1.1.D). Além disso, é devido a essa relação ontológica entre Ideia e coisa que podemos agrupar as coisas que participaram de uma mesma Ideia em uma classe.

Além do esquema é preciso entender ainda que participar na Ideia é o que permite às coisas realizarem sua natureza. Logo, tem uma Ideia tudo aquilo que tem uma natureza a ser realizada. Daí se segue que 'coisas' é um termo usado aqui em um sentido bem amplo, que abarca, inclusive, certas ações (I.1.2.D) e artefatos/ instrumentos (I.1.2.A). A carda e o cardar, por exemplo, têm uma Ideia, mas não é preciso postular uma Ideia específica para cada tipo. A mistura de Ideias nos particulares dá conta da sua variação de aspecto. Não existe a Ideia de Carda para Lã, pois a Ideia de Carda e a Ideia de Lã dão conta de explicar esse tipo de carda (I.1.2.B). Ademais, é a participação em uma mesma Ideia que permite pensar certos particulares como pertencentes a uma classe (I.1.2.C). Por fim, a função se mostra como o critério para verificar se a coisa realiza sua natureza ou não. A boa carda é aquela capaz de distinguir a trama e as urdiduras. Desta maneira ela serve também como meio epistemológico de tentar compreender melhor a Ideia a partir das coisas (I.1.2.E).

Capítulo 2: A ontologia dos nomes no *Crátilo*

Agora que temos uma compreensão mais clara da ontologia subjacente ao *Crátilo* teremos mais condições de examinar o assunto que motivou o uso dessa ontologia, a saber, os nomes. Para isso, será repetida a estratégia de começar pelas características mais gerais e passar às menos comuns, sempre realizando o exercício de pensar que implicações o tema específico dos nomes traz para a concepção geral da teoria das Ideias. Veremos como a Ideia estável e modelar do Nome (A, B, C), o define como um instrumento (D) que está em relação à Ideia das Coisas Nomeadas (E) e cuja função, através da ação de nomear (G), é distinguir e separar existências (H), seja de particulares ou classes (F). A repetição do caminho será guiada pelos mesmos trechos citados acima, já que cada um deles apresenta, logo na sequência, o desenvolvimento de suas questões em vista dos nomes. Em geral, isso confirma que o nome é tratado como uma coisa por Platão. A seguir veremos as implicações mais específicas desse tratamento.

I.2.1 A Ideia do nome

389ab, citado na discussão prévia, apresenta a teoria das Ideias no *Crátilo*. Na sequência, em 389d-390a, Sócrates expõe a motivação dessa apresentação em um diálogo sobre a correção dos nomes dizendo que “E, caso almeje ser um perito na colocação de nomes, ele (quem coloca os nomes) deve fazer e colocar todos os nomes olhando para aquilo

mesmo que é um nome (ou aquilo que 'é um nome em si')⁶³". Apesar de não ainda não usar a palavra Ideia, a expressão 'em si' confirma tratar-se do vocabulário da teoria das Ideias. A analogia é clara. No caso da carda vimos que o carpinteiro deve olhar para a Ideia da Carda antes de produzir um particular. De maneira similar, vemos agora que quem coloca os nomes deve olhar para a Ideia de Nome para fazê-lo. A existência de uma Ideia do Nome justifica a presença da teoria das Ideias no diálogo e, mais importante, abre o caminho para se buscar as implicações dessa presença na concepção de Platão acerca dos nomes. O primeiro passo será verificar como os aspectos da Ideia, a (A) estabilidade, (B) ser um modelo e (C) excelência, atuam no caso específico dos nomes.

A. Estabilidade

Vimos que 'participar de uma Ideia' fornece uma existência estável às coisas particulares mutantes em oposição à mutabilidade absoluta da *Verdade* de Protágoras e à inalterabilidade total da posição de Eutidemo. Agora, no âmbito dos nomes, somos levados a entender a Ideia do Nome como uma alternativa ao convencionalismo de Hermógenes e ao naturalismo de Crátilo, os correspondentes linguísticos das teorias ontológicas dos sofistas supracitados.

O convencionalismo de Hermógenes defende uma condição em que qualquer nome, dado por qualquer um, a qualquer coisa, é tão correto como outro qualquer. Isso seria o funcionamento da linguagem sob o relativismo protagórico no qual cada coisa é como é para cada um. Já o naturalismo de Crátilo defende que há um nome verdadeiro para cada coisa.

63 βλέποντα πρὸς αὐτὸ ἐκεῖνο ὃ ἔστιν ὄνομα, πάντα τὰ ὀνόματα ποιεῖν τε καὶ τίθεσθαι, εἰ μέλλει κύριος εἶναι ὀνομάτων θέτης; Aqui é o αὐτὸ, outro termo recorrente na caracterização das Ideias nos diálogos.

Uma tal linguagem serve para falar do mundo como na posição de Eutidemo, no qual as coisas estão sempre de um jeito⁶⁴. A teoria das Ideias, vimos, é uma solução diferente para esse dilema, pois postula uma existência estável das Ideias (as coisas em si) na qual as coisas particulares mutantes participam. Seguindo o padrão de que o funcionamento da linguagem segue o funcionamento da ontologia, seria preciso uma linguagem que tivesse algo estável, mas que também lidasse com a mudança dos particulares e seu agrupamento em classes. Nesse contexto, não surpreende que, segundo a posição apresentada por Sócrates no *Crátilo*, o nome tenha uma Ideia estável para a qual quem coloca os nomes deve olhar. Porém, para saber as implicações disso de maneira mais determinada, será preciso formar um quadro mais completo da Ideia do Nome. Felizmente, na sequência veremos que o texto fornece as informações necessárias.

B. Modelar

Segundo 389d: “o normatizador deve também ter a consciência de colocar uma natureza inerente a cada nome⁶⁵.” Essa passagem, que precede a introdução da Ideia de Nome supracitada, confirma que, como existe uma Ideia de Nome, cada nome particular tem uma natureza a ser seguida. Lida em conjunto, a passagem garante à Ideia do Nome o mesmo papel modelar presente em outros diálogos: Quem vai criar um nome deve olhar e colocar o modelo da Ideia no particular produzido. Apesar de colocado por um produtor humano, o texto ainda reforça que esse modelo é “inerente”, em acordo com a não oposição entre *nomos*

64 Um tratamento mais cuidadoso de como são apresentados o convencionalismo de Hermógenes e o naturalismo de Crátilo será realizado em II.1.1

65 καὶ τὸ ἐκάστῳ φύσει πεφυκὸς ὄνομα τὸν νομοθέτην ἐκεῖνον εἰς τοὺς φθόγγους καὶ τὰς συλλαβὰς δεῖ ἐπίστασθαι τιθέναι. A questão dos sons e sílabas será tratada quando o caráter descritivo dos nomes estiver em foco.

e *physis* defendida em I.1.2.D.

Além disso, no tratamento específico dos nomes, podemos ver por que o vocabulário do 'segundo a natureza' é mais forte no *Crátilo* do que em qualquer outro lugar do *corpus* que trate das Ideias. A Ideia do Nome é introduzida no debate contra o convencionalista Hermógenes. Para problematizar essa posição segundo a qual não haveria nomes corretos e falsos além da opinião humana, Sócrates recorre a um vocabulário naturalista em defesa da existência de uma correção dos nomes independente da opinião humana. Em suas palavras, ele diz que os nomes possuem “uma correção natural inerente” que remete à posição atribuída ao naturalismo de Crátilo em 383a⁶⁶. Em II.1.2 veremos como, ao final, ele também utiliza um vocabulário convencionalista para problematizar o convencionalismo de Hermógenes. Por enquanto, basta notar como o tema do diálogo traz a discussão para os termos do debate sofista da época. É por isso que Platão usa os termos 'por natureza' e 'por convenção' para expor sua posição embasada nas Ideias. Seguir o modelo que as Ideias ativamente fornecem às coisas e ações consiste em seguir sua natureza. Como natureza e convenção não são termos contraditórios, o normatizador (*nomos*) pode, e deve, seguir a natureza (*physis*) para criar um bom nome⁶⁷.

C. Excelência

Em I.1.1.D, aplicar a Ideia para realizar a natureza levou à consideração da Ideia como critério de excelência das coisas. Aqui, mais uma vez, é para isso que a sequência da passagem em questão evolui. Em 390a Sócrates assegura que “se for aplicada uma mesma

66 Em 383a Hermógenes afirma que “Crátilo diz existir uma correção dos nomes inerente à natureza de cada um dos seres” Κρατύλος φησὶν ὅδε, ὃ Σώκρατες, ὀνόματος ὀρθότητα εἶναι ἐκάστῳ τῶν ὄντων φύσει πεφυκυῖαν.

67 Essa posição está de acordo com a 'norma da natureza' (*nomos physeôs*) do *Górgias* 483e.

Ideia será feito um instrumento igualmente correto⁶⁸” Nos termos colocados anteriormente, assim como a variação entre uma carda boa e uma ruim depende do grau de participação da Ideia da Carda, também um nome bom ou ruim dependerá desse seguir ou não a Ideia do Nome. Há mais evidências de que a correção de um nome é correlacionada à sua excelência.

Em 390d, *καλῶς* é usado no lugar de *ὀρθῶς* para falar da “boa colocação de um nome⁶⁹”. O uso indistinto de belo/ bom e correto reforça a base ontológica do critério de correção dos nomes, que, mais tarde veremos (I.5), culmina no valor de verdade dos nomes. O nome correto, assim como uma coisa boa, depende de realizar a natureza da Ideia do Nome. Mas o que seria esse *καλῶς* em relação aos nomes?

Em 388c Sócrates diz que: “Para um tecelão usar com charme (*καλῶς*) uma carda, 'com charme' seria à moda da tecelagem. E, no caso de quem informa com um nome, 'com charme' seria de maneira informativa⁷⁰.” Uma determinação dessa 'maneira informativa' será desenvolvida junto com a função do nome. Por enquanto, o objetivo é mostrar que assim como o tecer bem é tecer à moda da tecelagem (*ὕφαντικῶς*), também o nomear bem é relativo às características da arte de nomear. Isso é seguir a natureza⁷¹. Portanto, o tratamento dos nomes deixa claro que a Ideia do Bem não vem sozinha, mas depende também da Ideia de cada coisa para gerar os particulares. Como no modelo da imagem do sol na *República*, a Ideia do Nome também se relaciona com a Ideia primordial do Bem, mas possui ela mesma uma natureza própria que deve ser respeitada por quem quiser usar bem um nome.

68 ἀλλ' ὅμως, ἕως ἄν τὴν αὐτὴν ἰδέαν ἀποδιδῶ, εἴαντε ἐν ἄλλῳ σιδήρῳ, ὅμως ὀρθῶς ἔχει τὸ ὄργανον, εἴαντε ἐνθάδε εἴαντε ἐν βαρβάροις τις ποιῆ. Mais uma vez, deixando a questão do material do nome para ser tratada adiante.

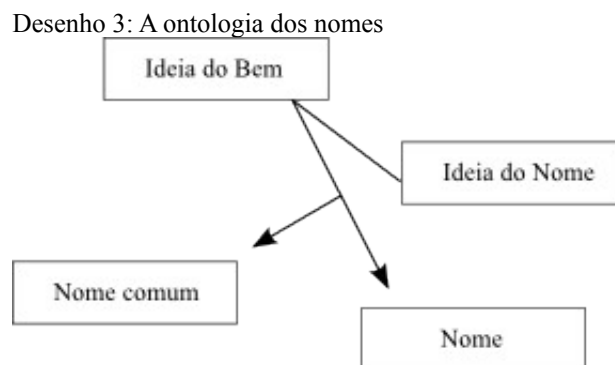
69 εἰ μέλλει καλῶς ὀνόματα θήσεσθαι *Crátilo* 390d

70 Ὑφαντικῶς μὲν ἄρα κερκίδι καλῶς χρήσεται, καλῶς δ' ἐστὶν ὕφαντικῶς· διδασκαλικὸς δὲ ὄνόματι, καλῶς δ' ἐστὶ διδασκαλικῶς.

71 Onde recorre a antecedência da arte em relação ao artesão vista em Aristóteles que, no vocabulário do *Crátilo*, pode ser colocada como a primordialidade da natureza em relação à opinião.

Em suma

Relembrando o esquema apresentado em I.1.D, mas agora adequado ao caso específico dos nomes teríamos:



O que era geral em 'Ideia da Coisa' se torna a 'Ideia do Nome'. A 'Ideia do Bem', que serve de critério para tudo que virá a ser um particular, segue a mesma. A 'classe de coisas', por sua vez, se torna o 'nome comum', já que é assim que chamamos atualmente o nome aplicado a uma classe de coisas, por exemplo, 'cavalo' usado para se referir a classe de todos os cavalos particulares. Por fim, 'coisa' particular se torna o 'nome', também particular, como na referência a um cavalo em particular como 'Xantos'. A questão da classe e dos particulares, bem como do nome comum e do nome próprio serão desenvolvidas na sequência. Para tanto, é preciso passar aos aspectos mais peculiares das Ideias em sua apresentação no *Crátilo* em relação aos nomes.

D. O nome como instrumento

Em 388a, além da carda e outras coisas, Sócrates afirma que “portanto, o nome

também é um instrumento.” Em termos gerais, vimos que não há problemas em aceitar que artefatos tenham Ideias em Platão. O mais importante para o desenvolvimento da analogia, no entanto, é o estatuto do instrumento. Este foi definido como algo feito de um material e que atua em relação a outras coisas. A carda, por exemplo, é feita de madeira e atua sobre os tecidos. Logo, o nome, por ser um instrumento, também tem um material e atua em relação a algo. A questão do material é mais simples.

O carpinteiro, para fabricar uma carda, deve ser um perito no trato com a madeira. A matéria dos nomes, como é dito em 389d, são os sons e sílabas (τοὺς φθόγγους καὶ τὰς συλλαβὰς). Portanto, o normatizador (quem produz os nomes) deverá saber lidar com sons e sílabas para fazer um nome. Nesse critério, podemos supor que, para inventar um nome grego com propriedade, seria preciso respeitar as regras fônicas subjacentes à língua. Da passagem da classe de sílabas vista acima (424c), por exemplo, podemos supor que é necessário que uma letra avozeada venha acompanhada de uma vozeada, caso contrário ela sequer poderia ser pronunciada⁷².

No entanto, apesar de haver esse tipo de coerência interna ao respeitar os sons de uma língua, Sócrates diz explicitamente que um nome não é melhor ou pior se colocado em uma ou outra língua, tal qual duas cardas podem ser feitas com duas madeiras diferentes⁷³. Isso

72 Um exemplo mais sofisticado atestado pela gramática seria a chamada lei de Grassman que dita que a consoante que inicia uma sílaba perde a aspiração quando repetida. Em *tithemi*, o theta vira tau. De qualquer maneira, essa questão não é desenvolvida por Platão.

73 “Portanto, vai ser feito um instrumento igualmente correto seja no nosso idioma ou em um estrangeiro” 390a A analogia das diferentes sílabas com as diferentes madeiras, no entanto, poderia ser mais explícita. Resta a dúvida se Sócrates estaria falando de madeiras apenas numericamente diferentes, mas de um mesmo tipo. Por exemplo, jacarandá do sudeste ou do centro-oeste. Ou, talvez, ele estaria falando de madeiras realmente diferentes, como o jacarandá e o eucalipto. Para o argumento fazer sentido, teriam que ser madeiras apenas numericamente diferentes, pois tipos diferentes de madeira podem ser bons ou ruins para fazer cardas. Por exemplo, uma madeira pouco densa não seria boa para separar fios muito embolados. Porém, em vista da diferença das línguas que não usam os mesmos sons usada na analogia, deveria se tratar de tipos diferentes de madeiras. Nesse caso, uma língua A que tem um certo número de sons e uma língua B que tem sons totalmente diferentes de A, servem do mesmo jeito para se produzir um instrumento igualmente correto. Como esse não é o caso na situação de uma madeira pouco ou muito densa, a analogia perde em força.

condiz com a crítica que ele faz às alterações meramente eufônicas dos nomes que não alteraria sua correção⁷⁴. A brevidade da analogia mostra que Platão está mais interessado naquilo com o que o nome vai se relacionar do que com o seu material. Em vista da ontologia das Ideias vista acima, os candidatos que se apresentam são: as coisas particulares nomeadas, a classe das coisas particulares ou as Ideias das Coisas Nomeadas. A estabilidade aplicada à Ideia do Nome em 1.2.1.A já permite retirar os particulares mutantes da contenda⁷⁵. Porém, para definir melhor com o que o nome se relaciona, ainda precisamos avançar na compreensão das Ideias dos Nomes.

E. Ideias específicas de nomes

Em 389c, após apresentar a diferença entre cardas para linho e lã, Sócrates declara que “seria da mesma maneira para os outros instrumentos. Descoberta a natureza de cada instrumento, deve-se aplicá-la naturalmente naquilo do que ele é feito⁷⁶”. Segundo a interpretação proposta, o caráter intermediário do instrumento explica a variação das cardas para lã daquelas para linho sem precisar postular Ideias-Específicas-de-Carda-para X ou Y. O mesmo acontece no caso dos nomes.

Em 422cd Sócrates distingue dois tipos de nomes, os primários (πρώτος) e os

74 “Se o mesmo vem assinalado com estas ou aquelas sílabas, não é nada, nem se há adição ou subtração de alguma letra.” Crátilo 393d (cf. ainda 394a, 394c); E também “um nome fatal retorcido no qual a eufonia importa mais à feitura do que a verdade” 404d. Essas diferenças, no entanto, produzem efeitos diferentes nos ouvintes. Isso será tratado na parte II.

75 Um tipo de nome que se relaciona com os particulares nomeados são os nomes próprios. Segundo a teoria das Ideias não haveria Ideia de particulares como Sócrates ou Crátilo, e, diante disso, tampouco haveria Ideia de Nomes Próprios. Pode-se ver que é esse o caso quando Sócrates dispensa a investigação da correção (ὀρθῶς) dos nomes próprios de particulares mutantes em favor de coisas que existem sempre em 397b: “Seria mais aceitável se descobríssemos o estabelecimento correto nos nomes daquilo que sempre existiu naturalmente.” Esse tema será desenvolvido na investigação sobre os nomes próprios de personagens em II.4.1.F.

76 Καὶ περὶ τῶν ἄλλων δὴ ὀργάνων ὁ αὐτὸς τρόπος· τὸ φύσει ἐκάστῳ πεφυκὸς ὄργανον ἐξευρόντα δεῖ ἀποδοῦναι 389.c.5 εἰς ἐκεῖνο ἐξ οὗ ἂν ποιῆ [τὸ ἔργον]

derivados (ὕστῳτος). Em acordo com o que se propôs acima, apesar dessa divisão, ele requer que haja um critério único de correção para ambos os tipos⁷⁷. Como ambos tem uma mesma natureza a seguir, não haveria uma Ideia-do-Nome-Primário ou uma Ideia-do-Nome-Secundário. Fica confirmada, assim, a existência de apenas uma Ideia geral de nome, sendo que suas variações seriam explicadas pela sua relação com os nomeados.

Aqui, no caso dos nomes, fica ainda mais claro como é necessária essa economia ontológica na variação dos tipos de particulares. Se não fosse assim, cada nome para X ou Y deveria ter uma Ideia-do-Nome-X ou Y, o que seria ainda mais absurdo que a já difícil crítica do 'terceiro homem' com que a teoria das Ideias tem que lidar⁷⁸. No que interessa aqui, fica estabelecido que todo nome tem uma mesma natureza a qual deve seguir que participa na Ideia do Nome. Por outro lado, as variações nos nomes usados para uma ou outra coisa seriam determinadas pelas variações daquilo com o que o nome se relaciona, o que ainda temos que descobrir. Nesse quadro, não é preciso postular uma Ideia-do-Nome-Chuva (um nome primário particular) ou Ideia-do-Nome-Guarda-Chuva (um nome derivado particular).

F. Nomes e a classe

Vimos como os particulares constituem uma classe segundo a teoria das Ideias no *Crátilo*. Segundo o exemplo do diálogo, a mesma Ideia de Carda que é o modelo ativo para a produção de todas as cardas particulares permite pensar na classe (εἶδος) das cardas, já que

⁷⁷ “Acho que agora você já concorda que haja uma única correção para todos os nomes. Ser primário ou derivado em nada os diferencia em relação ao fato de serem nomes.” *Crátilo* 422c

⁷⁸ A crítica do terceiro homem aparece já em Platão, no *Parmênides* 132ab, mas fica célebre nas palavras de Aristóteles, na *Metafísica* 990b17. Segundo uma de suas versões, o problema é que se há uma Ideia de Humano que faz como que um humano em particular seja um humano, seria preciso haver uma Ideia da Ideia de Humano para haver a Ideia de Humano e, assim, se cairia em uma sequência infinita. A maneira mais simples de evitá-la é não aceitar a autopredicação ou a autoparticipação de uma Ideia. Na sua relação com os nomes, esse problema será tratado em I.3.3.

esta consiste no grupo composto por todos os particulares que realizam em algum grau a natureza da carda. Essa é mais uma relação que, traspassada ao campo dos nomes, faz ainda mais sentido. Isso porque o que conhecemos hoje por nome comum, em oposição ao nome próprio, tende a ser pensado como o nome de uma classe. Está aí a segunda possibilidade aventada em (D) acima, segundo a qual um nome remeteria a uma classe. Nessa concepção, o nome cavalo em uma frase como 'cavalos são equinos' remete à classe dos cavalos, já que é um nome geral o bastante para ser aplicável a todos os seus particulares, inclusive os que já morreram ou os que ainda virão a ser.

Porém, como também foi visto em I.1.2.C, não podemos cair no conceito construtivista de uma universalidade formada a partir das instâncias particulares no mundo sensível. Para Platão, também no caso dos nomes, seria o inverso, é da unidade que surgem os muitos⁷⁹. É a derivação comum de uma Ideia que permite pensar em uma classe de particulares. Por isso, no texto do *Crátilo* em 389bc, o normatizador não olha para as coisas (exemplos empíricos de particulares) ou para os nomes, mas antes, para a Ideia do Nome, a fim de colocar, segundo a natureza, um bom nome. Assim, após a interdição dos nomes se relacionarem com particulares, também fica interdita a possibilidade de relação direta com as classes⁸⁰.

O argumento do usuário, aplicado aos nomes, dá a dica de onde devemos procurar para encontrar com o que é que um nome se relaciona. No caso das cardas, quem conhece a madeira é o carpinteiro e quem conhece os tecidos é o tecelão, assim, um deve auxiliar o outro

⁷⁹ Esse é o chamado 'argumento platônico do um sobre os muitos': segundo ele, como predicamos uma mesma coisa de vários particulares, por exemplo, ser um humano, quer dizer que há uma mesma coisa estável e separada que participa nesses particulares, essa seria a Ideia. Para uma versão desse argumento na crítica peripatética cf. Aristóteles, *Sobre as Ideias*, 80.8-15.

⁸⁰ Estas tampouco passam no requerimento de estabilidade, já que a extensão de uma classe aumenta e diminui devido ao surgimento e perecimento de particulares. Além disso, uma classe pode se extinguir se todos seus exemplares perecerem, mas, mesmo assim, o seu nome continua podendo ser usado de maneira significativa.

na produção da boa carda. Analogamente, quem conhece sons e sílabas é o normatizador, e quem deve auxiliá-lo é o dialético, segundo 390d: “parece que no caso do normatizador o produto seria um nome, e produzido sob a conscientização do dialético, se ele almeja que os nomes sejam colocados com charme⁸¹.” Por isso, ainda que o normatizador saiba tratar do material com o qual os nomes são compostos, os sons, sílabas e letras, é o dialético quem deve lhe aconselhar naquilo que realmente importa para um nome funcionar, aquilo sobre o que ele vai agir⁸². Assim, para ver com o que é que o nome se relaciona é preciso identificar a especialidade do dialético.

Em 390c, o dialético fora definido como quem “chega ao conhecimento perguntando e respondendo”⁸³. O texto não explicita o que é o conhecimento, o que deixa espaço, por exemplo, para um tipo popular de interpretação dos nomes como se referindo aos conceitos ou significados dos nomeados⁸⁴. Esta leitura é especialmente persuasiva a quem vê no Sócrates de Platão alguém que usa a dialética em busca da definição da coisa em questão, como caracterizado por Aristóteles na *Metafísica* 4, 1078b22-30⁸⁵. Porém, ainda que isso seja verdade de Sócrates, não parece se aplicar com exatidão a Platão. O problema é que definição, conceito, significado e equivalentes fornecem um objeto semântico (no vocabulário de Platão:

81 Νομοθέτου δέ γε, ὡς ἔοικεν, ὄνομα, ἐπιστάτην ἔχοντος διαλεκτικὸν ἄνδρα, εἰ μέλλει καλῶς ὀνόματα θήσεσθαι. Onde o καλῶς reforça o caráter da excelência.

82 Essa divisão de trabalho permite, inclusive, ser entendida como a partição da alma recorrente nos diálogos segundo a qual, em geral, a parte executiva deve obedecer a parte racional para realizar sua natureza de maneira plena. O normatizador executa, mas sob a supervisão do dialético que, segundo o argumento do usuário, é quem sabe melhor sobre o funcionamento dos nomes.

83 Τὸν δὲ ἐρωτᾶν καὶ ἀποκρίνεσθαι ἐπιστάμενον

84 Lorenz e Mittelstrass, 1967 p.9, são um exemplo quando dizem que, para Platão, uma sentença do tipo t é S está correta quando “o indivíduo de nome próprio t faz parte no conceito representado por S.” O problema desse tipo de leitura é que ele coloca o critério de verdade do nome na linguagem, já que conceito, significado ou definição são todos termos discursivos. Porém, como a discussão prévia da ontologia que embasa o pensamento da linguagem no *Crátilo* espera ter mostrado, o critério de verdade dos nomes não pode ser discursivo.

85 Para Platão, um nome tampouco pode ser “o símbolo de uma experiência intelectual” (ou o pensamento), como quer Aristóteles no *De Interpretatione* 16a3, já que isso o ligaria à opinião humana (Para isso aplicado a Platão cf. Robinson, 1955 p.106-7, para quem os nomes em Platão se refeririam a *noemata* (*objetos mentais*)). O problema dessa concepção é o mesmo da anterior. Um nome deve ser um critério de verdade metafísico para ter uma natureza a ser seguida, e é por isso que um nome, como uma coisa, tem uma Ideia. Na sequência, isso ficará ainda mais claro.

discursivo) para embasar o nome⁸⁶. Apesar disso, White (1976, p.6 seq) mostra como a teoria das Ideias em Platão não costuma ser defendida por provas semânticas, mas apenas metafísicas e epistemológicas. Isso se encaixa perfeitamente nas duas ocorrências das Ideias no *Crátilo*: em 389b vista ao longo de I.1, o caso é metafísico. Em 439e, que será tratada na parte III, o caso é epistemológico. As duas estão interligadas e a primordialidade é da primeira, pois a epistemologia de Platão depende da metafísica das Ideias⁸⁷. Assim, em vista da relação entre as coisas e as Ideias usada por Platão para entendermos a relação entre nomes e Ideias no *Crátilo* parece mais seguro assumir que os nomes se relacionam com o que podemos chamar de objetos metafísicos, e não semânticos, denominados por Platão de Ideias⁸⁸.

O nome, então, tem uma Ideia do Nome, e ainda, se relaciona com a Ideia do Nomeado. É a mesma situação do conhecimento em 439e que tem uma Ideia, pois é estável, e lida com a Ideias das Coisas Conhecidas, que também são estáveis⁸⁹. Essa interpretação ainda é reforçada pelo fato de o dialético ser quem busca conhecer a Ideias das coisas, segundo *República* 534b⁹⁰. Nesse quadro, o nome 'cavalo' remete à Ideia de Cavalo, o que lhe dá um fundamento ontológico para se relacionar, em segunda ordem, com a classe cavalos e com os

86 Há nuances no tratamento de nomes como conceito, significado, definição e equivalentes, mas, na presente discussão, a sua refutação se dá por um quesito que eles compartilham, a saber, o fato de nomes, nesses casos, se referirem a objetos semânticos. Isso, como se mostra na sequência, não se encaixa bem no que é exposto nos diálogos de Platão.

87 White, entretanto, foca mais na epistemologia. Fine (1999 p.18), ao pensar nas Ideias como 'propriedades explicativas' também privilegia a epistemologia. A preferência aqui é dada à ontologia (ou metafísica).

88 A preferência aqui é por falar de Ideias, sem especificar se são objetos, semânticos ou abstratos. Eventualmente essas expressões são usadas, caso seja necessário para explicar a posição escolhida em vista do debate contemporâneo.

89 “Mas se também esta Ideia do conhecimento se transmudasse junto se transmudaria qualquer outra espécie de conhecimento. Desta fala se segue que nem o que conhece nem o que é conhecido existiria. Por outro lado, se existe sempre o que conhece, existe o conhecido, existe o charmoso, existe o excelente, e existe cada um dos seres.” Assim se usa a Ideia do Conhecimento para se provar a existência das Ideias das Coisas Conhecidas como o charmoso, excelente e etc.

90 Na *República* 534b o dialético é quem é capaz de fornecer um *logos* da *ousia* das coisas. Ou seja, o objeto é a *ousia*, que virá a tona no *Crátilo* quando tratarmos da função do nome em (H) abaixo.

cavalos particulares, ambos ontologicamente dependentes da Ideia de Cavalo.

G. A ação de nomear

A relação entre a carda e o cardar, instrumento e ação, é apresentada no *Crátilo* para o leitor entender o nome e o nomear. Esse movimento culmina na conclusão de que: “(1) caso se almeje confirmar o que foi dito antes, (2) convém nomear, não como quisermos, mas sim seguindo a natureza de *como* nomear e *com o que* devem ser nomeadas as coisas. (3) Deste modo, e não de outro, faríamos algo de pleno ao nomearmos?”⁹¹”

Em (1), que no original não vem no início, fica explicitada a referência à investigação dos exemplos anteriores de ações como o cortar e o queimar. Akrill (1997 p.39) acredita que essas ações falham em fornecer uma analogia eficaz. Segundo ele, enquanto o cortar e o queimar acontecem 'em algo', dependendo assim do queimado e do cortado, o nomear não acontece na coisa particular nomeada. Isso condiz com o seu modelo segundo o qual o nome de algo é o nome de um conceito⁹². Porém, segundo a proposta desenvolvida aqui em que o nome é um instrumento que atua na Ideia do Nomeado, as analogias funcionariam. O funcionamento do nome depende de algo além da linguagem. Assim como a carda depende do tecido e o queimar, da madeira, o nome depende da Ideia do Nomeado⁹³.

A interpretação proposta acima fica mais plausível com a leitura de (2), uma vez que a

91 Οὐκοῦν καὶ ὀνομαστέον [ἐστὶν] ἢ πέφυκε τὰ πρά387.d.5 γματα ὀνομάζειν τε καὶ ὀνομάζεσθαι καὶ ᾗ, ἀλλ' οὐχ ἢ ἂν ἡμεῖς βουλευθῶμεν, εἶπερ τι τοῖς ἔμπροσθεν μέλλει ὀμολογοῦμενον εἶναι; καὶ οὕτω μὲν ἂν πλεόν τι ποιούμεν καὶ ὀνομάζομεν, ἄλλως δὲ οὐ;

92 Porém, a Ideia, sendo a fonte comum de nomes, pensamentos e coisas particulares, engloba essa solução recorrendo a uma ontologia de teoria das Ideias muito mais atestada nos diálogos. Os nomes se refeririam a objetos abstratos que não estão na mente dos humanos, e, assim, independem de suas opiniões. O que se segue então é uma teoria da linguagem cuja verdade se assenta na referência a objetos extralinguísticos, como será propostas na sequência.

93 Apesar desse relacionamento com o objeto sobre o qual o instrumento age, é fato que o nomear não altera o nomeado como o cortar afeta a madeira cortada. Porém, será dito que ele 'separa' as existências, em mais uma evidência de qual é a ênfase das analogias para a qual o cardar é que funciona melhor.

necessidade de se seguir a natureza do nomear (ação) e daquilo com o que se deve nomear (o instrumento), em vez de fazer de acordo com a opinião de cada um, é enfatizada. Nesse ponto, a escolha de queimar também parece importante, pois este verbo é aplicável tanto a uma ação natural quanto a uma ação humana. Isso reforça a defesa de que Platão não atribui uma diferença relevante para se verificar a correção desses dois tipos de ação. A ação humana realizada com um instrumento produzido por um humano também deve ser feita de acordo com a natureza e independentemente da opinião humana.

(3) retoma a declaração de que usar um instrumento para realizar uma ação errada é como não fazê-la, mas de uma maneira mais branda. A diferença parece ser significativa. Uma motivação para essa posição menos radical no tratamento do nomear incorreto pode ser a contraposição ao radicalismo de Crátilo apresentado na parte final do diálogo. Segundo este, em 430a, não haveria nomes falsos e quem falasse um nome não verdadeiro estaria apenas fazendo um som, tal qual quem bate em um pedaço de cobre⁹⁴. Sócrates, veremos, quer comprovar a existência de nomes falsos, e portanto não diz que um nomear contra a natureza não passa de som sem sentido. Assim, apesar de o cortar e queimar contra a natureza terem sido mostrados como não ações, ao tratar dos nomes Platão prefere a declaração positiva de que o nomear segundo a natureza será algo de pleno. Essa referência à plenitude confirma ainda a interpretação de que as coisas particulares podem participar das suas Ideias em maior ou menor grau, que atesta possibilidade de haver nomes mais corretos e menos corretos.

Ideia de coisas e ações

94 “C. Eu diria ter sido apenas o barulho de um movimento em vão, assim como se alguém se movimentasse golpeando cobre.” *Crátilo* 430a

O cardar e a carda foram tratados em relação a uma função e, portanto, uma Ideia. De maneira análoga, também o nome e o nomear são tratados de maneira interligada. A passagem da ontologia para a linguagem já não surpreende, mas, ainda assim, permite ir além. Se o instrumento e a ação remetem a uma mesma Ideia do Nomeado, podemos concluir que nomes e verbos como 'carda' e 'cardar' ou 'nome' e 'nomear' remetem a uma mesma Ideia de Carda-Cardar ou Ideia de Nome-Nomear. Essa indistinção é corroborada pelo uso amplo de ὄνομα no *Crátilo* que não distingue claramente entre as categorias sintáticas de nome e verbo⁹⁵.

A indistinção ontológica entre nomes e verbos pode, provavelmente, ser estendida a todas as outras categorias sintáticas da linguagem, como adjetivos, advérbios e assim por diante⁹⁶. Como todas as palavras derivadas se referem a uma mesma Ideia, elas são apenas variações particulares de uma mesma existência estável. Comprovando essa leitura, em 416d, por exemplo, Sócrates apresenta duas sequências de palavras derivadas para mostrar que elas vêm de algo em comum. Primeiro, ele declara que o medicinal faz as coisas medicinais e o carpinteiral, as carpinteirais, para, em seguida, concluir com duas palavras parecidas, mas não derivadas: “Tal qual o chamador (faz as coisas) charmosas?⁹⁷”. Aqui chamador (καλοῦν) vem do verbo κἄλέω (chamar) e charmoso (καλά) vem do substantivo καλός (belo, bom)⁹⁸. A

95 Essa distinção que figura de maneira apenas subjacente no *Crátilo* é explicitada no *Sofista* e será tratada adiante em I.4.2. Quando está em questão a relação entre o nome a Ideia, ela não opera, enquanto que no *Sofista*, onde a função sintática das palavras é considerada, há uma distinção entre nome e verbo que, apesar de ser mais restrita, não anula, e até pressupõe, a visão mais ampla segundo a qual nome e verbos são iguais referencialmente por remeterem a uma mesma Ideia.

96 A questão acerca da relação entre as diferenças dos casos (*ptosis*) das palavras e a realidade foi popular na antiguidade. No seu comentário ao *Crátilo*, Proclo cita quatro críticas que Demócrito faria ao naturalismo. A última delas se refere a esses casos: “por que, para 'pensamento' nós dizemos 'pensar', mas de 'justiça' nós não derivamos um verbo?” (XVI pp. 6, 20–7, 17) Essa assimetria, para Demócrito, mostraria a arbitrariedade dos nomes. A maneira mais fácil de Platão responder a essa crítica seria responsabilizar algum normatizador por ter falhado em dar ao idioma grego um verbo para 'fazer justiça', mas, de qualquer maneira, isso em nada muda o fato de existir uma tal ação e que essa deve ser feita segundo a natureza.

97 Τὸ οὖν ἰατρικὸν ἰατρικὰ ἐργάζεται καὶ τὸ τεκτονικὸν τεκτονικά; ἢ πῶς λέγεις; (...) Καὶ τὸ καλοῦν ἄρα καλά; Essa passagem é a que motiva a tradução de καλῶς por 'com charme' em vez dos tradicionais 'bom' ou 'bem' para enfatizar o uso retórico da aparência das palavras.

98 Nesse uso de Platão se identifica o padrão argumentativo mostrado por Aristóteles nos *Tópicos* 2.9.400, segundo o qual o uso de palavras em casos diferentes permitiria fazer inferências entre elas, como em: se o que é justo é louvável, então, o que é feito justamente e uma pessoa justa são louváveis. Além disso, fica claro que

primordialidade da arte em relação ao artífice se apresenta outra vez, pois é o medicinal, e não o médico, que faz as coisas da medicina. Além disso, a união das palavras que consistem em uma mesma raiz (medic- e carpint-) apenas declinadas para exercer uma função diferente confirma o modelo segundo o qual cada dupla se referiria a uma Ideia.

A novidade é o uso do chamar para se referir às coisas charmosas (belas ou boas). Agora que sabemos que o nome remete às Ideias, fica fácil compreender o porquê dessa associação. A ligação chamar-charmoso seria justificada por descrever aquele instrumento e aquela ação que se realizam em relação às Ideias, que são as coisas 'mais belas' na ontologia de Platão. Assim, o nome se mostra como um instrumento que está em relação natural com as coisas mais belas, as Ideias das Coisas Nomeadas, que também são os objetos da investigação dialética.

H. Função do nome

Como vimos, pelo menos no *Crátilo*, a função de uma coisa parece ser um caminho legítimo de verificar se ela realiza sua natureza e, por conseguinte, de se aproximar da identificação da sua Ideia⁹⁹. Felizmente, em 388b, Sócrates nos oferece, como fizera com a carda, uma declaração explícita da função do nome e do nomear: “(1) Sendo o nome um instrumento, quando nomeamos, o que fazemos? (...) (2) Ora, não informamos algo aos outros

Sócrates se aproveita de uma falsa aparência para provar seu ponto. Isso será tratado em II.3.2 como um recurso persuasivo para gerar efeito em um certo tipo de público amante das aparências.

⁹⁹ Chomsky, pensando uma teoria da linguagem contemporânea, nota a importância que atribuímos à função para nomear uma coisa. Segundo seu exemplo, um rio segue sendo chamado de rio mesmo se ele se secar, for poluído, ou for desviado. Ou seja, um rio sem água, um rio sem vida e um rio que passa por outro lugar, todos candidatos a ser características 'essenciais' do que entendemos por 'rio', segue tendo o mesmo nome de 'rio'. Por outro lado, o simples fato de que o rio comece a ser usado para navegação, sem ter nenhuma característica sua alterada, é suficiente para que deixemos de chamá-lo de 'rio' e ele passe a ser visto como um 'canal'. Em Platão, a importância dada à função está intimamente ligada à Ideia.

e distinguimos as coisas como são?¹⁰⁰ (...) (3) Ora, o nome é um tipo de instrumento informativo e distintivo da existência.¹⁰¹”

Nessa passagem a função do nome é dividida em duas partes que são explicadas duas vezes. Segundo (2) o nome é usado para 'informar algo aos outros e distinguir como as coisas são.' Aqui se identificam duas funções ou etapas: informar e distinguir¹⁰². As mesmas são repetidas em (3), onde “o nome é um tipo de instrumento informativo e distintivo da existência.” Devido a essa repetição, a tendência é tratar (3) como uma reformulação de (2), porém, não é necessário que seja assim. Talvez (3) ofereça uma correção, uma versão mais precisa, de (2).

Se compararmos as duas declarações, (2) tem a particularidade de colocar em questão “os outros” (ἀλλήλους). Essa caracterização focaliza o nome como um instrumento comunicativo que considera sua recepção por um outro interlocutor. Mas se formos a (3) essa característica não aparece. O nome agora é pensado apenas em relação à “existência” (οὐσίας) das coisas nomeadas. Diante disso, a interpretação que se propõe é que em (3), uma vez que a comunicação com os outros não está em questão, o nome tem sua função absoluta definida como o distinguir aquilo que existe¹⁰³. Em vista da *ousia* estável vista em I.1.1 e da relação

100 Ἄρ' οὐ διδάσκομέν τι ἀλλήλους καὶ τὰ πράγματα διακρίνομεν ἢ ἔχει;

101 Ὄνομα ἄρα διδασκαλικόν τί ἐστὶν ὄργανον καὶ διακριτικὸν τῆς οὐσίας

102 Muito já se discutiu sobre como interpretar estas funções dos nomes. Thomas, 2008 p.344, resume assim as posições “há uma questão sobre o número de tarefas básicas atribuídas aos nomes. Sócrates quer identificar uma tarefa (distinguir revelando) ou duas (distinguir e também revelar)?” A opção aqui será a de ver duas funções, distinguir e informar, mas hierarquizando o distinguir como essencial (do âmbito da verdade) e o informar como secundário.(do âmbito da opinião).

103 Akrill (1997 p.40) coloca essa diferença em termos de 'sucesso comunicativo' e 'verdade'. Nas suas palavras: “sucesso comunicativo depende de convenções compartilhadas através das quais uma pessoa entende o que a outra pensa (...) no entanto, outro tipo de sucesso do nome concerne à verdade. Para esse tipo de sucesso eu tenho que ter usado um nome para aquilo que se lhe aplica, em virtude do seu significado.” Como foi dito, aqui não se vê o nome, segundo Platão, como remetendo a um significado, mas sim a sua Ideia. Além disso, a dupla função do nome, a divisão do diálogo, primeiro tratando da verdade absoluta e depois introduzindo o papel do ouvinte no tratamento das aparências permite entender esses dois tipos de sucesso como aplicados a etapa referencial e descritiva do nome. Essa divisão será explorada na parte I, em relação à verdade, e na II, em relação a aparência, o que, se espera, vai permitir compreender de maneira mais determinada as diferenças e relações entre essas funções do nome.

entre nome e Ideia do Nomeado visto em (F) acima, é possível definir o nome como um instrumento cuja função é distinguir Ideias.

O caráter absoluto da função distintiva permite diferenciar (3) de (2), na medida em que em (2) a presença do ouvinte torna a função informativa do nome algo do âmbito da opinião, pois se trata de comunicar a um outro aquilo que alguém acha¹⁰⁴. A primazia da distinção, portanto, está em acordo com o nomear segundo a natureza e independente da opinião humana visto em (G) acima¹⁰⁵. Em suma, em (2), o informar seria descrever para chegar a uma referência comum entre dois falantes enquanto que em (3) trata-se apenas de uma referência que informa da distinção de uma Ideia sem se ocupar de descrevê-la¹⁰⁶. Como essa distinção não se dá pela descrição etimológica, que é do âmbito da aparência e das opiniões humanas, o nome realizaria sua natureza ao se referir às Ideias. Muito mais será dito para determinar essa função referencial logo a seguir, em I.3.

Baseado na interpretação acima, o nome terá sua função dupla na sequência dessa tese tratada nos termos de referencial, aquela que distingue as existências, e a descritiva, aquela que as descreve¹⁰⁷. Como a descrição é do âmbito da opinião, a função fundamental do nome

104 Com essa divisão Platão abarca duas maneiras que atualmente são tratadas de maneira contraditória em relação aos estudos da linguagem. Segundo Davidson (1976), entender uma linguagem é entender seu valor de verdade. É isso que Platão faz em relação à função referencial do nome, como veremos em I.5. Já segundo Grice (1975), a linguagem se realiza quando o sentido que o falante tem em mente é captado pelo ouvinte. Algo próximo disso acontece no *Crátilo* quando o papel do ouvinte entra na discussão, em relação à função descritiva do nome, tratada em II.3.2.B.

105 Este funcionamento absoluto que independe da opinião dos humanos seria o que acontece quando, por exemplo, se 'fala' um nome consigo mesmo no modelo platônico do pensar como um diálogo consigo mesmo: "Pensar é o diálogo interno realizado pela mente, com ela mesma, sem falar nenhum som." *Sofista* 263e Mas o mais importante é entender que o critério de verdade dessa função do nome é externo à linguagem, e é o mesmo da epistemologia, ou seja, as Ideias.

106 (2) se faz necessário pois a capacidade descritiva de um nome era sua função mais popular na antiguidade, como prova a longa seção etimológica do *Crátilo*. Porém, a divisão entre primários e derivados, na qual os primários, diferente dos derivados, não têm elementos significativos (quer dizer, raízes de outras palavras) para realizar sua capacidade de descrição (422c), mostra que este tipo de informação não pode ser a função geral dos nomes. Esse tipo de problema que impede que a capacidade descritiva dos nomes seja seu critério de verdade será tratado mais a fundo na parte II. Por agora, basta aceitar que a descrição, por estar em relação com a opinião e não com as Ideias, não fornece um critério sólido para a verdade dos nomes.

107 Se trouxermos para o debate a questão dos níveis de realidade que opera em Platão, a descrição dos nomes informaria sobre a aparência do nomeado ao revelar apenas a opinião de quem colocou aquele nome acerca do

seria a referência que 'distingue Ideias'¹⁰⁸. Desse modo se inicia a interpretação de um funcionamento referencialista dos nomes em Platão. Além de referencialista, esse modelo pode ser classificado como ontológico externo, já que o significado dos nomes é definido por aquilo a que ele se refere, e ele se refere a um objeto extralinguístico, a saber, a Ideia dos Nomeados¹⁰⁹.

Conclusão

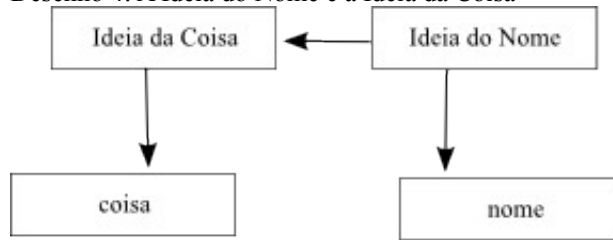
Agora temos os elementos fundamentais para estruturar o funcionamento do nome segundo o *Crátilo* de Platão. De maneira geral, teríamos o seguinte esquema:

nomeado enquanto a referência informativa explicaria a relação entre nome e Ideia do Nomeado.

108 Em outros diálogos platônicos existem informações que parecem corroborar essa leitura. No caso do funcionamento distintivo dos nomes trata-se da função do dialético no *Fédro* de 'distinguir a natureza nas suas juntas' descrito em 256e "aquele (princípio) de dividir as coisas em classes, onde as juntas naturais estão, e tentar não quebrar nenhuma parte assim como faz um mal marceneiro" (265e). Aplicado ao *Crátilo* esse princípio é explicado por Kretzman (1971 p.131). Ele mostra que se algum grupo de humanos cria um nome 'cavelha' (no original, shorse = sheep + horse) para se referir a cavalos e ovelhas, eles estão errados, pois o nome não separa a natureza nas juntas. Adequado aos pressupostos da presente discussão, como não há uma Ideia de Cavelha, não se justifica que haja um nome para se referir a cavalos e ovelhas em bloco. Seria um nome que segue uma opinião esdrúxula de um humano, e não a natureza do nomear. Nesse quadro, como um exemplo do *Político* esclarece, o nome 'bárbaro' é ruim pois falha ao distinguir a natureza nas juntas já que dividir a humanidade em gregos e bárbaros supõe que todos os humanos não gregos pertençam a uma mesma raça, o que não corresponde à realidade. Segundo o texto: "Eles separam de todos a raça helênica como se fosse uma, e todas as outras, que são infinitas, imiscíveis e não consoantes umas com as outras, eles se referem com uma só designação, a de 'bárbaro'" *Político* 262d. Porém, é preciso notar que em outros lugares, como na *República* 470d, Platão faz uso que seria inadequado dessa oposição entre gregos e bárbaros: "afirmo ser os gregos da mesma família e origem, e os bárbaros, de origem e família diferente."

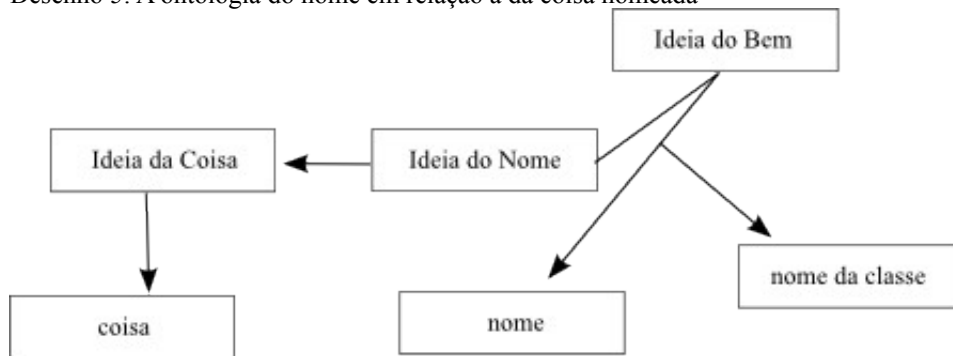
109 As Ideias são aqui pensadas como objetos abstratos e não como conceitos ou significados formulados discursivamente. A melhor defesa para uma postura é a proposta por White (1976, p.6 seq) que mostra como as provas da existência das Ideias nunca são semânticas, mas apenas epistemológicas ou metafísicas. A teoria das Ideias que embasa o funcionamento dos nomes nessa tese segue essa proposta, mas, ao contrário de White, a ênfase é mais a metafísica do que a epistemologia, já que, para a epistemologia platônica funcionar é preciso a existência das Ideias (e não o contrário). Saber como e onde elas existem é uma questão difícil de encontrar uma resposta definitiva em Platão. Felizmente, para a investigação dessa tese, basta aceitar que a Ideia, estando ela separada do mundo ou não, é um objeto extralinguístico ao qual o nome se refere e que é o objeto estável do conhecimento, tudo isso por ser um modelo ativo para o surgimento das coisas no mundo sensível.

Desenho 4: A Ideia do Nome e a Ideia da Coisa



O nome está em relação direta com a sua Ideia de Nome, já que ele é como qualquer coisa que tem uma natureza e participa em sua Ideia. O sentido das setas que saem das Ideias mostra que a mesma base ontológica que a Ideia fornece às coisas particulares no mundo sensível acontece no caso dos nomes. Ademais, o nome, por ser uma coisa do tipo instrumento, opera em relação a outras coisas, no seu caso, essas seriam a Ideia da Coisa Nomeada, como mostra a seta para a esquerda. É essa relação natural que faz do *chamar* uma ação *charmosa*, pois é a Ideia do Nomeado que fornece ao nome um referente com a estabilidade necessária para funcionar, assim como a Ideia fornece ao conhecimento um objeto estável. Assim, o nome 'cavalo' se refere à Ideia do Cavalo, o que lhe dá a estabilidade necessária para continuar sendo significativo mesmo se todos os cavalos particulares se extinguirem e se os humanos começarem a achar que a existência de cavalos não passa de mito. Desta forma, temos uma relação natural entre nome e Ideia da Coisa Nomeada através da Ideia do Nome que permite ao nome ser correto, ou bom, independente das opiniões humanas ou dos particulares. A introdução da valoração, no entanto, pede que a esquematização seja um pouco mais complexa. Nesse caso, mesclando este esquema com aquele apresentado durante a discussão ontológica em I.1 e I.2, teríamos:

Desenho 5: A ontologia do nome em relação à da coisa nomeada



Agora podemos ver que a Ideia do Nome, como toda Ideia, também passa pela Ideia do bem ao gerar o particular. Também como no caso das coisas, cada nome ser gerado de uma mesma Ideia permite os agrupar na classe dos nomes. Porém, como o nome está em relação à Ideia das Coisas, isso se torna mais significativo, pois, essas relações permitem pensarmos no que chamamos de 'nome comum', ou seja, um nome que se refere à classe das coisas nomeadas. Desta maneira, como o nome 'humano' se refere à Ideia de Humano, ele tem uma base ontológica para se referir aos humanos particulares ou à classe dos humanos, já que essa só existe porque cada humano particular que existe, existe apenas na medida em que participa de uma mesma Ideia de Humano.

Além dos esquemas, vimos ainda que a função primordial do nome, aquela que nos permitiria vislumbrar a Ideia de Nome, seria uma distinção que se daria através da referência à Ideia da Coisa Nomeada. Agora que temos o funcionamento do nome estruturado é hora de ver como o texto determina as características desse distinguir como uma referência feita à Ideia.

Capítulo 3: O funcionamento referencial do nome

Agora é hora de determinar melhor o funcionamento referencial¹¹⁰ do nome. Primeiro, em I.3.1, vamos ver as três possibilidades de referência dos nomes embasadas na sua relação com as Ideias. A referência à Ideia permite relacionar o nome com os particulares que participam nessa Ideia e com a classe de particulares que surge dessa participação em comum. Em seguida, em I.3.2, o uso dos nomes para falar de particulares mutantes será desenvolvido a partir do processo de eponímia. Colocar um nome que se refere a uma Ideia sobre um particular é uma atitude necessária para o uso corriqueiro da linguagem, mas que traz implicações que uma investigação filosófica não deve aceitar sem questionar. Isso permitirá que em I.1.3 possa ser determinado o funcionamento referencial do nome em vista da compreensão de mundo de Platão.

I.3.1 O nome e a referência

Para vermos como se trata a passagem do particular ao geral durante o tratamento

110 Hoje em dia, chamamos de 'teoria referencial' a concepção quase intuitiva de que os nomes significam porque eles se referem às coisas. Daí veio a escolha por chamar o funcionamento do nome de 'referencial', já que, ao que parece, Platão adota esta mesma concepção, mas com a adição de uma refinação filosófica. Embasado na teoria das Ideias, ele supõe que os nomes se refeririam às 'coisas em si' ou seja, às Ideias. Desta perspectiva o referencialismo de Platão teria algo de conceitualista e de realista. O conceitualismo, no qual um nome se refere ao seu significado, tem alguma semelhança com o tratamento de Platão porque, ao se referir a Ideia da coisa nomeada, um nome e a busca pelo conhecimento têm o mesmo objeto, a Ideia da coisa. Quem defende que a Ideia do nome é o significado do nome parece se aproximar desta concepção. Porém, apesar de pertinente, esta leitura não deve mitigar o fato de que o nome se refere à Ideia da coisa e que a sua tradução em palavras através de uma definição, conceito ou função é apenas um recurso investigativo. É por isso que Platão, em última instância, é um realista. A Ideia do nome faz referência à Ideia da coisa nomeada, que é um objeto extralinguístico e extraintelectual mais real do que os particulares sensíveis ou a sua classe, sejam traduzidos em um conceito ou no significado do nome.

referencial dado aos nomes na conclusão do *Crátilo*, a discussão será dividida em três estágios. Primeiro, em (A), veremos como Sócrates propõe um experimento teórico para provar o funcionamento do nome próprio usado para se endereçar a alguém. Em seguida, em (B), será analisado o passo que se dá rumo à generalidade através do exemplo do retrato de um homem que pode ser aplicado a todo homem. Por fim, em (C), veremos como todo nome, em geral, é pensado segundo a estrutura referencial 'isto é um X'.

A. O nome como um 'endereçar-se'

Em 429e Sócrates apresenta o seguinte experimento mental: “e se alguém te (Crátilo) encontra no estrangeiro, toma a sua mão e declara: 'Olá, estrangeiro ateniense, filho de Smicron, Hermógenes.’”¹¹¹ A situação é utilizada para defender que o cumprimento acontece mesmo que o desconhecido tenha usado o nome próprio 'Hermógenes' para cumprimentar Crátilo¹¹². Isso prova que a capacidade descritiva do nome usado não importa *no caso da referência*. Ao pegar na mão de Crátilo para cumprimentá-lo, o desconhecido impossibilita o erro de referência, encenando assim o que seria essencial para o funcionamento de um nome. Encontra-se aqui um paradigma do nome funcionando como um 'endereçar-se':

111 οἷον εἴ τις ἀπαντήσας σοι ἐπὶ ξενίας, λαβόμενος τῆς χειρὸς εἶποι· “Χαῖρε, ὦ ξένε Ἀθηναῖε, υἱὲ Σμικρίωνος Ἑρμόγενης.”

112 As passagens a serem analisadas em A, B e C formam uma microestrutura que ecoa a macroestrutura do diálogo. Na primeira parte do texto, a discussão do convencionalismo com Hermógenes começa tratando dos nomes próprios de Crátilo e Hermógenes que Sócrates prefere abandonar. Em seguida, ao tratar dos nomes segundo os poetas, ele se detém, primeiro, no caso dos nomes próprios de pai e filho, Heitor e Astyanax, antes de passar para o caso de nomes comuns como rei e leão que gerariam filhos reis e leões. Depois disso vem a parte intermediária do diálogo que se ocupa das etimologias. Essa também começa com a análise de nomes próprios de deuses para, então, passar a tratar de nomes comuns. Essas duas serão analisadas com mais cuidado em II.4.1. Na parte que nos interessa agora, ao discutir com Crátilo acerca do naturalismo, Sócrates mais uma vez começa com um exemplo de nome próprio antes de generalizar para um caso comum. Ser o último caso de uma estrutura tão recorrente pode sugerir que se trata de uma recapitulação conclusiva da discussão.

O nome como um 'endereço-se' (NE): usar o nome X equivale a apontar 'aqui está X'

Neste paradigma o nome próprio funciona como um demonstrativo do tipo 'aqui está'¹¹³. A função de um nome próprio é pensada, portanto, como o equivalente de apontar ou tocar o seu referente. Esta noção básica extraída do funcionamento dos nomes próprios será mantida para pensar como funcionam todas as palavras, mas com nuances¹¹⁴.

Na situação descrita acima, a referência só acontece por causa da presença do particular sensível com o qual se tem contato sensorial direto. Esse seria o funcionamento do nome, se os nomes se referissem a particulares no mundo. Porém, vimos como a falta de estabilidade dos particulares sensíveis os impede de ser as coisas referidas pelos nomes. Por exemplo, depois que Crátilo voltasse para Atenas, o desconhecido já não poderia tomá-lo pela mão e, nesse caso, se ele dissesse que cumprimentara 'Hermógenes' naquela manhã sua referência já não funcionaria¹¹⁵.

113 A perspectiva do nome como um pronome demonstrativo remete àquela de Russel (1954, p.224). Ele defende que o demonstrativo 'isto' seria o único nome próprio em estrito senso, porque refere sem atribuir nenhuma propriedade à coisa nomeada. Em Platão, em um contexto de nomes que se referem às Ideias das coisas nomeadas, todos os nomes funcionariam, de certa forma, como um nome próprio. Assim, mesmo que a descrição seja errada, como chamar Crátilo de Hermógenes, o contato propiciado pelo demonstrativo 'aqui está' legitimaria o uso. O caso do contato de cada um com a Ideia seria embasado pela teoria da reminiscência, que será tratada mais adiante. De qualquer forma, o nome como um endereço-se da passagem acima funciona como um demonstrativo não descritivo que, assim, se refere à Ideia, mas não ajuda muito no seu esclarecimento. Voltando a Russel, todos os outros nomes além do demonstrativo têm alguma descrição que podia ser entendida como uma forma de denotação ou descrição. Em Platão a capacidade descritiva dos nomes é reconhecida, mas não fornece os critérios essenciais para se encontrar a verdade do nome.

114 Diante da insistência de, no *Crátilo*, sempre se começar um bloco do diálogo pela análise de nomes próprios, é provável que o seu uso como paradigma inicial para se pensar os nomes em geral tenha reverberado na valoração da capacidade referencial como sua característica fundamental. Como nota Mesquita, 1997 p.87: “A essência da linguagem é mesmo, pelo menos a este nível (do tratamento da palavra como nome), a relação pela qual as palavras apontam ou circunscrevem as coisas nomeadas”. Além disso, como se vê na sequência, a passagem de nomes próprios aos comuns, bem como a referência particular do nome à Ideia (entidade que tem o estatuto de unidade universal) determina ainda melhor o processo pelo qual se entende esse apontar das palavras às coisas nomeadas.

115 Essa situação é bem parecida com o Crátilo de Aristóteles (cf. *Metafísica* 4. 1010a10-15) que, depois de radicalizar o mobilismo heraclítico, teria deixado de usar nomes preferindo somente apontar os objetos. Se os nomes se referissem diretamente a particulares, também Platão teria que deixar de usá-los. Mas a sequência da passagem mostra que o paradigma inicial do nome como um endereço-se pode ser melhor desenvolvido para dar conta do funcionamento da linguagem.

Diante do caráter mutante do mundo sensório é a Ideia que se apresenta como referente estável dos nomes para Platão. Particulares não têm Ideia, logo, o nome pensado em sentido amplo já não pode ser exatamente como um nome próprio¹¹⁶. Mesmo assim, a referência a uma unidade segue sendo um bom paradigma. Isso porque cada Ideia é uma unidade estável universalizadora. É unidade, pois a Ideia de Humano é a mesma para Hermógenes, Crátilo ou qualquer outro humano, é estável porque sempre será a mesma, ainda que os dois ou todos os outros humanos morram, e é universalizadora pois tem um papel modelar ativo na geração de todos os particulares. Agora podemos ver as implicações da referência a esse tipo especial de unidade.

B. Uma referência à classe

Em 430c Sócrates muda do paradigma do nome próprio ao nome comum quando propõe mais um experimento mental: “Não é possível se dirigir a um homem dizendo que 'aqui está você, ao pé da letra' e, apresentar-lhe, ao acaso, um retrato de homem, ou, também ao acaso, o de uma mulher?¹¹⁷” Dessa vez o experimento já não tem por sujeito um homem particular referido por um nome próprio, mas sim um nome comum¹¹⁸. Ao usar 'homem' no lugar de 'Hermógenes' Sócrates passa de um particular para uma classe. Assim, um retrato

116 No *Crátilo* essa posição é confirmada pela insistência de Sócrates em abandonar a investigação dos nomes próprios e passar àquelas que existem sempre (cf. *Crátilo* 397b). Segundo Ross, 1951 p.225, “qualquer uso da linguagem envolve o reconhecimento, consciente ou não, do fato de que existem tais entidades (as Ideias), pois toda palavra usada, exceto nomes próprios (...) é o nome de algo que tem ou pode ter várias instâncias.” A proposta aqui é ir além e reconhecer na referência das palavras à unidade em que essas instâncias participam uma relação similar à referência a um nome próprio.

117 ἄρ' οὐκ ἔστι προσελθόντα ἀνδρὶ τῷ εἰπεῖν ὅτι “Τοῦτί ἐστι σὸν γράμμα,” καὶ δεῖξαι αὐτῷ, ἂν μὲν τύχη, ἐκείνου εἰκόνα, ἂν δὲ τύχη, γυναικός;

118 Segundo Ademollo, 2011 p.340 “o exemplo concerne a imagem de um homem ou mulher genérica, mas que supostamente seria atribuído a um homem ou mulher em particular.” A figura poderia ser mais genérica ao se atribuir o retrato de homem genérico ao homem genérico. O texto pode ser lido assim, mas não parece ser o caso. De qualquer maneira, há o uso do homem genérico referido pelo nome comum.

genérico de homem pode ser aplicado a qualquer particular que compõe a classe dos homens. Nesse modelo, se referir a um particular com um retrato geral seria identificá-lo como pertencente a uma classe, tal qual quando se utiliza o nome comum, mas é só na sequência que Sócrates vai tratar especificamente do nome¹¹⁹.

É importante então ter presente a situação ontológica que legitima tanto o tratamento de um particular 'Crátilo' ou 'esse humano' quanto do genérico 'humano'. É por participarem na Ideia de Humano que os particulares existem e podem ser agrupados em uma classe. Também é por participarem nessa Ideia que eles podem ser chamados através de um mesmo nome 'humano', já que esse nome se refere à Ideia de Humano de que eles participam. O uso do nome para se referir a particulares será tratado mais a fundo em I.3.2 sob o paradigma da eponimia. Por enquanto, seguimos na tentativa de determinar melhor a referência feita à Ideia através do nome.

C. Um instrumento referencial

Em 431a a progressão de experimentos mentais vista acima culmina no seguinte: “Mas e se, outra vez, me dirigindo a ele mesmo, eu dissesse 'este é o seu nome'?¹²⁰” Do que se segue a explicação: “Quero dizer, não seria o mesmo falar 'este é o seu nome', e, através disso, instituir na percepção dos seus ouvidos uma imitação sua que, por acaso, diz que 'ele é

119 Essa situação remete à divisão contemporânea que se faz entre 'termos singulares' e 'termos gerais'. Os termos singulares, os mais usados pela linguagem cotidiana, são os que se referem a um indivíduo particular como Xantos, você, o cavalo de Aquiles etc. Já os termos gerais são aqueles que se aplicam a várias coisas como 'cavalo', 'belo' e etc. Para Platão, todo nome funciona como um termo singular na medida em que se refere à Ideia da qual a coisa que vemos no mundo participa, esse é o nome como um endereçar-se. Porém, como a passagem acima prova, essa participação em uma Ideia, comum a um grupo de coisas no mundo sensível, permite, tanto agrupá-los em uma espécie (classe), quanto denominá-los por um mesmo nome. Com esta solução o modo como Platão encara o nome singular satisfaz também o critério para que ele seja usado como um termo geral.

120 Τί δέ; πάλιν αὐτῷ τούτῳ προσελθόντα εἰπεῖν ὅτι “Τουτί ἐστιν σὸν ὄνομα”;

um homem'.¹²¹ Ao igualar 'este é seu nome' a 'ele é um homem' a passagem revela que dizer um nome próprio ou comum funciona como se referir a algo dizendo 'este é um X', donde se extrai o paradigma do nome referencial:

O nome referencial (NR): usar o nome X equivale a dizer 'este é um X'

Agora podemos determinar como é a função “distintiva informativa da existência” atribuída ao nome em 388c. Dizer um nome 'X' equivale a dizer 'este é um X', no qual o demonstrativo indica a referência feita à Ideia de X, sem precisar da presença de um particular (como foi o caso no nome próprio em (A) ou no retrato em (B)). Assim o modelo 'este é um X', no qual X é uma Ideia (um modelo estável que participa em cada particular mutante) mostra como devemos entender a função informativa relevante do nome referencial. O nome X atribui a Ideia de X ao particular x, informando assim que esse particular pertence a uma classe, e que todos desta classe chamados pelo mesmo nome X participam na Ideia de X¹²². Para compreender NR melhor, convém entender como funciona o demonstrativo para Platão.

O demonstrativo em Platão

Para entender como funciona um demonstrativo segundo Platão é preciso ir além do

121 ἄρ' οὐκ ἂν εἴη αὐτῷ εἰπεῖν ὅτι “Τουτί ἐστι σὸν ὄνομα,” καὶ μετὰ τοῦτο εἰς τὴν τῆς ἀκοῆς αὐτῷ αἴσθησιν καταστήσαι, ἂν μὲν τύχη, τὸ ἐκείνου μίμημα, εἰπόντα ὅτι ἀνὴρ

122 Nesse ponto fica claro que a dependência da epistemologia na ontologia se repete no caso dos nomes. O conhecimento depende da existência de Ideias estáveis tal qual o funcionamento dos nomes depende da referência às Ideias estáveis. Essa proposta reverte a ênfase dada à epistemologia, como na leitura de Fine (1999 p.18), na qual a Ideia é uma 'propriedade explicativa' que nos permite entender as coisas. Aqui, a Ideia é uma entidade (ontológica) necessária para a existência das coisas e que também permite que elas sejam explicadas e nomeadas. A reversão é importante pois as Ideias têm uma existência independente de haver explicações ou nomes.

Crátilo. No *Teeteto* 202a o demonstrativo tem seu estatuto de nome negado justamente porque não tem um referente específico e pode ser aplicado a tudo¹²³. Esse raciocínio condiz com o modelo acima, pois ao dizer 'este' (sem apontar para nada) se diria 'este é um este', o que é uma declaração vazia de sentido por falta de referente. Demonstrativos, portanto, são nomes vazios, o que lhes permite se referir a todas as coisas (se acompanhados de uma ação de apontar a alguma coisa). Por outro lado, isso lhes impede de ter um referente por si só. Neste caso, o demonstrativo é um nome que funciona como todos os nomes funcionariam na hipótese convencionalista, ou seja, podendo ser aplicado a qualquer coisa que o falante quiser (cf. *Crátilo* 384d)¹²⁴. Desse modo, o 'este' no modelo apresentado acima deve ser entendido como um 'apontar' que depende do 'X' apontado para ter um significado, e que, por isso mesmo, tende a ser subentendido.

Timeu 49de nos apresenta um outro problema do demonstrativo que ajuda a entender o funcionamento da referência em NR. A questão aparece no conselho segundo o qual não deveríamos usar expressões como 'este fogo' para falar de um fogo particular mutável. Isto porque ao usarmos demonstrativos como 'isto' e 'este' damos a falsa impressão de estarmos falando de coisas estáveis¹²⁵. Neste caso o problema é que o demonstrativo fixaria aquilo que ele aponta, sendo inaplicável, assim, ao mundo sensível em mutação. De modo que, em 'este é um X', se o 'X' for um particular mutante, a mudança pode falsificar a declaração. Por exemplo, se, enquanto alguém disser: 'aquele ali sentado é o Crátilo', Crátilo se levantar, a

123 “Nenhum deles deve ser usado, 'isso', 'aquele', 'cada', 'algum', 'este' e muitos outros do mesmo tipo, pois essas expressões mutantes são aplicáveis a tudo, sendo algo diferente das coisas às quais são aplicadas” *Teeteto* 202a. Nessa passagem fica claro também que os outros nomes, por oposição, são tratados como algo 'mesmo' que aquilo a que são aplicados. Isso consiste como o modelo dos nomes que se referem a Ideias defendido aqui.

124 Isso, como veremos em I.5, impede o convencionalismo de distinguir nomes verdadeiros e falsos.

125 “Sempre o que vemos se tornar outro ao longo do tempo (*allote*), como o fogo, [deveria se] pronunciar, não 'este' (touto) [fogo], mas sim 'algo como' o fogo (*toiouton*). (...) As frases indicadoras (*δεικνόντες τῷ ῥήματι*) 'este' ou 'isto' (...), que indicam alguma existência estável (*monima*), (...) não são para dizer isto, mas [deve se] chamar de 'algo como' cada coisa e tudo que está sempre se revolvendo. (...) Aquilo a partir do que cada um destes se manifesta e também que os extingue, só a este é que [se deve] pronunciar utilizando os nomes 'este' e 'isto'.” *Timeu* 49de

declaração se torna falsa¹²⁶. Encontramos aqui mais um motivo para que o modelo do nome referencial 'este é um X' tenha como referente a Ideia estável de X.

Assim, Platão identifica pelo menos dois problemas no demonstrativo. Primeiro, segundo o *Teeteto*, ele não funciona sem ter um referente externo. Além disso, segundo o *Timeu*, ele dá impressão de que a coisa para a qual ele aponta é estável e, portanto, não deveria ser usado para particulares mutantes. Esses problemas nos mostram como entender o modelo do nome referencial do tipo 'este é um X' usado no *Crátilo* 431a. 'Este' não é um nome, mas apenas algo que enfatiza aquilo que o nome 'X' aponta. E X não é um particular mutante, mas antes a sua Ideia estável.

Conclusão

Vimos como o diálogo apresenta uma progressão desde o modelo do nome próprio como um endereçar-se ('está aqui X') passando pelo caso do retrato ('isso pertence a classe X') que culmina no nome referencial ('este é um X'). Assim como no 'endereçar-se' o nome referencial se refere a uma unidade, já que a Ideia é única como o particular referido pelo nome próprio. Portanto, devemos entender que ao usar o nome 'humano' a referência à Ideia de Humano é pensada em analogia com a referência feita pelo nome 'Hermógenes' ao particular 'Hermógenes'. A diferença entre estas duas unidades é que a Ideia é estável e é a fonte de geração de todos os humanos particulares. Isso leva à noção da classe, que também se embasa em uma mesma Ideia de Humano. Só podemos pensar em uma classe porque todos os seus particulares participam de uma mesma Ideia. Assim, o nome que refere diretamente à

126 Mais uma vez temos uma situação que remete à anedota de um Crátilo tão mobilista que deixa de falar e passa apenas a apontar os seus referentes.

Ideia, ao repetir a relação natural entre a Ideia que embasa tanto cada particular quanto sua classe, acaba podendo ser usado para se referir também aos particulares mutantes e à classe de extensão mutante¹²⁷.

Vamos recapitular o resultado através de um exemplo. Quem diz Xantos, segundo o nome como endereçar-se (NE) diz 'está aqui o particular Xantos'. O importante aqui é entender a referência. Já quem diz 'eis o cavalo Xantos', que equivaleria a identificar Xantos com o retrato de um cavalo, está identificando o particular à classe dos cavalos. Por fim, quem diz 'cavalo', segundo o nome como instrumento referencial (NR), está dizendo 'este é um cavalo' onde 'cavalo' refere, primeiro, à Ideia de Cavalo, e, por conseguinte, à classe de cavalos, pois estes participam na Ideia de Cavalo e, por fim, ao cavalo particular Xantos já que este, pelo menos enquanto realizar sua natureza, também participa da Ideia de Cavalo¹²⁸.

I.3.2 A eponimia

A interpretação proposta acima permite que um nome se refira tanto à Ideia da Coisa

127 Sedley (2003, p.60), sem recorrer a esta passagem ou à função referencial do nome, toca neste ponto quando apresenta três funções para os nomes. Entre elas estão o que ele chama de *designação*, que consiste em um nome apontar um item e a *taxonomia* na qual um nome marca uma espécie como uma espécie. A terceira função chamada análise trata do conteúdo descritivo do nome que será abordado na parte II. Como ele afirma “eu não vou tentar eliminar nenhuma destas interpretações, já que eu acredito que cada uma delas vai acabar sendo corretas de alguma maneira.” O que a análise acima fornece é uma maneira legítima de explicar com uma única função básica de referência à Ideia o escopo amplo em que se usa um nome para falar e pensar em particulares, classes e Ideias.

128 A situação descrita acima se encaixa no que é dito em 394a. Nesta passagem, Sócrates apresenta a seguinte generalização: “Assim será para todo resto, de cada gênero virá uma mesma progenitura, caso não seja gerado algo excepcional. Portanto, convém chamar a todos estes pelos mesmos nomes.” Assim, filho de cavalo será cavalo e deve ser chamado assim, desde que siga a natureza da sua espécie. Porém, também de acordo com a possibilidade da ação errada vista em I.I.D, segundo o qual as coisas podem ir contra sua natureza, ele trata da 'aberração' em 393c: “Se um cavalo engendra, contra a natureza, um bezerro, progenitura bovina por natureza, não convém chamá-lo 'potro' mas sim 'bezerro'.” Assim se confirma a primazia da ontologia. Se o potro não realiza a natureza do cavalo seu nome não deve ser potro ou cavalo. Ele deve ser chamado de acordo com a natureza que realiza, neste caso, um bezerro. Mais uma vez fica evidente a função de distinção informativa do nome que não interfere na realidade, mas a obedece, independente da opinião humana.

Nomeada quanto a uma coisa particular no mundo sensível que participa desta Ideia. A relação é hierárquica. A ligação de primeira ordem acontece entre a Ideia do Nome e a Ideia da Coisa para, só então, permitir uma ligação de segunda ordem entre o nome e a coisa particular sensível. Este quadro se encaixa muito bem no contexto da hipótese das Ideias de Platão onde, em geral, se diz que um 'mesmo' nome é usado para se referir às Ideias estáveis e aos particulares sensíveis que participam nestas Ideias¹²⁹. Este problema da dupla referência é chamado de homonímia ou eponímia¹³⁰.

No *Crátilo*, a passagem central para se entender a eponímia é a sequência da já citada 389b. Durante a apresentação da teoria das Ideias na analogia da carda Sócrates diz a Hermógenes que “portanto, seria mais justo que chamássemos a esta mesma de 'carda' (em si)¹³¹?” 'Esta mesma' (αὐτὸ) se refere à supracitada Ideia da Carda para a qual o carpinteiro olha ao produzir a carda particular. Entre parêntesis está a opção de tradução mais comum que se utiliza de um vocabulário quase técnico da teoria das Ideias. Independente da opção de tradução, fica claro que, segundo Sócrates, é a Ideia inquebrantável de Carda, aquela que inspira o carpinteiro, que deveria ter o nome de 'carda' propriamente dito. Além disso, o uso do modo optativo deve

129 O *Fédon* 78e, por exemplo, fala das muitas coisas mutantes e sensíveis como “homens, cavalos e mantas que são homônimas daquelas (as estáveis e inteligíveis)”. E Em 102b ainda diz que “cada uma das Ideias existe, e é delas que as outras coisas (os sensíveis mutantes) tomam seus nomes (*ten epôvumian ischein*)” Nas duas passagens, homônimo e epônimo tem um uso muito próximo, talvez intercambiável. Mais importante é que o texto claramente fornece uma concepção da linguagem dependente da ontologia das Ideias bem coerente com aquela do *Crátilo* que vem sendo oferecida aqui.

130 Nos diálogos aparecem tanto *eponomazô* quanto *homonimos*. A motivação pela preferência por eponímia vem da interpretação de que o nome da Ideia é colocado *sobre* a coisa para se referir a ela. Não se trata, portanto, de nomes iguais, mas de um mesmo nome usado para se referir a dois níveis de uma relação, uma de primeira ordem que se refere à Ideia da Coisa e outra de segunda ordem que se refere à coisa particular. Aristóteles distingue sinônimo, quando duas coisas são naturalmente iguais, de homônimo, quando duas coisas são diferentes, mas têm o mesmo nome. Ele ainda fala que, em Platão, Ideias e sensíveis seriam sinônimos. Porém, essa classificação é conveniente para sua posição construtivista na qual as Ideias seriam uma duplicação desnecessária. Robin (1908 p.637-8), para evitar esse tipo de interpretação, prefere pensar o caso entre os sensíveis e as Ideias como uma 'sinonímia incompleta' já que os sensíveis participam, mas não são iguais às Ideias. Ainda melhor que essa interpretação, no entanto, parece ser a noção de eponímia, já que o nome aplicado à coisa sensível deriva da referência a Ideia, e essa aplicação é justificada porque a coisa sensível também participa na Ideia sem constituir uma instanciação perfeita.

131 Οὐκοῦν ἐκεῖνο δικαιοτάτ' ἂν αὐτὸ ὃ ἔστιν κερκὶς καλέσαιμεν;

ser notado. Καλέσαιμεν mostra como 'deveríamos chamar', ou seja, fica claro que Sócrates está apenas supondo um uso exemplar da língua que não acontece, nem acontecerá, no dia a dia. Ou seja, todos seguirão usando o nome 'carda' para se referir ao particular carda, mesmo que concordem que é a Ideia da Carda que mereceria o nome de 'Carda'¹³².

A dupla referência por eponímia é confirmada na outra passagem que trata das Ideias. Ao final do diálogo Sócrates usa uma nomenclatura especial para a 'Beleza em si' em oposição à beleza no rosto (particular) 439d¹³³: “Não diremos se algum rosto, ou algo que se acredita numa correnteza total, é charmoso (belo). Não. Diremos do charmoso ele mesmo (o belo em si), este não está sempre como ele é?¹³⁴” Nessa passagem, e no tratamento das Ideias em geral, 'belo' é o nome da Ideia estável do Belo, mas este nome também é usado para caracterizar um rosto belo. O uso por eponímia que a linguagem coloquial faz se justifica ontologicamente, já que o belo do rosto particular participa, de maneira mutante, no Belo em si. A necessidade de se usar a expressão 'em si' mostra que no discurso dialético é preciso deixar claro que se faz referência à Ideia, e não ao particular¹³⁵.

Acabamos de ver em I.3.1.B acima como, sempre através da Ideia, é possível usar o nome comum para se referir a uma classe de particulares que têm uma mesma natureza. Se for

132 Para uma análise mais profunda dessa questão do vocabulário das Ideias ver o artigo. Vieira, C. Como usar a linguagem para precisar o movimento: uma disputa entre Platão e Heráclito In Campolina, M. (no prelo) Heráclito e(m) Platão, Brasília, Anna Blume.

133 “Nós dizemos que existe o charmoso (belo) e o excelente, eles mesmos, assim como tudo que existe, ou não? (...) Então verifiquemos estes mesmos.” *Crátilo* 439d

134 μη εἰ πρόσωπόν τι ἐστὶν καλὸν ἢ τι τῶν τοιούτων, καὶ δοκεῖ ταῦτα πάντα εἶναι· ἀλλ' αὐτό, φῶμεν, τὸ καλὸν οὐ τοιούτων ἀεὶ ἐστὶν οἷόν ἐστιν;

135 O uso por eponímia, portanto, é ontologicamente embasado pois deriva da relação entre Ideia estável e particular mutante. Em Aristóteles há a distinção da hominímia *pros hen* (cf. *Met* 1003a35) que estabelece uma hierarquia entre os sentidos de uma palavra. Por exemplo, em 'homem saudável' e 'dieta saudável', 'saudável' teria sentidos diferentes, mas relacionados, respectivamente, 'ter saúde' ou 'levar a saúde'. Isso aconteceria por referência ao conceito basilar de 'saúde'. A ontologia dos sinônimos em Platão seria similar, mas se embasaria na ontologia teoria das Ideias. Enquanto em Aristóteles se trata de um construtivismo no qual o conceito basilar é construído pela razão, em Platão a explicação está em os particulares surgirem de uma mesma Ideia.

assim, a ontologia ainda permite que se use a eponimia para se referir à classe das coisas¹³⁶. É isso que Sócrates pressupõe em 416d, quando trata da etimologia do belo: “Portanto, está correta a eponimia de charme (belo) para (...) as coisas charmosas (belas)¹³⁷”. Nessa passagem, Sócrates não só utiliza essa passagem do particular à classe como ainda o faz se valendo da palavra eponímia (ἐπωνυμία). Portanto, parece evidente que a derivação do nome da Ideia legitima tanto seu uso para falar do particular quanto para falar das classes.

As relações de referência propostas gerariam, então, a seguinte ordenação segundo a estabilidade na referência. As Ideias seriam imutáveis, o que satisfaria o critério de uma relação natural entre nomeado e nome. A classe seria imprecisa, mas composta de variantes (o que tornaria sua extensão variante já que o número de participantes pode crescer ou diminuir). Assim, apesar de seus participantes perecerem, ela segue existindo e legitima um uso dos nomes por eponimia mais próximo da Ideia. Por fim, haveria os particulares variantes que, para se inserirem na classe precisam participar na Ideia, mas que, podem ou não fazê-lo, saindo assim da classe. Estes seriam os objetos mais corriqueiros da linguagem. Uma tentativa de esclarecer esses referentes usada nessa tese usa a maiúscula para indicar a Ideia (Carda) o plural para indicar a classe (cardas) e o singular para indicar o particular (carda).

Conclusão

136 A já mencionada passagem do separar a natureza nas juntas do Fedro 265 coloca as classes em questão: “aquele método de dividir as coisas em classes, onde suas juntas naturais estão, e não tentar quebrar nenhuma parte, como um mau carvador” O guia para seguir a natureza ao separar as classes seriam as Ideias.

137 Ὁρθῶς ἄρα φρονήσεως αὐτῆ ἢ ἐπωνυμία ἐστὶν τὸ “καλὸν” τῆς τὰ τοιαῦτα ἀπεργαζομένης, ἃ δὴ καλὰ φάσκοντες εἶναι ἀσπαζόμεθα. A tradução completa “portanto, está correta a eponimia de charme para [uma tal sensatez produtora daquilo que afirmamos ser (e recebemos como)] as coisas belas. O grego se vale do neutro plural para falar do coletivo das coisas particulares, nesse caso καλὰ se refere às coisas belas. Isso facilita pensar na classe como um agrupamento de particulares. O dito popular “as coisas charmosas são custosas” citado no *Crátilo* em 384b nos fornece um exemplo de como a linguagem corriqueira também se refere às classes.

Um exemplo deve esclarecer melhor como funciona a interpretação proposta. A palavra 'carda' na frase “olha como *esta* carda é bem adornada” se refere a uma carda em particular. Este é o uso mais corriqueiro que faz referência a um particular mutável. Esta instabilidade gera uma possibilidade de resposta. “É tão adornada que não consigo cardar!” Onde fica implícito que a carda não seria mais uma participante da espécie (classe) 'cardas'.

Já na frase “cardas são de madeira” a referência não é a uma carda em particular, mas sim a uma suposta característica de todo integrante da espécie cardas. Se a frase for verdadeira, uma carda em metal não será referida pela frase. Porém, diante do uso da função como indicador da Ideia, podemos assumir que ser de madeira não é uma característica essencial da Ideia da Carda. Assim, se alguém cria uma carda de metal que funciona bem 'separando os fios', a classe das cardas deve passar a incluir também cardas de metal, o que falsifica a frase acima.

Por fim, há a referência à Ideia de Carda, a Carda em si, que seria imutável em absoluto. Ao tratar da Ideia o discurso dialético busca conhecer o que é ser uma carda. A melhor opção seria buscar a partir de sua função. Assim se chegaria à definição: 'Carda é aquilo que separa as tramas', em que 'carda' se refere à Ideia de Carda. Diferente do caso da classe, aqui a frase é sempre verdadeira e nada que aconteça no mundo pode alterá-la. Não é possível inventar uma carda que não separe as tramas, pois ela não será uma carda¹³⁸.

138 Apesar da dificuldade do nosso espírito do tempo materialista em aceitar a hipótese das Ideias, esta concepção de Platão em relação aos referentes dos nomes parece uma solução, ainda hoje, bem elegante para se pensar a linguagem. A posição mais popular em vista desse problema hoje em dia é a teoria da semelhança de família proposta por Wittgenstein. Segundo ele a classe de coisas compartilharia semelhanças assim como uma família, de modo que todos têm uma semelhança compartilhada, mas que um indivíduo pode não compartilhar nenhuma semelhança com outro. Por exemplo, os homens da família Pereira têm como traços fenotípicos fortes o nariz grande e a calvície. Um Pereira pode ter nariz grande e não ser calvo, enquanto outro pode ser calvo e

I.3.3 Completando o modelo referencial do nome

A eponímia nos mostrou como um nome que se refere a uma Ideia X pode ser usado para se referir a uma classe de x's e um particular x. Agora falta determinar como o modelo do nome referencial (NR) funciona quando usado para falar de um particular no mundo sensível (A). Em NR dizer um nome é dizer 'este é um X', onde 'este' é um termo vazio que precisa de um referente estável como a Ideia de X para funcionar¹³⁹. Porém, o que significa dizer 'este é um X, quando x é um particular? A resposta, mais uma vez, vem junto com a ontologia, pois implica uma predicação universalizável de uma qualidade comum (B) e ainda dá conta da possibilidade de um particular ir contra a natureza (C) e de uma valoração de diferentes particulares em relação ao grau em que participam de uma Ideia (D).

A. Como o nome se refere a um particular

No *Crátilo* vimos como é a Ideia de Carda que merece o nome de Carda, donde não ter nariz grande. Deste modo um não tem a mesma característica que o outro, mas ambos têm uma característica da família. (cf. *Investigações Filosóficas PI 66*). Assim ele quer se diferenciar do essencialismo implícito nas posições de Platão e Aristóteles.

139 Nesse quadro, o nome sempre faz uma referência, não importa qual seja o contexto e até mesmo isolado. Seu referente de primeira ordem é a Ideia do nomeado e, devido a essa relação natural, sua referência e verdade independem da opinião humana. Um exemplo de um nome em contexto isolado é um dicionário. Mesmo nesse caso, para Platão, um nome seria passível de ser bom ou ruim, e mais, seu valor, por ser referencial, independeria até mesmo do significado apresentado. Assim, podemos imaginar um dicionário do século 5 a.C. com a seguinte entrada: “Átomo: Subst. Masc. Elemento indivisível” e um contemporâneo com a entrada: “Átomo: sistema energético estável composto de prótons e elétrons”. Aqui, as entradas do dicionário testemunham o acordo de uma comunidade de especialistas acerca do significado da coisa. Como a comparação das duas entradas prova, esse acordo é insuficiente para a verdade do nome. O nome 'átomo', assumindo que há tal coisa na natureza e que ele tem uma Ideia, está correto em ambos os casos ao acertar a referência. O significado, no entanto, advindo de dois momentos diferentes na evolução da opinião humana, muda, sem que a referência mude. A descrição do dicionário antigo seria menos correta, ainda que aponte para um significado que se acreditava ser verdadeiro na época e ainda que a etimologia da palavra descreva exatamente este significado. Por outro lado, a descrição contemporânea se aproxima mais da verdade, na medida em que a investigação científica refina a compreensão da coisa nomeada.

podemos derivar que o instrumento particular que merece o epônimo de carda segue esse critério. Sendo assim, uma carda que realiza sua natureza separando fios é a que merece o nome particular de carda. Isso vem comprovado em 393b quando Sócrates diz: “E não te parece, como a mim, que seja justo chamar de leão a progenitura de um leão e cavalo a progenitura de um cavalo? (...) Do que seria a progenitura *natural* do progenitor, é disso que falo.” Aqui fica claro que a predicação x é x (cavalo é cavalo) para ser justa, depende de repetir uma relação natural no mundo (a prole sair igual a progenitura) para ser válida. Assim temos:

O modelo referencial do nome aplicado ao particular (NRp): Chamar um particular x de X é dizer que este particular x participa na Ideia de X

O paradigma de 'um filho de um cavalo é um cavalo' serve para entender como um nome por si só é um tipo peculiar de predicação no *Crátilo*. Assim como um filho tem que realizar a natureza do pai para ter o mesmo nome do pai, qualquer particular tem que realizar a natureza da sua Ideia para fazer parte da classe de particulares que participam nessa Ideia¹⁴⁰. Voltando ao modelo do nome referencial, aplicado agora aos casos particulares, dizer 'este é um x ' seria afirmar uma relação natural ontológica entre a Ideia de X e o particular x . Um particular, por ser uma instanciação que participa de maneira imperfeita da Ideia, seria como um filho ou descendente dessa Ideia. Nesse caso, dizer o nome 'cavalo' seria dizer que este particular realiza a natureza da Ideia de Cavalo ou, de maneira mais simples, 'este cavalo é um Cavalo'. Nesse quadro, um nome funcionaria como uma predicação de identidade¹⁴¹.

140 Que a relação é independente fica claro no caso da excepcionalidade em que, de um cavalo, não nasce um potro, a ser tratado abaixo.

141 Atualmente, divide-se os usos do verbo 'ser' em predicação, identidade e existência. Assim, uma mesma

Para colocar a predicação e a identidade na teoria das Ideias, Akrill (1997 p.92) explica a identidade S é F como 'S é idêntico a F'¹⁴² e a predicação S é F como 'S participa de F'¹⁴³. Como o nome da Ideia é usado por eponímia para falar de um particular, podemos passar essas versões proposicionais para pensarmos o nível do nome¹⁴⁴. Nesse caso, a estrutura seria 'x é X'. Isso porque dizer 'X' seria dizer 'este x participa de X' onde 'este' se refere a um particular x que pode ser acessado pela percepção sensível e 'X' se refere à Ideia de X. Aqui, não há nenhuma tautologia, já que o x é uma instanciação imperfeita do modelo perfeito X. Tudo isso é embasado pela ontologia das Ideias¹⁴⁵.

Se for assim, uma tal relação descrita pelo verbo 'ser' poderia ser caracterizada como uma predicação de identidade do tipo 'esse x particular participa da Ideia de X'. É uma identidade pois o particular x só é uma instanciação de x porque participa na Ideia de X. Mas

declaração do tipo 'S é X' poderia significar três coisas distintas. Um exemplo de predicação seria: 'Hermógenes é ateniense'. Um de identidade seria: 'Hermógenes é o filho de hipônimo' E um de existência seria: 'Hermógenes existe'. Porém, aqui não tratamos de sentenças, mas de nomes. É por isso que em NR o primeiro termo, o demonstrativo, é vazio. Nesse caso, o tipo de sentença em questão seria 'x é X' como em 'Hermógenes é humano', ou 'esse cavalo é um cavalo'. Nos termos atuais não se reconhece valor de verdade nos nomes porque esse tipo de estrutura, no caso de uma identidade, seria uma mera tautologia e, no caso de uma predicação, seria sem sentido. Porém, Platão não pensa nesses termos. Para explicar como funciona um nome de Ideia aplicado em um particular imperfeito se escolheu a expressão 'predicação de identidade' que lida com os conceitos usados hoje em dia, mas de uma maneira peculiar exposta na sequência.

142 No fim, para ser ainda mais literal, Akrill explica a identidade em Platão como 'X participa na igualdade de F'. A questão da Ideia do Igual surgirá na sequência

143 Segundo Mill (1882 IV p.67), um grande problema da ontologia da filosofia antiga teria ocorrido devido a indistinção entre predicativo, copulativo e existencial. Para Akrill (Ibid.), a crítica de Platão aos 'aprendedores tardios' no *Sofista* 251b prova o contrário. Estes diriam que qualquer sentença do tipo 'S é F' seria absurdo pois uma coisa não pode ser outra que não ela mesma. Platão os acusa de não terem percebido a diferença entre identidade e igualdade, pois sua concepção só se segue se todo 'é' for de identidade. Isso mostraria que Platão estava ciente pelo menos da divisão entre cópula e predicação.

144 Quando alguém diz o nome 'X' para se referir à Ideia de X ele estaria dizendo 'este é X' onde o 'este' se refere à X. Aqui, o 'ser' seria de identidade perfeita e tautológica como em: 'X é idêntico a X'. Porém, para o 'este' se referir à Ideia de X e formar uma tautologia seria preciso ter contato com a Ideia de X, o que, pelos sentidos, é impossível e, pela razão, muito difícil. De modo que a incerteza da identidade tem o valor de uma crença de existência. Por isso, no mais das vezes, dizer 'este é um X' em referência à Ideia de X é a declaração de uma crença na existência de uma tal Ideia. Como essa crença pode estar correta ou não, não se trata de uma tautologia. Quem diz 'Cavelha' em referência à Ideia (inexistente) de cavelha (cavalos e ovelhas) declara uma crença falsa

145 Segundo Kahn, 2009 p.332: “Minha sugestão é que o conceito de Platão de Ser é “Ser-uma-Forma, ou Ser-relacionado-a-uma-Forma por participação. Os conceitos de verdade e predicação, que concernem proposições e conhecimento, são embasados nessas noções mais fundamentais de Ser que concerne a natureza das coisas”. A referência do nome proposta acima está em harmonia com a ontologia proposta nessa interpretação. O nome é nome de uma Ideia ou então o nome de um particular que participa em uma Ideia.

trata-se de uma predicação de identidade, já que os particulares não realizam seu modelo de maneira perfeita. Assim, quem diz um nome x está afirmando a sua crença de que esse particular participa na Ideia de X que ele também acredita existir¹⁴⁶. Por exemplo, ao falar 'cavalo', em referência a um particular, o falante está dizendo que há uma Ideia de Cavalo (através da identidade) e que aquele exemplar participa dessa Ideia (através da predicação feita).

B. O 'bom' como predicado universalizável

A predicação de identidade permite a introdução de mais um elemento no modelo referencial que dá conta da linguagem usada para falar do mundo sensível. Durante o tratamento da excelência das Ideias em relação aos nomes (I.2.1.C) vimos como, no *Crátilo* 388c, Sócrates diz que: “Para um tecelão usar bem (καλός) uma carda, 'bem' seria à moda da tecelagem. E no caso de quem informa com um nome, 'bem' seria de maneira informativa” Essa passagem mostra que 'bem' seria um termo cujo significado mudaria de acordo com aquilo a que é aplicado, já que bom + tecelão quer dizer: à moda da tecelagem, e bom + informar com um nome quer dizer: informativo. Assim, bom, por ser aplicável a tudo, mas com um sentido variável que depende daquilo a que vem aplicado, seria um termo curinga;

146 Berman, 1996 p.43-4, mostra como as crenças podem ser falsas em Platão: “Crenças falsas são crenças nas quais há aparências. Crenças verdadeiras são crenças nas quais há igualdades. Para saber em qual estado de mente um conhecedor está, devemos descobrir se o objeto direto do estado de mente desse conhecedor é uma 'igualdade' conectada à verdade ou uma 'aparência' conectada a uma ilusão.” Berman defende, com propriedade, que a posição de Platão supera, em alguns aspectos, a contemporânea. Para ele, desde Frege, a tendência é aceitar uma epistemologia de 'objetos intensionais', ou seja, objetos de pensamento não diretamente relacionados com o mundo. É nesse caso que uma crença não pode ser verdadeira ou falsa, já que ambas se tratam de objetos intensionais. Essa crítica já foi feita pelos céticos, por exemplo, que acusavam os acadêmicos de não poderem diferenciar uma crença verdadeira de uma falsa. Para Berman, ainda hoje, a concepção de Platão de que pensamentos são verdadeiros ou falsos em relação à estrutura da realidade fornece uma explicação melhor que a postulação de objetos intensionais. Para ele, segundo o *Sofista*, uma crença falsa em Platão é o pensamento de algo que é aliado à Ideia da diferença. Nesse quadro, seria mais econômico postular a Ideia da diferença do que postular um objeto intensional particular para cada crença falsa que ocorre no mundo.

algo próximo do demonstrativo visto acima¹⁴⁷. A diferença seria que o demonstrativo é vazio enquanto 'bom' agrega uma valoração. Mais uma vez temos em Platão uma teoria ontológica que daria conta desse estatuto geral, mas valorativo, do 'bom'¹⁴⁸.

Na versão da *República*, segundo a imagem do sol, o filho do bem, toda Ideia de X passa pela Ideia do Bem para que o particular x surja. Se mitigarmos a descrição metafórica, a situação apresentada é fácil de ser aceita¹⁴⁹. O que a 'participação na Ideia do Bem' mostraria seria que um particular x precisa realizar sua natureza para ser caracterizado como uma

147 Bom aqui é usado de maneira bem ampla, como o texto legitima. Durante a afirmação da existência de homens bons e ruins o texto traz os termos: piedoso, sensato, útil, bom-belo-excelente (bom-belo-excelente seria o *kalos k'agathos*). Esses, somados ao útil, seriam termos equivalentes ao predicado universalizável analisado aqui sob o nome de 'bom'. Eles seriam equivalentes por serem aplicáveis a todas as coisas em graus variáveis. Por outro lado, sensato, piedoso e as outras virtudes cardinais gregas seriam termos de valoração específica aos humanos. A assimetria da relação esclarece a diferença. Toda coisa pode ser boa-bela-excelente e útil se realiza sua Ideia. Assim, pode se falar de uma carda boa e de um humano bom. Porém, 'bom' para carda e 'bom' para humano são iguais apenas no sentido geral de 'participar da sua Ideia'. No sentido mais específico, fica claro que cada um tem uma Ideia diferente. A Ideia de Carda seria traduzível em 'separar fios' e a Ideia de Humano seria ser 'sensato-piedoso-etc'. Agora fica clara a assimetria, já que uma carda boa é uma carda que separa fios e um humano bom não é um humano que separa fios, mas sim um humano que é sensato.

148 Usando a filosofia da linguagem para pensar a moral Hare, 1965 p.15 diz o seguinte: “se eu chamo alguma coisa de vermelho, me comprometo a chamar qualquer outra coisa igual àquela de vermelho. E se eu chamo algo um bom X, me comprometo a chamar qualquer outra coisa igual àquela de um bom X.” Em seguida, ele diferencia o uso do 'bom' como um uso prescritivista (diferente do meramente descritivo 'vermelho') e diz na p. 23 “a regra vai dizer que apropriado aplicar bom para um certo tipo de humano, (...) nesse caso não se trata de uma mera instrução verbal sobre o significado de uma palavra, mas algo mais, é uma instrução moral” Ou seja, ao qualificar algo como bom também se embute ali uma prescrição de como os outros exemplares daquela coisa devem ser. O caso parece ser muito próximo em Platão, pois uma boa carda serve de guia para a Ideia da Carda que deve prescrever como uma carda deve ser produzida. A diferença é que Platão explica isso através da teoria ontológica forte da participação na Ideia do Bem que todo particular tem, em maior ou menor grau.

149 Ainda hoje os adjetivos curinga bom e ruim têm um uso tão amplo que chegam a ser vistos como sem sentido. Prova disso, por exemplo, são guias de estilo de escrita que aconselham utilizar adjetivos que digam mais sobre o que se aprova ou desaprova nas coisas (cf. Marlee neel). O caso mais interessante, no entanto, é comparar com a filosofia moral. Para o anti-naturalista Moore (cf. *Principia Ethica* 62 seq), filósofos que tratam o bom como uma propriedade natural cairão em um monismo-valorativo. Segundo ele, isso é uma falácia porque, sob exame, fica claro que existem vários tipos diferentes de 'bom', ainda que o bom seja um conceito moral simples e inanalizável. O problema, para ele, é passar de 'X é bom', um princípio simples, para 'Bom quer dizer x', que seria uma definição analítica. Seguindo o exemplo acima, poderíamos dizer que Platão concorda com ele já que 'sensatez' seria o 'bom' para o humano, mas não seria bom para carda enquanto o contrário seria o caso do 'separar tramas' para a carda. Ambos seriam princípios simples, mas insuficientes para ser uma definição geral. Porém, se voltarmos tanto aos adjetivos aplicados na caracterização dos homens bons e da boa carda e do bom nome, surge um candidato capaz de determinar o 'bom' para todas as coisas. Platão diz que homens bons são 'úteis' e define a natureza do cardar pela sua função de 'separar tecidos' e do nome de 'separar existências'. Assim, a função se apresenta como uma definição possível do predicado universal bom. Tudo que é bom partilha a característica de realizar sua função. Isso remete à definição de justiça da *República* 4 434a que tenta ser o unificador das virtudes ao dizer que justiça é 'cada um fazer o que lhe cabe'. Isso também explica o perecimento, já que uma coisa particular mutante, ao deixar de realizar sua função, deixa de participar na sua Ideia e na Ideia do bem.

instanciação válida da Ideia de X¹⁵⁰. Nesse esquema, a primordialidade total da Ideia do Bem gera um predicado universalizável que pode ser traduzido no adjetivo 'bom'. Uma vez que tudo passa pelo Bem para surgir, dizer um nome é afirmar uma crença de que aquele particular passou pelo Bem.

Se a relação fosse um caso de tudo ou nada, como tudo passa pelo Bem, 'bom' seria aplicável a todas as coisas de maneira igual e, assim, se trataria de um termo inútil¹⁵¹. Mas esse não é o caso. Como se pode ver em 429a, no caso dos construtores, se diz que “uns produzem casas melhores (καλλίους) e outros, repulsivas”. Aqui 'melhor' (καλλίους), o comparativo de 'bom' (καλός), mostra como a participação no Bem também é imperfeita, variando em graus. Assim, uma instanciação pode ser melhor ou pior, o que garante que a postulação de um predicado universalizável como 'bom' não se trate de uma tautologia. Se for esse o caso, devemos adicionar mais um elemento ao modelo referencial do nome:

Nome referencial particular valorativo (NRpV): dizer X é dizer 'este x é uma boa (ou ruim) instanciação de X'.

A adição nos permite refinar o entendimento do nome referencial. Quando se fala um

150 A Ideia do Bem na *República*, lida dessa maneira, equivaleria à Ideia do Igual no *Sofista*, ou seja, mostra que um particular tem igualdade com a sua Ideia a ponto dele ser uma instanciação dela. A preferência pelo modelo do 'Bem' é que ele entende o 'ruim' como falta de 'bem'.

Assim, em vez de pensar em um particular bom como um que participa da igualdade e um ruim como um que participa da diferença, pode-se pensar em um ruim como aquele que participa pouco demais da Ideia do Bem. Nesse caso a distinção entre bom e não bom que pode ser aplicada a tudo operaria na divisão entre o mesmo e o não mesmo (um diferente relativo ao mesmo) que explica o sentido em que o não ser existe no *Sofista*.

151 Desde os antigos, há uma reflexão ontológica sobre a impossibilidade (ou inutilidade) de um gênero universal. Aristóteles, nas obras lógicas, quando nega que exista uma categoria do 'ser', diz que se houvesse algo tão geral de modo a ser aplicável a tudo, este seria inútil (cf. Refutações Sofísticas 11, apesar disso, na *metafísica* 4 ele defende a filosofia como ciência primeira do ser enquanto ser.). Mas, em Platão, o 'bom' é melhor entendido como universalizável do que como universal, devido à imperfeição da participação na Ideia. Assim o adjetivo 'bom' *pode* ser aplicado a tudo, mas, diferente do ser, não *precisa* ser aplicado a tudo. Logo, seu uso não é supérfluo. Nesse quadro, tudo que existe *deve* existir, tudo que existe *pode* ser bom, mas nem tudo que existe *deve* ser bom.

nome 'X', vimos, se fala 'este é um X'. Quando a fala se refere a um particular, então, se faria uma predicação de identidade imperfeita do tipo 'este x particular participa da Ideia de X'. Agora, embasados na participação da Ideia do Bem, podemos precisar ainda mais a predicação. Quando se fala 'este é um X' se predica 'este x é uma boa (ou ruim) instanciação da Ideia de X'. O fato de que os particulares podem ser instâncias boas ou ruins retira a tautologia do predicado universal 'bom' ou 'não bom'. Tudo que existe deve existir, mas cada coisa que existe *pode* ou não existir de uma boa maneira. Logo, o predicado universalizável, mas não universal, não é supérfluo.

Quando se diz 'humano' para se referir a um humano em particular se estaria dizendo que aquele humano é um indivíduo que realiza minimamente a natureza humana a ponto de ser considerado uma instanciação da Ideia de Humano. Porém, a imperfeição e a inconstância das instâncias exigem um modelo um pouco mais complexo.

C. Dois tipos de não-ser

Um problema atribuído desde a antiguidade à teoria das Ideias é que ela parece indicar que haja Ideias de negativos, o que não faria sentido¹⁵². O caso da participação em maior ou menor grau na Ideia do Bem visto acima apresenta uma maneira de lidar com esse problema. Como o 'ruim' é uma participação insuficiente no Bem, não se precisa postular uma Ideia do Ruim (o Não-Bom)¹⁵³.

Há também uma via para encontrar uma solução para essa questão. No *Sofista*, ao

152 Isso seria melhor, pois salvaria a teoria das Ideias da crítica aristotélica de que ela implica Ideias de negações. Para a crítica ver o argumento do um sobre muitos no *Sobre as Ideias* 81.3-10.

153 Como nota Ross (19 p.169): “pode ser possível (...) explicar todo mal no mundo sensível pelo fato de que a relação entre o fenomênico e o ideal não é nunca de uma instanciação perfeita (...) mas nada mostra que Platão tenha seguido essa linha”. Mas também não há indicativo de que ele pensasse o contrário. Como veremos adiante há ainda uma outra possibilidade de leitura para o caso do não-ser ou do ruim.

apresentar os cinco gêneros, são introduzidas as Ideias de Diferente e de Mesmo (igual)¹⁵⁴. Assim, ele possibilita pensar a instanciação de algo bom como o particular que tem a Ideia de Igual e o não ser, o ruim, como um participante da Ideia de Diferente. O *Crátilo* também apresenta um uso desse tipo de pensamento¹⁵⁵. Na sequência de 393c citado acima, após falar do caso que segue a natureza no qual cavalo gera cavalo, Sócrates acrescenta: “Se um cavalo engendra, contra a natureza, um bezerro, progenitura bovina por natureza, não convém chamá-lo 'potro' mas sim 'bezerro'.” Nesse caso, a descendência imperfeita não se trata de um cavalo *ruim*, mas sim de um bezerro bom, ou seja, um resultado *diferente* do esperado. Assim, o filho do cavalo é uma instanciação de uma Ideia diferente daquela dos seus pais. Além disso, a passagem ainda coloca o dilema em relação aos nomes. O 'potro que não realiza a natureza' deve ser chamado de bezerro, pois trata-se de um particular que é a instanciação da Ideia de Boi. Isso está de acordo com o modelo do nome referencial no qual o particular depende da Ideia que realizada para ganhar o seu nome correto.

No caso de seres como bois e cavalos a solução soa extravagante. Platão reconhece isso ao apresentá-la sob o caso do excepcional (τέρας)¹⁵⁶. Contudo, se pensarmos em qualidades particulares essa solução ganha força. Por exemplo, vamos assumir que 'ser veloz' é uma característica essencial dos cavalos. Nesse quadro, um cavalo que não corre poderia se explicado como um cavalo com uma parte na Ideia de Diferente que lhe retira a característica geral da espécie sem lhe tirar a condição de ser um cavalo. Enfim, seja qual for a solução

154 No *Sofista* 257b o estrangeiro eleata diz “quando dizemos não ser, não me parece que falamos do oposto do ser, mas do diferente”. Assim, em uma situação em que o não ser é ser diferente, um predicado universal aplicado em graus (bom-ruim ou igual-diferente) não só não é supérfluo na ontologia platônica, como é necessário para dar conta das mudanças e imperfeições do mundo sensível sem admitir a existência do não ser absoluto.

155 Na cronologia mais aceita o *Crátilo* está entre a *República* e o *Sofista*, de modo que pode-se ver as duas ocorrências como um sinal de transição na teoria das Ideias. Porém, o mais seguro é aceitar que Platão alternava entre os dois tipos de explicação sem ver problemas.

156 Uma situação parecida, menos excepcional, e que trata dos humanos aparece em 394e: “Também se, de alguém bem pio, é gerado um impiedoso, convém aplicar-lhe um nome deste gênero.” O caso dos humanos é bem rico e será abordado na sequência.

ontológica para explicar a parte negativa do predicado universalizável 'bom', o fato é que o nome como um instrumento referencial cumpre as necessidades da ontologia das Ideias¹⁵⁷.

D. Graus de excelência

O predicado universalizável 'bom' baseado na identidade imperfeita com a Ideia gera uma situação em que cada particular tem uma valoração diferente, o que pode se chamar de graus de excelência. A questão dos níveis de realidade na teoria das Ideias é bem aceita atualmente. Os diálogos descrevem uma situação na qual as Ideias estáveis são 'mais reais' do que os seus particulares. Porém, o que ganha menos atenção é a variação em 'graus de excelência' entre particulares que a teoria das Ideias explicaria. Se cada particular é uma instância com fidelidade variável de uma Ideia perfeita, abre-se a possibilidade de que um particular seja melhor do que o outro de acordo com um nível maior ou menor de participação na Ideia. Por exemplo, uma carda pode ser melhor do que a outra se separa mais fios. A teoria das Ideias dá conta dessa valoração supondo que a carda melhor se aproxima mais da Ideia de Carda do que a pior¹⁵⁸.

157 Filósofos modernos enfrentaram um problema similar com a falsidade ao tratar das proposições como sendo iguais aos fatos. Para Russel (1918 p.196), pelo menos nos seus primeiros escritos, falsas proposições não existiriam. Isto seria a conclusão que se chegaria ao se afirmar que proposições são iguais a fatos. Se for assim, uma proposição falsa deveria ser igual a um fato falso. Como não existiriam fatos falsos não existiriam proposições falsas. Se é falso não é uma proposição. Vale comparar este raciocínio com a postura de Crátilo. Na sua versão radical de naturalismo o nome descreve a essência da coisa nomeada. Desta forma, se não existem coisas falsas, não haveria nomes falsos. Porém, como Platão e Russel viram, qualquer teoria da linguagem que impede a existência da falsidade, pelo menos no discurso, assume um compromisso muito rígido para ser válido. A solução de Platão é ontológica. Ao admitir graus de excelência no mundo sensível ele explica a existência de falsidades, seja como não suficientemente participando do Bem ou como participando do diferente. O posterior abandono da postura indefensável de que não há proposições falsas por Russel talvez mostre que o tratamento da linguagem via ontologia privilegiado por Platão traz vantagens.

158 Pensar nestes graus de excelência como consequência de uma participação maior ou menor no grau mais alto de realidade, a Ideia., resolve, inclusive, a dificuldade notada por Vlastos (1973 p.64) no uso de 'real' como um "predicado-de-valor" em Platão. O pesquisador exclui esse uso da sua análise dos graus de realidade explicada acima. No entanto, se a valoração se embasa nos graus de participação do particular na Ideia, o uso de 'real' como valorativo se torna um derivado do uso de 'real' como primazia ontológica.

No *Crátilo*, os graus de excelência dos particulares sensíveis ficam claros nos exemplos dos humanos bons e ruins apresentados na refutação das teorias de Protágoras (mobilismo relativista) e Pródico (fixismo absoluto). Sócrates usa a existência de homens melhores que os outros para provar tanto que nem tudo é relativo quanto que as coisas mudam. Primeiro, em 386b, Sócrates fala de homens muito úteis (πάνυ χρηστοί), onde o advérbio de intensidade 'muito' acusa a gradualidade. Em seguida, em 386d, uns são ditos serem mais sensatos do que outros¹⁵⁹, onde o comparativo φρονιμώτερος também acusa diferentes graus¹⁶⁰. Essas passagens ilustram como o mundo sensível é visto como um conjunto de particulares que realizam melhor ou pior a sua natureza.

A alternância entre homens úteis e sensatos ainda remete à função como o caminho de se achar a natureza, ou a Ideia, de algo. Assim, um homem bom seria um homem que realiza sua natureza humana (como o bom tecelão é o que segue a natureza da tecelagem). Nesse caso, há uma indicação de que ser sensato é a característica essencial de ser humano¹⁶¹. Se for assim, quanto mais sensato, mais se é humano e assim, um indivíduo sensato é melhor do que outro que não é (contra o relativismo de Protágoras que não aceitaria isso). Por outro lado, vimos que ações são tradas como coisas e, portanto, estão sujeitas à mesma valoração. Assim, um mesmo humano que age de maneira sensata agora, e de maneira insensata depois, passou de um humano melhor a um pior (contra o absolutismo de Eutidemo que não aceita essa mudança). Agora, temos que aplicar essa situação ao funcionamento referencial do nome.

159 οὐδὲν γὰρ ἂν που τῆ ἀληθείᾳ ὁ ἕτερος τοῦ ἐτέρου φρονιμώτερος εἴη. “Nesse tipo de verdade ninguém seria mais sensato do que o outro” *Crátilo* 386d

160 O mesmo pensamento de graus embasa a discussão do caráter representativo do nome em que Sócrates diz que quanto mais letras um nome tiver que remetam ao nomeado, mais belo será. (cf. *Crátilo* 431d)

161 Trata-se de apenas uma passagem, e a relação nem é muito clara, porém, como ela é desenvolvida para entender o funcionamento do nome, e não a natureza humana, o exemplo será levado adiante sem maior discussão acerca do papel da sensatez na natureza humana segundo Platão.

Modelo do nome referencial particular valorativo gradual (NRpVG): dizer um nome 'X' é dizer 'esta é uma instância (que agora está suficientemente) boa da Ideia de X'.

Nesse modelo o particular mutável ao qual se aplica o nome x é declarado, momentaneamente, como participando da Ideia de X. Isso permite tanto que entre particulares haja uns melhores do que outros (contra Protágoras), de acordo com o grau de participação na Ideia quanto que, em diferentes momentos e ações, um particular passe de uma boa instância para uma ruim (contra Eutidemo). O ruim pode ser ausência de bem (modelo da *República*) ou a presença do diferente (modelo do *Sofista*). De qualquer maneira, esse modelo assegura que o nome 'humano' seja usado para alguém que não aja como um humano deveria, ainda que tenha possibilidade de fazê-lo¹⁶². Assim, em sua versão final, o modelo do nome referencial dá conta das nuances e variações do mundo sensível embasado na ontologia¹⁶³.

Conclusão

Um bom exercício para resumir as conclusões da investigação seria aplicar o modelo do nome referencial ao nome 'nome'. Em sua versão mais simples (NR: nome referencial), quem diz 'nome' está se referindo à Ideia de Nome que, de acordo com sua função, seria 'distinguir Ideias'. Esta Ideia habilita ontologicamente que se utilize o nome 'nome' para tratar

162 Isso é importante para que sentenças como 'o homem agiu de maneira desumana' tenham sentido. Em Platão, esse tipo de problema está presente, por exemplo, na discussão da *República* 347c seq. quando Sócrates e Trasímaco discutem se um rei, quando faz uma lei ruim, está sendo um rei ou não. Segundo o nome referencial ele mereceria o nome de um rei ruim pois estaria realizando uma instância imperfeita da Ideia de Rei (ou Humano). Por outro lado, um médico quando recebe seu pagamento, também não está sendo um médico, mas não está sendo um médico ruim. Nesse caso, ele incorporaria a instância da Ideia de Diferente, no caso, um comerciante.

163 Isso é de se esperar, já que os nomes são tratados como coisas. A mesma estrutura pode ser aplicada nas opiniões, se estas também forem coisas. Nessa concepção, uma opinião seria uma instância particular de uma Ideia e, assim, a teoria dá conta da existência de opiniões melhores ou piores de acordo com a aproximação da Ideia.

da classe dos nomes e de um nome em particular. Neste caso (NRp: nome referencial de um particular), dizer 'nome' de algum nome em particular é dizer 'este nome participa na Ideia de Nome', que pode ser traduzido de maneira mais específica por: 'esse nome distingue uma Ideia'. Assim, 'cavalo' é um nome pois existe a Ideia de Cavalo e cavelha, não. Nesse quadro, 'cavalo', é um *bom* nome (NRpV nome referencial particular valorativo), já que com esse nome se distingue a Ideia existente de Cavalo. Porém, essa concepção ainda abre espaço para um nome negativo (NRpVG: nome referencial particular valorativo gradual) embasado nos graus de realidade. Como existem as Ideias de Cavalo e de Ovelha, é possível pensar: o nome cavelha como um nome ruim, já que se trata de uma instanciação que não realiza a natureza da sua Ideia, que é distinguir Ideias, mas que se aproxima dela, ao se embasar em Ideias existentes de animais próximos como Cavalo e Ovelha. Nesse contexto um nome como cavumelo que agrupa em uma classe cavalos e cogumelos seria pior do que cavelha¹⁶⁴. É assim que o modelo do nome referencial dá conta de tratar do mundo sensível mutante embasado na ontologia das Ideias.

164 Um exemplo menos fantasioso seria o do espectro de cores. Estudos (cf. Kay, 2002) indicam que a diferenciação entre nomes para cores varia em línguas, mas dentro de intervalos previsíveis e não arbitrários. Para Platão, uma língua que tem os nomes para verde e azul, como o português, separaria melhor a natureza nas juntas do que uma que usa uma palavra para ambas, como o '*oby*' em Tupi. Logo azul e verde seria um sistema de nome melhor do que aquele em que *oby* serve para as duas.

Capítulo 4: As relações entre os nomes e as falas

Após a determinação de um modelo para o funcionamento referencial dos nomes podemos avançar para a ver como o nome funciona dentro da linguagem. Esse tratamento seguirá na postura naturalista embasada pela ontologia, mas trará para a discussão os elementos internos à linguagem. Primeiro, em I.4.1, veremos como Platão oferece argumentos derivativos para falar de nomes e de falas, e quais são as implicações disso para a verdade e falsidade nos dois níveis. Depois, em I.4.2, será tratada a diferenciação de tipos de palavras, os nomes e os verbos, ambos necessários para se constituir uma fala.

I.4.1 Derivando nomes de falas

Para ver como o nome é uma parte da fala segundo o *Crátilo*, começaremos identificando como Platão defende a existência de nomes verdadeiros e falsos ligados à falas verdadeiras e falsas (A) e como o valor de verdade dos nomes funciona como seu critério natural de correção, sempre em referência às Ideias (B e C).

A. Os argumentos da composição e da divisão

A relação entre nomes e falas apresentada em Platão, em geral, é aquela de parte e todo. Nesse quadro, uma fala é composta de nomes, e o nome é definido como a menor

unidade significativa de uma fala¹⁶⁵. Até aí não há maiores problemas. A polêmica começa com a identificação de que Platão apresenta essa relação através de argumentos derivativos nos quais ele atribuiria propriedades do todo às partes. O cerne da questão está no valor de verdade que existiria nas falas, mas não nos nomes. Platão cometeria assim uma falácia ao derivar um do outro¹⁶⁶. O *Crátilo* apresenta dois exemplos deste tipo de argumento derivativo, um no início e outro no fim do diálogo. Para compreender a relação entre nomes, falas e seus valores de verdade será preciso entendê-los em comparação. Eles podem ser parafraseados assim:

Argumento da divisão (AD): (1) Existem falas verdadeiras e falsas, (2) Falas são compostas de nomes, (3) falas verdadeiras são compostas de nomes verdadeiros¹⁶⁷.

165 Em 385c Sócrates diz: “e você pode me falar uma parte menor de uma fala que um nome?”. Mais adiante, em 426b, ele tentará tomar sílabas e letras como partes significativas que seriam menores que os nomes, porém essa tentativa, declarada “risível” desde o início, fracassa. Isso será tratado em II.2.1.C.

166 Robinson apresentou essa leitura da maneira que se tornou canônica: “O primeiro argumento é que, uma vez que sentenças têm valor de verdade, suas partes, incluindo os nomes, devem ter um valor de verdade também. Portanto nomes são verdadeiros ou falsos (385bc). O argumento aparenta acabar aqui, sem chegar explicitamente até a teoria naturalista, mas parece ser esperado que nós pensemos que a visão de que existe uma correção natural dos nomes siga da visão que os nomes sejam verdadeiros ou falsos. Em outras palavras, a correção de um nome é ele ser verdadeiro e sua incorreção natural é ele ser falso. Este argumento é ruim, pois nomes não têm valor de verdade, e a razão dada para se dizer que eles têm é uma falácia da divisão. Ninguém no diálogo aponta que ele é ruim e 'Sócrates' faz o erro inverso da composição mais tarde em (431b). (...) No *Sofista* (263ab) ele (Platão) disse que o valor de verdade é uma característica das sentenças e que sentenças são divididas em nomes e predicados (262c), e ele não disse que nomes têm valor de verdade.” Robinson, (1956), p. 328. Os pontos da crítica que interessam aqui são, primeiro, que seria esperado que o leitor do diálogo fizesse uma ligação entre a verdade ou falsidade de um nome e a teoria naturalista, e, segundo, que a atribuição de um valor de verdade apenas a sentenças no *Sofista* seria a evidência da correção de um erro anterior. Já foi defendido que é uma relação natural, mas referencial e não descritiva, a que legitima dividir nomes em verdadeiros e falsos. Na sequência se defenderá uma leitura conjunta de dois tipos distintos, mas complementares, de valor de verdade para nomes no *Crátilo* e sentenças no *Sofista*.

167 Em tradução (o original está citado a seguir): “S. Uma fala verdadeira é verdadeira no todo, mas suas partes não seriam verdadeiras? H: Não, também as partes o são. S: Apenas as partes grandes são verdadeiras e as pequenas não, ou todas elas o são? H: Acho que todas elas. S: Você pode me falar uma parte menor de uma fala do que o nome? H: Não, ele é a menor Então, podemos falar que um nome faz parte de uma fala verdadeira? H: Isso. S: Uma parte verdadeira, como você disse? H: Isso. S: E a parte de uma fala falsa não seria falsa? H: Seria. S: Logo, assim como numa fala, também seria possível falar um nome falso ou verdadeiro?” *Crátilo* 385c. Cordero (In Casertano 2005 p.24) lê 'uma parte de um discurso falso seria do falso', a partir de *pseudous* que não seria usado como adjetivo (no Ms D). Porém, como bem nota Barbone (In Casertano 2005 p.31 n.13), existe sim esse uso em Platão, cf. *Teeteto* 161a1. Além disso, essa nova leitura um tanto tautológica reduziria o propósito do argumento a simplesmente apresentar os nomes como partes do discurso.

Argumento da composição (AC): (1) Existem nomes falsos, (2) Falas são compostas por nomes, (3) falas falsas são compostas por nomes falsos¹⁶⁸.

AC é a inversão de AD em dois sentidos¹⁶⁹. Como se evidencia normalmente, o argumento da composição (AC) começa das partes menores, os nomes, para provar a falsidade da união dessas partes, as falas. O argumento da divisão (AD), por sua vez, começa da verdade do todo, as falas, para chegar à verdade das partes, os nomes. O que normalmente não é notado é a segunda inversão que estas semi-formalizações deixam claro. Sócrates usa AD para assegurar a existência de nomes verdadeiros e AC para assegurar a existência de nomes falsos.

Se formos ao texto original citado nas notas a seguir, essa disparidade fica clara. Ao apresentar o argumento da divisão (AD) Sócrates menciona a falsidade em apenas 5 linhas, ao passo que a verdade figura em 11 linhas¹⁷⁰. Já na apresentação do argumento da composição

168 “Se for assim, também poderemos distribuir os nomes de maneira não correta caso não apliquemos o que corresponde a cada um, mas antes algo que não corresponde. Dá para fazer o mesmo com os verbos. E se é possível colocar verbos e nomes deste modo, é necessário que seja também no caso das falas, na medida em que as falas, eu acho, são compostas deles” *Crátilo* 431bc

169 Uma formalização comparativa das passagens ficaria assim. Primeiro a formalização do argumento da composição e, em itálico, a formalização do argumento da divisão. As nuances serão discutidas ao longo da análise.

- 1) É possível distribuir nome de maneira correta e incorreta
Há algo como falar verdadeiramente e falar falsamente.
- 2) Distribuir corretamente é aplicar o nome que corresponde a cada coisa, distribuir incorretamente é aplicar de maneira não correspondente.
Falar verdadeiramente é falar das coisas que elas são, como elas são; falar falsamente é falar das coisas que são como elas não são.
- 3) Se é assim com nomes seria assim também com *rhemata* (sentenças ou verbos)
Numa sentença verdadeira, o todo e as partes são verdadeiras; numa falsa, o todo e as partes são falsas.
- 4) Se é assim com *rhemata* (verbos ou sentenças) é assim com *logoi* (falas, discursos)
Portanto, nomes, sendo as menores partes (significantes) das sentenças podem ser verdadeiros ou falsos.

170 AD: “{ΣΩ.} Ὁ λόγος δ' ἐστὶν ὁ ἀληθῆς πότερον μὲν ὅλος ἀληθής, τὰ μέρη δ' αὐτοῦ οὐκ ἀληθῆ; {EPM.} Οὐκ, ἀλλὰ καὶ τὰ μέρη. {ΣΩ.} Πότερον δὲ τὰ μὲν μεγάλα μέρη ἀληθῆ, τὰ δὲ μικρὰ οὐκ ἢ πάντα; {EPM.} Πάντα, οἶμαι ἔγωγε. {ΣΩ.} Ἔστιν οὖν ὅτι λέγεις λόγου μικρότερον μέρος ἄλλο ἢ ὄνομα;

(AC) Sócrates desenvolve o argumento todo pela via negativa ao falar de “falar falsidade”, “não corretamente” e “não distribuir com correspondência”¹⁷¹

Assim, pode-se entrever que as duas versões têm objetivos diferentes. Sócrates usa o argumento da divisão (AD) para mostrar que existem nomes verdadeiros. Isso é de se esperar, pois o argumento é usado na discussão com Hermógenes. O convencionalismo de Hermógenes adota uma posição relativista da linguagem segundo a qual qualquer nome, dado por qualquer um, é verdadeiro. Contra isso Sócrates usa o argumento da divisão para provar que falas verdadeiras precisam ser compostas de nomes verdadeiros.

Já o argumento da composição (AC) aparece ao fim do diálogo, quando a discussão é com Crátilo, um naturalista radical segundo o qual só existem nomes verdadeiros. Contra isso, é de se esperar que Sócrates queira provar a existência de nomes falsos. Ele usa o argumento da composição para mostrar que nomes falsos formam falas falsas. Agora que entendemos os objetivos gerais dos argumentos da divisão e da composição em vista de seus oponentes, é preciso ver, do lado positivo, como eles explicam a verdade e a falsidade dos nomes.

B. A verdade dos nomes no argumento da divisão

Para ver como é a verdade atribuída aos nomes no argumento da divisão é preciso se

{EPM.} Οὐκ, ἀλλὰ τοῦτο μικρότατον. {ΣΩ.} Καὶ τοῦτο [ὄνομα] ἄρα τὸ τοῦ ἀληθοῦς λόγου λέγεται;
{EPM.} Ναί. {ΣΩ.} Ἀληθές γε, ὡς φήσ. {EPM.} Ναί. {ΣΩ.} Τὸ δὲ τοῦ ψεύδους μόριον οὐ ψεύδος; {EPM.} Φημί. {ΣΩ.} Ἔστιν ἄρα ὄνομα ψεύδος καὶ ἀληθές λέγειν, εἴπερ καὶ λόγον;” Crátilo 385d

No começo, o discurso verdadeiro e o falso são tratados simetricamente (7 linhas de 38b2 até b9). Depois disso, no centro do argumento onde Sócrates faz o ponto sobre os nomes, ele trata apenas da possibilidade dos nomes verdadeiros. Ele não se importa de falar dos nomes falsos (10 linhas de 385c1 até c10). É apenas depois, ao fim da passagem, que ele aplica, brevemente, a conclusão extraída da discussão dos nomes verdadeiros aos falsos (2 linhas em 385c11 e c12).

171 AC “εἰ δ' οὖν ἔστι τοιαύτη τις διανομή καὶ ἐνταῦθα, τὸ μὲν ἕτερον τούτων ἀληθεύειν βουλόμεθα καλεῖν, τὸ δ' ἕτερον ψεύδεσθαι. εἰ δὲ τοῦτο οὕτως ἔχει, καὶ ἔστι μὴ ὀρθῶς διανέμειν τὰ ὀνόματα μηδὲ ἀποδιδόναι τὰ προσήκοντα ἐκάστω, ἀλλ' ἐνίοτε τὰ μὴ προσήκοντα, εἴη ἂν καὶ ῥήματα ταῦτόν τοῦτο ποιεῖν. εἰ δὲ ῥήματα καὶ ὀνόματα ἔστιν οὕτω τιθέναι, ἀνάγκη καὶ λόγους;” Crátilo 431bc.

aproximar do texto original e notar o vocabulário usado na construção do argumento. Assim veremos, além da ênfase na verdade, a defesa de seu critério natural:

Argumento da divisão naturalista (ADN): (1) Existem falas *naturalmente* verdadeiras e falsas, (2) Falas são compostas por nomes, (3) Falas verdadeiras são compostas por nomes *naturalmente* verdadeiros¹⁷².

Agora podemos ver como o critério de verdade para os nomes é um critério natural. A discussão com o relativismo de Hermógenes reforça que 'natural' é dito por oposição à opinião humana. Já vimos como as Ideias embasam esse naturalismo. Agora fica claro que a verdade naturalista dos nomes em Platão é aquela que tem por critério entidades extralinguísticas estáveis denominadas Ideias¹⁷³. Assim, o que era considerado um 'nome bom' (nos termos gerais vistos no capítulo anterior) equivale a um 'nome verdadeiro'.

Agora podemos ver melhor como o modelo proposto acima satisfaz a condição de valores de verdade, em um âmbito geral, iguais para nomes e falas (que é o mesmo para todas as coisas que têm uma natureza a ser seguida)¹⁷⁴. Um nome verdadeiro e uma fala verdadeira

172 Estes dois passos argumentativos recorrem na sequência do diálogo, mesmo após a apresentação do argumento da divisão. Em 390d há evidência textual para ambos: “Já o Crátilo fala a verdade ao falar que os nomes existem *por natureza* para as coisas e que nem todos são produtores de nomes, mas apenas aqueles que, olhando para o nome por natureza de cada ser, segue o princípio de colocar sua Ideia *em letras e sílabas*.”

173 Ferrari, In Casertano 2005 p.118, afirma que no *Crátilo* e nos diálogos médios: “a verdade se configura, primariamente, como uma propriedade ontológica e não como uma característica do discurso em torno da realidade”. Porém, ele aplica o conceito de 'verdade' às Ideias dizendo que “as ideias são entidades 'verdadeiras' na medida em que constituem manifestações perfeitas das qualidades e dos predicados correspondentes”. O que se propõe aqui é parecido no que toma a Ideia como o critério de verdade, porém, a diferença é que ao servir de critério ela permite que os particulares que participam dela em diferentes graus sejam melhores ou piores (mais ou menos verdadeiros). O ganho disso é o critério ontológico de valoração que parece ser necessário para entender não só a ética, mas também a ontologia e epistemologia presente nos diálogos de Platão.

174 Berman acha que o que diferencia um 'convencionalista linguístico' de um 'naturalista' é que o convencionalista não acha que nomes são coisas. Para ele “um convencionalista linguístico admitiria facilmente que existam especialistas que tentam descobrir a natureza das coisas (...) mas negaria que existam especialistas que tentam descobrir a natureza dos nomes das coisas. Essa inferência seria sem sentido apenas se for falso que nomes sejam coisas.” Berman, 1994 p.46 Como Platão trata os nomes como coisas, faz sentido que ele tente descobrir a natureza dos nomes. Mas é possível dar um passo além nesse tratamento indistinto. Como as coisas

são aqueles que respeitam uma *relação natural* com a Ideia da Coisa Nomeada ou Falada. Isso, no entanto, não implica, necessariamente, como muitos críticos supõem, que Platão trate nomes como pequenas frases ou frases como uma mera corrente de nomes¹⁷⁵. Até agora vimos que a relação natural entre nome e Ideia do nomeado é a de referência. Na sequência, em I.5, com ajuda do *Sofista*, veremos como a relação natural entre fala e a Ideia do que é falado será a descrição. Isso implicará uma nuance nos seus valores de verdade. Por enquanto, basta seguirmos com estes dois aspectos para entendermos AD: 1) o valor de verdade de nomes e falas depende, não de opiniões humanas, mas da sua relação com a Ideia dos nomeados ou falados, mas, 2) somente no caso dos nomes, esta relação natural é referencial.

C. A falsidade dos nomes no argumento da composição

Entendido o argumento da divisão (AD), podemos prosseguir para a interpretação do argumento da composição (AC). AC é apresentado no contexto dos experimentos mentais vistos acima em I.3.1. Assim, a falsidade de um nome é equivalente a uma falsa aplicação, como ao apontar o retrato de uma mulher e dizer que representa um homem. Em vista disso, mais uma vez, é preciso inserir uma paráfrase mais definida para formalizar melhor o argumento:

Argumento da composição definido (ACD) (1) é possível que haja aplicação errada de nomes, (2) nomes mal aplicados são falsos, (3) nomes compõem falas, (4) nomes mal aplicados

em Platão são a instanciação imperfeita de uma Ideia perfeita, é possível que as coisas sejam verdadeiras ou falsas.

¹⁷⁵ Para as sentenças como uma corrente de nomes, ver Crombie, 1963. Para os nomes como pequenas sentenças ver Robinson, 1956.

compõem falas falsas.

Como a referência é à função fundamental do nome, era de se esperar que a sua falsidade também estivesse ligada a um problema referencial. Em sua versão mais corriqueira, o erro seria de se referir a um particular com o nome que não lhe pertence. Segundo o argumento da composição definido (ACD) haveria, portanto, duas situações em que um erro de aplicação geraria um nome falso. Um caso opera na relação entre nome e coisa particular e depende de alguém tomar como referente de um nome algo diferente daquilo que de fato é referido. Por exemplo, é o que acontece quando o estrangeiro que cumprimentou Crátilo conta para alguém que ele cumprimentara 'Hermógenes' naquela manhã. O engano sobre o nome gera a falsidade. Esse método ecoa o *Teeteto* quando Sócrates apresenta a falsidade na crença como uma disparidade entre a percepção sensível e a imagem mental. Nesse caso, ver Callias de longe e achar que é Sócrates seria um tipo similar de erro que aquele de chamar Hermógenes de 'Crátilo'¹⁷⁶.

A outra possibilidade de falsidade opera na relação entre o nome e a Ideia. Nesse caso, o erro seria o de atribuir um nome a algo que não tem uma Ideia e, portanto, não merece um nome. A analogia aqui é com o *Fédro* 265a, onde Platão diz que um erro acontece quando não se 'separa a natureza nas juntas.' O nome referencial, vimos, tem a função de distinguir Ideias, e, portanto, se distingue errado, é um nome falso. Como no exemplo de 'Lama', no *Parmênides* 130c, que gera o engano de que haja uma Ideia de Terra Úmida, ou no de 'bárbaros' para se referir aos não gregos no *Político* 262cd¹⁷⁷.

176 Para a introdução do ouvinte que também pode compreender de maneira errada a referência feita pelo falante teremos que esperar II.3.2.B e o tratamento da capacidade descritiva do nome.

177 Segundo Kretzman (1971 p.131), se algum grupo de humanos cria um nome 'cavelha' (no original, shorse = sheep + horse) para se referir a cavalos e ovelhas, eles estão errados pois o nome não separa a natureza nas juntas. Um correlato menos fictício seria o costume de chamar baleias de peixes antes de as identificar como mamíferos. Nesse caso, mais uma vez, independente do acordo de uma comunidade de falantes, o nome era falso

Em suma

Assim, em vista dos argumentos da divisão e composição o modelo referencial do nome dá conta de explicar o valor de verdade naturalista no nível dos nomes em Platão. Um nome é verdadeiro quando se refere a uma Ideia que existe e é usado para se referir à classe de particulares que participam nessa Ideia. Nesse processo podem haver dois tipos de erro que gerariam nomes falsos. Um nome pode referir a uma ou mais Ideias agrupadas dando a impressão de que uma classe de particulares participa em uma só Ideia quando esse não é o caso, como no exemplo de 'bárbaros'. Ou ainda, um nome de referência correta a uma Ideia pode ser usado para se referir a um particular que não participa daquela Ideia, como se alguém vê um asno e, pensando se tratar de um cavalo, o chama de 'cavalo'. Definidas as verdades e falsidades que os argumentos apresentam, é hora de ver uma outra nuance nessas derivações que permite a diferenciação entre nomes e verbos.

I.4.2 Onoma, nome e verbo em uma fala

Até aqui nomes foram tratados em um sentido amplo próximo ao que atribuímos a palavras. Para identificar como se dá a diferenciação entre dois tipos de palavras, os nomes e os verbos, iremos primeiro ao *Crátilo* (A), onde a ênfase é no que eles têm de comum, e depois ao *Sofista* (B), que esclarece sua diferença. No final, será proposta uma leitura contínua dos dois diálogos (C).

e ainda impedia o desenvolvimento de uma taxonomia mais apropriada.

A. Verbo no Crátilo

Até aqui, nosso percurso pelos argumentos da divisão e da composição mostrou como um nome pode ser naturalmente verdadeiro ou falso em sua capacidade referencial dentro de um discurso. Porém, a última versão do argumento da composição ainda pode ser mais determinada para contemplar uma outra particularidade. No texto original, a progressão que vai da parte ao todo apresenta um elemento a mais do que o argumento da divisão. Dessa vez, ao partir do nome para a fala, Sócrates passa pelo ῥήμα. Este termo tem o sentido próximo do que nós entendemos por 'verbo' hoje em dia, mas também pode ser usado com o sentido de 'predicado' ou mesmo 'sentença'. Assim, teríamos:

Argumento da composição completo (ACC): (1) Existem nomes falsos, (2) existem verbos falsos, (3) falas são compostas por nomes e verbos, (4) falas falsas são compostas por nomes e/ ou verbos falsos¹⁷⁸.

Nessa versão ῥήμα está traduzido por 'verbo'. Como esta não é a opção mais comum, convém justificar. Aqueles que leem ῥήμα como 'sentença' se fundamentam na visão de uma progressão baseada no tamanho dos elementos. Assim, se parte dos nomes, passando pelas sentenças para chegar nas falas. Isto faz sentido no contexto de um argumento da composição. Porém, para dizer 'sentença' no *Crátilo* Platão usa, quase sempre, λόγος (a mesma palavra usada para 'fala'). Um exemplo é quando ele diz, em 410e, que o nome de Zeus é uma

178 “Se for assim, também poderemos distribuir os nomes de maneira não correta caso não apliquemos o que corresponde a cada um, mas antes algo que não corresponde. *Dá para fazer o mesmo com os verbos. E se é possível colocar verbos e nomes deste modo*, é necessário que seja também no caso das falas, na medida em que as falas, eu acho, são compostas deles” Crátilo 431bc

pequena fala (ou seja, uma sentença). As outras ocorrências de ῥήμα no diálogo são, pelo menos, ambíguas, sendo que, em 427a, por exemplo, a preferência do sentido como 'verbos' parece clara¹⁷⁹. Diante da falta de evidência filológica, a opção é defender a tradução por 'verbo' com base em um ganho interpretativo.

Se ῥήμα fosse sentença no argumento da composição, faria mais sentido dizer que nomes compõem sentenças e sentenças compõem falas. Porém, na passagem, Sócrates usa uma construção na qual ὄνομα e ῥήμα parecem estar no mesmo nível. Isso legitima a leitura sugerida por Fine (1977, p.292) segundo a qual Platão usaria ὄνομα em dois sentidos. No sentido amplo ὄνομα é 'palavra', valendo tanto para nomes quanto para verbos. Porém, há um sentido mais estrito, que fica claro no *Sofista* e é aludido no *Crátilo*, em que ὄνομα é a palavra usada para o sujeito de uma fala e ῥήμα é a palavra usada para a ação desse sujeito. Se for assim, o sentido é próximo ao que entendemos por 'nome' e 'verbo' que estariam no mesmo nível como sugerido pelo και no texto do *Crátilo*.

Além disso, após citar ὄνομα e ῥήμα, Sócrates diz que falas (λόγος) são compostas por aqueles (οὕτω). Lido assim, uma fala necessitaria de ter tanto um ὄνομα, em sentido estrito, quanto de um ῥήμα, exatamente como veremos que acontece no *Sofista*. Ademais, se lembrarmos da lista de infinitivos referida por ῥήμα em 427a encontraremos no *Sofista* algo bem semelhante em 262b quando o estrangeiro eleata apresenta “βαδίζει” “τρέχει” “καθεύδει” como uma sequência de ῥήμα que, por falta de um ὄνομα, não constitui uma fala¹⁸⁰. Desse

179 Mársico, por exemplo, aceita a diferenciação entre *onoma* e *rhema* no diálogo, mas prefere ler *rhema* como sentença no argumento da composição. “Contra o que se costuma repetir, a oposição entre *onoma* e *rhema* está presente no *Crátilo*. (...) *Rhema* no entanto, nunca tem o sentido de 'verbo' em Platão, mas assinala sempre o valor predicativo de uma expressão” Mársico (2006) p. 114 n.175. Contra essa afirmação absoluta convém ver 427a onde *rhema* é usado para referir a um grupo de palavras no infinitivo que não poderiam ser predicções. Os ditos *rhema* são “κρούειν,” “θραύειν,” “ἔρεικειν,” “θρύπτειν,” “κερματίζειν,” “ῥυμβεῖν”.

180 Devido à dinamicidade da língua e à enormidade de etapas inferidas no seu uso é sempre possível pensar em exemplos que negam estas tentativas de regulamentar a linguagem. Por exemplo, a sequência de verbos 'acordar, comer, trabalhar, comer, trabalhar e dormir' produzem sim uma fala, e até uma narrativa, tal qual uma descrição sem verbos 'um homem de sapato preto, calça cáqui e blusa laranja'. Platão não se ocupa de tais casos, mas o modelo referencial de funcionamento dos nomes deixa supor uma explicação para estas situações. Vimos que o

modo, entender ῥήμα como verbo parece não só pertinente, mas ainda mais profícuo para uma leitura conjunta dos diálogos.

B. Nome e verbo no *Sofista*

No *Sofista* 262ab o estrangeiro eleata diz que falas (λόγος) são compostas por nomes (ὀνόμα) e verbos (ῥήμα). Os dois termos são familiares da discussão prévia, mas a definição oferecida aqui é diferente. Segundo o texto uma:

Fala: deve conter um nome e um verbo, onde

Verbos: são indicadores de ação, e,

Nomes: são sinais sonoros para sinalizar aqueles que fazem ações¹⁸¹

A diferença do objeto em discussão nos diálogos pode explicar a explicitação da diferenciação entre palavras (nomes no sentido amplo) ou verbos e nomes (em um sentido estrito). O *Crátilo* trata de nomes, e, só por isso, faz alusão às falas. Do seu objetivo de entender o funcionamento de todo e qualquer tipo de nome se segue a preferência por tratar dos nomes em sentido amplo, sem diferenciar nomes e verbos. Essa passagem do *Sofista*, por sua vez, trata de falas e, assim, requer a diferenciação entre dois tipos diferentes de nomes que nome 'Hermógenes' endereçado a uma pessoa tem o sentido subentendido de 'Como vai, Hermógenes?'. Da mesma maneira, um nome X tem o sentido de 'este é um X'. Nos dois casos, grande parte do sentido necessário para se compreender a fala encontra-se subentendido. De maneira análoga, na sequência de verbos apresentada acima, um sujeito seria subentendido, por exemplo: (minha vida é:) 'acordar, trabalhar, dormir etc' tal qual, na descrição, haveria também algum verbo do tipo 'um homem (usando) sapatos pretos...'. Assim, o modelo fornece as ferramentas para superar estes possíveis contraexemplos.

181 “E: Uns são chamados nomes e os outros, verbos. T: Me diga o que cada um dos dois é. E: Daquele que é um indicador de ações nós nos referimos a ele como um verbo. T: Isso. E: Aquele que é um sinal sonoro para aqueles que estão fazendo uma ação, trata-se de um nome. T: Sim, certamente. E: Portanto, não seria o caso que uma fala não é jamais composta somente de nomes falados consecutivamente nem apenas de verbos separados de nomes?” *Sofista* 262ab

são necessários para compor uma fala, nomes e verbos.

Se a explicação acima estiver correta, é necessário que o funcionamento geral dos nomes apresentado no *Crátilo* contemple os tipos específicos distinguidos no *Sofista*. Se observarmos as definições de nome e verbo neste diálogo notaremos que isso acontece, já que é justamente a referência o critério usado para diferenciar nomes de verbos. Como toda palavra, tanto um nome quanto um verbo têm um referente natural. Nesse quesito amplo eles são iguais. O que nos permite diferenciá-los é o tipo de referente. Um nome se refere ao que chamaríamos de sujeito de uma sentença e que Platão parafraseia como 'quem realiza a ação em uma fala'. O verbo, por sua vez, se refere ao nome que faz referência 'à ação realizada pelo sujeito da ação'. Esta distinção, mesmo que não seja apresentada de maneira clara como no *Sofista*, parece estar suposta no *Crátilo*, principalmente no uso de ῥήμα no argumento da composição (ACC) visto acima.

A relação entre palavras que podem se referir a coisas (nomes) ou ações (verbos) condiz ainda com a situação vista em I.1.1.D. Segundo o *Crátilo* 386c, uma ação tem o mesmo tipo de existência que uma coisa, e ambos têm uma Ideia à qual seus nomes vão se referir. Nesta ontologia, vimos, existe a carda e existe o cardar, e ambos participam na Ideia de Cardar. Prova disso é que diferentes produtores, como o carpinteiro que faz a carda e o costureiro que realiza o cardar, devem trabalhar em conjunto observando a mesma Ideia de 'separar urdiduras'. Dessa igualdade, surge a questão sobre o que diferencia um nome de um verbo.

Um diálogo como o *Crátilo*, por tratar principalmente dos nomes isolados como se estivessem em um dicionário, não precisa explicar a diferença entre o sujeito cardador, o instrumento carda e a ação de cardar. Cada uma dessas palavras se refere a uma Ideia estável

de Cardar entendida como 'separar urdiduras'. Já no *Sofista*, no contexto de examinar uma fala, é importante notar a diferença, pois requer pelo menos dois tipos de palavras, um nome e um verbo, para se compor uma fala. Mas nesse caso, se nomes e verbos são coisas, é preciso de uma explicação ontológica que os diferencie.

A resposta para esta questão se encontra no *Sofista* no tema da 'costura de Ideias' (*symplokê eidôn*). Em 259e o estrangeiro eleata diz: “o isolamento de cada coisa de qualquer outra coisa é o fim de todas as falas, pois é através da costura de Ideias que surge a nossa fala.” Segundo a leitura acima, no nível da fala, uma mesma Ideia apresentada de maneira diferente, como nome ou verbo, basta para constituir um discurso. Assim, em '1) o cardador 2) carda 3) com uma carda' teríamos três instanciações de uma mesma Ideia de Cardar no que hoje chamaríamos de sujeito, verbo e objeto indireto. Por outro lado, em 'carda carda carda' recorrem as mesmas três instanciações, mas não se constitui uma fala. Uma solução para diferença seria entender a diferença gramatical como ontologicamente significativa. Uma maneira de fazer isso depende do tratamento que vimos no Crátilo, segundo o qual ações e instrumentos são tipos específicos de coisas que existem. Assim, a Ideia de Cardar costurada ao tipo particular de existência que é a ação geraria o cardar, enquanto que a mesma Ideia, misturada a Ideia de humano ou produtor, resultaria no cardador e, por fim, a mesma Ideia junto com a Ideia de Instrumento, geraria a carda. Dessa maneira, podemos entender como é que a mistura de Ideias possibilita o discurso¹⁸².

182 Essa passagem do *Sofista* levantou uma discussão acerca da quantidade de Ideias necessárias para se compor uma fala. Cornford e Ross defendem que é preciso pelo menos uma Ideia para se constituir um discurso. O problema, como nota Akrill (1997 p.74), é que a mistura tem que ser de mais de uma Ideia. A solução de Akrill passa pela declaração anterior à passagem citada que diz que algumas Ideias combinam com outras, e não que todas combinam com todas. Isso também se encaixa na leitura proposta acima já que, nem toda Ideia pode se combinar com a Ideia de Ação. Por exemplo, de chinelo não se extrai um verbo 'chinelar'. É preciso ter em mente que se trata de uma questão mais ontológica do que linguística. Assim, pode haver união de Ideias para as quais uma língua não tem um verbo. Por exemplo, temos que usar a paráfrase 'andar de skate' porque não há o verbo 'skatear'. Essa primazia ontológica é a mesma que responde à supracitada crítica de Demócrito ao naturalismo, segundo a qual, de algumas palavras se deriva adjetivos e de outras não.

A analogia com a costura usada em ambos os diálogos pode ajudar a entender. Para costurar é preciso entrelaçar os fios em, pelo menos, dois sentidos diferentes: o horizontal que constitui a trama e o vertical que constitui as urdiduras. Para se constituir um tecido, os fios podem ser de um mesmo material, mas não podem estar apenas em uma direção. Assim também seria o discurso, uma só Ideia seria suficiente, mas ela não pode ser colocada em um só tipo de palavra, como, por exemplo, o nome em 'carda carda carda'. Por outro lado, se temos um nome e um verbo, mesmo apenas com uma só Ideia, já é possível constituir uma fala, como em 'uma carda carda'. Essa mistura das Ideias é ontológica e reflete na linguagem. Como no mundo as coisas existem como instrumentos e ações, o mesmo aparece na fala sob a forma de nomes e verbos. Se quisermos extrair uma visualização da analogia, podemos pensar na trama horizontal como a Ideia, o referente básico, que, ao perpassar várias urdiduras, acaba formando novos referentes relativos a como as coisas acontecem no mundo sensível. Assim teríamos a Ideia de Cardar que pode se misturar à de instrumento para constituir a carda, a ação para constituir a técnica de cardar e ao produtor para constituir o cardador.

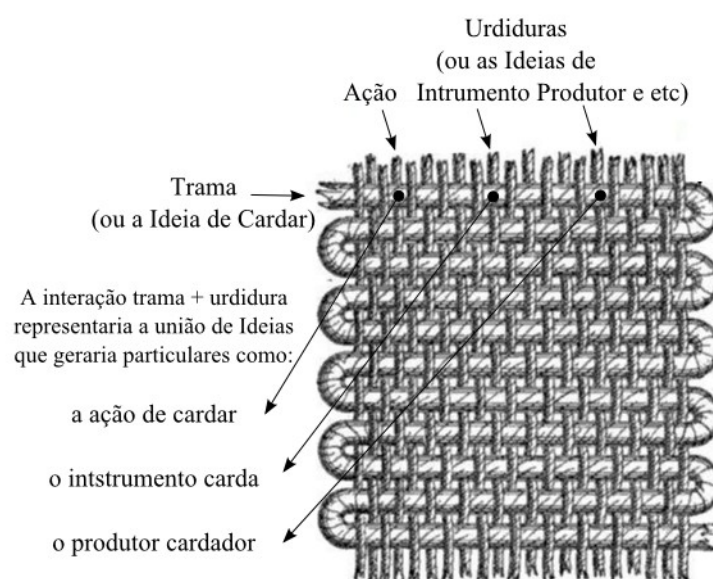


Figura 3: Trama e Urdiduras em desenho de Ryj, Creative Commons

Mais importante que a visualização da analogia é perceber como o modelo do nome como referir (NR) serve também para os verbos. No caso do nome em sentido estrito, a partir do paradigma do *Crátilo*, dizer o nome X seria dizer 'este é um X'. De maneira análoga, dizer um verbo Xzear seria dizer 'isto é uma ação de Xzear' ou, de maneira ainda mais platônica, 'isto participa da Ideia de X e da Ideia de ação'. Desta maneira se explica o funcionamento dos nomes em sentido amplo, bem como da distinção entre nome e verbo, em vista da ontologia da teoria das Ideias que embasa seus referentes. Fica estabelecido, portanto, que o critério de verdade de um nome e de um verbo é o mesmo e depende da função primordial das palavras que é o referir. A diferença é apenas que esse referente, no caso do verbo, se mistura à Ideia de ação. No fim das contas, quando um nome se refere à coisa correta e o verbo à ação correta, eles serão verdadeiros¹⁸³.

C. Nome e verbo geram uma descrição na fala

Após compreendermos o funcionamento de nome e verbos de maneira isolada podemos passar a investigar como acontece sua interação dentro de uma fala (ou sentença). Para comprovar a necessidade de um nome e um verbo para compôr uma fala, o estrangeiro eleata apresenta, em 263a¹⁸⁴, um primeiro exemplo nas seguintes palavras: “E: 'Teeteto está sentado', esta fala não é muito longa, ou é? T: Não, é a menor longura para uma fala.”

Assim, como era de se esperar, um exemplo da menor das falas é constituído de duas palavras apenas, um nome e um verbo. Se decomposermos as palavras do exemplo segundo o

183 A nomenclatura 'sujeito' e 'verbo' não deve confundir levando a uma leitura mais sintática do que ontológica. Para Platão um 'verbo' em forma nominal que aparece na posição de sujeito da frase continua tendo o mesmo referente, a saber, a Ideia da ação. Assim, nas frases 'o cardar é distinguir tramas', o 'costureiro cardou o algodão' e 'cardando nós distinguimos as tramas' a palavra cardar tem sempre o mesmo referente que é a Ideia de Cardar, o que muda é a que essa se mistura independente da sua função sintática.

184 A passagem será citada e tratada em seus detalhes mais adiante.

modelo do nome referencial, teremos: 1) Este é Teeteto e 2) Isto é estar sentado. E mais, Teeteto só tem um referente estável porque o particular remete à Ideia de Humano e 'estar sentado' só é um verbo porque se refere à mistura da Ideia de Sentar com a Ideia de Ação. Desta maneira, obtém-se uma fala que significa 'Teeteto está sentado'.

O caso das palavras já foi tratado de maneira extensa. Sua função é referencial, como evidencia o exemplo do *Crátilo* em que o nome é lido como 'este é um X'. Em vista disso, fica mais fácil de ver que os exemplos das menores falas dados no *Sofista* não são sentenças referenciais, mas sim descritivas. Como é necessário um nome e um verbo para se constituir uma fala, Platão nos apresenta uma estrutura do tipo 'X faz Y', como em: 'Teeteto está sentado'. A comparação estrutural nos permite ver que a diferença entre o funcionamento de um nome, assunto do *Crátilo*, e de uma fala, assunto do *Sofista*, é aquela entre referência e descrição. Uma vez que o que as menores falas possíveis fazem é descrever, é de se esperar que esta seja sua característica mais elementar. A diferença complementar entre nomes e falas está completa. Os nomes tiveram sua capacidade descritiva eliminada da verificação de sua verdade enquanto que as falas são apresentadas como ferramentas essencialmente descritivas.

Capítulo 5: Valor de verdade dos nomes e das falas

Ao usar como paradigma o “menor tipo de fala” e uma situação corriqueira como 'Teeteto está sentado', Platão apresentaria sua versão de uma *toy language* como aquelas usadas pelos lógicos para pensarem quesitos isolados que figuram nas línguas naturais¹⁸⁵. Uma vez encontrado o critério de verdade na *toy language*, obtém-se um paradigma para se entender a verdade nas línguas naturais¹⁸⁶. Em vez de criar uma língua com poucos recursos, Platão usou o que ele acreditava ser a menor fala lidando com um tema banal para pensar o valor de verdade descritivo de um discurso. Os desdobramentos disso serão desenvolvidos a seguir, primeiro em I.5.1, em relação à descrição de um estado de coisas no mundo sensível, para, então, passar ao discurso sobre as Ideias em I.5.2.

I.5.1 Para falar do mundo sensível

185 Para pensar seu conceito de verdade, por exemplo, Tarski criou uma progressão de línguas de gramática e vocabulário bem simples que lhe permitiu analisar a questão de maneira cuidadosa. Ele partiu de uma língua com um número finito de objetos e sentenças, para depois pensar em uma língua com conectores, e, por fim, agregou símbolos funcionais. Segundo ele a simplificação se justifica porque: “apesar de o significado do termo 'sentença verdadeira' parecer ser bem claro e inteligível, toda tentativa de defini-lo, até hoje, foi inútil.” Tarski, 1983 p.152

186 Um motivo para Platão usar o menor tipo de fala seria que estruturas mais simples seriam melhores para conhecer os traços essenciais dos objetos de investigação. É isso que ele faz, por exemplo, ao construir a cidade no *logos* na *República*. A analogia vai adiante. Naquele diálogo Sócrates supõe, primeiro, a cidade mais simples de todas, a cidade dos porcos, que, no entanto, falha em ser a versão mais simples de uma cidade humana. Em seguida, ele gasta vários livros construindo uma cidade mais complexa como paradigma das cidades humanas. Daí se questionaria se o menor discurso não seria uma hipersimplificação que, como a cidade dos porcos, falharia em servir de paradigma para se entender as falas humanas. A posição defendida a seguir será que é sim uma simplificação que não dá conta das falas humanas, mas que, mesmo assim, é necessária para a sua compreensão. Para isso é preciso retomar a investigação acerca do papel do nome na epistemologia em Platão na parte III.

A menor fala que serve de exemplo no *Sofista* descreve uma situação simples e fácil de ser verificada pelos sentidos. Para ver se 'Teeteto está sentado' é verdade, bastaria olhar se o estado de mundo está como a frase descreve. Porém, em vista do funcionamento referencial do nome e da condição mutante do mundo sensível, é de se esperar que nessa frase simples estejam subentendidos vários passos necessários. São eles que mostrarão a relação entre o valor de verdade referencial dos nomes e o descritivo das falas.

A. O referente

Um exame da sequência da passagem em que nomes, verbos e falas são definidos no *Sofista* revelará se as conclusões do *Crátilo* são operantes ou não naquele diálogo. Em 263b, o texto segue assim:

E: (1) Então é tarefa sua (Teeteto) apontar sobre o que, e de que, ela (a frase 'teeteto está sentado') é.

T: É claramente sobre mim e de mim.

E: E no caso da seguinte fala?

T: Qual?

E: (2) 'Teeteto, com o qual eu estou falando agora, voa'

T: Sobre esta também ninguém diria nada diferente. Ela é sobre mim e de mim.

Após caracterizar a longura da fala, o estrangeiro eleata (1) logo encarrega Teeteto de apontar o sujeito do exemplo em questão. A pergunta obriga o jovem a se acusar como o sujeito da fala. Esta estratégia remete ao modelo do nome como um endereçar-se no *Crátilo*. Neste diálogo, Crátilo é colocado em uma situação na qual é chamado de Hermógenes. Ao trazer o interlocutor para a discussão como sujeito do experimento mental Sócrates faz que seja impossível para ele defender sua posição na qual não haveria nomes incorretos. Já no

Sofista, a pergunta pelo sujeito da fala, feita ao sujeito da fala, se vale da autoreferência para assegurar a verdade do nome que caracteriza seu referente, no caso, Teeteto ele mesmo. Para que 'Teeteto está sentado' tenha algum sentido é preciso que o nome 'Teeteto' tenha uma referência válida.

(2) apresenta uma fala falsa que, no entanto, reforça a necessidade da referência com um adendo apositivo que aumenta a menor fala possível. Ao determinar que Teeteto é aquele 'com o qual estou falando agora' o estrangeiro reforça a necessidade primordial da referência. E mais, até então nada é dito sobre a falsidade da fala. Isso confirma que, na fase referencial, as duas sentenças são igualmente verdadeiras, pois ambas obtêm sucesso na referência. De modo que o texto do *Sofista* corrobora o modelo do nome referencial cujo valor de verdade depende da referência e ainda o coloca dentro do esquema da verdade do discurso. Fica determinado que a primeira etapa para entender uma fala é assegurar a referência.

B. O tempo

O aposto usado pelo estrangeiro eleata ainda traz mais uma complexidade para assegurar a referência feita a um particular mutante, o tempo. Ele caracteriza Teeteto como com quem ele está falando 'agora'. Assim fica claro que a referência não é a uma Ideia estável, mas antes a um particular, Teeteto, em um tempo t_1 . Ao pensar essa questão diante de (1) e (2), nos deparamos com uma diferença entre os dois exemplos usados por Platão. (1) se trata de uma declaração modal, ou seja, uma frase que descreve uma situação não necessária, já que Teeteto pode estar sentado ou estar de pé. Nesse caso seria preciso, para que a descrição funcione, marcar em que tempo ela foi feita.

Assim: 'Teeteto, com quem eu estou falando agora, está sentado' é verdadeira se, e somente se, Teeteto estava sentado enquanto ele ouvia o estrangeiro eleata. Este tipo de exemplo mostra como, uma vez determinado o tempo em que uma frase foi pronunciada, o problema da instabilidade das coisas mutáveis é amenizado. A frase continua verdadeira mesmo para quem lê o diálogo hoje, ainda que Teeteto tenha morrido há muito tempo¹⁸⁷. Parece legítimo pensarmos que o caso do valor de verdade referencial dos nomes que funcionam por eponímia segue o mesmo paradigma. Assim, o nome 'Teeteto', dito querendo se referir ao indivíduo Teeteto que frequentava o círculo de Sócrates, segue sendo verdadeiro mesmo que o seu referente tenha morrido e que não tenha havido jamais uma Ideia estável deste ser humano em particular, mas, neste caso, é preciso precisar (pelo menos de maneira implícita) a temporalidade da referência¹⁸⁸.

Já no segundo caso (2), parece que se trata de uma declaração não-modal, ou seja, necessária, já que 'Teeteto está voando' não será jamais uma situação plausível, sendo assim uma frase necessariamente falsa. De modo que esse caso se aproxima mais de um discurso sobre as Ideias estáveis já que a declaração é falsa independente da situação de mundo particular descrita e, por conseguinte, da sua temporalidade¹⁸⁹. A comparação de (1) e (2)

187 O problema de o estrangeiro eleata ser uma personagem fictícia não é tratado diretamente por Platão, mas se arriscará uma resposta adiante, em II.4.2. Além disso, na segunda parte da tese, as implicações da criação, uso e nomeação de uma personagem serão examinadas.

188 Uma toy language composta de três itens, um sujeito (Teeteto) e dois verbos (está sentado e de pé), mais um mundo sensível com o qual se compara a descrição feita pela língua, mostra a necessidade da temporalidade ao tratar de objetos mutantes. Se Teeteto está sentado, então, a frase 'Teeteto está sentado é verdadeira'. Porém, mesmo em sua simplicidade, esta toy language mostra como o mundo sensível não é muito um critério estável de verdade. Basta Teeteto se levantar para a frase tornar-se falsa. Portanto, também um advérbio temporal como 'agora' seria necessário para que a toy language funcionasse.

189 A oposição entre um humano que está sentado ou que voa deixa espaço para uma verificação de condições essenciais dos sujeitos das falas que nem precisariam da verificação *in loco* para a busca da verdade. Neste caso, o exame do discurso, e não o da realidade sensível, é que seria necessário. Porém, em vista da preferência de Sócrates, ao final do *Crátilo*, por conhecer as coisas por elas mesmas em vez de pelos seus nomes não convém nem exagerar na força do discurso nem descartar a contribuição da informação dos sentidos para sua busca pelo conhecimento. Talvez seja por isso que no *Sofista* a ênfase no 'com quem eu estou falando agora' que reforça uma verificação de um estado contingencial do mundo sensível venha no exemplo não modal, quando seria de se esperar que ela viesse determinando a frase não necessária.

ainda permite ver como passamos de declarações sobre particulares para inferências sobre características gerais.

É o fato de percebermos que Teeteto não poderia, de maneira alguma, estar voando que nos mostra como passamos, sem perceber, de uma situação particular contingente (Teeteto está sentado, mas poderia estar de pé) para uma situação necessária (Um ser humano não pode voar, logo Teeteto não pode estar voando). Essa transição feita de maneira inconsciente no uso corriqueiro da linguagem mostra como a referência à Ideia estável que dá base ontológica para o funcionamento da linguagem é operante em qualquer tipo de fala. No *Crátilo*, a passagem do modelo do nome como endereçar-se para o nome referencial esclarece como o nome próprio, além da particularidade, traz em si também a generalidade. Assim, 'Teeteto' seria equivalente a 'esse humano', ou seja, um caso de 'humano' usado por eponímia para se referir a um particular que participa da Ideia de Humano.

C. Valor de verdade descritivo nas falas

Uma vez estabelecida a referência como a primeira etapa para a verdade de uma fala, podemos avançar para ver qual será o tipo de verdade da fala. Como a característica de uma fala é ser descritiva, é disso que deve depender sua verdade. A sequência da passagem do *Sofista* evolui exatamente para isso:

E: Sim, e nós dizemos que é necessário que cada fala seja de um certo tipo?

T: Sim.

E: E de que tipo você diz que cada um destas duas é?

T: Uma é certamente falsa e a outra verdadeira.

E: (3) E deles, a fala verdadeira diz as coisas que são sobre você como elas são.

T: Isso.

E: E é a fala falsa que diz coisas inverossímeis sobre as coisas que são.

Assegurada a referência dos nomes e o seu tempo, o estrangeiro passa a discutir a verdade, não dos nomes, mas das falas. Agora entre (1) e (2) surge uma diferença. Ele afirma a existência de dois tipos de fala, a verdadeira e a falsa, e as aplica a cada um dos exemplos. Assim, se em vista da referência não havia diferença, agora já não é mais assim. Resta saber se é a descrição que legitima a diferenciação das duas falas. Isso aparece em (3) quando nos é apresentada uma definição da verdade e falsidade das falas:

A fala verdadeira: diz do que é, como é

A fala falsa: diz do que é, como não é

As definições acima, no texto original ou na paráfrase, apresentam duas condições para a verdade ou falsidade de uma fala. Esta deve ser 1) de algo e 2) sobre algo¹⁹⁰. Dessas, a pré-condição de ser de algo se encaixa perfeitamente no funcionamento referencial dos nomes. Assim, temos que o primeiro passo para uma frase ser verdadeira é que seus nomes tenham referentes verdadeiros. Porém, somente com esse critério, 'Teeteto Sócrates' constituiria uma fala verdadeira, o que não é o caso.

Além disso, ao analisar os nomes referenciais em uma frase, vimos que é preciso que seus referentes sejam combinados com Ideias diferentes para que a sua descrição faça sentido.

190 Em grego a diferença é feita pela variação entre o genitivo e o acusativo. A preposição *peri* mais genitivo se referiria ao sujeito do discurso (Eu digo sobre X) enquanto o acusativo se referiria a sua descrição (Eu digo algo de X). (cf Smyth p.1693 e LSJ). Assim, se alguém diz algo sobre uma coisa ele está dizendo, primeiro, que a coisa existe e, segundo, que ela é do jeito que está sendo descrito. 'Teeteto está assentado' quer dizer que Teeteto existe e que ele está assentado. Aristóteles, nos Analíticos Posteriores I.10 76b21-22, diferencia o *peri hōn* do *ex hōn*, para falar dos dois momentos da investigação. Primeiro, deve se identificar sobre o que é, e, em seguida, explicar por que é, onde o 'por que' tende a ser visto como a busca pelas causas. Na leitura proposta acima, Platão, para a identificação da verdade de um discurso, identificaria a necessidade de ele ser sobre algo que existe, e, além disso, falar de maneira apropriada como ele é. Nesse caso ele não se ocupa do porquê. As implicações desse modelo de fala para seus métodos investigativos serão apresentadas mais adiante.

Para o tipo mais simples de fala, uma de suas palavras deve ser um sujeito (nome) e a outra, uma ação (verbo). Assim, podemos entender, através da costura das Ideias, frases como 'Teeteto está sentado (agora)' e 'Teeteto está de pé (agora)'. Porém, esse critério também é insuficiente, já que tanto 'Teeteto' quando 'estar de pé' e 'estar sentado' têm referentes e descrevem uma ação, mas, ainda assim, uma é falsa e a outra é verdadeira.

Para completar a busca pelo valor de verdade de uma fala é preciso ir ao segundo passo das definições apresentadas acima. Ao unir um nome e um verbo, pelo menos, a fala, diferente dos nomes que a compõem, constitui uma descrição. Por isso a fala diz *como* as coisas são (ou estão). De modo que sua verdade depende, além da referência de seus nomes, também da comparação entre o que ela descreve e o que ela quer descrever. Por isso, 'Teeteto está sentado' é verdadeiro no caso de Teeteto estar sentado no momento em que foi pronunciada, e, por isso também, apesar de ter referentes corretos e apresentar um nome e um verbo, a combinação 'Teeteto voa' é falsa¹⁹¹.

Nesse quadro, após a verificação da verdade dos nomes que compõem um discurso restaria ainda uma etapa em que se verifica a descrição gerada a partir da união dos nomes que compõem uma fala. A etapa referencial, que verifica se os nomes que compõem uma fala têm um referente (objeto do *Crátilo*), é necessária, mas insuficiente, para atestar a veracidade de uma fala (objeto do *Sofista*). Logo, falas são compostas de nomes referenciais, mas são mais do que uma mera sequência de nomes pois constituem uma descrição. Uma tal leitura coordena os dois diálogos em um esquema único de funcionamento para nomes e falas na linguagem.

191 Seria interessante comparar esta postura àquela defendida pelos estoicos. Para eles a frase predicativa tem um sujeito que é um algo corpóreo, e portanto existente, e um predicado que não é corpóreo. Assim, em "Catão está andando", 'Catão' é um corpóreo e 'está andando' não. Ademais, por também negarem a corporeidade dos universais, tampouco uma frase que toma o 'ser humano' como sujeito teria um sujeito corpóreo. cf. Sêneca, Cartas I 17.13

D. O cardar e o costurar, o nomear e o falar

Agora temos uma figura completa que nos permite entender como Platão pensa a relação do nomear como parte do falar afirmada nos argumentos da divisão e da composição no *Crátilo*. Além disso, podemos também entender o quão precisa é a analogia preferida dele, que pensa o nomear em vista do cardar no *Crátilo* e a fala em vista do costurar no *Sofista*. No *Crátilo* a semelhança já se anuncia quando o cardar é definido como 'separar tramas e urdiduras' (381b) e o nomear por 'separar existências'. Porém, há indícios de que a analogia vá além¹⁹².

No *Político* 282a o estrangeiro eleata defende que para entender o cardar que separa fios e o coser que os une, é necessário pensá-los como etapas do costurar¹⁹³. Primeiro ele mostra que seria um erro achar que o cardar é o mesmo do que coser. Apesar de ambas estarem ligadas à produção de roupas ou tecidos, enquanto o coser entrelaça fios pra produzir uma roupa, o cardar os desentrelaçaria. Em seguida, vem o reconhecimento de que, apesar de serem inversas, estas artes têm uma relação íntima e sequencial. Isto porque o cardar seria uma primeira etapa, insuficiente mas necessária, ao coser, que é o que produz um tecido. Diante do reconhecimento, tanto da oposição quanto da relação íntima, vem a solução. Cardar e coser seriam partes de uma arte maior, a costura, de modo que, em um sentido geral (a

192 Segundo Ademollo “tanto aqui quanto no *Sofista* 226bc quanto no *Político* 282bc Platão diz que *kekrizein* separa os fios uns dos outros. (...) Por contraste no *Político* 283ab Platão diz que costurar (*uphainein*) consiste em unir linhas para produzir uma rede.” Ademollo (2011) p.108. A proposta aqui será que o nomear seja a primeira etapa distintiva de uma fala que, por sua vez, é um processo de união. De modo que é a mesma situação da costura, na qual é preciso cardar para separar os fios antes de costurar para uni-los.

193 “Enquanto o que caracteriza o coser é um certo tipo de agrupamento (...) aquilo que caracteriza o início do processo é uma separação de coisas que estavam juntas (...) que é a obra do cardador. Ou ainda devemos ousar chamar a arte de cardar de coser e o cardador um cosedor como se fossem um? (...) Isso seria um paradoxo e uma mentira. (...) as duas são partes da arte de costurar.” *Político* 282ab. Aqui se usa o nome geral de 'costurar' para unir 'coser' e 'cardar' sem misturá-los, como duas etapas de um processo. Assim poderia ser também a linguagem geral, onde há o nomear e o falar, um que separa, outro que une.

produção do tecido) seriam o mesmo, mas no particular (etapas diferentes dessa produção) seriam opostas, uma separando, outra unindo os fios.

Esta concepção da costura no *Político* permite compreender o uso do cardar e do coser em analogia ao nomear e o falar. O nomear seria uma primeira etapa distintiva e necessária, mas insuficiente, para se realizar a arte unidora que é a fala. E mais, os nomes distinguem existências e Ideias, como vimos no *Crátilo*, enquanto que o discurso as une, segundo o *Sofista*. É essa a situação que resulta dos valores de verdade interligados do nomear e do falar. A referência é uma distinção necessária, mas insuficiente, para a descrição feita pela união de nome e verbo em uma fala. Em 'Teeteto está sentado' primeiro se distingue 'Teeteto' e 'estar sentado', para, após terem seus referentes assegurados, serem unidos na descrição 'Teeteto está sentado' que pode ser verdadeira ou não¹⁹⁴.

E. A fórmula discursiva da verdade em Platão

A definição da verdade que conclui a passagem do *Sofista* apresentada acima é uma das ocorrências do que se chamou de fórmula grega da verdade¹⁹⁵. A generalização é justificada, pois uma formulação similar ocorre em vários autores. Em Platão, são pelo menos três ocorrências, incluindo o *Sofista* e o *Crátilo*. Na sequência tentaremos determinar

194 A analogia da costura e do cardar também funciona se pensarmos a capacidade estético-persuasiva da linguagem. Assim como o ornamento na costura, também haveria partes inessenciais da linguagem que seriam passíveis de levar ao engano por se concentrarem mais no prazer do que na verdade. No âmbito da linguagem, esse seria o caso da escrita e da oratória. Pensar no costurar como uma arte com duas funções, uma útil e outra estética, ajuda a entender a analogia. Quem costura faz algo útil, uma roupa para proteger do frio, porém, ao costurar, pode ornamentá-la com motivos meramente decorativos. Apesar de não serem essenciais, esses motivos podem sim ser o que convence alguém a concordar que se trata de uma roupa bem-feita. O mesmo seria o caso do nome que teria a função útil de separar e a estética de descrever o nomeado. Esta segunda, por tratar de aparências, tem por motivação gerar prazer (como na prosódia de um nome mudado pra soar melhor), o que abre espaço para o engano. No nível da fala a analogia também se encaixaria. A ornamentação ficaria a cargo da oratória (apenas estética) e a dialética exerceria a função útil (buscar o conhecimento).

195 cf. Kahn, 2009 p.8

as peculiaridades dessa fórmula no seu uso sob um paradigma da teoria das Ideias.

Para entender melhor o significado dessa fórmula em Platão, convém começar por aquilo a que ela se opõe. No *Crátilo*, a 'verdade' de Protágoras é apresentada em 386a, segundo a qual “o ser humano é a medida de tudo que existe. Nesse caso, as coisas são para mim assim como elas me parecem ser e são para você assim como elas te parecem”¹⁹⁶. Nessa passagem, fica claro que o principal problema dessa fórmula protagórica da verdade é se atrelar a qualquer tipo de opinião humana como critério de verdade¹⁹⁷. Em oposição a isso, o projeto de Platão busca uma verdade independente de opiniões. Isso condiz com o que vimos no exame do nome no *Crátilo*. O nomear verdadeiro tem uma existência natural e, assim, não depende de uma opinião, seja da raça humana, de um ser humano ou do grupo de especialistas (cf.387d).

Outra diferença das fórmulas da verdade de Platão é que, como a versão de Aristóteles¹⁹⁸, elas estão atreladas ao dizer. Podemos chamar isso de fórmula da verdade discursiva independente da opinião humana:

196 Cf. 386a “Tal qual falou Protágoras quando falava que o ser humano seria 'a medida de tudo que há'? Nesse caso, as coisas são para mim assim como elas me parecem ser e são para você assim como elas te parecem.”

197 Para Kerferd (1981 p.86), na fórmula da verdade de Protágoras, o 'como as coisas são' se refere ao que se predica de algo, como em 'o vento é frio'. Porém, no caso de Platão, a descrição não se resume à predicação de uma percepção, mas tentaria responder a resposta 'o que é X'. Aqui não importa muito qual era a posição de Protágoras, mas em parênteses estão as principais ambiguidades do texto grego que podem levar a interpretações diversas. O texto pode se referir ao 'ser humano' (qualquer um) ou a 'um ser humano' (um especialista). Pode se supor que Platão, devido pluralidade de refutações ao homem medida apresentada nos seus diálogos, não se fixava em uma única leitura. No *Teeteto* e no *Crátilo*, por exemplo, ele refuta o homem medida ao mostrar que este princípio impede a existência de homens sensatos, já que se qualquer um fosse a medida de todas as coisas todos estariam sempre certos, mesmo os mais insensatos. Nesse caso parece ser o caso de se ler que 'o ser humano' (representando a espécie humana) é a medida das coisas. Por outro lado, no *Teeteto* há também a leitura na qual o especialista em um assunto seja a medida das coisas que ele entende. Neste caso podem haver homens sensatos e a leitura parece ser a de que 'um ser humano' é a medida. De um modo geral, entretanto, fica claro que o ponto principal é contrário a qualquer destas opções.

198 É também vinculada ao dizer que Aristóteles formula sua versão na *Metafísica*: δῆλον δὲ πρῶτον μὲν ὀρισμένοις τί τὸ ἀληθὲς καὶ ψεῦδος. τὸ μὲν γὰρ λέγειν τὸ ὄν μὴ εἶναι ἢ τὸ μὴ ὄν εἶναι ψεῦδος, τὸ δὲ τὸ ὄν εἶναι καὶ τὸ μὴ ὄν μὴ εἶναι ἀληθές, ὥστε καὶ ὁ λέγων εἶναι ἢ μὴ ἀληθεύσει ἢ ψεύσεται· ἀλλ' οὔτε τὸ ὄν λέγεται μὴ εἶναι ἢ εἶναι οὔτε τὸ μὴ ὄν.

Fórmula da verdade discursiva (FVD). 'verdade é dizer o que existe, como existe, e falsidade é dizer o que existe, como não existe'

Segundo esta paráfrase abalizada pelo texto original citado abaixo, nomear e falar devem, como qualquer outra coisa no mundo, seguir sua natureza para serem verdadeiros. Assim, no seu caso específico, esse 'seguir a natureza' seria 'dizer as coisas que existem, como são'¹⁹⁹. Em um quadro segundo o qual seguir a natureza é cumprir bem sua função, e a função do nome é referir (dizer o que é) e a da fala descrever (dizer como é), esse tipo de verdade discursiva é bem conveniente.

A necessidade de a referência fica clara no fato das duas partes da fórmula, a positiva e a negativa, terem um mesmo referente, a saber, aquilo que existe²⁰⁰. No *Crátilo* as 'τὰ ὄντα' da primeira sentença são referidas na segunda²⁰¹. “Dizer como são as coisas que são, é verdade. Dizê-las (essas mesmas coisas que são) como não são, é falsidade.²⁰²” Já a versão do *Sofista* deixa isto ainda mais claro ao dizer que “verdade é dizer as coisas como são, e, falso é dizê-

199 O uso variado de entre ser e existir tem por intuito mostrar a ambiguidade do termo grego. Kahn (2009) propõe o que ele chama de 'leitura semântica' do verbo ser. “Eu proponho agora de substituir a dicotomia entre cópula e existência com uma distinção entre o papel sintático do verbo como cópula e a função semântica (extralinguística) do verbo como uma expressão de existência, intanciação e verdade” Kahn (2009) p.2-3. Nesta leitura o 'ser' expressaria tanto a existência quanto uma instanciação e a verdade do sujeito. Sua argumentação é bem fundamentada e a opção por uma compreensão menos categorizada da existência por si só, onde ser não é apenas existir, se encaixa muito bem no texto de Platão. Normalmente se põe a ênfase no uso do verbo 'ser' nessas fórmulas, tentando entender se é predicativo, existencial e etc. A proposta aqui é entender o verbo 'ser' de uma maneira vaga o suficiente para não exigir nenhum esforço de compreensão das declarações e se fixar nos traços particulares requeridos para que uma fala seja verdadeira, a saber, ter um referente (que é) e descrevê-lo propriamente (como é).

200 Esta condição pode muito bem ter sido estabelecida a partir de uma posição parmenídica segundo a qual só se fala do que é. Porém, como o próprio percurso do estrangeiro eleata no *Sofista* mostra, tampouco Platão aceita as consequências absolutas desta perspectiva. Falar do que é como não é torna possível falar de um tipo de não ser.

201 Casertano vê na oposição a Protágoras a motivação de todo discurso ser sempre do que é, em 2005 p.130 ele diz: “Para Protágoras, diferente de Platão, o objeto dos dois discursos não é o mesmo (ou seja, não é *ta onta*, as coisas que existem) mas, por vezes, *ta onta* (as coisas que existem) e, por vezes, *ta mê onta* (as coisas que não existem).” Já para Platão, falar do que não é, que não é, seria verdade. A falsidade surge ao falar do que é, como não é.

202 *Crátilo* 385b: ὅς ἂν τὰ ὄντα λέγῃ ὡς ἔστιν, ἀληθής· ὅς δ' ἂν ὡς οὐκ ἔστιν, ψευδής;

las diferente (*ἕτερα*) do que são²⁰³.” Assim, a falsidade é dizer *o* que é (e não 'o que não é') *como* não é. O exemplo do *Sofista* esclarece a situação nos dois casos. Verdade é dizer de 'Teeteto' que ele 'está sentado'. Falso seria dizer de 'Teeteto' que 'ele voa'. Assim, em ambos os casos, a referência a um objeto que existe, Teeteto, é uma pré-condição para a verificação da verdade ou falsidade da fala. Essa, por sua vez, depende da verificação se a situação descrita é verdadeira.

No primeiro passo de verificação da verdade o nome, por si só, quando faz uma referência verdadeira, já seria suficiente para instanciar e garantir a existência da coisa nomeada, como no modelo do nome referencial (NR) em que dizer X equivale a 'este é um X'. Em seguida, aliado a um verbo, o nome passa a compor um texto com valor de verdade descritivo que, então, faz uma descrição de como a coisa nomeada é do tipo 'este X é Y'. Esta descrição, se for verdadeira, caracteriza a verdade discursiva.

No entanto, vimos que, no caso dos nomes, há uma diferença de referência que diferencia o uso da linguagem. O discurso corriqueiro se vale da eponímia para se referir a particulares, como 'Teeteto', enquanto que o discurso científico faz referência às Ideias dos nomeados para tratar destes objetos estáveis, como 'humano'. Por sua vez, embasado em argumentos derivativos da composição e da divisão (AC e AD) vistos no *Crátilo*, parece seguro assumir que a mesma situação seja válida para as falas. Há casos, como os exemplos das menores falas no *Sofista*, em que essas tratam de particulares como Teeteto. Nestes, a verificação da verdade se dá através de dados sensíveis. Por outro lado, em um discurso científico que usa nomes para se referir às Ideias, a 'descrição' das falas não poderia ter a verdade verificada pela observação sensível. O discurso sobre as Ideias será tratado adiante,

203 *Sofista* 263b: Λέγει δὲ αὐτῶν ὁ μὲν ἀληθῆς τὰ ὄντα ὡς ἔστιν ... Ὁ δὲ δὴ ψευδῆς ἕτερα τῶν ὄντων. O foco na 'diferença' ainda evoca a concepção do não ser como participando da Ideia de Diferença apresentada no mesmo diálogo.

mas antes disso convém um exercício de aplicação prática da verificação da verdade discursiva em dois níveis vista em Platão.

Em suma

A verdade discursiva consiste em dizer o que é, como é. Nisso, o papel dos nomes, instrumentos referenciais, seria o de se referir ao que existe que, mesmo no mundo sensível, se daria através da referência às Ideias. Assim, ao dizer cavalo estaríamos nos referindo a algo que existe. Ao tentar determinar isto melhor teríamos as seguintes possibilidades.

- 1) Dizer que um cavalo em particular existe.
- 1') Dizer que a classe cavalos existe.
- 1") Dizer que a Ideia cavalo existe.
- 2) *Dizer que unicórnio não existe*²⁰⁴
- 3) Dizer que aquele particular 'Xantos' é um cavalo
- 3') Dizer que aquele particular 'Xantos' é da espécie cavalo.
- 3") Dizer que aquele particular 'Xantos' participa na Ideia de cavalo.
- 4) Dizer que aquele particular 'Argos' não é um cavalo (nem faz parte da espécie nem participa na Ideia).

Mesmo sem saber qual é a característica essencial, ou a Ideia pura de cavalo, parece que temos ferramentas intuitivas suficientemente precisas para declarar que um particular existe, que ele faz parte de uma classe junto com outros particulares e até que eles o são por participarem de uma mesma Ideia. Desta maneira 1) e 3), e as respectivas variações com

²⁰⁴ A opção 2) deve ser considerada apenas no contexto mitológico, porque se trataria de uma fala sobre uma combinação que não acontece no mundo sensível (a ser tratada a seguir).

nomes próprios 1') 1'') e 3') 3'') seriam pertinentes e deveriam ser lidas de maneira mais misturada ao se entender o que significar dizer 'que algo é'. A versão negativa 4) também não acrescenta muita coisa. O negativo parece ser mais importante no problema de se dizer 'como é'.

Dizer 'como é' seria um atributo das falas (nome + verbo). Uma tentativa de fazê-lo, resultaria nas seguintes possibilidades:

1) Dizer que 'Xantos' é um animal veloz.

1') Dizer que a espécie cavalos é composta de animais velozes.

1'') Dizer que a Ideia de cavalo está na característica 'animal veloz'.

2) *Dizer que um unicórnio é um cavalo com um chifre*²⁰⁵.

3) Dizer que Bucéfalo não é veloz, mas é cavalo (participa da espécie e da Ideia)

No caso das falas, a parte positiva é a mais difícil de se alcançar. Descrever 'como algo é' passa por um critério muito exigente. 1) é simples, pois poderia ser facilmente verificado ao se comparar com a realidade. Mede-se a velocidade de 'Xantos' para verificar se ele é mesmo veloz. Os problemas começam quando se passa a buscar a generalização e estabilidade necessárias ao conhecimento. 1') É problemático, pois pode haver cavalos não velozes que não deixam de ser cavalos. Isso se desdobra em três possibilidades: Ou o cavalo não veloz é um particular que participa da Ideia da Diferença segundo o modelo do *Sofista*. Ou o cavalo não veloz é um cavalo ruim que não participa suficientemente da Ideia do Bem, segundo o modelo da *República*. Ou 'ser veloz' não é uma característica essencial (diferencial) dos cavalos e a Ideia de cavalo, contra 1'') não pode ser conhecida pela descrição 'ser veloz'.

Este método favorece uma busca pelo conhecimento negativa, caracterizada pelo

205 Mais uma vez 2) deve ser considerado verdadeiro apenas como uma união imaginária de duas Ideias que não acontece no mundo sensível. De acordo com o mito, ela seria verdadeira.

abandono de candidatos a característica essencial que falham em sê-lo. Assim como em 3), onde fica atestado que 'ser veloz' não é a característica essencial de um cavalo. Errar em encontrar uma definição equivale a excluir mais um candidato à definição. Seria mais ou menos isso o que Sócrates faz nos diálogos, principalmente (mas não apenas) nos aporéticos. Ele refuta uma série de crenças populares entre a comunidade de especialistas (ou de usuários) da época acerca da característica essencial de algo. Assim, ele vai mostrando várias coisas que o objeto em questão não é. Este discurso negativo é importante pois saber o que algo não é, quando é tão difícil de saber o que ele é, parece uma boa maneira de se aproximar do conhecimento deste algo em questão (cf. o papel dos nomes no método das hipóteses na parte III).

I.5.2 O nome em uma fala que descreve as Ideias estáveis

Agora que entendemos o valor de verdade de nomes e falas a partir de um exemplo simples relacionado ao mundo sensível, podemos passar à busca pela verdade 'mais real'²⁰⁶ no discurso filosófico que lida com as Ideias. Para entender o funcionamento dos nomes em uma fala que trata das Ideias começaremos tratando da definição em (A), pois essa seria a tentativa socrática de descrever a Ideia em palavras. O tratamento será através de um estudo de caso das várias definições de 'justiça' na *República*. A dificuldade de se encontrar uma definição que dê conta da Ideia permitirá ver como é necessário que a linguagem seja um sistema combinatório discreto em Platão, já que a dinamicidade é fundamental para dar conta da incerteza dos humanos que buscam as Ideias em (B). Por fim, (C) tentará mostrar como a recombinação das falas através de elementos fixos que são os nomes se encaixa no ceticismo

206 A expressão '*mallon onta*' é de Platão, na *República* 515d.

e dogmatismo que perpassam a epistemologia da Academia.

A. Definição

O objeto de uma fala define sua relevância e, segundo o modelo que vimos, são os nomes que, por referência, definem esse objeto. Todo nome se refere a uma Ideia, mas, graças à eponímia, nem todo nome é usado para se referir a uma Ideia. Assim, a linguagem usada no dia a dia se vale da eponímia para tratar de situações particulares, como em 'Teeteto está sentado', no *Sofista* 263a. Por outro lado, pode-se usar os nomes para se referir a Ideias. Essa é a diferença da linguagem usada na filosofia. Nesse caso se usam os nomes para se referir aos seus referentes fundamentais, as Ideias. Um exemplo é a prescrição de Sócrates, no *Crátilo* 439d, de falar da beleza em si em oposição à beleza no rosto. Ou seja, ele quer falar da Ideia de Beleza, à qual o nome beleza se refere primariamente, e não dessa ou daquela instanciação da Ideia de Beleza às quais os nomes se referem por eponímia.

Vimos como uma fala sobre um particular tem sua verdade verificada através da comparação entre o que ela descreve e a situação no mundo sensível que ela descreve. Porém, sendo as Ideias inacessíveis pelos sentidos, surge a dúvida de como usar uma fala cuja função é descrever para tratar delas. O candidato que vem primeiro à mente para uma tal tarefa, ao se considerar os diálogos de Platão, é a definição²⁰⁷. A Ideia é aquilo que faz X ser um X. A

207 Segundo Aristóteles na *Metafísica* 1078b27: “há duas coisas que podem ser corretamente creditadas a Sócrates, argumentos indutivos e a definição geral.” A busca por uma definição é uma marca facilmente identificável nos chamados diálogos socráticos de Platão. Porém, ela recorre também nos médios e tardios, de modo que parece legítimo generalizar a definição como uma das mais consistentes tentativas de se colocar uma Ideia em palavras. Dancy, 2004 p.16 diz: “uma definição, em Aristóteles (...) deve responder a questão 'o que é isso?' E este é o modo que usamos esta terminologia quando descrevemos Sócrates procurando por definições.” Uma resposta à pergunta 'o que é X?' é a maneira mais corrente de se entender a definição em Platão. Aqui, se usa definição como 'o que é a Ideia de X', que, no âmbito dos nomes, pode ser colocada como: 'qual é o referente do nome X' e, no caso das falas, 'como descrever a Ideia de X'.

definição socrática seria uma tentativa discursiva de descrever a Ideia. Desse modo, assim como no caso dos nomes, seu valor de verdade é extralinguístico e ontológico²⁰⁸. A definição não é o acordo de uma comunidade de especialistas acerca de uma coisa ou conceito, mas antes a descrição de uma entidade estável que é responsável por todas as instanciações de X serem x's. Esse critério é bem difícil de ser alcançado. Um estudo de caso de uma busca através de definições ajudará a entender como isso acontece.

Um exemplo bem desenvolvido da busca pelo conhecimento através de definições nos diálogos de Platão é o caso de justiça. No *Crátilo*, há a explicação etimológica de que justiça é aquilo que ao 'justo atija', mas isso é tido ser insuficiente diante da indefinição do que é 'justo'²⁰⁹. Na *República*, ao longo do livro 1, vários interlocutores são convidados a apresentar suas definições de justiça. Assim temos que justiça seria: 'dar a cada um o que é devido' (Céfalo), 'ajudar os amigos e punir os inimigos' (Simônides-Polemárcos), 'a vantagem do mais forte' (Trasímaco), 'parecer justo e ser injusto' (Glaucão) e, já no livro 4, 'cada um fazer o que lhe cabe' (Sócrates). Não há uma resposta clara sobre qual delas é a verdadeira. Inclusive, melhor talvez não seja perguntar qual delas é a verdadeira, mas sim, que parte de cada uma é verdadeira e deve ser mantida e que parte é falsa e deve ser descartada²¹⁰. De qualquer

208 Existe a questão se a busca pela definição é uma questão apenas socrática e não platônica ou ainda que é uma imposição da leitura aristotélica dos diálogos socráticos. Porém, aqui se toma a definição como o primeiro passo em busca do conhecimento após o nome, que é atestado na carta VII 324ad, por exemplo. Além disso, se a busca pela definição nos diálogos socráticos é mesmo uma busca por algo extralinguístico que faça com o que X seja um X, como é a interpretação mais corrente (cf. Fine, 1993 p.48), isso já autoriza a interpretação desenvolvida aqui.

209 “Δικαιοσύνη” δέ, ὅτι μὲν ἐπὶ τῆ τοῦ <δικαίου συνέσει> τοῦτο κεῖται τὸ ὄνομα, ῥᾶδιον συμβαλεῖν· αὐτὸ δὲ τὸ “δίκαιον” χαλεπὸν. Convém notar que ao derivar dikaiōnsine de dikaion e depois não conseguir encontrar uma definição do justo, Platão repete a aporia encontrada em *República* 1, quando, após traduzir 'ajudar os amigos' para 'ajudar os justos' Sócrates nota a circularidade dessa definição, já que, para saber quem é justo é preciso saber o que é justiça e vice versa.

210 Esse modelo de conhecimento se parece com a dialética como descrita por Aristóteles que parte das opiniões abalizadas (*endoxa*) para investigar as coisas que não temos acesso direto às suas causas. O chamado método das hipóteses apresentado nos diálogos de Platão que vai refinando por refutações internas as opiniões mais aceitas na época confirma esse tipo de interpretação (sem dar tanta ênfase às causas). Nesse caso, Sócrates se aproximaria mais do ofício de seu pai, um escultor que pega um material bruto e vai retirando as partes desnecessárias para encontrar a forma, do que da arte maiêutica herdada da sua mãe.

maneira, o que importa aqui é reconhecer que todas essas declarações tentam definir a Ideia de Justiça de um modo que dê conta de explicar todas as ocorrências particulares de situações justas no mundo sensível²¹¹. Os contra-argumentos usados para questionar essa ou aquela definição também são esclarecedores. Sócrates usa experimentos mentais, exemplos corriqueiros ou aporias para obrigar seus interlocutores a reexaminar suas definições. Por exemplo, contra a definição de Céfalo ele propõe uma situação em que um amigo, em uma crise de loucura, pedisse sua faca de volta para tirar a sua vida. Todos concordam que esse tipo de 'dar o que é devido' não seria justo, logo, essas definições devem ser refinadas.

No processo de apresentação de um nome e da proposição de diferentes definições para um mesmo referente, se passa da referência à descrição. Que a referência é insuficiente para tratar das Ideias fica claro no *Sofista* 218c, onde se diz que “deve-se sempre chegar a um acordo sobre a coisa ela mesma através de falas, em vez de apenas com o nome separado da fala.” Como cada um tem uma definição diferente (expressa em falas) de uma Ideia em comum (referida pelo nome), é preciso que se coloque em falas para ver onde está a diferença. O que também está de acordo com o fim da investigação sobre o nome 'justiça' no *Crátilo* 413d, em que Sócrates diz que ficara desorientado ao tentar aprender o que é o justo, mas que “De qualquer maneira, averiguávamos era sobre o nome, e este me parece ter sido estabelecido por isto.” Ou seja, se a discussão fosse sobre o referente, a Ideia de Justiça, a investigação ainda iria longe (o que acontece na *República* I).

Essas passagens remetem ao argumento da composição no *Crátilo* que vai do nome à fala; à necessidade de um nome e um verbo para compor uma fala dita no *Sofista* (pois uma

211 No Fédro 263b Sócrates faz a distinção entre referentes mais fáceis e mais difíceis de ser determinados: “quando alguém diz 'ferro' ou 'prata', todos entendemos a mesma coisa, certo? (...) E se ele disser 'justiça' ou 'bem', nós não nos desentendemos uns com os outros? (...) então, em qual das duas é mais fácil de enganar e tem maior poder retórico?” Seu exemplo é exatamente a justiça e o bem (o predicado universal). Quanto maior a pluralidade de opiniões acerca do referente de uma palavra, mais difícil de ser determinado, e mais espaço há para se fazer usos ilegítimos, que serão tratados na parte II.

lista de nomes não define nada²¹²); e ainda reforça a leitura proposta aqui, de um valor de verdade referencial no nível dos nomes que é necessário, mas insuficiente, para se falar a verdade. Assim, com a figura completa, podemos determinar as forças e fraquezas características de cada parte da linguagem, os nomes e as falas.

O nome não pode ser descritivo, já que se fosse assim, a cada vez que se descobrisse que ele descreve seu referente de maneira imprecisa, teria que se criar um novo nome. Isso geraria uma dinamicidade tamanha que impossibilitaria o funcionamento da linguagem. Imagine se, na discussão da *República*, Céfalo chamasse 'justiça' de 'dar-devido', Simônides de 'ajuda-amigo' e Sócrates de 'faz-o-seu'. A discussão sequer começaria. Desse modo, é preciso reconhecer que o nome, para funcionar, deve ter um referente fixo e comum a todos que o falam, ainda que de maneira indeterminada²¹³. Para dar conta dessa indeterminação sua referência deve acontecer independente da sua descrição etimológica e da compreensão particular que cada uma tem dele. Em termos platônicos esse referente fixo é a Ideia e o que nos garante uma intuição compartilhada, mais clara em uns que em outros, é a teoria da reminiscência.

Porém também fica claro que um elemento referencial fixo como o nome, se isolado, geraria a falsa ilusão de que conhecemos bem o seu referente²¹⁴. A discórdia de opiniões sobre a justiça na *República* confirma que esse não é o caso. Por isso, é preciso ir além dos nomes e

212 Vimos como no *Sofista* se diz que uma sequência de nomes não forma um discurso. Mas o exemplo mais claro é na segunda definição de conhecimento no *Teeteto*. Segundo essa, o conhecimento seria análise dos elementos mais básicos. Sócrates mostra que isso também não serve, uma vez que ninguém explicaria uma carroça como tablado, eixo e rodas. (cf. *Teeteto* 208b).

213 A fixidez é fornecida pela teoria das Ideias e a comunhão de opiniões um pouco diferentes se justifica pela teoria da reminiscência, tratada na parte III.

214 Uma postura relacionável a esta, nos tempos de hoje, é aquela do movimento racionalista. Neste caso, o conselho é que, quando não se entende alguma coisa, é necessário chamá-la por um nome que deixe claro para você mesmo que você não a entende. Isso evita que, com o tempo, você ache que explicou a coisa quando, na verdade, apenas a nomeou. Por exemplo, em física se dá o nome de 'matéria obscura' para a postulação da existência de um tipo especial de matéria que os cientistas não provaram, mas que é necessária para a explicação do movimento dos astros.

usar a fala para tentar descrever aquilo a que nos referimos. Portanto, diferente do nome, a fala deve ser dinâmica o bastante para permitir que cada um possa usar os elementos fixos de uma língua, os nomes, para compor descrições inéditas, mas inteligíveis a qualquer falante. Nenhum dos interlocutores da *República* tem problema em entender as opiniões diferentes dos outros acerca da justiça. Devido a essa dinamicidade é que a descrição deve estar no nível da fala, e não do nome. É com ela que se desenvolve o discurso dialético que permite refinar as várias definições diferentes aproximando os interlocutores do conhecimento da Ideia. A crítica de Platão à fixidez da escrita talvez resulte dessa compreensão da fala²¹⁵.

B. Um sistema combinatório discreto

Segundo a relação de nomes e falas proposta acima, a linguagem, em Platão, é um sistema combinatório discreto. Este sistema se aproveita de nomes com referentes fixos não muito determinados para possibilitar a criação de infinitas combinações dinâmicas²¹⁶. Assim, o sistema permite falar de particulares mutantes no mundo (Teeteto está sentado, Teeteto se

215 Uma passagem do *Fédro* em 260b ilustra bem essa interação entre nome fixo e definição dinâmica: “E se eu te convencesse a comprar um cavalo e lutar contra os invasores, e nenhum de nós soubesse o que era um cavalo, mas eu soubesse isso de você, que Fédro acha que um cavalo é o animal doméstico que tem as maiores orelhas? Seria Ridículo, Sócrates. E mais, e se eu tentasse te persuadir, com seriedade, compondo um discurso de elogio ao asno, ao qual eu chamaria de cavalo, e dizendo que o animal era uma posse muito valiosa em casa e na guerra, que você poderia usá-lo como montaria na guerra e que ele poderia carregar a bagagem e fosse útil para muitos outros propósitos?” Nesse caso, tem-se o nome incorreto 'cavalo' usado para falar do asno, e duas definições corretas de asno que é tanto: 'o animal doméstico de orelhas mais longas' (no nível da aparência), quanto: 'bom para transportar bagagem' (no nível da função). O nome incorreto provocaria erro se não houvesse a descrição. Porém, a descrição da aparência garante a referência e a descrição da utilidade mostra qual qualidade lhe é essencial. Se a referência a Ideia é feita sem um nome, esse é prescindível. Isso está de acordo com a investigação sem nomes defendida ao final do *Crátilo* que será tratada na parte III. Da mesma maneira, se for possível entender a Ideia sem o discurso, tampouco esse seria necessário para o conhecimento. De acordo com a crítica à escrita no mito de Teuth no *Fédro* 274c e seq. Nesse caso a escrita fixa a fala, que acabaria com a dinamicidade que lhe é necessária.

216 Segundo Pinker um sistema combinatório discreto consiste em: “um número finito de elementos discretos (nesse caso as palavras) são escolhidos, combinados e trocados para criar estruturas maiores (nesse caso, as sentenças) como propriedades que são bem diferentes daquelas de seus elementos.” Pinker (2007) p.84. Essa definição se encaixa bem na linguagem em funcionamento vista até aqui. A diferença é que, em Platão, todo o sistema é fundamentado na ontologia através da teoria das Ideias.

levanta) e ainda da compreensão mutante dos falantes acerca das Ideias fixas (Justiça é dar a cada um o que se deve, Justiça é cada um fazer o que lhe cabe). Portanto, nome e fala, em um discurso filosófico, são métodos diferentes, mas interligados de se referir às Ideias. Os nomes são instrumentos fixos usados para se referir às ideias. Sua referência se embasa em uma intuição compartilhada da Ideia explicada pela teoria da reminiscência, mas essa é insuficiente para se entender o referido, ou mesmo para perceber que não entendemos o referido. Para evitar a armadilha da ilusão do conhecimento é preciso combinar os nomes a verbos em uma fala que tenta descrever a Ideia referida. Esse esforço não vai gerar sempre um resultado perfeito, mas é através dele que se refina a compreensão da Ideia.

Por conseguinte, a fala não é fixa como seus elementos, os nomes. Um falante qualquer não cria novos nomes, mas, com os nomes que lhe estão disponíveis, cada frase que ele fala é uma nova fala. Essa modularidade permite que se usem nomes fixos a fim de criar frases inéditas mas inteligíveis a qualquer um²¹⁷. É isto que a dialética usa ao confrontar lugares-comuns até chegar a uma definição inédita, mas compreensível, de uma coisa que se acreditava saber mas não se sabia com precisão. Ou seja, quando alguém cria uma frase descritiva de algo, a sua versão não fica estabelecida como quando se cria um nome. Um nome criado é muito mais difícil de ser alterado do que uma frase falada. Assim, através da definição apresentada o falante apenas fornece mais uma descrição da qual os outros podem

217 Perkins, 1992 p. 92, mostra que há uma relação em que as línguas de sociedades menos complexas são morfológicamente mais complexas que as línguas de sociedades mais complexas. Uma das explicações para essa situação é que quanto mais complexa a sociedade mais interação há entre estranhos, e, assim, mais informações devem ser precisadas no discurso. Por outro lado, em sociedades tradicionais em que o contato é com um grupo pequeno de falantes conhecidos, as informações passam a ser estratificadas no nível da palavra. Um exemplo dessa mudança em progresso no português é entre o futuro expresso na declinação do verbo ou com um auxiliar ('eu farei' e 'eu vou fazer'). Segundo o esquema visto em Platão, quanto mais informação discreta melhor, pois permite uma maior maleabilidade combinatorial para cada falante expressar sua nuance de pensamento, o que facilitaria a busca pelo conhecimento das Ideias. Essa preferência pela maleabilidade se repete na preferência de Platão pelo diálogo e pela fala que permitem uma constante recombinação em oposição à escrita que fixa o pensamento. Os linguistas contemporâneos colocam essa oposição nos termos do interativo e editado.

se apropriar e modificar como bem entenderem para se aproximarem da verdade²¹⁸.

No caso usado como exemplo acima, o nome justiça é o resultado de uma intuição comum acerca da Ideia de Justiça. As várias definições mostram concepções diferentes moldadas por contatos particulares tidos por cada um de seus propositores. O confronto dessa pluralidade descrita através do rearranjo de nomes fixos legitima a busca por uma unidade. Se os nomes fossem descritivos e mudassem a cada nova definição, seria difícil ver que se tratava de uma mesma coisa. Se as falas não pudessem ser rearranjadas, não seria possível evoluir na compreensão do referente²¹⁹.

C. Ceticismo e Dogmatismo

Ao pensar a linguagem como um conjunto discreto reconfigurável (as falas) composta de elementos com referentes fixos (os nomes), temos um mecanismo que alia um norteador

218 Esta integração entre nome fixo que se refere a uma ideia intuída, mas não completamente compreendida, e uma fala que tenta chegar mais próximo de completar esta compreensão livra a dialética platônica da crítica dos epicuristas (e aproxima as duas concepções). Segundo Epicuro a) os nomes teriam um referente natural que seria a preconcepção formada pela experiência de seguidas sensações provocadas pelas coisas (cf. carta a Heródoto 75 “Nomes não surgiram por criação, ... mas de sentimentos e impressões recebidas”). Ainda segundo ele, b) o problema da dialética é buscar uma compreensão perfeita do conceito das coisas que cai em um regresso ao infinito (cf. D.L. 10.31 “[os epicuristas] rejeitam a dialética como supérflua, dizendo que basta aos filósofos procederem de acordo com as palavras que pertencem às coisas”). No *Fédon*, como veremos na parte III, há um modelo de se refinar a intuição de 'igual' através do contato com várias instâncias de 'iguais' que se assemelha à preconcepção epicurista. A diferença seria que, em Platão, a intuição inicial é transcendental e explicada pela teoria da reminiscência e o objeto do conhecimento é um objeto estável extralinguístico.

219 É interessante comparar esta relação entre nome referencial e definição descritiva com a postura de Epicuro. Segundo uma escolia no *Timeu* “Epicuro diz que nomes são mais claros que definições, já que seria absurdo se alguém, em vez de dizer 'Oi Sócrates' dissesse 'Oi animal racional mortal’” Comentário anônimo ao *Timeu* 22.39-47. Isto é dito em vista da epistemologia epicurista que vê na busca pela definição algo infértil. Aplicado ao caso de Platão, no entanto, pode-se dizer que o nome é um melhor referente porque não descreve, por isso é melhor usá-lo para chamar Sócrates. Porém, para entender o que Sócrates é, ou seja, a Ideia de Humano, a descrição de uma definição (ainda que imperfeita) seria profícua e até inevitável. Como vimos no caso do exemplo 'Teeteto voa', a falsidade da declaração depende da associação do particular Teeteto com a espécie humana e da definição de humano como algo que não voa.

estável (dogma) a uma busca aporética que necessita de constante desenvolvimento (ceticismo). Os nomes, como não descrevem, podem ser usados para se referir aos elementos estáveis, as Ideias, mesmo antes de termos uma compreensão plena da sua essência²²⁰. Por outro lado, é preciso arriscar a descrever para desenvolver esta compreensão na direção da plenitude. Este é o papel das falas, que, rearranjando os nomes, possibilitam formar novas descrições a cada vez que se percebe que uma descrição não é suficiente²²¹. Um instrumento que se refere à Ideia estável sem descrevê-la se encaixa perfeitamente em uma concepção socrático-platônica de busca pelo conhecimento que começa pelo reconhecimento da ignorância. Ademais, um discurso sempre rearranjável também parece bem adequado a um processo investigativo que não se vexa de terminar em aporia.

Se quisermos, podemos usar a imagem cética da escada do conhecimento para entender melhor a interação entre nomes e a composição de definições no funcionamento da linguagem em Platão. Segundo Sexto Empírico (*contra os lógicos*, 2, 481), a busca pelo conhecimento é como uma escada que usamos para alcançar um lugar mais alto, mas que, depois, deve ser abandonada. Nos diálogos de Platão as definições propostas são como essas escadas, no entanto, ainda que alguns degraus refutados sejam abandonados, outros permanecem e são usados para compor uma escada cada vez maior que permite se aproximar da Ideia da Coisa investigada.

220 Segundo Marques, 2006 p.306: “Compreender a referência como um processo dialético significa fazer intervir as formas inteligíveis como objeto longínquo, ausências que se tornam presentes à medida que a pesquisa o exige; significa pôr as formas como horizonte do exame, ausentes mas presentes em todo o dizer (que é significar).” A posição descrita acima se parece com essa. A separação entre o referente fixo de um nome e a maleabilidade do caráter combinatório do discurso permite entender essa apresentação do que não está presente como uma referência àquilo do que ainda se tem uma compreensão apenas parcial que é necessária para aumentar a parte compreendida.

221 Para Berman, 1996 p.25: “segundo Platão, a verdade ou falsidade das falas depende do quão bem ou mal as pessoas combinam nomes e verbos. Quanto mais perto chegamos de descrever o mundo por estas combinações, mais perto chegamos da verdade.” Porém, é preciso notar que essa descrição almeja dar conta das Ideias estáveis, mais que dos particulares mutantes que se rearranjam como as falas.

Nesse quadro, a interação combinatorial entre nomes fixos gerando falas dinâmicas fornece uma trégua para o debate entre ceticismo e dogmatismo em Platão. O dogmatismo está embasado pela relação natural entre o nome e seu referente fixo que é a Ideia do Nomeado. Assim, há uma relação natural que legitima a verdade em um nome e em uma fala composta por nomes que trata de um objeto invisível e inteligível. Por outro lado, a dinamicidade da fala e a pluralidade de definições para esses referentes fixos dos nomes mostra o quão difícil, talvez impossível, é se chegar a uma definição definitiva do referente de um nome que explicaria como é uma tal Ideia. Isso abre espaço para o ceticismo. Nesse quadro, nem nome nem fala, nem dogmatismo nem ceticismo, se realizam de maneira independente. O ceticismo, assim como a dinamicidade da fala, vem embasado pela existência inacessível de um referente fixo para os nomes, uma posição dogmática. Já o dogma só sobrevive nas infinitas tentativas revisadas pelos cétricos de se aproximar desse referente fixo. Nessa interação, a inacessibilidade não gera suspensão de julgamento, pelo contrário, obriga a uma reavaliação constante de definições (e opiniões) que refinam o conhecimento das Ideias²²².

No *Crátilo* 400d, a discussão que introduz a análise etimológica dos nomes dos deuses

222 O entendimento da Ideia como o referente impreciso na cabeça de quem usa um nome seria uma resposta platônica à objeção de Searle a Russel, para quem cada nome deve ter uma descrição que lhe seja equivalente. Desta maneira, Platão mantém a legitimidade de uma busca socrática pela definição precisa de uma coisa, e, ainda reforça o método dialético de exame e refutação das opiniões alheias para se aproximar da Ideia da coisa nomeada sem exigir que todos os falantes tenham em mente uma mesma descrição ao usar um nome. Crátilo pode achar que 'justiça' é o que 'justo atira', Céfalo pode achar que é 'dar a cada um o que lhe é devido' e Simônides que é 'fazer bem aos amigos e mal aos inimigos' sem que isso altere o fato de que o referente do nome justiça é a Ideia de Justiça. Assim, na cabeça de cada um está uma opinião acerca do referente de justiça que pode ser mais próxima ou não do referente verdadeiro do qual elas se originaram, a Ideia. Isso se assemelha à posição de Searle chamada 'cluster theory', na qual um nome é a associação de várias descrições presentes nas opiniões de cada falante. Porém, para Platão, não se trata de uma posição construtivista na qual o referente do nome é construído por essas descrições. Isso seria a posição de Aristóteles no *De Interpretatione*. Para Platão, seria antes uma concepção realista segundo a qual existe uma Ideia da qual estas descrições derivam e que pode ser descoberta e unificada em uma descrição que deriva do exame e confronto das outras definições. A indeterminação vem do fato de cada um ter uma compreensão incompleta dessa Ideia. Isso ainda legitima que os especialistas, segundo o argumento do usuário, tenham opiniões mais embasadas do que a maioria.

encena essa situação. Sócrates declara tanto que os humanos não sabem a verdade sobre os nomes dos deuses, mas também afirma a certeza de que, entre si, os deuses se chamam por nomes verdadeiros²²³. Em seguida, ele procede para tratar dos nomes com os quais os humanos chamam os deuses, e os corrige, propondo etimologias positivas para aquelas que são tradicionalmente negativas (cf. o paradigma do Hades na Parte II.3.2.A). Ou seja, trata-se de uma situação em que há uma verdade divina como norte (dogma), há também opiniões humanas e, dentre essas, umas são mais aproximáveis da verdade (ceticismo sem suspensão de julgamento). Segundo a divisão dessa tese na qual o nome é 'elogiar o cavalo pela sombra do asno', os nomes dos deuses seriam o cavalo, os nomes com etimologias negativas seriam as sombras e a correção de Sócrates alcançaria o asno ao se aproximar mais do cavalo que a tradição.

I.5.3 Uma Linguagem Fractal em Platão

A partir da investigação prévia, surge uma possibilidade de entender a linguagem segundo o funcionamento descrito nos diálogos de Platão que se aproxima muito da estrutura de um fractal. Esse tipo de estrutura é aquele segundo a qual estruturas complexas são formadas pela repetição de fórmulas bem simples. Para concluir o tratamento da linguagem de maneira isolada (sem considerar a comunicação, persuasão, ouvintes e etc) se desenvolverá essa hipótese. O funcionamento da linguagem fractal aplicável a qualquer língua humana, segundo o modelo platônico, teria pelo menos três níveis de relevância. O nível chamado sintático explicaria a estruturação da linguagem (A). O nível semântico colocaria em questão

223 “Mas não podemos especificar nada sobre os deuses, seja sobre eles mesmos ou sobre os nomes pelos quais eles próprios se chamam, pois é evidente que eles se chamam com verdade.” *Crátilo* 400d

também os referentes dos elementos da linguagem (B). No semântico já se apresentaria o terceiro nível, aquele veritativo, pelo qual a fala construída tem sua validade verificada (C).

A. Sintaxe fractal

O nível mais básico que explica o funcionamento da linguagem descrita nos diálogos de Platão seria o sintático. Para desenvolvê-lo foi usado como paradigma a estrutura fractal chamada de sistemas-L, através da qual o biólogo Lindenmayer, a partir do estudo do crescimento das algas, demonstrou como sistemas complexos e variáveis podem surgir da repetição de regras fixas simples.

O exemplo mais simples de um sistema-L tem um axioma, que é o estado inicial, uma regra, que é como o sistema vai se desenvolver e a aplicação da regra no axioma por diferentes gerações. Por exemplo, tomemos um axioma como 'ai!' e estabeleçamos a seguinte regra 'a = aia'. Assim teríamos, na primeira geração, a substituição do 'a' por 'aia' que geraria 'aia-i'. A segunda geração, por sua vez, teria dois 'a' para serem substituídos por 'aia' que daria 'aiaiaiai' e assim por diante. O exemplo é muito simples, mas com regras um pouco menos simples são gerados resultados muito complexos como o crescimento das algas.

O que interessa para entender a linguagem em Platão é como a soma de uma mesma estrutura parcial repetida pode gerar sentenças cada vez mais complexas. Vimos que, para ele, a unidade cheia de sentido básica de uma fala é a palavra (que chamamos de nome em sentido amplo). Além disso, vimos que a palavra pode ser diferenciada em nome e verbo, onde o verbo não passa de um nome colocado em ação (adicionado da Ideia de Ação). Nesse caso, todo nome pode ser transformado em verbo e todo verbo pode ser nominalizado. Assim,

'vermelho' pode virar 'avermelhar' e 'correr' pode virar 'corrida' Nesse nível estrutural, não importam as maneiras pelas quais cada língua particular realiza cada instância dessa operação. Dá na mesma se, diferente de vermelho, para o caso de 'marrom' o falante do português tem que criar o verbo através de uma paráfrase 'tornar-se marrom'.

Vimos ainda que a fala mínima, segundo Platão, seria composta de um nome e um verbo. Por 'fala mínima' podemos entender uma sentença, ou seja, a menor maneira de combinar palavras para criar um sentido. Assim como no fractal, a sentença mais complexa terá a mesma estrutura da mais simples, sendo a única diferença o número de aplicações. O discurso será a combinação de sentenças, mas é a sentença que se mostra o elemento chave da linguagem.

A partir dessas informações podemos criar um sistema-L que explique como a linguagem acontece em Platão. Para tanto, teremos duas variáveis, o nome e o verbo; um axioma que começa com o elemento mais simples, o nome. Falta, apenas, determinar que conjunto de regras permite formar um sistema que garanta que toda adição de um elemento mantenha a condição de formação da sentença, a saber, ter um nome e um verbo. A resposta dessa questão está na convertibilidade dos nomes em verbos e vice-versa. Assim, se tivermos um nome e for adicionado outro nome, esse deve se tornar um verbo, garantindo assim que se faça uma sentença. Por outro lado, se tivermos já um nome e um verbo, a adição de outro verbo deve converter o verbo antigo em nome. Essas duas regras simples explicam a formação de sentenças simples e complexas segundo o modelo platônico que parecem dar conta, ainda hoje, de qualquer linguagem humana. Uma aplicação do sistema esclarecerá seu funcionamento:

Variáveis:	(N)ome e (V)erbo
Axioma:	(N)
Regras:	1: Para todo $N^1 + N^2 > N^2 = V^1$ (para todo nome acrescentado, o novo nome vira verbo) 2: Para todo $V^1 + V^2 > V^1 = N^1$ (para todo verbo acrescentado, o velho verbo vira nome)

Donde:

1° geração:

Se temos o axioma: $N^1 = \text{'Sócrates'}$,

e acrescentamos $N^2 = \text{'Sábio'}$, este, segundo a regra 1, terá que virar verbo como em 'é sábio', desse modo $NV = \text{'Sócrates é sábio'}$ cumpre a condição de sentença.

Se seguirmos,

2° geração

pode se acrescentar um novo verbo $V^2 = \text{'conversa'}$

então, segundo a regra 2, o verbo antigo terá que virar nome como em $V^1 = \text{'é sábio'} > N = \text{'sábio'}$

e assim se cumpre a condição da sentença em: $NV = \text{'O sábio Sócrates conversa'}$,

mais uma vez, a ordem das palavras não importa e só foi alterada para ficar em um português mais natural. Porém, a estrutura independe das idiossincrasias de cada língua.

3° geração

O sistema é tão simples que prescinde da diferenciação entre sujeito e objeto. No caso do acréscimo de um objeto como 'com Fedro' basta incorporá-lo ao verbo que descreve a ação do

sujeito. Assim,

o objeto compõe o sintagma verbal ao ser acoplado ao verbo. $V = \text{'conversa'}$ vira $V^2 = \text{'conversa com Fedro'}$

e obtém-se: $NV = \text{'O sábio Sócrates conversa com Fedro'}$.

4º geração

Podemos acrescentar ainda um outro verbo como $V^3 = \text{'morre'}$

assim, segundo a regra 2, o verbo antigo vira nome $V^2 = \text{'conversa'}$ > $N = \text{'conversando com Fedro'}$

e temos uma sentença ainda mais complexa: $NV = \text{'O sábio Sócrates morre conversando com Fedro'}$

5º geração

Ao se acrescentar um nome como $N = \text{'pálido'}$

em uma sentença que já tem um nome e um verbo,

pode-se simplesmente somá-lo ao nome em questão, como em

$NV = \text{'O sábio Sócrates pálido morre conversando com Fédro'}$ ou

o novo nome deve virar verbo, segundo a regra 1, logo $N = \text{'pálido'}$ > $V = \text{'está pálido'}$

e, por conseguinte, o velho verbo deve virar nome, segundo a regra 2, $V = \text{'morrer'}$ > $N = \text{'que morre'}$

assim: $NV = \text{'O sábio Sócrates que morre conversando com Fédro está pálido'}$.

Um tal sistema-L simples explica de maneira bem econômica o funcionamento da

linguagem. A simplicidade, nesse caso, não é uma virtude, mas antes, uma necessidade. Isso porque, como nota Chomsky (1965 p.30), crianças se tornam mestres no uso da linguagem muito cedo, sem necessidade de muito ensino e recebendo estímulos bem escassos. Uma solução para esse problema é que deve se tratar de uma estrutura básica bem simples. A proposta de Platão, então, responde o problema de uma maneira que pelo menos legitima maiores investigações antes de ser eliminada como ingênuas²²⁴.

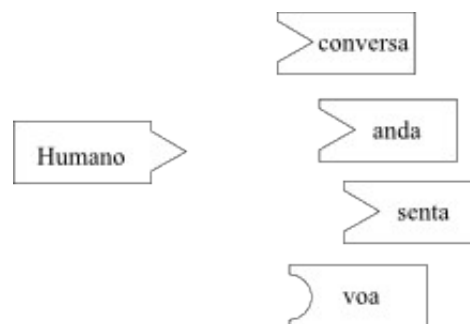
B. O nível semântico e veritativo não-modal

A consideração do referente das palavras como seu significado traz mais um nível para o funcionamento da linguagem. No caso de Platão, esse nível semântico repete o que acontece na ontologia, como mostra o caso da combinação de Ideias (*Symplokê eidôn*). Um nome se refere à sua respectiva Ideia. No campo ontológico existem regras de interação entre Ideias, já que umas combinam entre si, mas outras não. Por conseguinte, o mesmo deve ocorrer no campo semântico. Na linguagem não é qualquer nome que combina com qualquer nome ou verbo. Essa situação gera a seguinte regra:

Regra ontológica de combinação (ROC): a combinação das palavras depende da (e repete a) combinação dos seus referentes.

224 Protágoras teria dividido a linguagem em modos: vontade, questão, resposta e ordem (DL IX 53) e os três gêneros das palavras (cf. Aristóteles, *Retórica* III 5 1407b6). Platão não parece ter se preocupado com esse tipo de questão que, como o caso do gênero das palavras, poderia lhe soar exclusivamente linguística para ser ocupação de um filósofo. De qualquer maneira, ao passo que, independente dos modos verbais das diferentes línguas (subjuntivo para desejo, imperativo para ordem), essas noções podem ser expressas por palavras ('sente-se!' pode ser expresso como 'eu ordeno que você se sente'), parece que o esquema simples de Platão ainda dá conta dessas nuances.

Essa regra parece fundamentar as verdades não-modais no contexto da teoria das Ideias. Uma verdade não modal é uma verdade que não depende de modalidades aléticas, temporais, epistemológicas ou doxásticas ser verificada. Assim, como vimos, a sentença 'Teeteto voa' é falsa porque a Ideia de Humano não combina com a Ideia de Voar. Para visualizar como funciona esse nível semântico-ontológico podemos pensar nas Ideias e seus nomes como tendo formas que permitem sua combinação ou não. Por exemplo:



Nesse esquema simplificado, humano combina com conversar, andar e sentar, mas não com voar. Pássaro combinaria com voar, e também com andar, o que mostra como a espacialização da combinação entre Ideias serve apenas de ilustração.

Além disso, se há Ideias que se combinam e outras que não se combinam, isso implica que uma Ideia intermediária pode propiciar a combinação de duas Ideias que não se combinam. Para isso basta o cenário no qual:

A se combina com B, mas não se combina com C

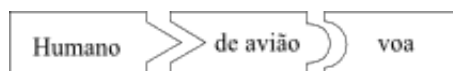
C se combina com B, mas não se combina com A

B se combina com A, e se combina com A

Logo, A pode se combinar com B e, assim, se combinar com C

O cenário acima seria, por exemplo, o caso de: 'Pedro voa de avião'. Temos uma sentença que pode ser verdadeira ainda que humano e voar continuem não sendo combináveis, tudo isso

graças ao elemento intermediário que faz o intermédio de sua combinação. Na ilustração gráfica teríamos:



Nesse caso, o 'de avião', é uma Ideia que adicionada permite a união de 'humano' a 'voar'. Isso permite que se combine em uma sentença verdadeira duas Ideias que, sem intermediário, não podem se unir. Mais uma vez a linguagem depende da ontologia, pois uma frase como 'humano voa de unicórnio' segue sendo falsa. 'De avião' só é aceitável após o descobrimento desse meio de transporte. Seria 'descobrimto' porque, em um contexto da teoria das Ideias, o avião ou teria uma Ideia de Avião a ser descoberta ou, no caso mais plausível, avião seria uma composição construída através da união de coisas que têm uma Ideia, mas ainda não tinham sido unidas como as leis da física, mecânica, química entre outros.

A interação entre os níveis sintático e semântico

O nível sintático permite a combinação de qualquer par de palavras na medida em que elas podem ser feitas nomes e verbos de acordo com a necessidade. O nível semântico coloca barreiras ontológicas nessa totalidade combinatorial entre as palavras pois elas deveriam respeitar a relação entre suas Ideias. Porém, existem casos em que a combinação de nomes de coisas que não combinam pode levar a entender melhor essas coisas. Existem âmbitos em que essa possibilidade é importante, a ciência e a ficção.

O conhecimento científico é, para Platão, um processo. Como não temos acesso claro

à combinação das Ideias, a combinação das coisas no mundo sensível pode ajudar a compreender a das Ideias. Assim, é bom que o nível sintático permita a combinação de qualquer palavra, pois, dessa maneira, uma impossibilidade instrumental que ocorresse na linguagem não prejudica o conhecimento das Ideias através da observação do mundo. Assim a linguagem não impede novas descobertas científicas. Por exemplo, era possível criar a sentença 'um mamífero marinho' mesmo quando se pensava que mamíferos não pudessem viver debaixo d'água. A combinação entre a Ideia de Mamífero e a Ideia de Vida Aquática já existia na ontologia, o que demorou foi que nós víssemos um exemplo empírico que nos permitisse confirmá-la. Quando esse exemplo foi identificado, a linguagem não teve problemas em expôr essa combinação de Ideias que antes soava impossível.

O outro caso em que a combinatoriedade total da linguagem ajuda é a ficção que tem por exemplos caros a Platão os mitos e os experimentos mentais. Por exemplo, 'Humano' e 'invisível' não combinam ontologicamente, porém, no discurso, pode-se criar uma sentença do tipo 'Glauco está invisível' ou um mito como o do anel de Gíges. Isso permite pensar como o ser humano agiria se ele pudesse se tornar invisível. Como o ser humano pode passar despercebido às vezes (modalidade temporal), a situação não modal de um ser humano que comete todo tipo de injustiça, porque estar invisível garante que ele não vai ser pego, pode ajudar a compreender a natureza humana. E assim a combinatoriedade sintática, por ir além da ontológica, ajuda a entender as coisas de uma maneira que a observação empírica jamais seria capaz de fazer²²⁵.

225 Esse tipo de linguagem que permite ir além das aparências no mundo sensível é fundamental para qualquer platonista (no sentido contemporâneo do termo). Isso porque a postulação de objetos abstratos mais reais que o mundo sensível exige que a mente vá além da experiência sensível para descobrir sua verdade. É para isso que servem os experimentos teóricos que permitiram os grandes saltos científicos na cultura ocidental, como Newton descobrir a lei da gravidade, Einstein pensar no mundo na velocidade da luz e Schrödinger postular a mecânica quântica. O que justifica Brown (2008 p.9), chamar os 'objetos abstratos' (Ideias platônicas) a maior descoberta da história do pensamento. No seu exemplo, um matemático realista não poderia jamais chegar a uma concepção de múltiplos infinitos, uma vez que para ele o infinito não existe em nenhum lugar. Apesar disso, um dos grandes

C. O nível veritativo modal

Uma abordagem descritiva da linguagem precisa ainda tratar de quando a linguagem não é usada para se referir às Ideias, mas apenas às coisas mutantes percebidas no mundo através das sensações. Isso é explicado por Platão com recurso à eponimia, segundo a qual o nome que se refere à Ideia pode ser usado para falar das coisas que participam nessa Ideia.

O primeiro modo de interação entre a Ideia e sua instanciação vem de cima para baixo e é explicado por Platão a partir da participação na Ideia do Bem. O grau de participação no bem determinaria se um particular é melhor ou pior caso se aproxime ou se afaste da sua Ideia. Na linguagem, essa condição ontológica se expressaria no uso do qualificador universal 'bom' identificado no grego do dia a dia. A peculiaridade é que Platão tenta explicar esse adjetivo coringa como um qualificador de uma predicação imperfeita da identidade com uma Ideia. É afirmar que um particular x realiza em maior ou menor grau a Ideia de X . Assim, dizer que uma carda é uma boa carda é dizer que uma carda carda (separa fios) enquanto dizer que uma agulha é boa é dizer que uma agulha tece (une fios). No geral, ambas são boas por um mesmo critério que é realizar suas naturezas, mas como cada uma tem uma natureza, no específico, elas são boas por realizarem funções contrárias. Por outro lado, se uma carda deixa de separar fios ela passa a ser uma carda ruim. Na verdade, ela sequer mereceria o nome de carda, mas no dia a dia seguimos usando esse nome por eponimia. Disso surge

avanços na matemática do século passado foi justamente a concepção de múltiplos infinitos diferentes provada por Cantor, um platonista. Ao comparar a série infinita de números inteiros (que existe em algum lugar) com a série infinita de números fracionários (que também existe em um lugar) ele mostra que o infinito da segunda série deve ser maior que o da primeira. E, mais importante, é que essa descoberta abstrata passa a ter implicações no mundo sensível, por exemplo, os múltiplos infinitos tem aplicações nas linguagens da computação, como o Javascript que usa infinitos positivos e negativos. Logo, ainda que não se aceite o platonismo como uma teoria ontológica, ele continua intervindo no mundo (mesmo para os construtivistas).

a regra da predicação de Identidade do particular: merece um nome x quem realiza minimamente em algum tempo a Ideia de X .

Como as coisas no mundo sensível são instanciações misturadas de Ideias, o nome x abarca todas as categorias de palavras, sejam nomes, verbos, substantivos, adjetivos e qualquer outro. A oscilação temporal de particulares que podem realizar sua Ideia em t_1 , não realizar em t_2 , e voltar a realizar em t_3 assegura o nosso uso amplo da eponimia, que mantém o nome x até para aquilo que não está realizando a Ideia de X , mas pode voltar a fazê-lo. É o caso do médico que não consegue tratar um paciente. Um bom médico é um humano que realiza a Ideia de Medicina para curar os outros. Um médico que erra e antecipa a morte de um paciente não está realizando a Ideia da Medicina, e é, portanto, um médico ruim (ou sequer seria um médico). Porém, faz sentido que continuemos atribuindo esse nome a ele, pois, em outro caso, ele pode agir de acordo com a Ideia da Medicina.

A mistura de Ideias e a generalidade do qualificador universal também podem ser fonte de um outro tipo de confusão. Por isso o nome x deve significar que algo realiza a Ideia de X , mas não a de Y , ainda que, no particular, a instanciação seja um xy . Para ver se ele é um bom y , é preciso analisá-lo em relação à Ideia de Y . É como o caso de um médico que ganha muito dinheiro pelos seus serviços. Ele é um bom comerciante, pois realiza a natureza da Ideia do Comércio, porém isso não implica que ele seja um bom médico. Suponhamos que ser médico é x , e ser comerciante é y . Ele é um bom y e não um bom xy . Essas relações mostram como a eponimia é uma abertura no critério de referência necessária para que o uso cotidiano dos nomes funcione, mas que também pode levar a enganos.

Porém, além do nome, a fala composta de nomes usados por eponímia ultrapassa a predicação de uma identidade imperfeita e também descreve estados de um mundo mutante. Esse mundo, para Platão, não se trata de um reino do mobilismo absoluto que interditaria qualquer tipo de discurso. É para falar de um mundo mutante que as modalidades como o tempo e o espaço entram em cena. É preciso, por exemplo, precisar que 'Teeteto, com quem eu estou falando agora, está sentado'. A sentença tem um nome e um verbo, no qual o nome complexo vem composto por um aposto de verbo nominalizado 'com quem eu estou falando agora' segundo a regra 2 do nível sintático visto em (A). Além disso, ela combina duas palavras cujas Ideias referidas também são combináveis, já que Teeteto é humano e humanos sentam-se com visto em (B). De novidade, temos a preocupação com o tempo e espaço da situação. A verdade da sentença, e, portanto, o seu funcionamento, depende de ter havido a situação descrita no tempo expresso na fala. Se Teeteto estivesse andando, a fala seria falsa. Disso surge outra regra, talvez essa seja mais uma prescrição: para falar de estados mutáveis, é preciso manter os qualificadores modais. Ela é muito importante pois impede de cair na falácia de queda da qualificação. Segundo essa, de uma situação como o vento é frio para Teeteto e quente para Sócrates se segue que, caindo as qualificações, o vento é quente e frio.

Conclusão

Ao fim da investigação da relação entre nomes e Ideias temos que: o instrumento nome tem uma Ideia que o coloca em relação natural com as Ideias dos Nomeados. Assim, como os particulares no mundo mutante participam de uma mesma Ideia que os permite ser agrupados em uma classe, o nome que se refere à Ideia também pode ser usado por eponímia para se referir a um particular mutante e a uma classe. A referência, portanto, é a um particular, porém um particular universalizante, já que a Ideia é um modelo que participa em cada instanciamento. Desse modo um nome como 'carda' pode ser usado, mais propriamente, para falar da Ideia da Carda, mas também para falar de uma carda particular ou da classe das cardas.

Existem particulares melhores ou piores no mundo, de acordo com o grau de participação na sua Ideia. Nessa perspectiva, dizer um nome para falar de um particular é declarar uma predicação de identidade imperfeita, ou seja, é dizer que essa instanciamento realiza em um grau mínimo a natureza da Ideia da qual participa. De maneira inversa, podem existir instanciamentos que, apesar de parecerem, não realizam essa natureza. Por exemplo, uma carda que separa mais fios é uma carda melhor que outra, ou seja, merece mais o nome de 'carda'. Por sua vez, uma carda quebrada nem mesmo participa mais da classe das cardas e só se usa esse nome por referência ao que ela foi no passado.

Do mesmo jeito que no caso das coisas, também existem nomes piores ou melhores, que, nesse caso, podem ser ditos verdadeiros ou falsos. A ligação natural entre nome e Ideia

do Nomeado é o que serve como seu critério de verdade. Se existe uma Ideia, e um nome, não importa com quais sílabas, faz referência a ela, ele é verdadeiro, caso contrário, é falso. Ao se pensar o nome como elemento que compõe as falas, esse valor de verdade referencial é uma primeira etapa necessária, mas insuficiente para o valor de verdade da fala. A fala, ao ser composta por dois tipos de nome, o nome e o verbo, oferece uma descrição. Assim, uma segunda etapa de verificação de verdade que considera essa descrição é necessária no caso de uma fala. Por exemplo, em 'Teeteto está sentado' existem dois tipos de nome, o nome 'Teeteto' e o verbo 'estar sentado'. Ambos passam na etapa referencial, pois existem as Ideias de Ser Humano (para Teeteto) e da ação de Sentar-se. Além disso, sua união descreve uma situação de mundo que é verdadeira, e, portanto, a fala composta por esses nomes também se prova verdadeira.

A importância do nome é que é a sua referência que determina sobre o que uma fala será. Se os nomes são usados em referência às Ideias, se tratará de um discurso filosófico que procura conhecer a verdade das coisas estáveis. Por outro lado, se os nomes são usados por eponímia para se referir a particulares, eles constituirão um discurso que trata dos estados de mundo sensível cuja verdade será verificada a partir da comparação entre o que ele descreve e as percepções sensíveis. Para isso, no entanto, é preciso determinar a particularidade do referente e o tempo em que a referência foi feita. De modo que em oposição à fala corriqueira 'Teeteto, com quem eu estou falando agora, está sentado' a fala 'Seres humanos não voam' tenta descrever a Ideia de Ser Humano.

A interação entre nomes e falas explica como a linguagem, em Platão, é um sistema combinatório discreto. Os nomes são instrumentos fixos que ajudam os humanos a se referirem a uma intuição comum, mas não clara, que eles possuem de uma Ideia. Por outro

lado, esses nomes fixos podem ser rearranjados em várias maneiras diferentes para descrever diferentes concepções das Ideias e de suas instanciações. Isso permite que várias opiniões abalizadas sejam comparadas a fim de se aproximar de uma compreensão mais determinada da Ideia em questão. Assim, a comparação de definições de justiça, sem a necessidade de rebatizar a justiça a cada passo, em opiniões como 'dar a cada um o que se deve', 'ajudar os amigos e prejudicar os inimigos' ou 'cada um fazer o que lhe cabe' pode ajudar na busca pela definição mais precisa que esclareça a Ideia de Justiça.

Parte II – A Sombra

A capacidade descritiva dos nomes

Introdução

A opção, até aqui, foi por negligenciar aquilo que não foi caracterizado como uma função fundamental do nome; a sua capacidade descritiva. Isso permitiu tratar com mais cuidado da referência, essa sim, como se espera ter demonstrado, a característica principal para o funcionamento e valor de verdade dos nomes a partir do *Crátilo*. A proeminência da referência, no entanto, não anula a descritividade de um nome no tratamento de Platão. No capítulo 1 veremos ainda como a capacidade descritiva dos nomes pertence ao âmbito da convenção, aparência e opinião. Apesar disso, mesmo sem ser aquela que liga nome e Ideia, essa capacidade é usada ao longo de todo o *corpus* platônico. Por isso, tentaremos determinar quais as qualidades representativas de um nome no capítulo 2. Isso mostrará o papel central da etimologia em um nome que almeja representar algo. A etimologia como a descrição da opinião de alguém sobre o nome será apresentada no capítulo 3. Por fim, os capítulos 4 e 5 trarão uma análise de usos que Platão, enquanto autor, faz das etimologias e nomes de personagens tradicionais ou particulares nos diálogos. Já que o seu objeto pertence ao âmbito das aparências, essa parte foi denominada a 'sombra', em oposição ao 'cavalo', o verdadeiro, da parte I.

Capítulo 1: O convencionalismo da capacidade descritiva dos nomes

O primeiro passo para analisar a capacidade descritiva dos nomes será ver como a descrição falha em satisfazer o critério de naturalidade que a referência cumpre. Primeiro veremos como, na economia do diálogo, o naturalismo de Crátilo se fia na capacidade descritiva dos nomes para justificar sua verdade contra o convencionalismo de Hermógenes (II.1.1). Em seguida veremos como Sócrates conduz o diálogo para mostrar que, na verdade, a capacidade descritiva é convencional (II.1.2).

II.1.1 Dois paradigmas antropológicos para duas teorias linguísticas

No *Crátilo*, os dois interlocutores de Sócrates defendem versões radicais das duas maneiras de se pensar a linguagem que seriam populares na época. Segundo o

Convencionalismo de Hermógenes (CH): A linguagem é convencional na medida em que qualquer um pode dar qualquer nome a qualquer coisa em qualquer hora²²⁶.

Naturalismo de Crátilo (NC): A linguagem é natural na medida em que cada coisa tem apenas

226 Em 384c Hermógenes explica a sua posição assim: “Sócrates, para mim, após ter discutido várias vezes sobre isso com muitos outros, não consigo ser persuadido de que haja uma outra correção para um nome além de uma convenção confirmada. Na minha opinião, se alguém coloca um nome numa coisa, este está correto. Depois disso, se for mudado para um outro, e ninguém mais chamar pelo primeiro, o novo não vai ser menos correto do que o anterior.” Καὶ μὴν ἔγωγε, ὦ Σώκρατες, πολλάκις δὴ καὶ τούτῳ διαλεχθεὶς καὶ ἄλλοις πολλοῖς, οὐ δύναμαι πεισθῆναι ὡς ἄλλη τις ὀρθότης ὀνόματος ἢ συνθήκη καὶ ὁμολογία. ἐμοὶ γὰρ δοκεῖ ὅτι ἂν τίς τῷ θῆται ὄνομα, τοῦτο εἶναι τὸ ὀρθόν· καὶ ἂν αὐτίς γε ἕτερον μεταθῆται, ἐκεῖνο δὲ μηκέτι καλῆ, οὐδὲν ἦττον τὸ ὕστερον ὀρθῶς ἔχειν τοῦ προτέρου

um nome verdadeiro cuja etimologia descreve a essência do nomeado²²⁷.

De acordo com CH cada um seria um falante do seu próprio idioleto, já que cada um poderia escolher qualquer nome para qualquer coisa em qualquer situação que quisesse²²⁸. Já NC forneceria uma visão oposta, segundo a qual haveria somente um nome verdadeiro para cada coisa. Isso geraria uma concepção adâmica na qual uma única língua seria capaz de expressar a verdade de maneira apropriada²²⁹. Ambas as hipóteses não conseguem dar conta do uso corriqueiro da linguagem. Pode-se argumentar que elas ainda seriam válidas em caráter exclusivamente prescritivo²³⁰. No entanto, contra isso, podemos ver que seus respectivos defensores recorrem a exemplos práticos descritivos para defender suas posições.

Hermógenes usa o exemplo do costume dos donos de mudar os nomes de seus servos a esmo²³¹, enquanto Crátilo defende que quem usa o nome 'Hermógenes' nada faz além de

227 Crátilo, condizente com sua postura enigmática, nunca define, em suas próprias palavras, o naturalismo. Porém, ele concorda com a definição dada por Hermógenes e com o tratamento dado por Sócrates à investigação etimológica a partir dos quais foi composta esta definição. Em 383a Hermógenes descreve o naturalismo de Crátilo assim: “Um nome não seria isto que alguns, pronunciando partes de seu idioma, convencionaram usar para chamar. Haveria sim uma correção inerente aos nomes, a mesma para todos, gregos ou estrangeiros” και οὐ τοῦτο εἶναι ὄνομα ὃ ἂν τινες συνθέμενοι καλεῖν καλῶσι, τῆς αὐτῶν φωνῆς μόριον ἐπιφθεγγόμενοι, ἀλλὰ ὀρθότητά τινα τῶν ὀνομάτων πεφυκέναι καὶ Ἕλλησι καὶ βαρβάροις τὴν αὐτὴν ἄπασιν. Ao fim da parte etimológica Sócrates pede, e recebe, a aprovação de Crátilo em 428e: “Nós dissemos que a correção é aquela que nos apresenta como é a coisa. Pode-se dizer que isto que falamos é o suficiente? C. Na minha opinião foi até exuberante, Sócrates.” ὀνόματος, φαμέν, ὀρθότης ἐστὶν αὕτη, ἥτις ἐνδείξεται οἷόν ἐστι τὸ πρᾶγμα· τοῦτο φῶμεν ἱκανῶς εἰρησθαι; K. Ἐμοὶ μὲν δοκεῖ πάννυ σφόδρα, ὦ Σώκρατες.

228 Na sequência da definição do convencionalismo, em 385a, Sócrates leva Hermógenes a aceitar um convencionalismo ainda mais radical, no qual basta uma pessoa usar um nome uma vez para esse funcionar. Como muitos notaram, Hermógenes é, de fato, levado a aceitar a radicalidade da posição. Cf. Barney, R. 1997 e Rotondaro, S. In Casertano 2005. De qualquer maneira, importa aqui mais o que o Sócrates de Platão pensa do convencionalismo do que o que os seus defensores pensavam.

229 Concepção adâmica da linguagem é aquela na qual um 'batizador' original (Adão) teria dado um nome correto a todas as coisas que existem. Nesse caso, haveria um único idioma original verdadeiro.

230 Um exemplo de quem defende uma leitura do *Crátilo* como um projeto prescritivista é Baxter, 1992 p.48: “Se alguém aceita esta distinção entre prescrição e descrição será capaz de ver como a crítica ao argumento, de que ele não contempla a realidade de linguagem, erra o alvo. Se a linguagem não corresponde a este modelo, pior para a linguagem.” A parte I mostrou que a linguagem é parte da realidade e que funciona atrelada a ela através da referência à Ideia. Além disso, como veremos na sequência, diante da capacidade descritiva da linguagem, Platão é bem sensível aos enganos que surgem no uso corriqueiro da linguagem, de modo que sua prescrição depende sim de uma etapa descritiva do fenômeno.

231 “É o mesmo caso de quando mudamos o nome de algum serviçal, o posterior à mudança não é menos correto do que aquele que foi estabelecido primeiro.” *Crátilo* 384d

produzir barulho²³². Em consistência com esta atitude, Sócrates se esforça por encontrar, ao longo da discussão, uma prescrição capaz de descrever também o funcionamento corriqueiro da linguagem. Para tanto, aplicando o método dialético, ele recorre a elementos tanto do convencionalismo (CH) quanto do naturalismo (NC). Sua estratégia é provar que uma teoria capaz de explicar o funcionamento da linguagem deve dar conta da existência de nomes verdadeiros e falsos. Para tanto, ele recorre à ontologia.

O primeiro passo de Sócrates é pensar o convencionalismo (CH) e o naturalismo (NC) em vista de duas teorias ontológicas antropocêntricas que não dariam conta de explicar a realidade. Segundo o:

Relativismo de Protágoras (RP): cada coisa é como parece ser a cada um²³³.

Absolutismo de Eutidemo (AE): Cada coisa é sempre a mesma para todos²³⁴.

A relação entre convencionalismo (CH) e relativismo (RP) é bem clara no texto. Para Sócrates, uma situação em que cada um é o falante de seu próprio idioleto equivale à situação em que cada um é a medida da sua verdade²³⁵. Onde o 'sua' verdade fica evidenciado na

232 “Eu diria ter sido apenas o barulho de um movimento em vão, assim como se alguém se movimentasse golpeando cobre.” 430a

233 O relativismo de Protágoras se resume à chamada teoria do homem-medida que, no *Crátilo*, vem citada assim “Tal qual falou Protágoras quando falava que o ser humano seria 'a medida de tudo que há'? Nesse caso, as coisas são para mim assim como elas me parecem ser e são para você assim como elas te parecem.” ὥσπερ Πρωταγόρας ἔλεγεν λέγων “πάντων χρημάτων 386.a.1 μέτρον” εἶναι ἄνθρωπον – ὡς ἄρα οἷα μὲν ἂν ἐμοὶ φαίνεται τὰ πράγματα [εἶναι], τοιαῦτα μὲν ἔστιν ἐμοί· οἷα δ' ἂν σοί, τοιαῦτα δὲ σοί *Crátilo* 386a

234 “Mas, também não acho que a sua opinião seja como a de Eutidemo, na qual tudo existe para todos do mesmo jeito, ao mesmo tempo e para sempre.” Ἀλλὰ μὴν οὐδὲ κατ' Εὐθύδημόν γε οἶμαι σοὶ δοκεῖ πᾶσι πάντα ὁμοίως εἶναι ἅμα καὶ ἀεὶ· οὐδὲ γὰρ ἂν οὕτως *Crátilo* 386d

235 Na verdade há uma corrente atual da linguística que tenta defender uma compreensão 'idiolética' da linguagem. Nesse caso, eles acham que cada referência, na cabeça de cada falante, lhe é peculiar na medida que provoca associações subjetivas. Porém, eles reconhecem também que haja uma 'linguagem social' através da qual os detalhes dessas referências subjetivas são subsumidas em prol da possibilidade de comunicação (cf. Henry, In Cornips 2005 p.110).

paráfrase explicativa que segue a citação de Protágoras: “nesse caso, as coisas são *para mim* como elas me parecem ser.” (386a). Para refutar o relativismo, dentro do relativismo, Sócrates mostra que se toda opinião é verdadeira para cada um, a opinião de que nem toda opinião é verdadeira também deve ser verdadeira. Assim, o problema do relativismo é não aceitar uma verdade além da opinião e isso o torna insustentável. Transposto ao âmbito da linguagem, o problema do convencionalismo é que ele não aceita a existência de nomes verdadeiros além da opinião de cada um e isso impossibilitaria a comunicação.

Uma outra relação seria identificável entre o que se chamou aqui de absolutismo de Eutidemo²³⁶ e o naturalismo de Crátilo. O absolutismo seria uma situação ontológica oposta ao relativismo já que, no seu caso, todas as coisas estariam sempre do mesmo jeito. Essa ontologia atribuída a Eutidemo falha em explicar como existem coisas que mudam e que agem diferentemente como, por exemplo, a existência de homens bons e maus²³⁷. Transplantada para o âmbito da linguagem esta ontologia se assemelharia ao naturalismo, já que, para um naturalista, os nomes verdadeiros têm uma composição etimológica fixa que descreve verdadeiramente o nomeado. Neste caso, portanto, contrariamente ao relativismo,

236 Quem vai ao diálogo *Eutidemo* em busca de uma explicação melhor para a posição exposta rapidamente no *Crátilo* pode encontrar algumas referências, não muito explícitas, a uma ontologia em que tudo contém tudo sempre. Por exemplo, quando Sócrates critica a negligência da consideração de um discurso ser verdadeiro ou falso por parte do sofista e seu irmão. Ele diz: “Uma tal faculdade eles adquiriram usando palavras como armas e refutando qualquer argumento como se ele fosse tanto verdadeiro quanto falso” 272b. Assim, se enfatiza que cada coisa tem sempre os dois contrários. Como no *Crátilo*, um problema que isso gera é não explicar a existência do verdadeiro e do falso independente das opiniões humanas. Diante disso, temos em Protágoras e Eutidemo duas posturas opostas em relação a uma mesma constatação. A constatação é que pessoas diferentes têm opiniões diferentes sobre uma mesma coisa. Por exemplo, Sócrates acha um vento frio e Teeteto acha o mesmo vento quente. Daí, segundo a leitura de Protágoras apresentada aqui, se concluiria com o relativismo que o quente e o frio estão em quem percebe e que o vento não é nem um nem outro. Já nessa versão da postura de Eutidemo, a mesma situação provaria que o vento é tanto quente como frio. Kerferd (1981 p.87) coloca essa divisão nos termos de subjetivismo (o relativismo protagórico) e objetivismo (o absolutismo eutidêmico) Mais uma vez convém notar que essa breve exposição não tem o intuito de defender que Protágoras e Eutidemo teriam essas posições, mas apenas de mostrar que elas estão subentendidas no *Crátilo*.

237 A posição de Eutidemo se parece bastante com aquela dos 'amigos das Ideias' no *Sofista* 251a: “todos aqueles que dizem que as coisas que são segundo as Ideias estão sempre do mesmo jeito no mesmo respeito.” Em ambos os casos a radicalidade da posição gerada a partir da confrontação com o relativismo não dá conta de explicar a mudança no mundo sensível. A teoria das Ideias de Platão seria sua resposta para esse dilema.

todo nome, desde que fosse um nome, seria verdadeiro sempre. O problema que se segue desse tipo de naturalismo é que ele não explica a existência de nomes falsos e os relega o status de meros sons sem sentido.

Podemos, enfim, ler ambos os argumentos, e suas refutações, como passos diferentes na busca por um entendimento melhor do funcionamento da linguagem. O problema do relativismo é a falta de uma verdade estável. Por outro lado, a solução do absolutismo acaba com a possibilidade de falsidade²³⁸. Assim, seria desejável que o relativismo fosse refutado com a prova da existência de uma verdade (que não pode ser a do absolutismo) e que o absolutismo fosse refutado com a prova da existência da falsidade (que não pode ser a do relativismo)²³⁹. Como vimos em I.4.1.A, é isso que acontece nos passos do argumento da divisão, a favor da existência de nomes verdadeiros, e no argumento da composição, a favor da existência de nomes falsos através dos erros de referência. Agora é hora de ver como a capacidade descritiva dos nomes opera nestes passos.

II.1.2 O fundo convencionalista do naturalismo de Crátilo

Para começar, convém relembrar como Sócrates usa um vocabulário naturalista para fazer o argumento da divisão contra o convencionalista Hermógenes.

238 Em geral, a importância da citação da ontologia de Eutidemo é mitigada nos estudos sobre o *Crátilo*. Palumbo (In Casertano 2005 p.73) é uma exceção. Ela coloca a oposição entre Protágoras e Eutidemo como o relativismo sendo um problema para a existência da verdade e o 'absolutismo' sendo um problema para a existência da virtude. Aqui, no entanto, a preferência é por pensar o relativismo linguístico como falhando em reconhecer a existência de nomes verdadeiros, e o absolutismo linguístico sendo uma resposta muito radical na medida em que não reconhece a existência de nomes falsos.

239 Nas palavras de Sócrates em 386cd temos “S. Portanto, uma vez que existem os sensatos e os insensatos, eu acho que também na sua opinião, aquilo que Protágoras falava ser a verdade não serve de princípio. Nesse tipo de verdade ninguém seria mais sensato do que o outro, já que a opinião de cada um vai ser a verdadeira para si.” Já contra Eutidemo ele diz: “Pois tampouco haveria humanos competentes ou imprestáveis se virtude e maldade existissem sempre do mesmo jeito para todos” Crátilo 386d

Argumento da divisão naturalista (ADN): (1) Existem falas *naturalmente* verdadeiras e falsas, (2) Falas são compostas por nomes, (3) Falas verdadeiras são compostas por nomes *naturalmente* verdadeiros.

Vimos como a resposta de Platão a este problema, sempre recorrendo à ontologia, não é o absolutismo de Eutidemo, mas sim a Teoria das Ideias. Aliada à capacidade referencial dos nomes, ela fornece um referente estável que serve de critério do valor de verdade para os nomes. Porém, agora interessa ver como é a resposta do naturalismo de Crátilo a esta necessidade. Para o naturalista cratiliano um nome é naturalmente verdadeiro porque descreve a essência da coisa nomeada²⁴⁰. É aí que reside o problema dessa posição²⁴¹.

Sócrates mostra que, se os nomes derivados descrevem a partir das raízes etimológicas dos nomes primários, o nome primário deve descrever pelas letras que o compõem, caso contrário, se cairia numa cadeia infinita de explicações²⁴². Para que as letras descrevam, seria necessária uma teoria das letras como elementos que produzem representações. Isso, apesar de ser declarado 'risível' desde o começo, é ensaiado em 462c e seq., onde se diz, por exemplo, que o 'o' representaria o redondo²⁴³. Sócrates, enfim, oferece o contraexemplo de

240 “Mas, se se almeja que através dos primários sejam geradas evidências de algo, você teria alguma outra maneira mais charmosa para se gerar uma evidência do que fazer com que eles sejam, ao máximo, como aquilo a que devem evidenciar?” *Crátilo* 433e Sócrates diz isso tentando extrair de Crátilo uma confirmação de tal posição que, na sequência, é refutada.

241 A ligação do naturalismo com a descrição que um nome faz do nomeado pervade a sequência do diálogo após a apresentação do argumento da divisão. Em 390d há evidência textual para ambos: “Já o Crátilo fala a verdade ao falar que os nomes existem *por natureza* para as coisas e que nem todos são produtores de nomes, mas apenas aqueles que, olhando para o nome por natureza de cada ser, segue o princípio de colocar sua Ideia em letras e sílabas.” Como vimos, o problema de Platão não é com a Ideia, mas antes com essa ser colocada em letras e sílabas.

242 “Se sempre que alguém fala o porquê de um nome, sua resposta vem através de uma verbalização, o porquê desta, mais uma vez, só será falado através de outra verbalização. Deste modo, iniciada uma pesquisa, não haveria como pausar o que está sendo feito.” *Crátilo* 421e

243 “Na minha opinião aquilo que eu percebo sobre os nomes primários é de um atrevimento risível” *Crátilo* 426b “Do mesmo modo o 'a' se atribui ao máximo e o 'e' ao excesso, pois são letras abertas. Já o 'o' foi o devido sinal para se mesclar a maior parte do nome de redondo. Desse mesmo jeito, também nos outros casos, parece ser introduzido algum sinal, por letras e sílabas, para cada ser, nos nomes criados pelo normatizador. Com isso, e o resto, pode ser composta uma imitação.” *Crátilo* 427e Essa estratégia de entender a representatividade das

sklerotês. A palavra significa 'durável', mas teria tanto o 'r' que representaria o duro quanto o 'l' que representaria a moleza. Mesmo sendo uma contradição em termos, todos entendem o que o nome quer dizer. Crátilo retruca admitindo que entendemos sim, mas só por costume. E assim, ele se vê obrigado a concordar que a imitação das letras nos nomes primários (e, por conseguinte, a capacidade descritiva das raízes etimológicas nos nomes derivados) é uma questão apenas de costume e convenção²⁴⁴.

A passagem de nomes derivados para primários e desses para as letras mostra que, mais uma vez, Sócrates recorre a um argumento derivativo da divisão para pensar o funcionamento do nome. Assim, remetendo ao que foi investigado anteriormente, podemos parafrasear a seguinte formulação do argumento da divisão:

Argumento da divisão convencionalista (ADC): (1), Nomes descrevem a natureza das coisas através da sua etimologia, (2) Etimologias são feitas por letras, (3) Letras descrevem apenas por convenção, logo, (4) o conteúdo descritivo dos nomes não pode embasar uma verdade natural²⁴⁵.

O confronto do argumento da divisão naturalista (ADN) com o convencionalista (ADC) mostra uma solução para a oscilação de Sócrates entre naturalismo e convencionalismo. Ele é sim naturalista, mas identifica um problema no naturalismo de Crátilo. Como ADC prova, ao usar o conteúdo descritivo dos nomes (etimologias e letras)

letras será tratada mais a fundo em II.2.1.C.

244 Sócrates: “Por conseguinte, se alguém diz 'durável', como falamos agora, nada apreenderíamos uns dos outros. Mas como assim? Você não pôde especificar o que eu falei agora? Crátilo: Sim, mas só por **costume**, meu amigo. Sócrates: E falando 'costume' você acha que fala algo diferente de **convenção**?” Crátilo 434e

245 O exemplo de *sklerotês* legitima esta versão do argumento convencionalista da divisão. “S. Portanto, com algo que não é igual eu pronuncio o que tenho no intelecto, caso, como você disse, o 'l' não seja igual à durabilidade. Assim, se algo diferente do mesmo te levar, por costume, ao mesmo, também para você a correção dos nomes será gerada pela convenção.” Crátilo 435a

como critério de verdade, este tipo de naturalismo recorre a uma característica meramente convencional dos nomes como critério de verdade. É assim que o naturalismo de Crátilo é refutado dentro de seus próprios termos. Quem quiser uma verdade natural nos nomes vai ter que procurar em outro lugar. Como vimos, a proposta de Platão é que a verdade do nome dependa da referência ligada à teoria das Ideias. Portanto, uma vez que essa 'função descritiva' é reconhecida, mas não é fundamental, a opção, aqui, é de chamá-la pelo termo mais fraco 'capacidade', ao passo que a referência, essa sim fundamental, vem sendo chamada de 'característica'.

Capítulo 2: As possibilidades descritivas dos nomes

Segundo a discussão apresentada acima, os nomes possuem uma capacidade descritiva que afeta os seus usuários. O problema é que ela falha em ser o critério de funcionamento e de verdade de um nome. Uma vez que a refutação não nega sua existência, o próximo passo será entender, durante o capítulo 2, como ela opera e quais são seus efeitos.

II.2.1 Como o nome representa

Durante o argumento contra a capacidade descritiva dos nomes, Sócrates examina vários candidatos a realizarem a capacidade descritiva dos nomes. Todos eles falham em fornecer uma ligação natural entre nome e Ideia do Nomeado, porém, como instrumentos descritivos, todos tem sua importância na formação de um nome. Assim, se acredita que seguir os candidatos apresentados nessa refutação forneceria um guia de estilo para que um criador de nomes adorne os seus nomes de maneira mais técnica possível. Para isso, serão abordados a grafia das letras (A), seus sons (B), sua interferência no corpo de quem fala (C) e, finalmente, suas raízes etimológicas (D).

A. A representação gráfica

Ao introduzir a discussão dos nomes como imitação, Sócrates escolhe começar a partir

da imitação corpórea que ele relaciona ao exemplo da comunicação entre mudos²⁴⁶. Segundo o seu exemplo, quem quer dizer 'cavalo' sem poder falar deveria usar o corpo para imitar o animal referido²⁴⁷. A situação descrita serve porque na discussão com Crátilo é a capacidade descritiva do nome que está em questão. Nesse caso, falar imitando com o corpo equivaleria a usar a etimologia de uma palavra para representar o seu referente. Como vimos no nome como um endereçar-se encenado pelo estrangeiro que cumprimenta Crátilo, a linguagem corpórea também permite ser referencial ao apontar um exemplar do referido²⁴⁸. De qualquer forma, se quem quer imitar um animal com o corpo imitaria sua posição e seus trejeitos, poderia se imaginar uma situação análoga em que um normatizador hábil imitaria o nomeado com o formato das letras usadas. Platão não aventa essa possibilidade, provavelmente porque ele pensa as letras mais como sons²⁴⁹ do que como signos gráficos²⁵⁰.

246 Se não tivéssemos voz nem língua mas quiséssemos evidenciar as coisas aos outros, não nos proporíamos, assim como os mudos de agora, a sinalizar com as mãos, a cabeça e o resto do corpo? (...) Se quiséssemos fazer evidente um cavalo correndo, ou qualquer outro animal, se torna específico que igualaríamos ao máximo os nossos corpos aos deles como se fizéssemos uma figuração.” Crátilo 422e-423a

247 Esse exemplo parece ser dito do ponto de vista naífe de quem pensa a linguagem e o raciocínio dos mudos como menos complexa que a dos falantes, o que não é o caso. Segundo Rose, In Davis 2006 p. 21, não é possível provar que houvesse uma língua dos sinais para os mudos na Grécia antiga, pois as referências a surdos usando gestos são inconclusivas. A estimativa de que Atenas tinha 60.000 habitantes leva a hipótese de que pelo menos 600 eram surdos-mudos, já que essa é a proporção atual de surdos na população e 5 das 6 causas mais comuns de surdez atualmente são atestadas na antiguidade. Diante disso, resta saber se essa comunidade de surdos chegou a superar a marginalidade que os testemunhos escritos lhe confere para formar uma língua de sinais com sintaxe que vai além de gestos.

248 Robinson (1956 p.337) criticando Platão, comete o mesmo lapso de achar que a comunicação entre duas pessoas que não falam uma mesma língua tem que se dar pela imitação. No seu exemplo, o turista que vai à Dinamarca sem saber dinamarquês tem que imitar alguém bebendo para pedir uma cerveja. Porém, se imitar o 'beber' é fácil, determinar que é uma 'cerveja' é difícil. A saída mais simples é recorrer à referência e apontar uma cerveja na prateleira ou na mesa de um cliente. Exemplos contemporâneos ilustram a preferência pela referência à descrição na comunicação entre mudos e pessoas que não falam língua dos sinais. A mãe de uma menina surda no Burundi conta sua situação à Lane *apud* Rose In Davis 2006 p.20: “quando eu quero que ela vá pegar água, eu pego o recipiente que ela sempre usa, mostro pra ela, aponto para a direção do poço e ela sabe que eu preciso de água.” Esses casos confirmam a proeminência da referência sobre a descrição na comunicação.

249 Sócrates diz que o normatizador tenta “colocar uma natureza inerente a cada nome através dos sons e silabas”, onde os sons (φθόγγους) remetem à fala articulada humana.

250 Segundo Manetti (1993, p. 5), escritas pictográficas, que derivam da representação das coisas, geram uma postura diferente diante das palavras daquelas silábicas, nas quais as palavras derivam dos sons, como no caso do grego antigo. Ainda assim, na Grécia havia poetas que usavam o formato de suas composições para revelar o sentido expresso no texto, como no poema 'Ovo' de Símmias. Porém, no próprio poema Símmias trata do nascimento do rouxinol para falar da origem da poesia e afirma a importância do som ao afirmar que esse 'respeita a boa ordem dos ritmos'.

B. A onomatopeia e a musicalidade

De acordo com a oralidade, da qual provém a escrita grega, a maneira mais própria de um nome imitar seria através do som. Nesse caso, quem quiser imitar um animal com a voz, imitaria o som produzido por este animal. Isto é apresentado e refutado no *Crátilo*, já que nem Sócrates nem Hermógenes acham que uma imitação vocal onomatopaica seja um nome²⁵¹. Isso está de acordo com a posição tradicional entre os gregos antigos de diferenciar o som vozeado humano (φθεγμα) de sons animais (que seriam αφθόγγου)²⁵². Nada é dito sobre palavras onomatopaicas, ou seja, nomes que imitam o som dos nomeados. Um exemplo seria o nome 'bárbaro' para aqueles que falariam 'barbarbarbar'. No *Político* 262cd Platão critica esse nome devido a sua falsa extensão que agrupava povos muito diferentes em uma unidade, confirmando a preferência por pensar a correção dos nomes em face de separarem a natureza nas juntas. De qualquer maneira, a imitação onomatopaica dos nomes como sons não articulados também seria descartada.

Após a onomatopeia, a sequência da passagem do *Crátilo* descarta mais um candidato à imitação sonora de uma palavra, aquela que se assemelharia à da música²⁵³. Nas críticas de

251 “Seríamos obrigados a confirmar que quem imita bezerros, galos e outros animais, estaria nomeando aquilo que imita.” *Crátilo* 423c Portanto, imitar não é nomear.

252 Mesmo relatos que atribuem aos humanos uma aquisição natural dos nomes tomam tal aquisição por ser diferente dos sons produzidos pelos animais. cf. a *Antígona* de Sófocles 440seq. ou Protágoras, no diálogo homônimo de Platão em 322a. Em ambos, o homem se ensina essa técnica. Para animais descritos como *aphthoggon* cf. Eurípides *Troianas* 671, apesar de *phthegma* ser usado como o som de animais, às vezes. De qualquer maneira, a questão da onomatopeia é interessante. Para começar, línguas diferentes têm onomatopeias diferentes, logo, a imitação desses sons animais parece ser mais convencional do que natural. Além disso, o fato de crianças começarem a falar por onomatopeias (o 'auau' para o cachorro) parece ter muito mais a ver com a facilidade de pronúncia do que com a imitação do som. Isso porque se diz, por exemplo, também mamãe (e as mães não falam mamamamama). De modo que, nesse caso, parece ser mais importante que um nome seja fácil de pronunciar do que imite o som da coisa nomeada.

253 “Primeiramente, na minha opinião, se imitássemos como na música, mesmo que também neste caso usamos o som, ainda assim não imitaríamos as coisas.” *Crátilo* 423d. A passagem é negativa porque se trata de negar a representatividade aos nomes. Porém, como agora a tentativa é de determinar as qualidades dessa

Sócrates à excessiva preocupação com a eufonia ao longo da seção das etimologias, fica claro que, mais uma vez, ele se preocupa mais com a verdade do que com a agradabilidade²⁵⁴.

Assim, ficam estabelecidas e hierarquizadas três possibilidades de representação dos nomes, uma gráfica, a outra onomatopaica e, por fim, a musical. De qualquer maneira, fica ainda mais claro que a sonoridade e eufonia são critérios ruins para a escolha de um nome, pois não têm relação com a verdade.

C. Letras que representam

Descartadas as maneiras de imitar apresentadas acima, Sócrates desenvolve a hipótese (que alerta ser risível) da capacidade imitativa dos elementos mínimos da linguagem, as letras. Neste caso é a língua, o órgão, a principal responsável pela imitação²⁵⁵. Ele elenca as seguintes possibilidades (cf. 426b seq.):

Letra	Explicação	Exemplos
R	Ao pronunciar essa letra a língua se mexe muito, logo seria ideal para nome de coisas que se movem muito.	Correr, curso, girar
I	Para tudo que é suave e está indo	Ir, vir
F, V, S, C	Todas as letras que expellem ar também são boas para mobilidade.	Ferver, oscilar
D, T	Por pausarem o ar, essas diriam a pausa.	Detenção, estático

representatividade, o caso da música parece superar o da onomatopeia. Nesse caso, o 'cacarejar' de uma galinha seria um nome menos adequado que 'monstro', pois o primeiro imita o som da ação descrita enquanto a nasalização fechada do segundo alude à atmosfera aterrorizante criada pelo monstro.

254 Como é de se esperar diante da crítica à capacidade representativa dos nomes, a sonoridade dos nomes é, geralmente, usada em tom crítico. Como: “Porém, agora, chamam-na Feréfata, um nome fatal retorcido no qual a eufonia importa mais à feitura do que a verdade.” Crátilo 404e e “Quão floridos lhe saem os nomes, Sócrates! Agora, enquanto proclamava este nome *danoxo*, tive a opinião de que imitaria com a boca o prelúdio para flautas do hino de Atenas.” Crátilo 417e

255 Em um experimento repetido em várias culturas e idades, Ramachandran e Hubbard (2001 p.20) pediram que pessoas associassem as palavras inventadas 'kiki' e 'boubá' com formas desenhadas. A grande maioria repete o mesmo padrão de associar 'kiki' à uma forma pontiaguda e 'boubá' a uma arredondada. Isso provaria que a escolha dos nomes não é totalmente arbitrária. Além disso, os cientistas supõem que a explicação dessa 'intuição' universal esteja exatamente no formato feito pela boca, mais agudo em 'kiki' e mais abaulado em 'boubá'.

L	Aqui a língua desliza, logo é bom para coisas lisas.	Oleoso, deslizar
G	Em contraposição ao deslize, serve para o que gruda.	Grudento
N	A interioridade do som nasal é bom para representar o que é interno.	Interno, interior
A, E	Como são letras abertas, são boas para coisas abertas.	Aberto, Entrada
O	Bom para as coisas redondas.	Redondo

Assim como a seção das etimologias, a proposta de leitura dessa passagem é de que Sócrates esteja fazendo uma crítica caridosa aos seus opositores. Para isso, ele desenvolve da melhor maneira possível aquilo que não acredita ser propício como um critério de verdade dos nomes. No fim, com o contraexemplo de *sklerotês* que possui os sons opostos 'l' e 'r', a hipótese da representação por sons e letras é abandonada. Ainda assim, no nível da aparência, parece legítimo aceitar que um normatizador deveria prestar atenção a essas dicas ao criar ou usar o que espera ser um bom nome²⁵⁶.

D. Imitar por etimologias

Todas as hipóteses anteriores são consideradas e dispensadas por Sócrates. No fim das

256 Porém, ainda que não seja totalmente válida, há casos em que o local de produção de um som realmente interfere na compreensão do significado de um nome. Os linguistas encontraram, por exemplo, uma tendência em todas as línguas de criar nomes com vogais onde a língua está em uma posição frontal antecedendo aquelas com as vogais mais atrás, como em ping-pong cf. Pinker, 2007 p.167: “Você já parou para pensar porque dizemos (...) ping-pong e não pong-ping? A resposta é que as vogais nas quais a língua está alta e na frente sempre vem antes das vogais em que ela está baixa e atrás (...) é como se a mente não pudesse apenas escolher ao acaso ao ordenar as palavras. (...) e essa regra é baseada em como a língua produz as vogais.” Ping pong é, ainda, uma palavra onomatopaica na qual um mesmo som repetido é representado de duas maneiras diferentes, talvez por acontecer mais próximo e mais longe do falante, assim como as vogais com a língua mais alta e mais baixa. Existem vários exemplos de nomes em que a pronúncia acaba provocando o significado do nomeado. Em português podemos pensar em 'sorrir' onde o '-rir-' obriga quem pronuncia a sorrir, tal qual o 'bei-' de 'beijo' ou o ranger da garganta em 'raiva'. Tudo isso está no nível da aparência, mas, considerando que coisas como sorrisos forçados podem nos fazer mais felizes, não se deve desprezá-los ao criar uma palavra. Kraft e Pressman, 2012, p.1372, por exemplo, fizeram um experimento em que pessoas que desempenhavam uma tarefa árdua segurando palitinhos no canto da boca para fazer um sorriso sentiram menos estresse que aqueles do grupo de controle, que seguravam palitinhos sem formar um sorriso.

contas, o melhor candidato para ser a representação dos nomes é aquele mais usado pela tradição: a etimologia. Nesse procedimento, as raízes etimológicas identificadas nos nomes são interpretadas como descrições explicativas da essência dos nomeados. Dessa maneira, eles imitariam descrevendo o que nomeiam²⁵⁷.

Sócrates dedica toda a seção central do *Crátilo* a propor análises etimológicas²⁵⁸. Ele começa pela genealogia de Atreu, onde apresenta casos e usos da etimologia de nomes próprios na poesia grega. A partir de 394e, se valendo de explicações etimológicas que parecem alternar entre lugares comuns e invenções²⁵⁹, ele expõe a correspondência entre os nomes e as ações de todos os Atridas, começando dos heróis mais recentes até chegar nos deuses. Por exemplo, logo no primeiro caso, o nome de Orestes revelaria a natureza agreste (*oros* = montanha) de uma personagem que teria sido criada no interior antes de voltar para matar a própria mãe.

No período clássico esse procedimento etimologizante era um costume reconhecido o bastante a ponto de autores incluírem questionamentos sobre ele em falas metanarrativas de algumas personagens. O caso mais explícito é o de Ésquilo, no *Agamamenon*. Primeiro ele faz o vigia, no prólogo, revelar que o texto apresentado tem dois níveis de compreensão, já que os entendidos podem ir além da informação superficial. Mais tarde, no que pode ser um exemplo desses níveis, ele traduz a etimologia de nomes como o de Helena, a aliena-naus, que trariam

257 Segundo a interpretação desenvolvida na parte I, para Platão, a característica fundamental do nome seria referir (segundo o *Crátilo*) e a descrição válida para o valor de verdade aconteceria no nível do discurso (segundo o *Sofista*).

258 Para um excelente compêndio da evolução histórica da interpretação das etimologias no *Crátilo* cf. Menezes, 2013 p.53seq. A tendência hoje é seguir Sedley dizendo que “contrário a uma interpretação quase universal, Platão em sua fase mais madura, permaneceu comprometido aos princípios da etimologia.” Porém, algumas linhas depois, ele mesmo reconhece que “o estudo dos nomes, mesmo com todo seu valor heurístico, não pode ser a primeira via para a verdade filosófica.” É inegável, portanto, que a prevalência da posição de Platão diante das etimologias é crítica.

259 Como prova de muitas etimologias serem invenções estão as várias correções que Sócrates propõe. Isso acontece, como se verá, principalmente no caso dos nomes dos deuses. Evidências de que outras remetem a opiniões comuns estão nas referências a Hesíodo (406c) e também casos como o de *Dikaion* onde Hermógenes diz que Sócrates só repete o que já ouviu (413d).

escondidos o futuro das personagens²⁶⁰. Esse nome, inclusive, tem um percurso de usos interessante de interpretação etimológica. Górgias, no *elogio à Helena*, o liga a *elein* (clemência)²⁶¹, para inspirar a compaixão da audiência. Eurípides, mais tarde, em sua *Helena*, usa a conexão Helena com helenos²⁶² para enfatizar a identificação entre público e personagem²⁶³. O que se vê nesses casos é a passagem de uma interpretação descritiva (aliena-*naus*, ou miserável) para uma extensiva (Helena faz parte dos helenos). Esta passagem do indivíduo para a classe repete aquela do nome como endereçar-se a um particular e o nome do pertencente de uma classe vista em I.3.1.A-B. Platão, contemporâneo de Eurípides, ao preferir a função referencial do nome sobre a descritiva estaria um passo adiante nessa transição da descrição para a extensão²⁶⁴. Porém, no que concerne à capacidade descritiva dos nomes, ele

260 Ésquilo faz o vigia (φύλαξ) explicar sua estratégia discursiva: “assim, deliberadamente, eu / anuncio aos entendidos e escapo aos não entendidos.” (vv. 38-39). Ele ainda reforça a legitimidade da etimologia atentando para uma não-arbitrariedade da linguagem que traz, em um nome, o futuro do nomeado: “Quem então nomeou assim,/ nisto tão autêntico,/ com presciência do porvir, senão aquele a quem não vemos/ quando atribuímos a linguagem ao azar?/ E àquela que o armado esposo busca, disputada/ Helena (Ἑλένη) foi propício pois/ (ela) Aliena naus (ἑλένας), aliena homens (ἑλανδρος), aliena vilas (ἑλέπτολις)”. (v. 681 e sq.). Assim, ele retira o elemento sorte e atribui a presciência do porvir a quem coloca os nomes. Que esta crença religiosa no poder das etimologias seguiu mesmo após a crítica de Platão fica claro em Proclo. Ele encontra uma maneira de aliar tanto a negação dos nomes próprios que seriam meros desejos dos pais com uma revelação de origem divina do destino do nomeado. Tratando de Orestes, no seu comentário *Sobre o Crátilo* 43.1-20 ele diz: “Enquanto os pais nomeiam os filhos por celebração ou desejo ou algo do gênero, o destino valida aquilo que foi colocado por outros princípios. (...) Suponhamos que Agamemon chamou seu filho de 'Orestes' por seu vigor (*hormê*) (...) Ainda assim, o destino validou seu nome de uma maneira mais verdadeira ao revelar sua vida como um todo (ao ver sua natureza 'rude' em *orós*). (...) Por isso Sócrates acha mais correta essa última análise (...) Assim, que ninguém pense que essa sorte seja uma causa irracional e gratuita, mas antes um poder divino e daemônico.”

261 Em defesa dela, Górgias diz no parágrafo 7: “quanto à que foi violentada, retirada da pátria e privada dos amigos, porque não há de ser mais razoável termos clemência (ελεγήσομαι, verbo que vem de ἔλεος 'clemência') dela ao invés de a difamarmos?”

262 Na tragédia é a própria Helena quem diz: “E dos Frígios à força sou prostrada, não eu,/ mas o nome, o meu, prêmio para os Helenos”. (vv. 42-43) A questão de apenas o nome ter sido sequestrado (na peça Helena não é levada para Troia, mas apenas uma imagem sua feita de nuvem), e isso ser suficiente para a condenação de Helena, encena a crítica a quem dá mais valor ao nome do que à referência.

263 Esta postura de utilizar o conteúdo descritivo de um nome como recurso narrativo é importante para entender uma questão que se costuma levantar nos estudos do *Crátilo*. Platão, muitas vezes, é acusado de não perceber a distinção entre dar um nome e usar um nome. A causa desta negligência, normalmente, é atribuída à língua grega. Isto porque hoje se identifica uma ambiguidade do verbo nomear (*onomazô*) em grego que abarca usar, dar e criar um nome. Mas este uso amplo parece estar de acordo com o contexto em que ocorre. Um exemplo seria justamente o uso interventivo que os poetas fazem de nomes que eles não criaram. Ao propor novas etimologias eles ressignificam de forma ativa o caráter da personagem em questão sem precisarem rebatizá-las. Neste quadro usar um nome é uma atitude tão ativa quanto criar, o que pede por um verbo que abarque as duas ações.

264 Para uma abordagem mais alongada dessa transição na cultura grega cf. Vieira; Peixoto, 2012.

não abandona a interpretação tradicional segundo a qual a etimologia oferece uma descrição do nomeado²⁶⁵.

Conclusão

Quando Sócrates diz, em 435c, que “Eu também ficaria satisfeito que houvesse um princípio de igualdade entre nomes e coisas” parece legítimo pensar que todos os recursos de representação apresentados acima estejam em questão²⁶⁶. Pois, se a etimologia é refutada, mas segue tendo seu poder retórico reconhecido, porque também não a eufonia, onomatopeia e a musicalidade? Um normatizador, portanto, em busca da perfeição, deveria se importar, nessa ordem hierárquica, com a grafia, o som, a expressão corpórea da pronúncia e, principalmente, com a descrição que um nome apresenta ao criá-lo. Porém, ele deve saber que se trata de uma capacidade complementar que deve ser usada como se usa o ornamento na arte da costura.

265 É preciso reconhecer que, ainda hoje, apesar de menos do que na Grécia antiga, somos influenciados consciente e inconscientemente pelos nomes próprios usados. Pelham (2002), por exemplo, identificou que, nos EUA, havia um número desproporcionalmente maior de Denis que eram Dentistas. Disso, ele desenvolveu a hipótese de que, devido a familiaridade com o nosso nome, tendemos a ser simpáticos a outras palavras cujo significado não tem nada a ver com o nome, mas que soam parecidas. Assim, um Denis que está considerando seguir uma carreira de dentista ou de enfermeiro tende a seguir a 'intuição' e ser mais simpático ao ofício do dentista. A capacidade descritiva dos nomes, portanto, não deve ser negligenciada por qualquer um que exponha seus pensamentos em palavras. “Declarações do tipo ‘eu virei advogado por causa das associações positivas que eu tenho com a letra A’, ou ‘Eu aceitei um trabalho em Buffalo porque o meu primeiro nome começa com B’ simplesmente não aparecem na nossa lista de truísmos culturalmente aceitos para explicar por que as pessoas tomam decisões importantes nas suas vidas (NISBETT; WILSON, 1977). Apesar de considerarmos bem estabelecido que as pessoas às vezes sabem exatamente porque elas fazem o que fazem (QUATTRONE, 1985), a pesquisa apresentada aqui sugere que também existem vezes nas quais as pessoas não têm nenhuma pista” (PELHAM; MIRENBERG; JONES, 2002 p. 484).” Em outro experimento que ficou célebre Bertrand e Mullainatan (2003) comprovaram que um mesmo currículo enviado com um nome associado a pessoas brancas como Craig tem 50% mais chances de ser contactado para uma entrevista do que quando o nome é associado a de uma pessoa negra como Lakisha. Deste modo, ficam evidentes vários efeitos que a escolha de nomes, inclusive os próprios, têm nas pessoas. Nesse nível, 'Amadeus' ou qualquer outro nome, não só exprime o desejo dos pais no futuro dos filhos, mas pode, inclusive, interferir nesse futuro, graças ao efeito que a capacidade descritiva de um nome gera nos ouvintes.

266 Indicações de tratados sobre a linguagem contemporâneos a Platão provam que todas essas questões estavam em discussão na época. Demócrito teria um tratado sobre as palavras corretas (*orthoepia*), Protágoras e Pródico teriam discutido sobre a correção dos nomes (*orthotês onomatôn* cf. *Fédro* 266d) e Hípias sobre a correção das letras (*orthographia*, cf. *Hípias Menor* 382b).

Uma manta não é uma manta pelos adereços que carrega, ainda que sejam esses adereços que possam levar alguém a preferir uma manta à outra. Como se trata de uma representação, a capacidade descritiva dos nomes nunca vai ser totalmente fiel à coisa representada²⁶⁷. E, além disso, em vista do ceticismo diante do conhecimento definitivo da Ideia estável que é o referente do nome, é preciso reconhecer que um nome dado provavelmente ficará ultrapassado, donde se recomenda prudência ao normatizador²⁶⁸.

267 Como no experimento mental dos dois Crátilos no qual, se houvesse uma representação perfeitamente fiel ao representado, haveria dois Crátilos e não um Crátilo e a sua representação. “Deste modo, se fosse enlocado numa fala sobre você tudo aquilo que você tem, seria instituído um outro de você, pleno. Porém, qual destes seria o Crátilo e a representação do Crátilo, ou seriam dois Crátilos?” *Crátilo* 432c Os nomes das vogais, citados como exceção em 393b, são um caso interessante no qual a coisa e a sua representação são um duplo. Por exemplo, o nome da letra 'a' é uma representação que é igual à letra a.

268 Veremos em II.4.2 que Platão adota uma tal prudência ao nomear suas protagonistas fictícias.

Capítulo 3: O que a etimologia diz

Entre as possibilidades de um nome de representar o nomeado, a explicação etimológica é, de longe, a mais abordada, usada e criticada por Platão em todo o *corpus*. Por isso, é nela que se embasa a relação da capacidade descritiva dos nomes com a verdade e correção, como se verá na sequência. Primeiro, em II.3.1, veremos como ela se encaixa na dupla função do nome e qual sua proximidade com a verdade, apesar de estar no âmbito da opinião. Em seguida, em II.3.2, o uso das etimologias por parte de Platão será analisado.

II.3.1 Determinando a capacidade descritiva pela etimologia

Para um naturalista cratiliano, a etimologia revela a essência do nomeado, sendo assim seu critério de verdade. O esforço seguinte será de ver o que é que uma etimologia descreve segundo Platão. Em (A) veremos como a etimologia, como toda representação, está no âmbito da opinião humana, revelando assim apenas a opinião do normatizador acerca do nomeado. Já em (B) veremos como essa capacidade descritiva se encaixa na função dupla do nome que refere e informa mostrada no *Crátilo*. Por fim, em (C), será apresentada uma leitura comparativa entre a verdade da referência e a correção da descrição.

A. A descrição de uma opinião

A principal consequência de se atribuir um critério convencional à capacidade descritiva dos nomes é que ela passa a pertencer ao âmbito da opinião humana. Isso aparece reiterado no *Crátilo* tanto na discussão com Hermógenes quanto com Crátilo, o que reforça a leitura proposta acima de que as duas teorias defendidas por esses interlocutores partilham o problema de se embasar na convenção. Ao discutir com Hermógenes Sócrates deixa claro que as etimologias dos nomes próprios representam apenas a opinião dos pais sobre o futuro dos filhos. Assim, Amadeus pode, na verdade, ser o nome de uma pessoa ímpia, pois o nome, 'amante de deus', é apenas o voto dos pais acerca do futuro da criança²⁶⁹. No fim do diálogo, já discutindo com Crátilo e após a seção etimológica, Sócrates repete essa mesma postura, mas agora de uma maneira mais ampla e séria. Ele diz que os nomes, mesmo aqueles das coisas que não mudam, descrevem apenas a opinião de quem o colocou acerca da coisa nomeada²⁷⁰. Isso explicaria porque a maioria das etimologias são mobilistas, revelando não a verdade, mas uma coerência interna de opinião entre a maioria dos sábios mais antigos²⁷¹. Assim, a capacidade descritiva dos nomes se prova um caminho para descobrir a opinião de quem colocou o nome acerca da coisa nomeada, mas isso não garante em nada que esta opinião seja correta. Nas palavras de Sedley, as etimologias, para Platão, são ferramentas exegéticas, mas não filosóficas, na medida em que revelam opiniões de quem colocou os nomes, mas não a

269 “Por outro lado, como falamos no começo, muitos os colocam fazendo votos de boa fortuna, por exemplo, Fortunado, Salvador, Amadeus e muitos outros.” *Crátilo* 397b e “De modo que, aparentemente, se acontecesse uma tal correção nos nomes estes não seriam 'Amadeus', 'Divino' nem nada disso, mas algo que assinalasse o contrário.” *Crátilo* 394e

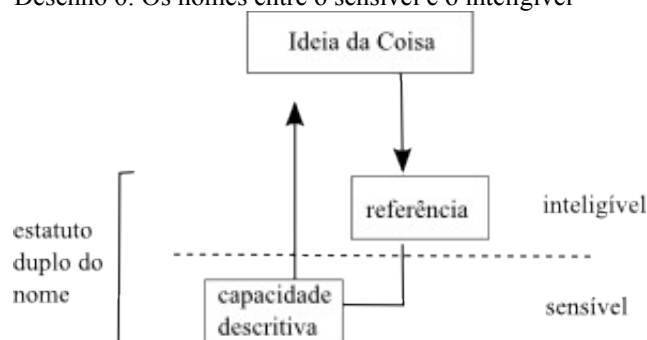
270 “É evidente que o primeiro colocador dos nomes colocou nos nomes aquilo que supunha ser as coisas, assim como dizíamos, certo?” *Crátilo* 436b

271 “Agora mesmo inteliği que muitos dos antigos humanos colocadores de nomes eram, mais do que tudo, como a maioria dos sábios de hoje. Os investigadores de como as coisas existem, de tanto perambular em torno do que é firme, acabam ficando tontos.” *Crátilo* 411b Ou seja, o mobilismo está em quem vê, e não nas coisas elas mesmas. Além disso, a identificação das raízes do mobilismo heraclitiano em Homero e Orfeu reforça essa linha de pensamento. “Tal qual Homero quando diz: 'Oceano e a mãe Tétis são a gênese dos deuses', ou ainda Hesíodo, eu acho, e também Orfeu que diz: 'Oceano, corredeiro charmoso, comandou o primeiro acasalamento/ ao desposar Tétis, sua irmã por parte de mãe.' Averígue como um é consoante ao outro numa extensão completa até Heráclito” *Crátilo* 402b Segundo Kerferd, 1981 p.49, Hípias seria o responsável por fazer essa linha histórica do mobilismo baseado na mobilidade da água.

verdade sobre as coisas nomeadas²⁷².

A ligação entre convenção e opinião coloca a capacidade descritiva dos nomes no âmbito das aparências segundo a terminologia platônica. Recorrendo à imagem da linha apresentada na *República* 509d e seq. podemos colocar essa capacidade dos nomes junto com as imagens (criadas por humanos ou reflexos naturais da aparência dos particulares) e sombras dos objetos sensíveis. Todas elas lidam, não com o que não é, mas com a aparência, que é um intermediário que está aquém das Ideias²⁷³. Isso coloca a capacidade descritiva dos nomes a dois níveis de separação da Ideia da coisa. Temos assim o estatuto duplo do nome que, por um lado, faz referência direta à Ideia da coisa, mas, por outro lado, o faz representando uma opinião (muitas vezes obtida a partir da aparência de um particular). Assim, seria preciso dividir o nome para colocá-lo no segmento bipartido da imagem da linha:

Desenho 6: Os nomes entre o sensível e o inteligível



272 “As etimologias são, em geral, exegeticamente corretas, pois elas recuperam a crença original dos colocadores de nomes, mas permanece questionável se elas são filosoficamente corretas, ou seja, se as crenças que elas recuperam são verdadeiras.” Sedley (2003) p.28. Ademollo defende, de maneira similar, que as etimologias são mais doxografia do que filosofia: “Sócrates muda da filosofia para a doxografia. Ele abre mão de mostrar que os nomes informam a verdade sobre seus referentes e aceita que eles podem expressar algo falso dos seus referentes, ou seja, opiniões.” Ademollo (2011) p.201. Essas leituras parecem corretas, mas é preciso notar que a postura de Sócrates rechaça as etimologias com mais veemência do que elas supõem. Provavelmente pela necessidade requerida de um contexto no qual a crença nas etimologias beirava uma experiência religiosa. cf. a passagem em que Sócrates vai aos iniciados perguntar sobre a etimologia de 'justo': “Nos cultos secretos perquiri o que seria o justo, e também a causa, pois aquilo através do qual se gera algo é a sua causa. Alguém me disse que para ser correto eu teria que chamar isso de 'Júpiter'.” *Crátilo* 413a

273 cf. *República* 478bd para o tratamento da opinião e aparência como um nível intermediário entre o ser, objeto da ciência, e o não ser (que não é objeto de nada). Este é mais um tema cuja extensão vai além do objetivo da tese.

O esquema ajuda a ver que a referência tem uma relação direta com a coisa. Essa relação intuitiva à maioria dos humanos é explicada com recurso à teoria da reminiscência. Porém, essa referência intuitiva tem que ser feita através de um nome particular criado ou usado por alguém. Para tanto, se recorre a sons e sílabas que acabam dando ao nome uma capacidade descritiva. Essa descrição, por sua vez, é a opinião de alguém no âmbito do sensível acerca da referência inteligível (mas ainda não muito clara) feita à Ideia. Ou seja, a referência que vem diretamente da Ideia deve passar pela descrição para ser instanciada, como indica o sentido das setas no esquema acima.

Por exemplo, existe a Ideia da ação 'fazer exercícios físicos'. Alguém, pensando nisso e observando como os gregos praticavam esse exercício, criou o nome ginástica, descrevendo que a ação era feita por pessoas nuas (*gymnos*). Porém, se a referência é verdadeira, a descrição se provou errada, pois, ainda hoje se faz exercícios, mas a essência dessa ação nada tem a ver com estar nu ou vestido²⁷⁴. O nome ainda é usado e funciona porque em sua característica mais fundamental, a referência, ele é verdadeiro, porém, em sua capacidade descritiva, ele é impreciso. Como essa é apenas convencional, podemos negligenciar a imprecisão da descrição e seguir usando-o²⁷⁵.

274 Como na *República* 452d a ginástica nua é apresentada como uma moda vinda de Esparta e Creta, provavelmente Platão acreditava que essa era a melhor maneira de fazer exercícios. Porém, isso não faz diferença. De maneira análoga ele acreditava que átomos eram indivisíveis, e, talvez, não acreditasse na sua existência. Mesmo assim, hoje em dia, a posição científica mais corrente é que átomos existem e que são indivisíveis. Portanto, o nome 'átomo' em seu estatuto duplo é referencialmente verdadeiro e descritivamente incorreto. Talvez seja um ponto a favor da concepção do funcionamento dos nomes de Platão o fato de ela poder se encaixar mesmo em situações nas quais os nomes se provaram ser exatamente o contrário das suas posições.

275 Pode-se pensar que a imprecisão é admitida só porque a etimologia é grego e falantes do português não sabem o que *gymnos* significa. Porém, em grego moderno o nome de ginástica é *gymnastikê* e a palavra usada para nu ainda é *gymnos*. Tampouco faltam exemplos em português, como o 'milho verde' cuja aparência é amarela. Esses confirmam que podemos facilmente subsumir a capacidade descritiva do nome. A perplexidade das crianças diante desse tipo de nome mostra ainda que se trata de uma capacidade convencional. Esses exemplos são criados, mas no Crátilo, o caso do nome de Hermógenes que funciona para se referir a um referente que não tem o 'gene de Hermes' prova o mesmo caso. Trata-se de uma péssima descrição que realiza uma referência verdadeira. Um exemplo contemporâneo que ilustra uma abordagem totalmente referencial do nome é o da câmera Kodak. Segundo seu criador o nome não tem significado algum, ele buscou apenas, pensando em um mundo globalizado, um nome que soasse bem na maioria das línguas ocidentais. O nome

B. Função

O estatuto duplo do nome proposto acima se encaixa muito bem na função dos nomes definida em dois termos no *Crátilo* 388b. Vimos que com o nome (1) 'informamos uns aos outros e distinguimos' e que ele é um instrumento (2) 'informativo e distintivo da existência'. Agora ficará mais clara a opção por ler as duas declarações de maneira complementar, e não reafirmativa. A qualificação das duas sentenças é diferente, uma leva em conta os participantes de um ato comunicativo 'uns aos outros' e a outra apenas o referido 'a existência'. Disso se segue que:

Em (1) estão apresentadas as capacidades do nome em sentido amplo. A informação de uns aos outros aconteceria no nível da aparência através do que foi chamado de capacidade descritiva, pois revela a opinião de quem fala para quem escuta. Além dessa, e mais importante por independe de opinião, está a capacidade referencial de fazer uma distinção. Feito isso, em (2) se isolaria apenas a característica essencial, a distintiva, para mostrar que ela também pode ser informativa, mas de uma maneira diferente. Essa informação prescinde da convenção porque não se dá pela descrição e funciona mais pela extensão ao mostrar a relação entre um particular nomeado e a Ideia referida nos moldes detalhados na parte I. Desse modo, a capacidade descritiva dos nomes lida com a opinião de quem colocou ou usa

começou usado para câmeras fotográficas, mas a empresa cresceu e ampliou a sua linha de produtos, como o nome não descreve, ele seguiu funcionando de modo que hoje podemos falar de impressoras Kodak entre outros sem maiores problemas. Por outro lado o nome Leica é a abreviação de Câmeras (da região de) Leihn, hoje em dia, eles não só não produzem apenas câmeras como não são mais de Leihn. A descrição do nome ficou, assim, incoerente, apesar de ele também seguir funcionando na referência.

os nomes acerca da aparência de particulares, enquanto que sua característica referencial está em relação direta e natural com a Ideia, independente da opinião de quem fale ou escute.

Esse estatuto duplo parece ser o pano de fundo que motiva Sócrates a apresentar a figura de Pan como a incorporação da fala. Esse semideus era representado como tendo os membros inferiores de bode e a parte superior de humano. Segundo o *Crátilo* 408c isso representaria sua dupla natureza “suave em cima e rude como um bode em baixo.” Por ser filho de Hermes, Pan seria a fala, ou, pelo menos, irmão da fala, o que legitima colocar essa dupla natureza nos termos de “tanto verdadeira quanto falsa.”²⁷⁶ Se a analogia procede, a característica referencial dos nomes seria a 'suave', 'divina' e 'verdadeira', enquanto que sua capacidade descritiva seria 'pesada', 'animal' e 'falsa'²⁷⁷.

276 Também é possível reforçar essa imagem pela via negativa, segundo a definição do deus na *República*. Em 382e Sócrates diz que o “deus é perfeitamente simples e verdadeiro, em ações e palavras, sem se modificar ou tentar enganar os outros.” Assim, em acordo com a crítica aos poetas que atribuem falhas humanas aos deuses, essa concepção mostra que é preciso que a palavra tenha algo de humano para comportar a falsidade. O discurso divino seria como a concepção adâmica da língua toda verdade defendida por Crátilo, mas o humano, tem tanto de convenção quanto de falsidade.

277 No *comentário ao Crátilo* de Proclo, há uma distinção que se aproxima dessa entre conteúdo descritivo e capacidade referencial do nome. Em 10.18-19 se lê “uma vez que nomes têm forma e matéria, pelo primeiro eles participam mais do natural e pelo segundo, do convencional.” O neoplatônico a apresenta algo parecido com o que foi dito, mas em termos aristotélicos, pois ele separa a forma e a matéria do nome. A forma seria o significado enquanto a matéria seria as letras que compõem o nome. Nesse esquema, a forma seria a verdade estável e a matéria um particular variável. O que é proposto aqui é que a referência, por estar em relação natural com a Ideia estável, seja passível de ser verdadeira ou falsa. Porém, isso não é análogo ao significado, pois, o nome, para funcionar, em um contexto de reminiscência, deve referir sem requerer que quem o usa saiba seu significado preciso. Na verdade, o significado viria mais ligado ao conteúdo descritivo, portanto à matéria que compõe o nome. Estes, por sua vez, são apenas convenção e exprimem apenas a opinião de quem criou o nome acerca do nomeado.

O estatuto duplo da palavra como Pan.

A metade 'divina' é 'suave e sobe aos céus'
permitindo se referir à Ideia da Coisas,

porém essa referência é feita por uma
descrição que representa apenas a opinião
de quem criou o nome, e, assim, por vezes,
não é acurada. Essa seria sua metade
'animal' e 'pesada' que pode levar ao engano.



Por exemplo,
Átomo se refere à partícula
base dos compostos químicos,

mas não é 'in-divisível' como
sua etimologia aponta. Por outro
lado, pode se manipular essa
etimologia transformando o
a- privativo no a- de totalidade
para ler 'a-tomo' como
'parte de tudo', o que a atualizaria.

Figura 4: Pan e Dafne, cópia de uma escultura de Heliodoro Ca. 100 a.C. no Museu de Arqueologia de Nápoles. Foto em domínio público.

Apesar da coerência, é preciso notar que o diálogo mostra um quadro mais complexo do que a binaridade da analogia. Vimos que também há falsidade no caso da referência, quando não 'se separa a natureza nas juntas.' Por outro lado, também no caso da capacidade descritiva, assim como no caso das imagens, parece haver critérios para determinar sua correção.

C. Verdadeiro ou falso e correto ou incorreto

A associação da capacidade descritiva dos nomes com o âmbito da aparência fornece uma boa chave interpretativa para uma distinção vocabular que aparece em alguns momentos no *Crátilo*. Incomoda os estudiosos que Sócrates alterne, por vezes, entre 'verdadeiro ou falso' e 'correto ou incorreto'²⁷⁸. Durante a analogia entre uma imagem (pintura ou retrato) correta e um nome correto (vista em I.3.1.B) Sócrates coloca o nome além das imagens ao falar que além de correto, o nome também é verdadeiro. Isso acontece em 430d nestas palavras: “Meu companheiro, nos dois tipos de imitação, com retratos e com nomes, eu chamo alguma delas de distribuição correta. Além disso, no caso dos nomes, a correta é também verdadeira.”²⁷⁹

'Distribuição' aqui, como o contexto prévio elucidada, é a aplicação do retrato ou nome ao seu referente correto. Isso foi analisado ao tratar da falsidade referencial dos nomes. Agora, importa é a comparação com a imagem. Segundo o texto, o retrato, ao ser dito o retrato de alguma coisa, pode ser correto, enquanto o nome, quando correto, é também verdadeiro. Esta distinção faz muito sentido sob um ponto de vista de uma epistemologia platônica que opõe parecer e ser e do estatuto duplo do nome. O retrato imita o aspecto externo do referente assim como faz a capacidade descritiva do nome. Nesse sentido, ambos podem ser corretos ou

278 Fine nega uma verdade e falsidade nos nomes ao afirmar sua correteza e incorreteza, mas para isso tem que lidar com 385b-d onde os nomes são ditos verdadeiros e falsos. Ela diz que: “a fala de Platão sobre a verdade nas assinalações (assignments) sugere que ele diz, não que nomes são verdadeiros e falsos assim como as sentenças são, (...), mas antes que nomes são verdadeiros e falsos das coisas e que podem ser corretamente ou incorretamente aplicadas a elas”. Fine (1977) p.295. Na sequência uma resposta que considera a distinção vocabular como uma marcação significativa será apresentada.

279 *καλῶ ἔγωγε διανομὴν ἐπ' ἀμφοτέροις μὲν τοῖς μιμήμασιν, τοῖς τε ζώοις καὶ τοῖς ὀνόμασιν, ὀρθήν, ἐπὶ δὲ τοῖς ὀνόμασι πρὸς τῷ ὀρθῆν καὶ ἀληθῆ· τὴν δ' ἑτέραν, τὴν τοῦ ἀνομοίου δόσιν τε καὶ ἐπιφοράν, οὐκ ὀρθήν, καὶ ψευδῆ ὅταν ἐπ' ὀνόμασιν ᾗ.* Além da parte positiva, a citação completa também diz o mesmo acerca da incorreção e falsidade: “Inversamente, a aplicação de uma sobreposição desigual não é correta, e, em se tratando de nomes, é uma falsidade.” Onde fica claro que a separação é intencional e deve ser significativa.

incorretos, caso imitem bem ou mal a aparência da coisa imitada.

Um retrato imita bem se suas formas e cores remetem àquelas das pessoas retratadas. É por isso que pode-se pintar um retrato de Sócrates bom ou um ruim. Já no caso dos nomes a boa imitação depende de suas raízes etimológicas (no caso dos nomes derivados) e letras (no caso dos primários) representarem bem a coisa nomeada²⁸⁰. Por exemplo, vimos que ginástica não é um nome preciso, logo, no que concerne à descrição ele seria incorreto. Porém, o nome tem um estatuto duplo no qual, graças à referência, ele tem relação direta com a Ideia, o âmbito da verdade. Isso faz que, nesse sentido, diferente do retrato, um nome, além de correto e incorreto, possa ser verdadeiro ou falso²⁸¹. O nome ginástica, por se referir a uma ação que tem um Ideia, seria, portanto verdadeiro. Isso faz dele um nome incorreto, mas verdadeiro²⁸².

Assim temos que a referência de um nome à Ideia do nomeado é uma relação natural e, por isso, se realizada ou não, faz o nome ser verdadeiro ou não. A capacidade descritiva de um nome, por outro lado, pertence ao âmbito da aparência e da opinião, e, assim, só pode ser dita estar correta ou incorreta²⁸³. Ela pode parecer estar correta ao condizer com a aparência

280 “E se representamos os nomes primários com letras, seria possível, assim como nos retratos e suas cores e figuras correspondentes, aplicar lhes todas ou nem todas elas” *Crátilo* 431c. Essa passagem trata as letras como os pigmentos da linguagem, o modo como as letras imitam foi apresentado em II.2.1.C. E ainda: “Deste modo serão compostas as sílabas das quais se compõem os nomes e verbos. Então, mais uma vez, a partir de nomes e verbos vamos reunir algo grande, charmoso e completo, qual um retrato na pintura, ou seja, uma fala na onomástica, retórica ou qualquer que seja esta técnica.” *Crátilo* 424e É importante notar que, como a referência à retórica indica, a analogia funciona só no que diz respeito à capacidade descritiva dos nomes. Seria o âmbito ornamental da linguagem.

281 A carta 7 traz uma passagem que condiz com esta interpretação: “Eu disse no começo que verdade e falsidade são todos acerca do que tem uma existência real. Depois de muito esforço, como nomes, definições, visões, e outras informações sensoriais, são trazidos em contato e fricção um com o outro, no percurso da investigação e testado com cuidado por homens que avançaram por perguntas e questões sem nenhuma má intenção, com uma luz repentina surge uma compreensão de qualquer problema.” *Carta VII* 344b Os nomes são tratados como coisas reais passíveis de serem verdadeiras ou falsas. Na leitura apresentada aqui, isso estaria ligado à sua função referencial. O percurso epistemológico que recorre a nomes, definições, perguntas e respostas será tratado na parte III.

282 O nome 'laranja' talvez seja um exemplo melhor, pois se vale do nome de uma cor para se referir a uma fruta que, no entanto, é de cor amarela e não laranja. Trata-se de uma descrição incorreta para uma referência verdadeira.

283 É assim que a leitura da dupla função do nome resolve o paradoxo do *Crátilo* que, em um primeiro

das coisas, mas ser falsa porque esta aparência não é o que importa²⁸⁴. Ginástica e átomo, por exemplo, seriam descrições incorretas que fazem referências verdadeiras.

Para entender melhor a relação entre a característica referencial do nome e sua capacidade descritiva, convém notar como, no caso do retrato, as duas também operam, mas de maneira um pouco diferente. A função do retrato é representar a coisa retratada, mas ele também pode ser usado para se referir a ela. Isso é dito na analogia que Sócrates usa para explicar a característica referencial dos nomes na qual o retrato de um homem é utilizado para se referir a um homem em 431b. No nome, por sua vez, aconteceria o inverso. Sua função primeira seria referir, porém, além disso, graças à sua capacidade descritiva, ele pode representar a coisa referida, como no caso de redondo onde o 'o' representa a circularidade em 427c²⁸⁵.

momento, defende uma ligação natural entre nome e seu referido, mas, depois, acaba dispensando-o da busca pelo conhecimento por ele ser apenas a opinião de quem criou o nome. Manetti, 1993 p. 63 coloca o problema assim: “A teoria etimológica de Sócrates exposta na parte central do diálogo (...) foi usada para demonstrar a unidade substancial entre as estruturas linguísticas e ontológicas (...) porém, a conclusão alcançada é totalmente oposta. A linguagem não reflete a estrutura objetiva do mundo real, mas é apenas a expressão da concepção que o nomeador tem do mundo real.” Porém, se a opinião for ligada à capacidade descritiva que pertence ao âmbito da aparência das funções do nome e a referência fornecer a ligação estável com a base ontológica da teoria das Ideias, as duas posições deixam de ser contraditórias e passam a ser necessárias.

284 Esta distinção entre correto ou incorreto e verdadeiro ou falso se parece muito com aquela proposta para diferenciar os juízos 'estéticos' dos 'agradáveis' feita por Kant (Kant 1790, *Critica do Julgamento* p.52). Juízos agradáveis dependem apenas da opinião particular de cada pessoa. Seriam critérios 'protagóricos', por assim dizer, na medida do que o que é bom pra mim é bom pra mim e o que é bom pra você é bom pra você. Neste caso não há uma questão se a coisa é verdadeira ou falsa, é apenas uma questão de opinião. Uma pessoa não vai tentar provar que uma camisa xadrez é inerentemente bela, ela se contenta em dizer que ela a acha bonita. Assim seria o caso dos retratos e da capacidade descritiva dos nomes para Platão. Eles podem ser corretos ou incorretos, mas não segundo um critério absoluto epistemológico, pertencendo mais ao âmbito da opinião humana. Por outro lado, a capacidade referencial dos nomes tem sim a estabilidade epistemológica. Assim, no que concerne o referir, o nome não é apenas correto ou incorreto segundo a opinião de cada um. Em Kant existe a beleza em si. Assim, os juízos estéticos que concernem à beleza, de algo como uma obra de arte, são sim passíveis de ser verdadeiros ou falsos. O que isso quer dizer é que independente das opiniões humanas existem características inerentes às coisas belas que lhe permitem ser ditas belas. É este o caso do nomear em Platão. Ele deve ser feito segundo a natureza se quiser ser correto. O critério de correção que segue a relação natural entre nome e Ideia da coisa nomeada é a referência. E assim, tal qual os juízos estéticos de Kant, os nomes em Platão, além de corretos e incorretos podem ser verdadeiros ou falsos. Resta saber se a 'beleza em si' em Platão leva a uma teoria estética em que um quadro belo independe da opinião.

285 Denyer (1991 p.79-80) entende a distinção entre correto ou incorreto e verdadeiro e falso assim: Se um nome verdadeiro (que descreve bem o nomeado) é dito de uma outra coisa, ele é verdadeiro, mas incorreto, porque foi mal aplicado. Porém, esta explicação não fornece uma diferenciação entre nome e imagem que seria necessária à interpretação do texto, já que a imagem (que é dita ser apenas correta e incorreta) também pode

O nome que refere e descreve e o retrato que representa e refere, então, apesar de terem as mesmas capacidades e características, seriam diferenciáveis pela sua característica funcional. O nome é fundamentalmente para referir, mas também descreve. Já o retrato é para imitar, mas também refere. A troca, no entanto, não gera uma relação simétrica, já que o nome, por ter uma relação de referência natural com a Ideia, pode ser verdadeiro. O retrato, por sua vez, (e a capacidade descritiva dos nomes), por serem apenas representativos, podem ser, no máximo, corretos ou incorretos²⁸⁶.

Segundo essa leitura, um normatizador que quiser colocar bem um nome precisa, antes de tudo, dos conselhos de um dialético. Esses devem assegurar que o nome, ao se referir a uma Ideia, classe e particulares, esteja separando a natureza nas juntas. Por exemplo, separar os humanos em gregos e bárbaros não seria verdadeiro. Porém, além disso, ele também deve saber que criar um nome requer utilizar a convenção nas escolhas dos sons e raízes que vão compô-lo. Nesse caso, é o normatizador ou o retor ou o poeta que são os especialistas no assunto. 'Bárbaro' é uma onomatopeia imprecisa, já que quem não fala grego não fala 'barbarbar...'. Porém, a aparência não é do âmbito da verdade, mas apenas da convenção. Como, aos gregos os estrangeiros de fato soavam como falando 'barbarbar...', pode-se dizer que o normatizador utilizou bem a convenção ao criar esse nome.

imitar bem a coisa representada e ser mal aplicada. Uma vez que a situação é a mesma para imagens e nomes fica faltando uma diferença entre eles que motivaria a distinção apresentada no texto segundo o qual nomes, além de corretos e incorretos também são verdadeiros e falsos. Ademollo (2004 p. 346) defende que a diferença é que os nomes são ferramentas linguísticas e que verdadeiro e falso são conceitos aplicados a este âmbito. Essa leitura reduz o verdadeiro a um mero sinônimo para o correto no âmbito da linguagem. Como Platão fala de algo real como algo verdadeiro, parece ser o caso de que o verdadeiro está além do correto. Isso dá aos nomes, graças a sua referencialidade, um estatuto epistemológico superior ao das imagens.

286 Sedley (2003 p.155) usa o exemplo da foto do passaporte para explicar algo similar. Segundo ele, uma foto de passaporte tem o dever de identificar uma pessoa, não de parecer com ela, mas ela identifica pelo fato de parecer com o retratado. O único problema dessa analogia (que funciona para ele, mas não para a interpretação proposta aqui) é que a foto do passaporte realiza a identificação da pessoa através da sua aparência, o que, como foi defendido, não pode ser o caso dos nomes, já que mesmo nomes que descrevem mal podem se referir bem.

No fim das contas, ao pensarmos uma situação perfeita de um nome que deve ser referencialmente verdadeiro por natureza e descritivamente correto por convenção, chegaríamos ao *topos* encontrado na *República 456c* da boa norma como sendo aquela que obedece e potencializa a natureza²⁸⁷. Se os passos expostos em II.2.1 procedem, o critério é bem complexo, requerindo competência imagética, sonora e etimológica. Porém, aqui também parece que a etimologia tem uma importância tão maior que acaba assumindo o papel de critério único. Um exemplo explícito disso citado no *Crátilo 406d* é o nome de Afrodite para o qual Sócrates diz que “não vale contradizer, mas antes consentir, com Hesíodo.”

Em suma

Agora é possível estabelecer a relação entre imagem e nomes, correção e incorreção e verdade e falsidade assim:

- 1) Imagem: é correta se se parece com o aspecto externo da coisa representada. Caso contrário, é incorreta.

- 2) Capacidade descritiva do nome: é correta se representa a opinião correta acerca da coisa nomeada. Caso contrário, será incorreta.

Independente dessa correção, o nome que realiza sua natureza é:

287 “estabelecemos uma norma que não era impossível nem sem sentido, já que foi promulgada de acordo com a natureza.” *República 456c* Seguindo o espírito da passagem da *República*, o nome *ἀνδρεία*, por descrever e distinguir a 'coragem' como um uma virtude 'do homem' (*ἀνδρός*), seria incorreto e falso. Barney (In Gill 2009 p.87) identifica essa busca por leis que sejam conforme a natureza como um traço de um grupo do movimento sofista que ela denomina os 'reformadores seletivos'. Platão parece concordar que esse tipo de convenção afinada com a natureza sirva de guia no uso e criação dos nomes.

1) Verdadeiro: quando se refere à Ideia da coisa nomeada. Caso contrário, será falso.

Nesse quadro, um nome se refere à Ideia da Coisa, mas para isso faz uso de sons. Esses sons são significativos e acabam fornecendo base para uma interpretação semântica de cada nome como um instrumento descritivo. O que Platão tenta deixar claro é que a referência é natural, podendo ser verdadeira ou falsa. Já a descrição é convencional e não passa da opinião de quem criou o nome ou explicou uma etimologia, que pode ser mais ou menos correta.

II.3.2 Usando as etimologias

A principal contribuição do reconhecimento da capacidade descritiva da etimologia dos nomes é trazer a comunicação para a discussão de Platão sobre a linguagem. É a capacidade descritiva que lhe faz pensar no nome a partir da opinião de quem o utiliza e da interpretação de quem o escuta. É assim que a linguagem entra no domínio do ato de fala e o ouvinte tem seu papel considerado no funcionamento do nome, como veremos em (A). Em face de um ouvinte, o estatuto duplo do nome, bem como a relação próxima entre verdade ou falsidade e correção ou incorreção, leva a duas possibilidades de uso. Por um lado, é possível usar o nome para enganar quem escuta. Para tanto, basta usar a correção, que é convencional e do âmbito da opinião, como prova da verdade que é natural. Isso seria, segundo a acusação de Platão, o que os sofistas faziam com os nomes e será tratado em (B). Por outro lado, pelo mesmo motivo, a capacidade descritiva de um nome pode ser aproveitada para colocar o

ouvinte no caminho da referência verdadeira. Como veremos em (C), existem algumas ocorrências desse procedimento nos diálogos.

A. A convenção e o ouvinte

É o caráter convencional do nome que traz o papel do ouvinte para a discussão do *Crátilo*. Isso fica explícito em 434e, quando Sócrates diz: “Ou por costume você está falando algo distinto do fato de que eu, quando pronuncio isto, tenho no intelecto aquilo, e você, reconhece o que eu tenho no intelecto²⁸⁸.” Enquanto o objetivo era entender a relação natural e direta entre nome e Ideia, a comunicação não era um tema central na discussão. No entanto, como a passagem deixa claro, a introdução do 'costume' (ἔθος), finalmente admitido pelo naturalista radical Crátilo, permite problematizar a interação entre o que o falante tem em mente quando fala um nome e o que o ouvinte acha que o falante tem em mente, sempre no âmbito da opinião²⁸⁹.

Essa situação traz a perspectiva humana, e até um certo grau de subjetivismo, para dentro do funcionamento do nome e da linguagem. Se, no caso da referência, o nome deve

288 ἔθος δὲ λέγων οἶει τι διάφορον λέγειν συνθήκης; ἢ ἄλλο τι λέγεις τὸ ἔθος ἢ ὅτι ἐγώ, ὅταν τοῦτο φθέγγωμαι, διανοοῦμαι ἐκεῖνο, σὺ δὲ γινώσκεις ὅτι ἐκεῖνο διανοοῦμαι; *Crátilo* 434e Prova de que não se trata de uma digressão isolada é a recorrência do tema no *Teeteto* 206e, onde Sócrates diz que “discurso é o que faz o pensamento de alguém evidente através de nomes e frases.” Em conjunto, as passagens do *Crátilo* e do *Teeteto* mostram que nomes e discursos são sim pensados de maneira bem próxima.

289 O uso de ἐκεῖνο (aquilo) para o que o falante tem em mente em 434e pode evidenciar que se trata de um referente externo, como seria o caso na teoria das Ideias e diferente de Aristóteles no *De Interpretatione* 16a3. O nome se referir a um pensamento particular na mente de um indivíduo colocaria os nomes no âmbito da opinião tal qual uma sensação particular, o que, vimos, não é o caso, já que interditaria a linguagem de ter uma verdade natural. É por isso que essa postura só aparece quando está em consideração a interpretação que um ouvinte faz de um nome pronunciado por um falante, ou seja, já no âmbito da convenção. Assim, a diferença entre o nome em absoluto, como analisado na parte I, e o nome pronunciado por um falante, em análise agora, é similar àquela entre a temperatura de um vento e a opinião de dois seres sencientes sobre a temperatura de um vento.

funcionar independente da opinião de quem nomeia, no caso da descrição, do discurso e do nome pronunciado em uma conversa, entram em questão as opiniões de quem fala e quem ouve em relação aos nomes, as falas e seus referentes. Nesse caso, a comunicação funciona sempre que os dois lados se referem a uma mesma Ideia, porém, a situação nunca é tão simples.

Quem fala um nome faz, primariamente, uma referência a uma Ideia. Porém, em um contexto de reminiscência, se trata de uma referência não muito clara, até mesmo para o próprio falante. Quer dizer, ele tem certeza do que quer dizer, mas, se for examinar mais a fundo, verá que não tem uma compreensão tão clara daquilo que diz²⁹⁰. Isso porque muito do que ele acha que tem certeza não passa de crenças e costumes tão introjetados em si que ele não admite serem apenas convencionais²⁹¹. Como Sócrates insiste em provar (especialmente nos diálogos socráticos), todos acham que sabem o que uma palavra quer dizer até falharem em apresentar uma explicação coerente²⁹². Nesse quadro, quanto mais complexo o referente

290 No *Fedro* 263ab, Sócrates diz que quando “dizemos o nome 'ferro' ou 'prata', todos entendemos a mesma coisa” enquanto que, ao dizer 'justiça' ou 'bondade', nós “discordamos uns dos outros e até de nós mesmos.” Donde ele conclui que nos casos dúbios “é mais fácil de enganar” e “a retórica tem mais poder”. Aqui fica claro o problema de referência. Cada nome verdadeiro faz referência a uma Ideia, porém, como essa referência é independente da opinião humana, no mais das vezes, principalmente no caso de termos mais abstratos, quem usa um nome não sabe com precisão a que ele se refere. Esse problema que ocorre quando estamos falando com nós mesmos (ou seja, pensando), se repete, a todo momento, quando estamos nos comunicando com os outros. Quem escuta um nome pronunciado por outro tem apenas uma noção convencional não muito clara acerca do que é que o falante estaria dizendo. Essa inexactidão abre espaço para cada um preencher com a sua opinião. Nesse intervalo de ambiguidade advinda da reminiscência um tanto obscura de uma Ideia estável se abre o espaço para o engano. Os sofistas se aproveitariam disso para persuadir o público de não-especialistas, como veremos a seguir.

291 É aqui que o 'significado' do nome fica complexo no caso de Platão. Por um lado, ele se refere à Ideia estável, mas por outro, ele descreve uma concepção particular dessa Ideia na mente do falante cujo significado pode estar errado. Essa 'concepção particular' pode ser de cada indivíduo ou de uma comunidade. No *Crátilo* vimos como Sócrates força Hermógenes a radicalizar o seu convencionalismo rumo a um protagorismo no qual cada indivíduo é o seu próprio critério de verdade. Em 385a ele diz “tanto se quem chama for uma pessoa em particular quanto em uma cidade.” Também no *Teeteto* 167c nos é apresentado um protagorismo no qual o relativismo não se daria no nível do indivíduo, mas sim da comunidade. “Qualquer coisa que uma cidade veja como justo e admirável, é justo e admirável”.

292 Um bom exemplo para notar o descompasso entre a relação natural com a Ideia da coisa e a relação convencional de uma cultura com o particular sensível ao qual o nome é aplicado é o caso das cores. Um debate sobre a natureza humana começou com a tentativa de se compreender como é que Homero podia descrever o oceano como 'cor de vinho' sendo que ele é azul. Após a teoria da evolução, e a comparação com outras línguas

de um nome, mais problemas um ouvinte terá de entender o que o falante diz e mais recorrerá à convenção e ao costume para entender²⁹³.

Por exemplo, todos usam o nome 'justiça' várias vezes por dia, mesmo sem ter uma noção bem definida daquilo a que esse nome se refere. Para complicar ainda mais, quem ouve 'justiça' dito por um outro, recorre à sua própria concepção não definida (e possivelmente diferente do falante) para entender a palavra. Nos termos da investigação da parte I, cada falante usa o nome por eponímia, e cada eponímia coloca esse nome sobre uma instanciação diferente da Ideia de Justiça com imperfeições particulares²⁹⁴.

Podemos imaginar uma situação em que um serviçal serve vinho para o dono da casa. Diante disso, Céfalo diria “Acho justo”. Tendo ouvido isso, Trasímaco concordaria. Porém, um exame mais profundo mostraria discrepâncias. Justiça, para Céfalo, é 'dar a cada um o que lhe é devido', portanto, como o vinho pertence ao dono da casa, a situação teria sido justa. Trasímaco também a achara justa, mas só porque justiça, para ele, é 'satisfazer o interesse do mais forte', nesse caso, o dono da casa²⁹⁵. Em um contexto dialético, os dois deveriam

que tampouco tinham palavras para azul, a hipótese mais aceita passou a ser que os antigos não tinham palavra para essa cor porque sua visão não tinha desenvolvido a capacidade de diferenciá-la que nós temos hoje em dia. Daí, vieram as pesquisas antropológicas com culturas tradicionais e viram que os falantes de línguas que não tinham vocabulário para 'azul' nem diziam que o céu ou o mar eram 'azuis', diante de exemplos dessas cores impressas conseguiam diferenciar perfeitamente o azul de outras cores próximas como o verde. Para um tratamento dessa questão ver Deutscher, 2010 p.36 seq. Aqui, interessa é que o esquema de Platão daria conta de explicar a situação acima, já que o vocabulário e os nomes seriam uma questão de convenção, que chamaríamos de cultural, mas a cor percebida teria uma Ideia estável que garantiria sua existência independente da opinião humana.

293 Pense em um físico e um economista conversando sobre o '*big bang*'. O segundo entende o que o primeiro quer dizer apenas por ter fé no senso comum atual (a convenção) de que os físicos conseguem provar que foi assim que o universo surgiu, porém, ele não tem as ferramentas para comprovar que as provas oferecidas pelo outro procedem.

294 Um exemplo mais corriqueiro pode ajudar. Um inglês encontra um árabe e ambos começam a falar de cavalos (assumindo que falam a mesma língua). O árabe tem em mente o cavalo árabe e o inglês o shire. O nome cavalo se refere à Ideia de cavalo, mas o uso por eponímia do árabe se refere ao animal esguio com que ele tem contato normalmente enquanto que o do inglês se refere ao animal parrudo com o qual ele lida. Para descobrirem as particularidades seria preciso que cada um descrevesse o que entendia por cavalo expondo assim o convencional de suas opiniões.

295 Esse exemplo ilustra bem a diferença da posição construtivista de Aristóteles do realismo de Platão. Para

apresentar, debater e reformular suas concepções. Em um contexto retórico, um poderia se aproveitar da ambiguidade para convencer o outro. Em uma situação corriqueira, ambos seguem acreditando que concordam com a referência pelos mesmos motivos.

A situação acima ilustra a concepção no caso em que um discurso seria usado para descrever o referente por eponímia de um nome dito por dois interlocutores que têm opiniões diferentes sobre o assunto. O próximo passo é ver quando essa descrição é embasada na etimologia do nome. A princípio, a situação seria similar. Crátilo, um mobilista, poderia dizer que a justiça é o que o 'justo atíça'. Zenão, um monista, poderia dizer que ela é o que o 'justo fixa'. Porém, é preciso notar as diferenças. Primeiro, como o nome é uma estrutura mais fixa em oposição à dinamicidade da fala, torna-se mais difícil que uma discussão dialética se apresente a partir de etimologias de nomes. Mas o problema central é outro. Como, segundo o que vimos no *Sofista*, o valor de verdade do discurso está na descrição, não há nada *inerentemente* falso em apresentar uma definição x ou y do nome 'justiça'. Esta definição, para ser provada verdadeira ou falsa, depende de uma análise, como no caso da justiça no livro I da *República*²⁹⁶. No entanto, com os nomes não é assim. Vimos na parte I que, segundo o

Aristóteles, no *de Interpretatione* 16a3-3 os nomes são símbolos sonoros para afecções na alma criadas por coisas externas. Assim, os particulares geram as mesmas sensações nos humanos que os levam a usar um nome em comum escolhido por convenção para se referir a elas. No exemplo acima, Céfalo e Trasímaco teriam uma mesma afecção à qual nomeariam 'justiça' e que, a partir dessa comunhão, deveriam construir o significado de justiça. O construtivismo é a posição mais aceita hoje, se não para a moral, pelo menos para a linguagem. Nesse caso, experiências diferentes e culturas diferentes constroem conceitos diferentes. No realismo platônico, por sua vez, todos esses elementos (os particulares, as afecções e os nomes) surgem das Ideias. Além disso, eles também têm em comum o fato dessa relação com as Ideias ser imperfeita. Assim, um particular não é a realização perfeita da Ideia, a afecção não traz uma compreensão perfeita da Ideia e nem o nome traz uma compreensão clara da referência perfeita à Ideia. Desse modo, se explica como o mesmo nome pode ser aplicado a coisas com algumas diferenças (pois nenhum é uma instância perfeita da Ideia); como diferentes pessoas podem ser afetadas diferentemente pelas mesmas coisas (pois cada um terá um nível de compreensão da participação da coisa na Ideia) e como cada um usa um nome de maneira parecida, mas particular (pois cada um pode tomar o nome por uma referência a um aspecto diferente da Ideia referida). Nesse caso, a busca parte desses elementos imperfeitos, não para construir o significado de justiça, mas antes para descobrir de onde é que deriva a proximidade diferente que cada um deles apresenta.

296 Em acordo com isso, no *Fédro* 265d, Sócrates defende que o discurso deve começar pela definição, e não a simples nomeação, do seu objeto. Seria preciso: “perceber e organizar em uma ideia os particulares separados, aquela que pode se esclarecer pela definição do particular que ele quer explicar, bem como agora, ao falar do

Crátilo, sua capacidade descritiva não é o que lhe relaciona com a verdade. Desse modo, mesmo que uma etimologia descreva com precisão a Ideia do Nomeado, dizer que é por isso que o nome é verdadeiro caracteriza uma falácia.

Falácia da etimologia: explicar a etimologia da palavra para criar a ilusão de que se está explicando o seu referente.

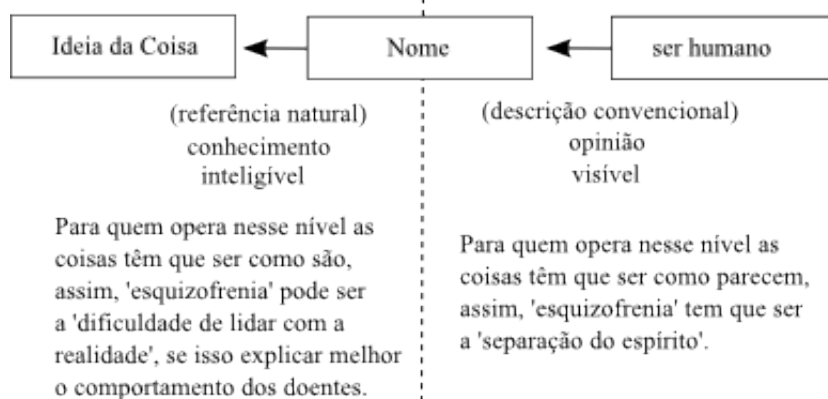
Não é difícil encontrar um exemplo contemporâneo que ilustre essa situação. Quando perguntado sobre o que é a esquizofrenia, alguém pode responder que é a 'divisão da mente' e, oferecer como prova o fato de a palavra ser composta pelas raízes gregas de *esquizô* e *phren* que significam, respectivamente, 'repartição' e 'espírito'. Isso, no entanto, é uma falácia (que usamos mais do que percebemos), pois se usa uma explicação da palavra 'esquizofrenia' para explicar a doença esquizofrenia, o que é falso, ainda que persuasivo. O cientista que se ocupa da verdade, ao contrário, deveria tentar definir a doença de acordo com a realidade, e não com o seu nome²⁹⁷. No vocabulário platônico ele teria que buscar conhecer a Ideia da Coisa.

Assim, teríamos a seguinte situação:

amor, nós dissemos o que ele é e o definimos, bem ou mal. Deste modo, certamente, o discurso ganhou em clareza e consistência.” Ou seja, começar por uma definição, boa ou ruim, é uma maneira honesta de discutir, pois se usa a descrição que é própria ao nível da fala para descrever sua opinião em busca da verdade.

297 Uma busca na wikipedia revela que 'esquizofrenia' é definida como a “cisão das funções mentais” onde se reconhecem as raízes de *esquizô* (cortar) + *phren* (espírito) em atuação. Porém, como mostra Bloom no seu curso introdutório à psicologia, esquizofrenia não é 'múltipla personalidade' ou repartição da mente, mas sim um problema em lidar com a realidade devido a ilusões e desilusões. Portanto, saber a opinião de quem nomeou a doença, nesse caso, Eugen Bleuler, pode ser um primeiro passo, mas, por outro lado, pode é atrapalhar ao desviar o investigador da coisa ela mesma e se ater a opiniões antigas que não são necessariamente verdadeiras. Ademais, é preciso notar que o público de hoje não fala grego e que a palavra precisa ser traduzida. Isso geraria ainda mais a impressão de que se trata de uma verdade escondida na sabedoria dos antigos

Desenho 7: A referência e a descrição nos nomes



No esquema, o nível da opinião abarca as opiniões do falante e do ouvinte. Tanto Bleuler ao cunhar 'esquizofrenia' quanto quem recorre à etimologia para entender a doença estão juntos no âmbito das aparências. Porém, quem se ocupa da verdade deve procurar a Ideia do objeto de investigação além do seu nome.

B. Brincando de sofista com o nome

Uma vez que pode-se usar a semelhança entre as raízes de duas palavras para iludir sobre a semelhança entre os referentes dessas palavras, a manipulação das etimologias adquire um potencial persuasivo perigoso. Na *República 509d*, Sócrates atribui esse procedimento aos sofistas ao declarar que vai evitar usar a etimologia de céu (οὐρανός) para relacionar com o visível (ὄρατός) para não ser acusado de estar “brincando de sofista com o nome”. Há de se

notar que, ao dizer o que não vai fazer, ele acaba fazendo²⁹⁸.

No *Crátilo* 416d vimos um exemplo ainda mais claro desse uso sofisticado do nome quando Sócrates se vale da semelhança sonora entre καλά (coisas charmosas/ belas) para explicar a ação de chamar καλοῦν (chamar). Nos próprios termos do diálogo (cf. 439a tratado na parte III) isso seria uma falácia, pois explica uma coisa (a ação de chamar) pelo seu nome (identificando a raiz etimológica do 'charme'), e não pela coisa ela mesma. Apesar disso, Platão recorre a esse tipo de artifício várias vezes ao longo dos diálogos²⁹⁹. Onde surge a pergunta sobre a possibilidade de diferenciá-lo dos sofistas, já que ele se opunha a esse grupo. De certa maneira sim, pois o critério seria uma questão de princípios.

Mourelatos (1987 p.136) defende a seguinte postura coerente a partir das obras que nos restaram de Górgias, que seria um sofista. Para ele, o *Tratado do não-ser* teria a conclusão negativa de uma impossibilidade de se falar a verdade (o que é). Depois disso, então, só restaria a quem aceitasse essa conclusão usar a linguagem para persuadir a partir da ilusão. É isso que o próprio Górgias faz, e explicita, no *Elogio à Helena*, ao pintar o discurso como um senhor de corpo pequeno que tem um poder enorme sobre as opiniões³⁰⁰. Platão, por sua vez, teria uma solução diferente que abarca o âmbito da opinião, mas que vai além, ao propor não só a existência de uma verdade como também a possibilidade de se falar dela. Através da

298 É um efeito similar aquele de se pedir a alguém para **não** pensar em um elefante, que acaba gerando o efeito contrário. Sócrates usa o mesmo recurso na *Apologia* 34e quando, ao dizer que podia ter levado, mas não levava, seus filhos para chorar no seu julgamento, acaba usando esse choro ausente como fator persuasivo presente.

299 Existem vários exemplos ainda mais claros ao longo do *corpus*. No *Fédro*, o amor (*Erós*) é explicado pela sua força (rhôme) “quando vence, ganha seu nome da sua própria força, e é chamado amor” *Fédro* 238c. Ainda no *Fédro*, em 244c, ele liga a oionística (adivinhação pela observação de pássaros) à *oiesis* (opinião). Já nas *Leis* uma associação entre *nous* (razão) e *nomos* (leis) é feita para dizer que “as leis admiráveis tem o nome aparentado com a razão.” *Leis* 957c. (cf. também 714a)

300 “Com efeito, os encantamentos inspirados pelos deuses por meio dos discursos tornam-se introdutórios de prazer, desvios de dor. Pois, encontrando com a opinião da alma, o poder do encantamento enfeitiça, persuade e altera a alma por sortilégio. Descobriram-se duas artes, do sortilégio e da magia, as que são erros da alma e enganos da opinião.” *Elogio à Helena*, 10.

Teoria das Ideias ele estabelece uma ligação natural entre os nomes e o que é (as Ideias). Isso lhe fornece um critério suficiente de valor de verdade. Por outro lado, diante da capacidade descritiva dos nomes, ele mantém uma postura similar à de Górgias, considerando-a um artifício persuasivo útil ainda que relacionado apenas à opinião³⁰¹.

A introdução do ouvinte e do âmbito da opinião na discussão sobre os nomes dá ao falante um certo poder de manipulação através do discurso³⁰². Em Platão, o aceite instrumental concedido à mentira parece esclarecer sua postura diante das etimologias. Na *República* 382d³⁰³ Sócrates diz que seria permitido mentir, desde que seja para alcançar um bem maior ou a verdade. Ele ainda apresenta o caso em analogia ao médico, que pode prescrever um remédio, pois sabe o que é melhor para o doente (e isso não faz com que

301 A diferenciação entre a característica referencial e a capacidade descritiva do nome, bem como a analogia da descrição como uma imagem, traz a discussão do nome para o nível semiótico. Isso porque, no fundo, a distinção repete aquela entre o que um signo significa e com o que (e de que maneira) ele o faz. Alguns exemplos esclarecem as diferentes posturas diante de uma distinção aproximada. Saussure diferencia entre significado e significante, onde o significante é o signo gráfico e o significado é o que o significante quer dizer. Assim, o significante 'ginástica' significaria a ação de exercitar-se. Nessa concepção, dois sinônimos são o mesmo nome. Em Platão, algo semelhante acontece na relação principal ser a do nome fazendo referência à Ideia. Peirce, por sua vez, considera também o intérprete nessa divisão, que ele põe nos termos do signo e o objeto, onde o signo determina o objeto na mente do intérprete. Portanto, o signo 'ginástica' traria o objeto exercitar-se à mente do intérprete. Platão também, ao tratar da persuasão, considera o papel do efeito no ouvinte gerado por uma referência feita por um nome. Frege, por fim, coloca esta concepção nos termos de sentido e referência, na qual há um ganho ao admitir que o sentido influencia na referência. Assim, 'ginástica' e 'exercício' teriam a mesma referência, o exercitar-se, mas o sentido de 'ginástica' sugeriria nudez enquanto que o exercício sugeriria exercício. De maneira similar, em Platão um nome mais correto seria aquele que gera um sentido mais condizente com o referente.

302 Segundo Kerferd, 1981 p.82 “(nos sofistas) fica claro que já temos os elementos de uma teoria da retórica que pode se comparada ao tratamento moderno das técnicas de publicidade.” Não é preciso andar mais de um quarteirão para achar um exemplo de manipulação através do nome atualmente. Por exemplo, há uma rede de revendedores de sorvete que se chama 'salada'. Ao usar de maneira totalmente arbitrária o nome de algo saudável, a *salada*, para nomear algo não saudável, o sorvete, o negócio ameniza a imagem negativa do seu produto gerando uma associação inconsciente com aquilo que mais 'representa' comida saudável ao seu público.

303 “E no caso das mentiras em palavras? Não há momentos em que elas são úteis e, portanto, não devem ser odiadas?” *República* 382d Nesse caso, a postura de Platão se assemelharia à de Aristóteles que, no *De interpretatione* 16a 19-20, declara que um nome não depende de seu conteúdo descritivo: “Um nome é um som que tem significado por convenção”. Porém, ao longo de sua obra, ele abusa de explicações etimológicas decompondo as raízes de um nome para demonstrar características de seu referente. Isso acontece, por exemplo, na *Ética a Nicômaco*: “foi assim que a *sophrosyne* ganhou seu nome (*prosagoreuomen tōi onomati*), pois ela preserva (*sōzousan*) a sabedoria (*tēn phronēsin*)” (*Eth. Nicom.* 1140 b 11-12). Uma solução para se entender este comportamento aparentemente contraditório estaria na *Retórica* 1.12, onde ele diz que “um argumento baseado em conhecimento demanda instrução, e existem pessoas as quais não se pode instruir, neste caso devemos utilizar como modos de persuasão e argumento noções que todos possuem”

qualquer um possa prescrever remédios)³⁰⁴. Se for assim no caso da etimologia, seu uso só seria válido como um meio de um especialista em um assunto convencer um público leigo³⁰⁵ sobre a verdade através de um artifício³⁰⁶.

C. Estudo de caso: o nome do Hades

Da perspectiva de que a análise da capacidade descritiva de uma palavra revela a opinião do autor, e não uma característica da coisa nomeada, mas que, ainda assim, pode ser usada para persuadir o público não especializado a agir da melhor maneira, surge uma justificativa para tentar 'corrigir' etimologias tradicionalmente mal interpretadas. Em Platão, o exemplo mais claro desse tipo de atitude se encontra relacionado aos nomes dos deuses.

Na *República* 391d, Sócrates proíbe os poetas da sua cidade hipotética de falarem de deuses agindo como os humanos e cometendo injustiças³⁰⁷. As correções etimológicas

304 A crítica aos sofistas, nesse contexto, seria de que eles prescrevem drogas sem ter o conhecimento para tal. A analogia médica remete ainda a Górgias que no *Elogio à Helena* 14 diz que o discurso é como uma droga que pode ser usado para provocar humores positivos ou negativos nas almas. No *Crátilo* a analogia com o médico e as drogas é usada para falar que, assim como remédios disfarçados com perfumes e sabores diferentes têm sua essência no princípio ativo, também os nomes, podem ser ornamentados por sílabas e letras, mas, aos olhos do especialista, teriam um princípio ativo. Ainda no *Crátilo* o especialista em nomes é dito ser o dialético. De modo que ele, reconhecendo o princípio ativo do nome, ou seja, sua Ideia, poderia se valer de sua capacidade descritiva para gerar o bem ou mal na audiência.

305 Nesse quadro, a opinião do ouvinte sobre o falante também interfere no significado do discurso. Que Platão estava ciente desse tipo de falácia por autoridade fica claro no *Fédro* quando ele censura a personagem-título por valorizar quem fala, mas não o que ele fala: “mas para você, talvez, faça a diferença de quem é que fala e de onde ele vem, pois você não considera apenas se suas palavras são verdadeiras ou não” *Fédro*, 275c. Na perspectiva de uma fala e o que ela se refere, a sua verdade independe da opinião humana. Mas quando a perspectiva do ouvinte passa a ser considerada se abre espaço para que sua opinião sobre o falante, independente do conteúdo da fala, interfira na sua opinião sobre a fala.

306 Aqui, entra em questão toda discussão dos sofistas como democratizadores do conhecimento, do especialista como tendo acesso à verdade, dos métodos legítimos para se simplificar a verdade entre outros. Todas questões muito legítimas para serem tratadas em uma nota. Vamos nos contentar em ver a posição de Platão em ação através de um estudo de caso na sequência.

307 “Eles (os poetas) não podem dizer ou tentar persuadir os jovens de que os deuses fazem mal nem que os heróis não sejam melhores que os humanos, já que, como dissemos, estas coisas não são nem pias nem verdadeiras.” *República* 391de

apresentadas no *Crátilo*, principalmente no caso dos deuses, são, em sua maioria, coerentes com esta postura³⁰⁸. Ao analisar os nomes de Poseidon, Apolo, Hades, Leto e Dionísio, Sócrates, após mostrar a negatividade das interpretações etimológicas populares destes nomes, propõe alternativas mais positivas³⁰⁹. O caso do Hades, que recorre em vários diálogos, oferece um bom paradigma de análise.

Mais uma vez na *República*, em 386e, Sócrates interdita que o Hades seja mostrado aos futuros guardiões da cidade da maneira assustadora que era costumeira³¹⁰. Tratar a morte como nefasta seria, não só falso, mas também ruim para o funcionamento da cidade que depende de campanhas bélicas. Diante de uma tal prescrição, Platão deveria se esforçar para mudar o efeito que o nome do Hades provoca nos seus concidadãos. Ele tenta, mais de uma vez³¹¹.

No *Fédon* ele nos apresenta uma correção segundo a qual é dada uma conotação positiva ao pós-morte. Segundo 80d o Hades seria um lugar invisível nobre e puro para o qual toda alma invisível iria após se separar do corpo³¹². Aqui, a estratégia é de manter a etimologia comum (*a-* + *eides*: in- + visível), mas mostrar que seu significado é positivo e não negativo.

O que faz ainda mais sentido em um contexto de teoria das Ideias no qual o inteligível, em

308 De acordo com isso Levin vê no *Crátilo* um exemplo de como as etimologias deveriam ser usadas na educação das crianças proposta na *República*: “A *República* insiste que os nomes que tenham um impacto saudável nas atitudes das crianças sejam usados e as etimologias do *Crátilo* dos *onomata* divinos fornecem exemplos de qual é a abordagem correta diante destes nomes.” Levin (2000) p.171 Um exame mais profundo de um caso específico revela uma coerência ainda maior, como se verá a seguir.

309 Existem duas exceções nos nomes de deuses. Hermes (408a) e Pan (408cd) têm seus nomes analisados sob uma conotação um pouco negativa. Trata-se de casos particulares, os dois só são analisados após o pedido de Hermógenes durante o encerramento da discussão sobre os nomes dos deuses. Além disso, ambos são semideuses, ou seja, eles têm uma parte humana que pode ser a responsável pelo caráter negativo. Mais ainda, eles têm seu poder relacionado à fala, que, como o diálogo tenta provar, tem uma parte verdadeira e uma falsa.

310 “E se alguém acredita que o Hades existe e está cheio de coisas terríveis? Pode alguém que tem este medo não temer a morte e preferi-la a derrota em batalha e a escravidão? (...) então devemos pedi-los (aos poetas) que não desqualifiquem a vida no Hades assim, mas que falem bem dela, já que o que eles nos contam agora não é nem verdadeiro nem benéfico para os futuros guerreiros.” *República* 386e

311 Também nas *Leis* o medo que os humanos têm do Hades é tratado em relação ao seu nome. “no Hades e outros lugares de baixo, dos quais apenas os nomes já aterrorizam os homens.” *Leis* 904d

312 “O invisível, que vai para um tal lugar, nobre, puro e invisível [ἀιδῆ], literalmente, o lar do Ἄιδης na presença do bom e sábio deus” *Fédon* 80d

oposição ao visível, é o mais real.

Já no *Crátilo*, em uma estratégia oposta, mas com o mesmo fim, Sócrates corrige a etimologia assustadora do Hades ao inverter o seu sentido. Ele não seria mais o invisível, mas sim o que 'tudo sabe' (a- *eidenai*)³¹³. A inversão depende do fato que o verbo 'saber' deriva do 'ver' em grego. De novo, se remetermos à teoria das Ideias, pode haver uma ligação entre invisível e inteligível. De qualquer forma, uma vez que se trata do âmbito da aparência, não seria problemático usar duas estratégias opostas em vista de um mesmo bem (que é retirar a conotação negativa do Hades). Tal qual os poetas podem mudar uma etimologia de acordo com a conotação que querem dar a uma personagem mítica, o filósofo se permite variar interpretações de uma mesma etimologia em vista do resultado.

Como o preâmbulo da discussão acerca dos nomes dos deuses no *Crátilo* deixa claro, é a opinião de Sócrates sobre o Hades, e não o Hades ele mesmo, que está sendo apresentada³¹⁴. Essa postura vem confirmada se formos à *Apologia*, quando Sócrates apresenta sua visão positiva do pós-morte³¹⁵. Ali, sem ter certeza, ele ensaia duas opções para o resultado da morte. Por um lado a morte pode ser como o mais pacífico dos sonhos, aquele sem sonho em que nada acontece, segundo 40d. Esta descrição pinta a morte como se seu destino fosse o Hades invisível e puro descrito no *Fédon*. Por outro lado, segundo 41a, a morte é uma

313 “Portanto, Hermógenes, o nome *Hades* deve estar muito longe de ter sido nomeado a partir do *adeus*. Seria antes graças a todo charme, que somente quem se une *ao deus* é capaz de especificar, que ele fora chamado de *Ades* pelo normatizador” *Crátilo* 404b Em tradução livre a passagem do a- privativo (in- visível) para o a- de totalidade (tudo sabe) foi colocada nos termos de um negativo 'adeus' e um positivo 'ao deus'.

314 “Mas não podemos especificar nada sobre os deuses, seja sobre eles mesmos ou sobre os nomes pelos quais eles próprios se chamam” *Crátilo* 400d

315 Plutarco, um padre de Apolo (um dos nomes corrigidos por Sócrates nas etimologias dos deuses), no entanto, é menos prudente que o Sócrates do diálogo e afirma que Platão mostra com as etimologias os poderes dos deuses. “Platão ele mesmo acredita que ele descobre os poderes dos deuses usando seus nomes como pistas.” (Quaest. Conv. 9, 14, 746b) Mas essa declaração dista muito da conclusão do *Crátilo* em que não se deve investigar através dos nomes. Como nota Van den Berg, 2008 p.51: “Plutarco, sob a influência da teoria estoica da etimologia e sabedoria primitiva foi arrastado pela seção etimológica do *Crátilo*. (...) Ele não notou a mensagem geral do *Crátilo* que nós devemos investigar as coisas elas mesmas em vez de os seus nomes. Seu caso, como vimos, não foi único entre os platonistas médios.”

passagem para o lugar ao qual as almas justas foram. Se fosse assim, isso daria a Sócrates a oportunidade de falar com os sábios já mortos, desde Minos até Homero. Nesse caso, o destino da morte se assemelha ao Hades do *Crátilo* do qual as almas não fogem porque lá encontram belos discursos³¹⁶.

Conclusão

O caso dos nomes dos deuses não está isolado e sequer é o mais representativo. Na *República* 470d Platão apresenta um caso político que justificaria uma alteração manipuladora de vocabulário. Ele diz que o embate com os bárbaros deve ser chamado de guerra, mas aquele entre gregos deve ser chamado de conflito³¹⁷. Em vista da crítica à divisão dos humanos entre gregos e bárbaros pode-se supor que não se trata de uma divisão natural. Mais uma vez, é estar no âmbito da aparência e convenção que justifica uma tal atitude em vista de um suposto bem maior. Existem testemunhos de que um tal uso do poder sugestivo das palavras não se reduzia a sugestões teóricas. Tucídides fornece um exemplo prático desse tipo de manipulação do efeito da escolha dos nomes entre os antigos³¹⁸. Essa coerência entre diferentes diálogos em diferentes contextos aponta para uma postura consistente diante da capacidade descritiva dos nomes da parte de Platão. As etimologias geram efeitos nos falantes

316 No *Crátilo*, 403c seq. o Hades retém as almas pelo apetite, não pela força, através de belas palavras.

317 “quando gregos combatem os bárbaros (...) diremos que estão em guerra e que são inimigos por natureza. (...) mas quando gregos combaterem gregos, diremos que são amigos por natureza (...) e a essa inimizade chamaremos de revolta” *República* 470d

318 Na sua *Guerra do Peloponeso* III 82 ele mostra que, após a guerra civil, para esconder as atrocidades, “as palavras tiveram que mudar seu significado (...) Temerosidade virou coragem pela causa...” entre outros. Hoje em dia, a teoria do discurso analisa esse tipo de atitude da mídia de massa que é chamado de 'enquadramento da notícia'. Enquadrar é apresentar a notícia de um ponto de vista que lhes interessa. A escolha da terminologia é essencial para isso. Por exemplo, Jaspersen e El-Kikhia (cap. 7 In Norris 2004), mostram como a CNN veiculava a guerra no Afeganistão usando eufemismos como 'soft targets' (alvos macios) para alvos estratégicos não protegidos por armamento enquanto a Al-Jazeera descrevia essas ações como 'targeting civilians' (alvejando civis).

e devem ser usadas como tal.

Capítulo 4: Como Platão, autor de diálogos filosóficos, usa os nomes

Uma vez bem definida a postura de Platão diante do uso persuasivo da capacidade descritiva dos nomes, é hora de verificar se ele, na posição de autor de diálogos filosóficos, adota uma postura coerente com o que foi visto acima ao lidar com suas personagens. Para tanto, a proposta será de encontrar no *Crátilo* uma teoria sobre a nomeação de personagens em II.4.1. Em seguida, em II.4.2, veremos como esse esboço de teoria parece ter guiado o uso de nomes para as protagonistas fictícias introduzidas por Platão em seus diálogos. Por fim, uma breve análise dos nomes dos diálogos de Platão será apresentada em III.4.3.

II.4.1. Uma teoria de nomes de personagens no *Crátilo*

O *Crátilo* apresenta diluída na discussão do uso dos nomes pelos poetas uma teoria de nomes de personagens como casos que recorrem em outros diálogos. Na sequência veremos como Heitor e Astianax incorporam o problema dos nomes estrangeiros (A), como Astianax e Escamândrio iluminam a estratégia mais prudente de nomear pela origem em vez do futuro da personagem (B), como a prole de um rei ser um rei legitima a ascendência (C) e como a exceção do homem pio que tem um filho ímpio limita a ascendência (D). Unidos a outros esses paradigmas revelarão a posição de Platão diante dos nomes de personagens cuja aplicação veremos em II.4.2.

A. Heitor e Astianax: sinônimos e nomes estrangeiros

No *Crátilo*, um diálogo dedicado especificamente aos nomes, o desenvolvimento da discussão começa pelos nomes próprios. A motivação da discussão acerca da correção dos nomes parte de um desacordo acerca da pertinência do nome das próprias personagens do diálogo, Hermógenes e Crátilo em 383b. Em seguida, Sócrates introduz a questão do uso dos nomes pelos poetas, recorrendo aos nomes próprios de alguns personagens de Homero. O paradigma tratado com mais cuidado é aquele de Astianax, filho do troiano Heitor. Em 393a, ele enfatiza o que parecia ser evidente para o público grego. Heitor (*Ἑκτωρ*) e Astianax (*Ἀστυάναξ*) significam quase a mesma coisa, a saber 'o regente' e 'o que governa a cidade'³¹⁹, respectivamente.

Vimos desde II.2.1.D que o recurso à etimologia da capacidade descritiva dos nomes para caracterizar as personagens era a regra³²⁰. Porém, esse caso específico revela que para essa estratégia corrente na antiguidade funcionar, é preciso uma contrapartida ativa do leitor/ouvinte. Como é preciso desvendar, ou, pelo menos, reconhecer a etimologia dos nomes, fica vetado o uso de raízes estrangeiras, inclusive em nomes próprios de personagens estrangeiras. Eis a primeira dificuldade com a qual um autor teria que lidar diante de um nome de um estrangeiro. Ele pode optar pela coerência etimológica e, como Homero, colocar nomes interpretáveis pelos gregos nas personagens estrangeiras ou preferir a coerência etiológica e usar nomes estrangeiros ininteligíveis para o público para caracterizar as personagens

319 “Os dois (Heitor e Astianax), aos **gregos**, aparentam ser o mesmo. Um *Reitor* também é quem tem a *estima máxima*. Ambos são nomes da realeza, uma vez que quem *rege* o faz com o *máximo de estima*” *Crátilo* 393 a. Aqui fica claro que, por um lado, é absurdo que troianos tenham nomes gregos, mas que, por outro lado, faz sentido que pai e filho tenham um mesmo nome.

320 Para Bronkhorst “Etimologias semânticas são praticamente universais em culturas pré-modernas, até existem tratados sobre elas em algumas: como o Yaska Niruta na Índia e o *Crátilo* de Platão na Grécia antiga.” (Bronkhorst, 2001, p. 147).

estrangeiras³²¹

No *Crítias* há uma ocorrência meta reflexiva atestando que Platão estava atento a esse tipo de problema. Desta vez, a atribuição de nomes gregos a personagens estrangeiras é encontrada não em Homero, mas em Sólon. Antes de narrar a história egípcia que o poeta teria disposto em versos, Crítias faz questão de explicar porque os nomes das personagens soam gregos. Sólon, com o objetivo de apresentar uma versão em grego dessa história, teria pesquisado para saber quais eram os significados dos nomes dos seus personagens e, assim, pôde encontrar sua melhor tradução em grego³²². Desta maneira se apresenta uma justificativa para a aparente incoerência do fato de as personagens de uma história egípcia portarem nomes gregos.

No caso do *Crítias*, o contexto é aquele de uma discussão filosófica. Apesar disso, como acontece com Hermógenes no *Crátilo*, pode-se supor que a contradição de um nome traduzido passasse despercebida pela maioria da audiência. Para o público em geral, soaria mais verossímil um estrangeiro portar um nome grego, cujo conteúdo descritivo estivesse relacionado a sua pessoa, do que um estrangeiro portar um nome estrangeiro sem que sua etimologia pudesse ser percebida. Essa preferência cultural pela tradução dos nomes próprios encontraria no *Crátilo* uma justificação teórica.

Em 389e-390a, Sócrates compara os nomes feitos com 'sons' de línguas diferentes com

321 O tradutor moderno também enfrenta estas escolhas. Por exemplo, ao verter um texto como o da *Teogonia* de Hesíodo, no qual os nomes dos deuses têm um papel central, é preciso escolher entre transliterar e perder o significado ou traduzir e perder o tom 'grego' dos nomes próprios. No caso dos gregos antigos a preferência tende a ser pela coerência etimológica em oposição à coerência com uma língua estrangeira.

322 “Tem um pequeno ponto que eu devo explicar antes de contar a história, caso contrário vocês vão ficar surpresos ao ouvirem nomes gregos constantemente aplicados a pessoas que não são gregas. Eu vou contar como isso aconteceu. Sólon queria compor uma versão poética da história, e então perguntou os significados dos nomes. Assim ele descobriu que os egípcios que escreveram a história primeiro tinham traduzido os nomes na sua língua. Aí ele fez o mesmo.” (*Crítias*, 113 a).

as ferramentas feitas com 'ferros' diferentes³²³. Um martelo, fosse ele feito com ferro ático ou lacedemônio, independente da diferença de procedência do ferro, seria sempre a mesma ferramenta. Analogamente, uma mesma significação feita através de raízes etimológicas diferentes diria respeito ao mesmo nome. Em 394c, o caso anterior é objeto de um novo desenvolvimento mediante a adição de um terceiro termo: Astianax (governa cidade), Heitor (Regente) e Régis (Rei) seriam três nomes diferentes que descreveriam 'rei' com poucas ou nenhuma letra em comum³²⁴. Seguindo este raciocínio, 'Umbrella' (em inglês) e 'Sombrinha' ou 'Guarda-sol' (em Português) seriam os mesmos nomes com sons diferentes por significarem, grosso modo, 'um instrumento pra fazer sombra.' Ademais, o termo 'sombriinha' estaria mais próximo do inglês *umbrella* do que do sinônimo português 'guarda-chuva', que traz uma descrição diferente. Deste ponto de vista, o poeta que traduz um nome não incorreria em nenhuma incoerência, diferente do que aconteceria com aquele que optasse por um sinônimo com descrição diferente³²⁵. Logo, pelo menos neste momento, o que importa para caracterizar um sinônimo é o significado que a sua capacidade descritiva indica a um determinado público. Sendo assim, convém examinar um caso no qual diferentes significados para uma mesma coisa são examinados em relação a diferentes audiências.

323 “Além disso, não devemos sequer questionar por que cada normatizador não usa as mesmas sílabas já que tampouco todo ferreiro usa o mesmo ferro só porque está fazendo um mesmo instrumento. Ainda que seja num outro ferro tudo vai ficar igual se ele aplicar uma mesma especificação. Portanto, vai ser feito um instrumento igualmente correto seja no nosso idioma ou em um estrangeiro.” *Crátilo* 389e–390a)

324 “Era este o caso do que falávamos ainda agora. Astianax e Heitor, a exceção do 't', não possuem as mesmas letras, mas, ainda assim, assinalam o mesmo. E quais letras eles têm em comum com Régis? De qualquer maneira, este também evidenciaria o mesmo. Existem ainda muitos outros que não assinalam nada diferente de rei.” *Crátilo* 394c Os casos particulares de pai e filho, Heitor e Astianax, bem como o tratamento pouco diferenciado entre nomes comuns e próprios serão tratados adiante.

325 Essa desqualificação dos sons antecipa, ainda, a clara divisão feita pelos estoicos entre 'significador' (o som corpóreo de um nome) e 'significado' (o que ele quer dizer, o que seria incorpóreo) (cf. Sexto Empírico, *Contra os professores*, 8.11-12). Ao pensarmos em um contexto mais próximo do nosso, vimos que a semiótica moderna tende a fazer diferenciações muito próximas a esta, como, por exemplo, no caso do significante (o som ou a grafia de um nome) e do significado (o que este signo quer dizer).

B. Astianax ou Escamândrio: em busca do melhor significado

Quem analisa os nomes pelo que suas raízes etimológicas significam identificará ainda um outro problema em Homero. Como Sócrates observa no *Crátilo*, haveria na *Iliada* uma distinção sistemática no uso dos nomes para designar o filho de Heitor. Os troianos chamariam o filho do seu líder de Astianax, enquanto as mulheres o chamariam de Escamândrio, em referência ao rio Escamandro que margeia Troia. Sendo esses nomes diferentes segundo o critério descritivo, qual deles seria o melhor? Como no universo da poesia homérica os homens são considerados mais sensatos do que as mulheres, Sócrates conclui que o poeta preferiu chamá-lo Astianax. Vale notar que não é esta a distinção que aparece na versão que temos do poema. Na *Iliada* que nos chegou, Heitor chama o filho de Escamândrio enquanto são os outros que preferem chamá-lo de Astianax³²⁶.

De qualquer maneira, os dois nomes são analisados a partir de sua capacidade descritiva. Como a analogia entre o significado dos nomes sugere, sendo herdeiro de Heitor, o 'reitor' de Troia, é de se esperar que Astianax venha a ser o 'governador da cidade'. Esse, pelo menos, é o desejo do seu pai, que, como vimos, seria uma das motivações para a criação de nomes próprios segundo o *Crátilo*. As mulheres, por sua vez, se atêm a um locativo quase banal ao chamar a criança em referência ao rio que banha a cidade em que ele nasceu³²⁷.

326 Cf. *Il.* 6.402-3. Levin pensa ter encontrado uma motivação para a mudança de Platão: “Podemos ver porque Platão quer re-assinalar (*reassignment*) o nome Escamândrio a uma fonte diferente. Ao atribuir a preferência por Escamandro a Heitor, ele indicaria, como em Homero, a sua primazia, e seria estranho que o próprio pai da criança fizesse o que Platão identifica como uma assinalação inferior.” (Levin, 2000, p.51). Diante do destino trágico de Astianax, que nunca governará a cidade, a interpretação que se segue verá uma intenção crítica na atitude de Platão.

327 Segundo Eustácio (*Sobre a Iliada* XX.74), a etimologia do nome do rio seria *skamma andros* (“represa do homem”), “porque ele foi represado-cortado pelo homem Hércules”. É possível comparar esta explicação com o destino de Escamândrio, o filho de Heitor, que também tem o destino interrompido por um homem-guerreiro (*andros*). Entretanto, sugerir esta linha de interpretação para explicar a preferência por este nome seria muito hipotético em vista da falta de evidências no *Crátilo*.

Apesar de sua consistência forjada, a análise de Sócrates parece sim se encaixar em uma preferência dos poetas por ler nas etimologias o futuro dos personagens, como no já citado caso de várias etimologias propostas para 'Helena'.

A história egípcia que figura no *Crítias* repete essa postura. Ali, é Poseidon quem nomeia seus filhos de acordo com o que deseja para eles. Temos, entre outros, Diaprepes (glorioso), o filho de Cleito (a de boa fama), em que o nome da mãe ecoa no nome do descendente. Ainda veremos que, no caso dos mortais, há uma crítica do descompasso entre o desejo dos pais e o desenvolvimento do filho. Nesse caso, porém, como o pai que nomeia os filhos é um deus, pode-se inferir que ele está certo, e que não se trata da mera expressão de um desejo, como no caso dos troianos, acerca do futuro de seu filho. A partir dessa meta reflexão podemos perceber como, ao poeta, em relação a sua narrativa, é atribuída uma capacidade análoga à presciência divina. Mais do que qualquer outro, ele sabe o que acontecerá com a personagem e o como seu futuro se desdobrará. Ésquilo sabe que sua Helena trará a ruína dos Helenos tanto quanto Eurípides sabe que a sua será eximida de qualquer culpa. Isso os autoriza a jogar com a etimologia dos nomes como melhor lhes convier. Porém, se pensarmos nos filósofos que iniciam uma investigação dialética, a analogia não se aplica, já que eles não sabem o resultado da sua investigação durante o percurso.

Apesar da presciência dos poetas, no caso de Astianax, pelo menos, o nome não condiz com o futuro da personagem. Segundo boa parte da tradição, a criança acabaria morta durante a tomada de Troia e nunca viria a 'governar a cidade'. Em vista desse destino trágico, parece legítimo identificar alguma ironia na ênfase segundo a qual o nome mais sensato dentro do poema seria 'Astianax', um governador da cidade que nunca chegará a governá-la. Nesse sentido é possível identificar uma proposta de reversão dos valores por parte de Platão.

A atitude das mulheres (ou a de Heitor na versão que temos do poema), e não a dos homens troianos, é que seria a mais sensata. Isto porque, em vista do mundo sensível, se referir a um evento passado seria mais certo do que supor um futuro que, mesmo previsível, poderia surpreender. Essa prudência ainda combina com a postura de Sólon, o poeta-legislador citado no *Crítias*, segundo quem nenhum ser humano poderia ser dito afortunado antes de se saber as condições de sua morte³²⁸.

É possível supor que Homero estivesse ciente da incoerência entre o que a etimologia de Astianax descreve e seu futuro (ainda mais porque ele escolhera ou, pelo menos traduzira, o nome do herdeiro). Se for este o caso, o descompasso entre o futuro da personagem e o nome pelo qual seus concidadãos o chamavam funcionaria como uma estratégia estilística para aumentar a dramaticidade da história. O público grego, que já conhecia o desenrolar dos fatos, seria capaz de identificar a esperança patética dos troianos de que o herdeiro de Heitor um dia governasse a cidade. Assim, a etimologia traduzida de um nome estrangeiro serviria, não para dar a entrever o desenrolar da história, mas sim para aumentar a percepção de seu sofrimento.

Independente de qual tenha sido a motivação do poeta, Sócrates relega os nomes próprios ao mero desejo dos pais e expõe a incoerência que surge de um Amadeus que pode muito bem ser ímpio no *Crátilo* 349e. Esse caso mostra como um Escamândrio que se torna rei ou que morre na infância continua sendo um nome plausível, diferente do que acontece com um Astianax que jamais governaria a cidade³²⁹. Portanto, segundo Platão, seria melhor

328 Nas suas *Histórias* I.29 Heródoto conta como Sólon se recusa a endossar a opinião de Creso, segundo a qual ele, em vista da sua situação presente, seria o homem mais rico e feliz do mundo. No fim das contas o historiador mostra como o destino infeliz do rei prova que o filósofo estava certo.

329 Um caso contemporâneo que repete esta dupla postura seria o da nomeação de doenças. No caso da AIDS, seu primeiro nome procurava descrever como ela era, e assim, foi chamada de 'câncer de sarcoma'. No entanto, descobriu-se depois que não se tratava de um câncer e ela foi rebatizada. Já no caso do vírus Ebola os cientistas foram mais cautelosos e nomearam o vírus a partir do rio Ebola, onde o primeiro caso conhecido foi

tomar por base o passado da personagem ao nomeá-la do que tentar mostrar o seu futuro. Um poeta diria que este tipo de informação seria banal por não revelar nada de novo, mas como veremos a seguir, também neste caso o filósofo discordaria.

C. Leão gera filho de leão: a ascendência é significativa

Uma vez enfatizada a preferência pela origem em vez do futuro na nomeação do personagem, torna-se possível extrair algo de positivo da sinonímia entre Heitor e Astianax ou entre Cleito e Diaprepes. Os pares de nomes têm ambos o seu significado assentado na relação natural de descendência entre as personagens. A naturalidade dessa relação é explicitada no paradigma apresentado na sequência do *Crátilo* 393b, em que Sócrates assegura que um filho de um leão deve ser chamado de leão, o de um cavalo, cavalo e o de um rei, rei³³⁰. O que esta passagem confirma é que não só a origem local, mas também a origem genealógica é importante na determinação de uma personagem. Neste quadro, Astianax poderia muito bem ser chamado por um demótico como 'Heitorida', o que mostraria sua origem sem tentar prever o seu futuro.

No raciocínio do leão filho de leão, algumas distinções que fazemos hoje em dia são negligenciadas por Platão. O caso das espécies, leão gerando leão, tem o mesmo tratamento daquele de um termo relacional como pai gerando filho e uma categoria política (ainda que fosse hereditária) de rei gerando rei. Levin oferece um bom paradigma para pensar este tratamento indistinto. Segundo ela, para Platão todos seriam 'termos funcionais', ou seja, um

diagnosticado.

330 “E não te parece, como a mim, que seja justo chamar de leão a progenitura de um leão e cavalo a progenitura de um cavalo?” *Crátilo* 393b. “Seguindo na mesma fala convém ainda chamar de rei a progenitura gerada de um rei.” *Crátilo* 393d.

nome que se refere à função que o nomeado deve cumprir para merecê-lo³³¹. Para justificar a funcionalidade no caso de pai e mãe, ela evoca a passagem da *República* que defende a criação comunitária e indistinta das crianças que, assim, passariam a chamar de 'pais' todos os da geração de seus pais³³².

Uma leitura desses termos como estritamente funcionais, no entanto, negligencia a importância dada à relação de descendência no argumento. O fato de um termo originar o outro constitui o elemento comum explícito que une os três casos, ao passo que nenhuma menção direta é feita às suas respectivas funções³³³. Um leão, um rei e um filho, segundo o que o texto mostra, só têm uma natureza a seguir em virtude de sua ascendência. Diante disso, é melhor mesclar a leitura estritamente funcional de Levin com uma concepção de descendência que Platão chamaria 'naturalista', e que nós poderíamos chamar 'biológica'. Nessa perspectiva, a origem forneceria uma natureza, a qual, apesar de fornecer as bases, não garante a sua realização, para o que seria necessário levar em conta também seu aspecto funcional. Em outras palavras, o filho de um pai virtuoso tem o necessário para ser virtuoso, mas pode não sê-lo se não chegar a cumprir sua função, como Astianax que nunca governaria Troia. 'Leão', 'rei' e 'pai', portanto, seriam aqui pensados como termos hereditário-funcionais. O tema da educação e do ambiente no desenvolvimento de uma natureza hereditária será

331 “No caso em que eu estou chamando de 'termos funcionais', o significado primário de um *onoma* deriva do que sua denotação faz (assim, o significado central de filho tem que ser traçado dos deveres filiais associados aos seus referentes). ... A existência de conexões biológicas não é suficiente, e nem necessária, para o emprego de tais termos.” (Levin, 2000, p.120-1). Parece certo que, para Platão, um nome correto depende sim da capacidade do nomeado de realizar a função que o nome implica. Porém, a sequência da discussão tentará mostrar que isso não implica em uma negação total da hereditariedade.

332 Esta concepção funcional não é absurda. Estudos psicológicos mostram que, por exemplo, quem as pessoas consideram como irmãos (e portanto não têm desejo sexual por elas) são as pessoas do sexo oposto com as quais cresceram ao lado (independente da ligação biológica). O exemplo é dos Kibutz em Israel. cf. Peoples, 2008, p.161-162.

333 Um exemplo fora do texto de Platão que esclareça esse tipo de concepção pode ser o de Édipo que foge dos seus pais funcionais e acaba encontrando seu destino diante dos seus pais biológicos (sem saber que estes o eram). Exemplos nos diálogos serão apresentados na sequência.

tratado a seguir, a partir do tratamento daquilo que contraria a natureza. Antes, no entanto, devemos entender como o paradigma da herança (entendido como algo hereditário, mas que demanda desenvolvimento e trato externo) ajuda a entender essa hereditariedade-funcionalidade.

A *República* apresenta um paradigma que ilumina esta questão. O diálogo começa com uma discussão entre Sócrates e o ancião estrangeiro e abastado Céfalo³³⁴. Esse oferece como prova de sua moderação a herança que deixará aos seus filhos: mais do que seu pai lhe deixou, e o mesmo que seu avô, e seu xará, deixara ao filho. Sócrates, a partir deste caso particular, extrai a regra comportamental segundo a qual quem ganha o dinheiro, devido ao esforço para acumular, não consegue utilizá-lo apropriadamente. Já o herdeiro, que não se esforçou para ganhar, é capaz de gastá-lo melhor, sem supervalorizá-lo³³⁵. É fácil imaginar que o herdeiro também poderia gastá-lo de uma maneira pior ao se entregar em demasia à concupiscência, como fizera o pai de Céfalo. Nesses dois polos, o bom e o mau uso de uma herança, se identifica a relação necessária, mas não suficiente, de um termo hereditário-funcional. É necessário ter algo a ser herdado, mas, além disso, ainda é preciso saber usar/desenvolver o que foi herdado. Parece apropriado, então, denominar os termos hereditários-funcionais de 'termos herdáveis'.

Ainda na *República*, há indícios de que o exemplo do dinheiro parece ser estendível também aos pensamentos. Isto vem encenado no diálogo quando Céfalo, sem querer abrir

334 “Céfalo: Como um negociante, eu estou entre meu avô e meu pai. O meu avô, de quem eu tenho o nome, herdou o mesmo tanto de riqueza que eu possuo e multiplicou-a várias vezes. O meu pai, no entanto, Lisantias, diminuiu esta quantia a menos do que eu tenho agora. Por mim, estou satisfeito de deixar aos meus filhos, não menos, mas um pouco mais que herdei.” *República*, 390b

335 “Sócrates: A razão pela qual eu pergunto é porque você não parece amar demais o dinheiro. Aqueles que não o ganharam por si mesmo normalmente são assim, mas aqueles que o ganharam por si mesmos amam-no duas vezes mais que qualquer um.” *República*, 390c

mão da sua concepção do que seria a justiça, passa a discussão ao seu filho Polemarco³³⁶. O termo 'herdeiro' chega a ser utilizado e, ademais, a postura do filho perante a definição de justiça do seu pai é exatamente a do herdeiro em relação aos bens materiais. Ele a defende, a utiliza, mas não lhe tem tanto apego, o que lhe permite abandonar certos pontos problemáticos³³⁷.

No diálogo, Polemarco herda o papel de deuteragonista da discussão, mostrando que a concepção de Céfalo, “dar a cada um o que é devido” (331c) é, na verdade, derivada da tradição, pois se encontra em um verso de Simônides (um estrangeiro vindo de Ceos) (331e). Ele concorda com o que diz o poeta e tenta defender sua posição. Porém, diante da refutação de Sócrates, Polemarco reconhece a necessidade de reformular a definição tradicional. Talvez reforce o seu desapego o fato de eles serem metecos, ou seja, estrangeiros (vindos de Siracusa) residentes em Atenas. Desta maneira, seu desapego da tradição local repete aquele da sua relação com os bens paternos. Assim, a origem genealógica e local, como Astianax filho de rei e Escamandrio nascido no Escamandro, são termos herdáveis, que têm sim uma influência no futuro do nomeado, mas que, para tanto, ainda devem ser desenvolvidos por cada um. Essa estrutura se encaixa perfeitamente na valorização do nome como um instrumento que se refere à Ideia que seria sua origem ontológica, como foi visto na parte I. Encontramos assim um paradigma para um uso mesurado das origens locais e genealógicas intelectuais que será importante na nomeação dos protagonistas fictícios de Platão.

336 “Céfalo: Bem, então vou te passar a discussão, já que é hora de eu me ocupar dos sacrifícios. P. E eu, Polemarco, não sou o herdeiro de todas as suas posses? Céfalo respondeu com uma risada: Certamente.” *República* 331d. O fato histórico de Polemarco, filho de Céfalo, acabar sendo morto pelo governo dos 30 repete o tema de um Astianax que não governará a cidade.

337 Nesse caso Lísias, o orador e irmão de Polemarco, devido à sua postura de sofista, representaria para Platão o exemplo do herdeiro que faz um mau uso da herança paterna. Para corroborar o descompasso em que a cidade vivia estaria o fato de Polemarco acabar morto e Lísias sobreviver.

D. O bezerro gerado de um cavalo: quando as coisas vão contra a natureza

Ao tratar da relação entre progenitor e prole Sócrates tem sempre o cuidado de considerar a possibilidade de que haja uma aberração ou exceção. Ao expor o argumento do leão filho de leão, ele enfatiza, a cada passo, que as coisas podem acontecer contrariando a natureza. Os exemplos citados são dois, um extremo e outro corriqueiro. O exemplo extremo relaciona-se aos animais não humanos. Aqui, a aberração aconteceria quando um cavalo viesse a gerar um bezerro e, um boi, um potro³³⁸. O outro caso, mais corriqueiro, é o de um humano virtuoso que viesse a gerar filhos sem virtude³³⁹. Esse passo repete o *topos* do pai que nomeia um filho 'amadeus' (394e) mas este se torna ímpio e o da refutação de Protágoras que não permite a existência de homens ruins (386c). Neste quadro negativo, e em vista do paradigma do que pode ser herdado, podemos entrever duas fontes de problemas relacionados aos nomes e à natureza do nomeado: um primeiro concerne à origem, como no caso do potro nascido de uma vaca, a outra é relativa ao desenvolvimento, como é o caso do filho bom ao qual o pai deseja o bem, mas que falha em se tornar virtuoso.

Astianax nunca desenvolveu a natureza de governante do pai porque morreu antes que isso pudesse acontecer. Se a sua morte aconteceu devido à falha do seu pai/ povo ao defender a cidade, isso implicaria reconhecer sua responsabilidade funcional no não desenvolvimento da hereditariedade na prole³⁴⁰. Nesta perspectiva, um pai, que pela ascendência garante a

338 “Se um cavalo engendra, contra a natureza, um bezerro, progenitura bovina por natureza, não convém chamá-lo 'potro', mas sim 'bezerro'. Tampouco acho que convenha chamar uma progenitura de 'humana', caso um humano não gere um humano. O mesmo também para as plantas e tudo mais, ou você não concorda?” *Crátilo* 393c. É preciso sempre ter em mente que em um projeto filosófico que se preocupa mais com o eterno do que com o particular mutável, o caso das exceções será sempre marginal.

339 “Por exemplo, quando de um homem excelente e piedoso é gerado um impiedoso. Ora, não é como aquele caso anterior? Se um cavalo procriar uma progenitura bovina, esta não deveria ter a denominação de quem a procriou, mas sim do gênero ao qual ela pertenceria?” *Crátilo* 394d

340 “Averiguemos se tem por onde. Ele mesmo pressupõe para nós o porquê deste ser o melhor quando diz 'pois

possibilidade de uma natureza virtuosa aos filhos, acaba por impedir o seu desenvolvimento em razão de suas ações, ou da falta delas, durante o crescimento da criança. A ocorrência mais completa de uma situação como essa se encontra no diálogo *Laques*.

No prólogo do diálogo em 179a uma dupla de pais explica qual foi sua motivação ao nomearem seus filhos. Lisímaco e Melesias seguiram a tradição grega que consistia em dar aos filhos os nomes dos avós, respectivamente Aristides e Tucídides. Eles teriam demonstrado assim serem prudentes, pelo fato de aludirem à sua origem (hereditária) em vez de proclamarem um desejo acerca do futuro para sua prole³⁴¹. No entanto, estes pais, em tom de queixa, declararam que, em se tratando da educação de seus filhos, não seguiam o comportamento de seus pais, os quais deixavam as crianças livres para fazerem o que quisessem sem se ocupar de assuntos domésticos. Lisímaco e Melesias, diferentemente, pensavam que para honrarem os nomes de seus ancestrais, os filhos deveriam ser bem-educados.

Uma análise do contexto dramático do diálogo, entretanto, evidencia uma contradição. Os pais de então agiam de modo diferente de seus próprios pais (os avós de seus filhos) para assegurarem que seus filhos honrariam os nomes de seus avós (os pais dos pais atuais)³⁴². Se for assim, como os filhos poderiam ser bons se emulassem o comportamento de seus avós que não teriam sido bons a julgar pelo que deles pensavam os pais? A solução para o impasse parece depender da divisão tradicional entre os âmbitos político e doméstico. Os avós foram

sozinho ele protegeu a cidade e suas grandes muralhas.' Por isso, aparentemente, haveria correção ao chamar o filho de um tal protetor de Astianax já que, como diz Homero, seu pai protegia cidade" *Crátilo*, 392 d. Mais uma vez o nome do 'reitor das muralhas' que serão invadidas contraria os fatos.

341 No *Crátilo* o nomear pela ascendência e pelo desejo de fortuna são elencados por Sócrates em 397b citado mais adiante.

342 O próprio Sócrates como se verá, no início do *Teeteto* e em vários outros diálogos, começa a conversa por um elogio à bela estirpe da pessoa. Esta é uma estratégia de elogio comum na literatura grega (resta saber se Sócrates a utiliza como um passo necessário, mas insuficiente, ou se o faz imbuído de uma completa ironia). De qualquer maneira, fica claro que um bom nome não assegura em nada o desenvolvimento de uma natureza.

grandes políticos e merecem ser louvados por isto, no entanto, eles adotaram uma postura criticável ao negligenciarem a educação dos filhos³⁴³. Neste quadro, eles não falharam em defender a cidade, como Heitor, mas falharam em educar os filhos, como Lisímaco e Melesias não querem fazer.

O problema das gerações anteriores teria sido, então, o de negligenciar a educação dos filhos, considerando-o um assunto de menor importância em comparação com a política. Pode-se perceber aqui uma distinção entre os políticos e os filósofos segundo a qual os primeiros seriam aqueles que se ocupam das questões da cidade, enquanto os segundos seriam aqueles que tratam a educação das crianças como uma questão da cidade. Os políticos, supostamente virtuosos, falhariam ao não perceberem que seu descuido, ao engendrar uma geração de filhos ruins, poderia ser tão fatal para a cidade quanto uma guerra. Esta crítica remete ao tema da educação coletiva realizável sob o governo do rei filósofo na *República*. Ela reafirma, ainda, a conclusão da trilogia incompleta (*Sofista*, *Político* e *Filósofo*) em que, segundo Frede, sustentava-se que os verdadeiros políticos seriam os filósofos e que os falsos, os sofistas³⁴⁴. Neste contexto, podemos acrescentar como um dos fatores de diferenciação o fato de se ocupar da educação das crianças. De modo que, para os filhos, não basta ter um nome para desenvolver uma boa natureza (como Astianax), e, por conseguinte, não basta dar um bom nome para garantir esse desenvolvimento (como Heitor).

No campo da tensão entre ascendência e educação aflora no pensamento de Platão

343 O caso de adultos bons políticos e ruins educadores remete ao 'bom' como predicado universal mas com sentidos particulares devido à ocorrência misturada de Ideias no mundo sensível, como no exemplo do médico bom comerciante explicado em I.5.3.C. Um médico que ganha muito dinheiro é um bom comerciante, o que não implica que ele seja um bom médico.

344 “A visão de Platão parece ser, em resumo, que existem filósofos verdadeiros e que existem filósofos falsos, a saber, os sofistas, que são facilmente confundidos com os verdadeiros; e que os políticos são, ou verdadeiros ou falsos filósofos.” (Frede, 2000, p.149). A questão da interação entre esses três tipos de homens na trilogia será mais tratada diante da definição do nome do estrangeiro eleata, em II.4.2.D.

uma posição bastante sofisticada acerca do célebre debate entre o que é inato e o que é adquirido (*Nature vs. Nurture*). Em termos contemporâneos, os extremos são definidos, tendo por um lado aqueles que acham que as pessoas são fruto do meio, e, por outro, os que acham que as pessoas são frutos da sua genética. A posição mais aceita faz convergir as duas posições, definindo a genética como uma predisposição a reagir de certa forma diante dos estímulos do ambiente³⁴⁵. A linguagem é o exemplo mais citado. Todo ser humano teria uma predisposição, já que todos falam uma língua, porém, qual língua será, depende do meio em que ela nasceu, e mais, se a criança for isolada durante a infância, jamais vai desenvolver essa natureza. A posição de Platão parece ser ainda relevante no quadro deste debate. Sem a sofisticação da teoria genética ou dos experimentos da psicologia comportamental, ele defende, em congruência com a compreensão de pai e filho como termos herdáveis (natureza + função), que a origem influencia o desenvolvimento, mas não o garante. A garantia deve vir da educação do intelecto e do hábito, o que justifica a sua proposta de intervir no ambiente em que as crianças são criadas³⁴⁶.

O mais importante é que esse tratamento mostra como, em Platão, a questão da formação de uma personagem é pensada em relação à formação de uma personalidade. Ou seja, o que chamamos de psicologia e de teoria literária, para ele, é uma mesma coisa. Talvez essa seja uma virtude da sua posição de autor. No que concerne a essa investigação, isso dá muito mais peso à investigação dos nomes de personagens já que o autor usaria uma mesma teoria dos nomes para pensar o funcionamento da linguagem na realidade e na ficção.

Passando para o campo dos diálogos, isso significa que a origem e a história de uma

345 “Na maioria dos casos a explicação correta vai invocar uma interação complexa entre hereditariedade e ambiente: cultura é crucial, mas cultura não poderia existir sem as faculdades mentais que permitem aos humanos criar e aprender uma cultura com a qual começar.” (Pinker, 2002, p.ix).

346 “... pois boa educação e criação, se são mantidas, produzem boas naturezas e belas naturezas, que recebem boa educação, crescem melhor que seus predecessores em todos aspectos – mas particularmente em respeito as suas crias, como no caso de todos outros animais.” (*República*, 424 a).

personagem trará informações importantes acerca da formação de sua personalidade. No diálogo filosófico, como na exposição de uma teoria filosófica, é isso que deve ser informado ao público para que ele entenda as falas e ações de uma personagem, em oposição ao destino imprevisível escondido na etimologia.

E. Feitos têm primazia sobre os nomes

Ainda a partir do exemplo da geração contra a natureza fica clara a primazia dos fatos sobre o prognóstico no caso dos nomes. Sócrates diz em 393c: “Se um cavalo engendra, contra a natureza, um bezerro, progenitura bovina por natureza, não convém chamá-lo 'potro', mas sim 'bezerro'.” Logo, fica claro que se a geração foi contra a natureza, pois não nasceu um potro, mas o gerado tem uma natureza, a de bezerro, ele deve ser chamado não segundo o nome dos pais, potro, mas segundo o que lhe é próprio, bezerro. No nível epistemológico essa preferência revela um privilégio do resultado sobre o prognóstico. Quem vê uma égua grávida pode prever, com alguma segurança, que ela gerará um potro. Porém, se, na imperfeição do mundo sensível isso não acontecer, como às vezes é o caso, ele deve se ater aos fatos. O nome, por conseguinte, deve acompanhar essa postura, de modo que deve-se chamá-lo de bezerro, em respeito à sua natureza e contra a natureza dos pais. Essa preferência dos fatos sobre os nomes e prognósticos recorre também nos outros diálogos que estão sob análise.

No *Crítias*, a sequência da passagem supracitadas apresenta uma situação similar. Não sem antes garantir a boa ascendência (divina) dos primeiros atenienses³⁴⁷, Critias diz, em tom

347 “Hefesto e Atena (que são muito similares em natureza, não apenas porque são irmãos com um pai em comum mas também porque o seu amor pela educação e pela arte lhes dão os mesmos objetivos) ganharam Atenas como uma locação comum, já que a natureza do distrito era condizente com sua coragem e inteligência.” *Crítias* 109c

de crítica, que os nomes³⁴⁸ dos primeiros atenienses são lembrados, mas não seus feitos. A situação remete mais uma vez a Sólon (*Crítias*, 110b). Segundo o sábio, os nomes preservados, como, por exemplo, Erecteus, Euricton, fizeram com que surgissem rumores sobre os seus feitos. Ambos os nomes são formados pela raiz *cton-* (terra) e pelo prefixo *eur-* (amplo), indicando assim que os feitos dos conquistadores derivam da interpretação do conteúdo descritivo dos seus nomes.

Assim, supor que um 'Euricton' ampliou o território grego seria como supôr que um Astianax governará a cidade. A diferença, porém, está no tempo e repete o *topos* tradicional de que os humanos não têm acesso ao passado e ao futuro. Nos poemas homéricos, por exemplo, são apenas os adivinhos, como Calcas, que sabem ler o presente para desvelar o passado e prever o futuro. No caso dos nomes, o tom crítico mostra que a etimologia como um acesso mágico, seja ao futuro ou ao passado de uma personagem é questionado³⁴⁹. Nesse caso, o fato de os nomes dos conquistadores da Grécia terem nomes sinônimos que indicam aquilo pelo que são conhecidos mostraria apenas a opinião que a tradição tem deles, o que leva a questionar se eles, de fato, fizeram aquilo que seu nome descreve. Seria como ver o túmulo de um Amadeus e supôr ter se tratado de alguém muito pio. No final das contas, deve-se buscar os fatos, e não extrair os fatos dos nomes. Aqui se repete a preferência pelo discurso que descreve algo e permite o escrutínio (como a definição) em oposição à etimologia de um nome, mais fixa e pouco aberta à discussão vistos em II.3.2.A³⁵⁰.

348 “Apesar de os nomes destes primeiros atenienses terem sido preservados, seus feitos foram apagados pela destruição de seus sucessores e a passagem de um longo tempo.” *Crítias* 109d.

349 Como vimos, apesar dessa negação, os platônicos posteriores seguem se fiando em um poder mágico da etimologia. Como na explicação de Proclo, supracitada, segundo a qual Agamenon dera o nome ao seu filho Orestes pensando no seu ímpeto (*hormê*), mas que o destino provou de maneira daimônica que seu futuro 'rude' (*orós*) que lhe faz matar a mãe estava sinalizado na etimologia. Diante disso, ainda segundo o comentador, Sócrates, por saber dos fatos, prefere a segunda etimologia que melhor os descreve.

350 O exemplo foi o das várias definições de 'justiça' em oposição às etimologias fixistas ou mobilistas para este nome.

No caso do *Laques*, a preferência pelos fatos em lugar dos nomes é ainda mais clara. Ao apresentar Sócrates Sofrônico Ateniense ao seu pai Lisímaco, Laques acrescenta ainda que ele “honra não só o nome de seu pai, mas também o da sua pátria”³⁵¹. Para confirmar sua fala o jovem oferece um exemplo concreto de como Sócrates honrara com os seus feitos os nomes da sua pátria e do seu pai. Sua coragem na batalha de Delium, se fosse imitada por todos, traria um resultado positivo para Atenas³⁵². Além da primazia dos feitos sobre os nomes, e da necessidade de se desenvolver uma natureza herdada, nessa passagem também vem reforçada a posição tradicional de louvar a ação política (principalmente a bélica). Esse último traço ainda mostra como Sócrates corporificaria a união da virtude política e pedagógica implícita na indefinição do político e do filósofo no *Político*, ao ter defendido Atenas no passado e, no presente, educar seus concidadãos mais jovens³⁵³. Essa concepção remete à de Sólon que, para avaliar a felicidade de uma vida humana, não vê apenas o presente, mas requer uma visão de passado, presente e futuro. Sócrates morrerá para defender as leis de sua cidade, portanto, pode se considerar que, mesmo em seu destino trágico, ele alcançará o que a tradição prega como a virtude. Porém, no caso dos nomes, o que esse requerimento de verificar origem (ascendência e local), acompanhar o desenvolvimento (formação) e computar os feitos (até o fim da vida) aponta é para um primeiro passo à adoção de uma perspectiva geral, cara à filosofia platônica, que vai refletir no nome e no tratamento de suas personagens³⁵⁴.

351 “Ele é uma pessoa que você não deve abandonar, pois eu o vi honrar não só o do seu pai mas também o nome da sua pátria. Ele me acompanhou na batalha de Delium e eu te asseguro que se os outros fossem como ele nossa cidade teria mantido a cabeça erguida e não teríamos tido uma queda tão terrível.” *Laques* 181ab

352 O exemplo da atuação bélica de Sócrates não é sem motivo, em vista do tema geral do *Laques* que é a virtude da coragem. Dá para associar essa coragem com a sua visão positiva do pós-morte vista na renovação da etimologia do Hades que tinha motivações bélicas em II.3.2.C.

353 O *topos* da preferência dos feitos sobre as palavras recorre ao longo do *corpus*. Um exemplo é na *República* 463e “seria ridículo se os nomes de parentesco saíssem das suas bocas sem que os feitos os seguissem.”

354 Nas *Leis*, que entrará em discussão mais adiante, o cidadão ateniense também defende, repetidas vezes, a primazia dos feitos sobre os nomes. O discurso só é importante na medida em que se embasa, e tenta entender e explicar, os fatos. “Nós vamos mostrar, não em palavras, mas em feitos, o quanto nós valorizamos as suas palavras, pois vamos dar-lhes toda nossa atenção, e este é o modo pelo qual um homem livre mostra melhor sua aprovação ou desaprovação.” *Leis* 688d.

F. O desejo dos pais e o problema dos nomes próprios

A sequência desta discussão no *Crátilo* apresenta uma crítica geral aos nomes próprios que faz aparecer as limitações das informações fornecidas pelos nomes, ainda que estes informem da ascendência e do local de origem das personagens. Sócrates, a partir de 397b, convida Hermógenes a abandonar a investigação dos nomes próprios de pessoas e heróis, alegando que esses nomes apenas repetem o nome dos pais (ascendência) ou, no máximo, expressam seus votos de boa fortuna aos filhos (futuro)³⁵⁵. A partir da já citada concepção de Sedley (2003 p.28), segundo a qual os nomes seriam ferramentas exegéticas da opinião dos nomeadores, tais nomes serviriam somente como exegese do desejo dos pais de que seus filhos sejam como sua família ou que tenham um futuro afortunado. Já no caso da literatura, eles apenas iluminariam o destino que os poetas reservaram aos seus heróis, sem ter relação com seus feitos reais. Na sequência do diálogo, Sócrates examina os nomes de deuses, como vimos no caso de Hades (II.3.2.1), em que ele corrige algumas etimologias.

O caso dos deuses é interessante ainda sob um outro aspecto, o do nome como referência. Os deuses, por fornecerem um referente eterno, seriam como nomes comuns, porém, como os nomes próprios, a sua extensão seria de se referir a apenas um particular. Com esse caso intermediário se abre o caminho para passar aos nomes comuns, exame esse que ocupa a maior parte da seção etimológica do diálogo. Neste movimento se reconhece o

355“Talvez os nomes de heróis e humanos, dos quais falávamos, nos enganem. Porque, por um lado, muitos deles são estabelecidos a partir da denominação dos seus progenitores, sem correspondência alguma com cada um. Por outro lado, como falamos no começo, muitos os colocam fazendo votos de boa fortuna, por exemplo, Fortunado, Salvador, Amadeus e muitos outros. Por isso, na minha opinião, é preciso deixá-los de lado. Seria mais aceitável se descobríssemos o estabelecimento correto nos nomes daquilo que sempre existiu naturalmente.” *Crátilo* 397b

interesse da filosofia por termos gerais em detrimento dos particulares, e, mais importante, se repete a estrutura vista anteriormente (I.3) do nome pensado como um endereçar-se, que passa a se referir a uma classe e, por fim, acha na referência à Ideia a maneira de se referir aos particulares e à classe que estes compõem.

A mudança dos nomes próprios sinônimos, Heitor e Astianax, para os nomes comuns (termos herdáveis), “leão” e “filho de leão” e “rei” e “filho de rei”, como vimos acima, é já um prenúncio desta vontade de abandonar o terreno dos particulares. Resta saber se a crítica à particularização suscitada pelos nomes próprios acaba ou não resvalando nas personagens fictícias. Há indícios de que sim, já que o cidadão ateniense e o estrangeiro eleata, por exemplo, não possuem nomes próprios. Mas antes de passarmos à análise desses casos, convém apontar uma outra ocorrência que pode indicar essa tendência generalizadora em nomes de personagens, embora de maneira ainda incipiente.

Existe uma célebre dificuldade de determinar quem seria o Crítias, personagem do diálogo homônimo. O problema deriva do costume de nomear netos com nome dos avós, o que gera uma série de familiares homônimos. Atualmente a tendência é identificá-lo com Crítias III, o terceiro em uma linhagem famosa que remontaria aos fundadores de Atenas (cf. Nails, 2002 p.106). Porém, outra possibilidade é tomar a indeterminação como significativa. Desse modo, o fato de ter o mesmo nome serve a indicar uma personagem que representa um clã. Ao lado da importância dada à ascendência e à origem, e à crítica a particularidade de um nome próprio, este tratamento da personagem como uma classe parece promissor.

G. Como evitar os nomes próprios

Após a seção etimológica, no quadro da sua discussão com Crátilo, Sócrates realiza um experimento teórico em que volta a tratar dos nomes próprios. É a situação citada na parte I em que alguém, tendo encontrado Crátilo no estrangeiro, lhe cumprimenta dizendo: “Olá, estrangeiro ateniense, filho de Smicrion, Hermógenes!” (429a). O cumprimento compreende quatro informações a seu respeito, sendo que dessas, somente as três primeiras seriam corretas: trata-se de fato de um estrangeiro, de um ateniense e que seria filho de Smicrion. A última informação, no entanto, é falsa, pois o nome próprio da pessoa cumprimentada não é 'Hermógenes' e sim 'Crátilo'. No entanto, mesmo diante da troca dos nomes próprios, o cumprimento, que pode ser visto como um ato de fala, funciona.

O sucesso da situação descrita, apesar do erro cometido ao indicar o nome próprio, condiz com a negação de sua importância mencionada acima. Além disso, agora temos informações o bastante para atribuir esse sucesso à referência correta feita à procedência e à genealogia de Crátilo, pois essas se provaram ser informações relevantes. Além da confirmação dos resultados prévios, esse exemplo ainda permite avançar. Não se fez referência à procedência e à genealogia de Crátilo mediante um nome próprio, como Escamândrio ou Astianax, mas, antes, pelo uso do que hoje entendemos por sobrenomes: Ateniense e Smicriota.

O uso de 'sobrenomes' para identificar alguém na Grécia antiga tomava por paradigma justamente a procedência geográfica da pessoa, através do patronímico, e/ ou, sua origem genealógica, o seu povo, através do demótico. Nesse caso, tem-se 'Ateniense' como um patronímico e 'Smicriota' como um demótico³⁵⁶. Desse modo, Platão encontra na tradição duas

356 Nails, 2002 p347, descreve o papel do demos em relação à pátria: “no demos cada jovem de dezoito anos (...) entrava no grupo dos cidadãos e assim se tornava elegível (...) às muitas tarefas de governo determinadas por sorte ou obrigatórias a todos os cidadãos. A elegibilidade local (demos) era prioritária e necessária para a elegibilidade ateniense (polis).” Em termos contemporâneos, podemos pensar o demótico como uma carteira de identidade que era necessária para adquirir o título de eleitor que permitiria participar na política da cidade-

ferramentas condizentes com os seus propósitos para veicular as informações que lhe parecem relevantes acerca de um determinado personagem, sem ter que recorrer ao nome próprio que particulariza demais e expressaria em sua etimologia apenas o desejo dos pais. Agora já fica claro como isso refletirá nos nomes usados por Platão para se referir ao cidadão ateniense e ao estrangeiro eleata. Mas antes de prosseguirmos em nossa análise desses casos, voltemos ao *Laques* para apontar mais um tratamento do patronímico e do demótico.

Na passagem do *Laques* apresentada acima (181ab), Sócrates fora introduzido na discussão. Os pais dizem já terem ouvido os filhos falarem do filósofo, mas sem nunca lhes terem perguntado se falavam do Sócrates Sofrônico (filho de Sofrônio). Esta informação da ascendência teria fornecido um melhor ponto de partida para se reconhecer o nomeado do que a raiz *Crat-* em seu nome. Convém notar ainda que o desinteresse dos pais, que admitiram não estar por dentro do que se passa com a juventude e nem nunca perguntaram quem era aquele que passava tanto tempo educando seus filhos, põe em questão a veracidade da postura anterior deles ao censurarem a negligência dos avós na sua educação. Este tema reaparecerá ao longo da discussão.

Laques, ao dizer que Sócrates honra não só o nome do seu pai como também o da pátria, confirma que o Sócrates diante deles é mesmo o Sofrônico Ateniense. Aqui se identifica que, para determinar a qual Sócrates eles se referiam, os pais escolheram falar de um Sócrates Sofrônico (demótico), enquanto o modo de falar de seus filhos reforça sua atuação como ateniense (patronímico)³⁵⁷. Assim, pai e pátria remetem aos dois âmbitos de origem analisados acima, o local de nascimento e a ascendência, e, além disso, o uso dos

estado.

357 Na verdade, o mais comum deveria ser dizer que Sócrates era de Alopece, indicando um sub-demo, mas isso no contexto de Atenas, onde a grande maioria seria 'ateniense'. Como aqui se trata de estrangeiros, e a pátria cujo ele honrou na batalha de Delium é Atenas, pareceu mais simples manter a amplitude da alusão.

feitos para confirmarem os nomes, e não o contrário.

Outra divisão importante relativa a essa passagem é que os democratas prefeririam usar o demótico enquanto os oligarcas parecem ter preferido o patronímico³⁵⁸. Esta distinção pode servir para caracterizar de maneira sutil as preferências políticas das personagens. Se for assim, a passagem acima mostraria haver uma tensão entre os filhos oligarcas (ao enfatizar que Sócrates honrou a pátria) e os seus pais democratas (que nomearam Sócrates Sofrônico). Mais uma vez se poderia perguntar se os pais teriam de fato transmitido os seus valores aos seus filhos ou se não teria sido Sócrates a maior influência na formação daquela geração de jovens. Trata-se, portanto, de uma maneira de usar os nomes para estabelecer a origem, mas, ao mesmo tempo, mostrar que no desenvolvimento de sua natureza os filhos, como no caso dos termos herdáveis, podem ter menos apego ao que os pais conquistaram de modo a fazer um melhor uso disso. Esse paradigma do herdeiro aberto a melhorar a tradição que o formou também será constitutivo no caso das protagonistas de Platão.

H. Estrangeiro e ateniense

Em *Crátilo* 429a, além da origem local e genealógica, resta uma última condição a ser analisada no cumprimento hipotético de Hermógenes, estrangeiro ateniense smicriota. Crátilo, nesse experimento teórico, é descrito por Sócrates como estrangeiro e ateniense, ou seja, alguém que se encontra fora de casa, mas que tem um local de origem tão bem definido que

358 Segundo Nails, 2002 p.264 “*Laques* (179a–181c) apresenta vários pontos que sustentam os debates na literatura acerca do uso de demóticos e patronímicos – por exemplo, que os demóticos eram preferidos por democratas enquanto os oligarcas preferiam os patronímicos - e reiterando o costume grego de batizar um neto com o nome do avô.” Esse descompasso entre a orientação política das duas gerações reforça ainda que os filhos nem sempre desenvolvem a mesma natureza dos pais.

ele chega a ser mais importante do que o seu nome próprio na sua identificação. Em vista da valorização do local de origem na nomeação de um personagem vista já no primeiro caso examinado, o de Escamândrio, isto não constitui uma surpresa. Novos elementos aparecem, porém, ao se comparar esta condição com aquela do errante, o estrangeiro que não vem de lugar algum.

No *Timeu* lemos que os filósofos e os políticos, em oposição aos sofistas, seriam supridos 'por natureza e educação' com as condições para a busca de um conhecimento aprofundado³⁵⁹. O tema da relação entre natureza e educação aparece mais uma vez. A diferença é que aqui ele aparece como conclusão de uma outra crítica comumente feita aos sofistas: a falta de origem fixa. A errância dos sofistas é contraposta à ligação dos políticos e filósofos a suas cidades de origem. Desse modo, a vida em exílio seria um dos fatores que impediriam os sofistas de conhecerem as coisas que demandam fixação em algum lugar. Em vista da trilogia anunciada no início do *Sofista*, essa diferenciação entre o sofista errante e o político e o filósofo enraizados ganha mais relevo. Os filósofos e políticos seriam como agricultores que plantam e colhem no contexto da sua cidade, em oposição aos sofistas que, na visão antagonística de Platão, seriam comerciantes de discursos que fazem tudo para vender quaisquer palavras a quem quer que seja.

No *Eutidemo*, Sócrates ainda relaciona o ecletismo teórico dos irmãos Eutidemo e Dionisodoro à sua condição de errantes. Em 271e eles são ditos serem de vários lugares e,

359 *Timeu*, 19e-20a: "... no caso dos sofistas, eu acho que eles são especialistas em fazer todo tipo de discurso maravilhoso sobre vários assuntos, mas temo que, talvez porque eles viagem de cidade a cidade sem fazer um lar para eles mesmo em um lugar em particular, eles percam a precisão na hora de descrever as coisas que homens que são filósofos e políticos alcançam no mundo real, em guerra e no campo de batalha e colocam em palavras nas suas negociações com outros indivíduos. Isso faz com que apenas pessoas com suas qualificações sejam supridas por natureza e educação com caracteres filosóficos e políticos." A união de educação e política corporificada em Sócrates no *Laques*, reaparece aqui no tratamento conjunto de filósofos e políticos. Eles são tratados em oposição aos sofistas e o critério para a separação é uma origem bem definida. Isso será importante para a determinação das personalidades das personagens de Platão.

assim, não pertencem a lugar algum. De maneira análoga, eles dizem saber de tudo e, no entanto, não saberiam de nada³⁶⁰. O texto deixa entender que a suposta onisciência estaria ligada a errância espacial que de fato aconteceu. Os irmãos passaram a vida viajando de lugar em lugar, aprendendo um pouco daqui e um pouco dali, mas o resultado é que eles parecem conhecer muito (ou tudo), enquanto, na verdade, não conhecem nada.

Este tipo de crítica condiz perfeitamente com aquela feita aos sofistas e retóricos que seriam mestres das aparências (conhecimento superficial), mas que nada saberiam de fato, e nem se ocupariam da busca pela verdade. No caso da dupla função dos nomes, essa ligação com as aparências se encaixa bem na preocupação dos sofistas com as etimologias em oposição à referência dos nomes preferida por Platão³⁶¹. Em termos práticos, a sugestão geral seria que o contato com muitas escolas de pensamento, com os mais diversos costumes e leis, levaria a um certo ecletismo. Essa leitura oferece ainda uma explicação fatural para a principal crítica conceitual que Platão dirige aos sofistas, a saber, a de serem relativistas³⁶². O expoente máximo do relativismo seria a 'verdade Protágoras', criticada no *Crátilo* ao lado de Eutidemo (386a). Desse modo encontramos apresentado, pela via negativa, mais um aspecto necessário à determinação das origens de uma personagem. Assim como o herdeiro está para o pai, o estrangeiro deve estar para sua pátria, ou seja, honrar sua herança a ponto de se aproveitar dela, mas sem que esse apego o impeça de abandoná-la ou gastá-la quando parecer necessário.

360 *Eutidemo*, 271e: “De nascimento eu acredito que eles pertençam a Chios, e que saíram como colonizadores para Thurii, mas foram exilados desde então e passaram muitos anos em várias partes do país. Quanto a sua profissão, é uma incrível, Criton! Estes dois são oniscientes!” Sócrates ainda poderia brincar de sofista com a etimologia do errante Eu-ti-demo, literalmente, 'bom pra qualquer povo'.

361 No início do *Crátilo*, em 385b, Sócrates diz não ser um especialista na correção dos nomes porque não tivera dinheiro para seguir o curso completo de Pródico. Já no *Protágoras* 341a seq., Sócrates se declara discípulo de Pródico em um assunto, quando ele diz que uma expressão do tipo 'terrivelmente bom' está errada. Pródico ficou famoso por distinguir diferenças em sinônimos para provar que eram termos com precisão diferente. Na leitura vista aqui, Platão e Sócrates concordariam com a busca da precisão, a diferença é que eles não se importam muito com os termos, mas apenas com seus referentes.

362 cf. Kerferd, 1981 p.84, que identifica relativismo não só em Protágoras, mas também nas personagens de Eurípides, Aristófanes e no *dissoi logoi*. Já Barney, in Gill 2009 p.87, prefere falar de 'variabilidade'.

Desse jeito se constituirá uma personalidade de natureza investigativa sólida similar à do político e do filósofo em oposição ao sofista. Isso parece ser ideal para um protagonista que vai conduzir um diálogo. Por outro lado, devido à liberdade de apresentar vários pontos de vista, inclusive contraditórios entre si, pode-se pensar que, para ser o interlocutor desse protagonista, um sofista seja mais profícuo.

Agora podemos determinar o que a investigação sobre nomes próprios nos informa sobre a caracterização de uma personagem em um diálogo filosófico.

Conclusão

A identificação de raízes estrangeiras em nomes troianos como Heitor e Astianax levanta um problema de coerência interna ao se lidar com personagens estrangeiras no texto. Porém, considerando ser mais importante o significado de um nome do que os sons com os quais ele é composto, revela-se preferível a tradução dos nomes estrangeiros. A comparação entre Astianax e Escamândrio serve ainda para mostrar que é melhor um nome que indica o passado que um que aponta para o futuro de um personagem ao nomeá-lo. Já o caso do leão que gera leão e do rei que gera rei acena para uma outra possibilidade de informar sobre o passado de um personagem ao apresentar a sua ascendência. O paradigma seria o da herança, já que a ascendência é necessária, mas não garante por si só o desenvolvimento de uma natureza. Por outro lado, o caso do potro filho de bovino mostrou que as coisas nem sempre saem de acordo com a natureza. E mais, o caso do filho ruim de um pai virtuoso mostra a necessidade de uma educação que tente assegurar ao filho o pleno desenvolvimento da sua natureza. Disso se segue a preferência dos fatos aos nomes na caracterização da personagem.

Ademais, a crítica ao nome próprio que particulariza e exprime apenas o desejo dos pais pedia uma outra solução para se nomear um personagem no quadro de um diálogo filosófico. O exame da saudação dirigida ao estrangeiro ateniense smicriota Hermógenes mostra que a solução estaria na maneira tradicional de se aplicar um sobrenome através do patronímico e demótico. Essa estratégia remete à preferência pelo locativo e pela ascendência como sendo informações relevantes para a caracterização de uma personalidade. Em oposição a estas informações sobre a origem de alguém em condição de estrangeiro, efetua-se a crítica aos errantes sem origem estabelecida e de educação relativista.

Donde teríamos as seguintes características comuns: uma origem bem definida no aspecto locativo e na herança intelectual, a ausência de nome próprio, e, ainda, a condição de estrangeiro. Isso torna possível a composição de um personagem cujo conhecimento profundo sobre um determinado assunto se justifica em razão de sua formação, da classe social que representa, e do fato de que sua condição de estrangeiro e herdeiro o torna livre para reavaliar suas origens na medida em que isso se mostrar necessário.

II.4.2 Aplicação da teoria de nomes próprios às personagens

A partir dos resultados da investigação anterior, trata-se agora de verificar se Platão, ao definir e nomear suas personagens, age de acordo com as diretrizes que ele próprio parece ter estabelecido em seus diálogos. Primeiro, em (A), será contextualizada a distinção entre personagens históricas e fictícias. Depois se seguirá o caminho mais geral (B e C) que assentará as bases para verificar se as informações reunidas acima podem nos orientar na caracterização específica do estrangeiro eleata e do cidadão ateniense, os protagonistas

estrangeiros sem nomes próprios dos diálogos platônicos, em (D, E, F e G).

A. Personagens históricas e fictícias

Um autor se vê diante de pelo menos duas situações em relação às personagens que vai colocar no seu texto: ou ele toma personagens da tradição ou ele cria personagens novas. No primeiro caso, ainda que o autor esteja lidando com nomes e histórias mais ou menos fixadas na tradição oral, a proposta de uma nova etimologia pode ser usada para reforçar ou ressignificar a história tradicional. Vimos exemplos de tragédias, poetas e outros, como em 'Helena', que pode ser a *elen naus* (aliena-naus) na condenação da personagem por Ésquilo no *Agamemnon*, ou a *elein* (miserável) como na sua absolvição por Górgias no *Elogio à Helena*. Por sua vez, nos casos de personagens inventadas, como é mais frequente na comédia, o poeta está livre para criar um nome pertinente à sua personagem. O exemplo mais célebre é a de Lisistrata, personagem-título da comédia de Aristófanes: a que 'acaba com a guerra' (*luô + stratos*). Aqui se identifica a estratégia cômica de exagerar o que é sutil nos textos sérios para ridicularizar o que é visto como sagrado. Já Platão, em seus diálogos, usa personagens históricas (que equivaleriam em menor grau às apropriações da tradição) e também algumas fictícias (onde teria liberdade próxima à da comédia). Desse modo ele pode recorrer a ambos os procedimentos, mesmo sem a motivação de querer sacralizar ou ridicularizar nomes e nomeados.

É uma tarefa árdua provar que uma personagem de um diálogo de Platão seja fictícia ou não. O caso mais unânime é o do Filebo. A evidência é a falta de evidências. Este nome

não é atestado em grego em outra fonte senão no diálogo que traz o seu nome³⁶³. Este diálogo, considerado tardio, trata do prazer. Em vista da etimologia do nome Filebo, aquele que 'ama os jovens', fica fácil apresentar uma explicação para a motivação de Platão ter escolhido (ou criado) este nome. Desse modo, a refutação do interlocutor repetiria a condenação à valorização hedonista dos prazeres corpóreos como guias da ação humana³⁶⁴. Neste caso, Platão faria como Aristóphanes, ou autores cômicos em geral, ao nomear suas personagens de acordo com as suas características essenciais ao desenvolvimento da narrativa em que participam. Porém, esta postura é uma exceção, e, mesmo no diálogo em que ocorre, não é muito explorada na discussão. Diante da concepção exposta sobre os nomes que prefere evitar nomes particulares e desvalorizar a plausibilidade das explicações etimológicas, ainda que seu valor persuasivo seja reconhecido, não é de se admirar que Platão prefira evitar este tipo de nomeação de suas personagens fictícias.

Como vimos nas passagens do *Crítias* analisadas acima, são atribuídas a Sólon duas posturas contraditórias. Por um lado ele traduz os nomes das personagens da história egípcia que quer recontar, mas, por outro, ele condena quem quer ver no nome dos fundadores da Grécia os seus feitos. Estas duas posturas remetem aos dois papéis de Sólon, o poeta e o político. Talvez isso ajude a esclarecer como Platão se via ao ter que usar e nomear personagens em seus diálogos. Enquanto poeta, Sólon acha importante para o sucesso de sua narrativa traduzir os nomes estrangeiros de modo a indicarem uma predestinação aos feitos que serão contados, como no caso da história egípcia. Por outro lado, talvez justamente porque ele está ciente deste artifício, ele desconfia de personagens históricas cujos feitos estão

363 De acordo com Nails, 2002 p.238: “O nome Filebo não é conhecido na Grécia antiga, exceto em um exemplo fictício no quarto século do epistológrafo Alcufo (3.50).”

364 Um caso menos unânime é o da personagem Cálicles, literalmente, o de 'bela fama', cujo nome também descreve bem a crítica de Platão aos timocratas que se ocupariam mais com 'parecer' do que com 'ser' bons. Dodds (1959) defende que seria uma personagem histórica enquanto Taylor (1976) discorda.

indicados em seus nomes, como no caso dos fundadores de Atenas. Neste caso eles não teriam sido nomeados por causa de seus feitos, mas o contrário.

Este papel ambíguo de Sólon remete àquele de Platão que, na sua epistemologia, também condena a busca por conhecimento através da análise etimológica de nomes mas que, nos seus diálogos, acaba por se valer de etimologias para provar alguns de seus pontos³⁶⁵. Vimos que Sócrates, ao falar dos nomes dos deuses no *Crátilo* 401a, deixa claro que está elucubrando sobre as opiniões dos humanos que usam aqueles nomes pois, ciente das suas limitações, ele não ousa saber os verdadeiros nomes dos deuses. Mesmo assim, na medida em que a interpretação das etimologias provoca um efeito no público, um autor pode se valer desse artifício para veicular uma mensagem, como ele faz no caso do Hades. Portanto, para o dialético, não seria legítimo buscar nos textos informações sobre as pessoas históricas referidas por tais nomes, mas apenas alguma motivação para o seu uso pelo autor. Por outro lado, ao dar um nome a uma personagem um autor deveria tentar fornecer de maneira mais clara possível o que quer que sua audiência atribua à sua personalidade.

A grande maioria dos personagens com nomes próprios utilizados por Platão em seus diálogos são personagens históricos. Isso significa que sua intervenção na descrição de um nome seria mais própria àquela da tragédia (que propõe uma interpretação para um nome de herói ou deus) que àquela da comédia (que nomeia a personagem de acordo com a sua personalidade). Porém, como é de se esperar, a liberdade com a qual nomeia um personagem fictício ocupando a posição de protagonista fornece um campo ainda mais fértil para a

365 Como Platão, em geral, é contra a explicação dos nomeados pelos nomes não é surpresa que, fora do *Crátilo* onde este tratamento é examinado, não haja muitos casos explícitos de explicações de personagens pelas suas etimologias. Porém, nomes como o de Lísis no diálogo homônimo que viria de luô (afrouxar) verbo usado na poesia para caracterizar a ação do amor de bambear braços e pernas seriam pertinentes para a personagem do jovem desejado. Dorter, 1994 p.68 nota essa sutileza no *Teeteto* “parece haver uma alusão a isso (alma tripartite) nos nomes dos falantes iniciais, Euclides (Renome) e Terpsion (Prazer), que correspondem às duas motivações mais baixas da alma, amor à honra e amor ao prazer.

aplicação de seu procedimento de nomeação de personagens. Em vista disso, para ver se Platão, filósofo-autor, usa sua teoria dos nomes para se referir às suas personagens, serão analisados na sequência os casos de duas protagonistas fictícias dos diálogos platônicos, o cidadão ateniense e o estrangeiro de Eleia.

B. Protagonistas sem nomes próprios

A primeira característica comum que chama atenção nos casos do cidadão ateniense e do estrangeiro de Eleia é uma ausência. Diferentemente do que ocorre com Sócrates, esses protagonistas não são referidos por nenhum nome próprio. Em vista da investigação prévia, pode-se reconhecer pelo menos duas motivações para entender esta opção de Platão: a dificuldade em se traduzir um nome estrangeiro ou, ainda, a particularização gerada por um nome próprio. A dificuldade em se traduzir um nome estrangeiro não se aplicaria nestes casos, uma vez que tanto em Atenas³⁶⁶ quanto em Eleia a língua falada era o grego. Mesmo assim, em favor da opção de Platão, e ainda que ele não tenha previsto isto, percebemos que os nomes traduzidos para línguas modernas como cidadão ateniense e estrangeiro eleata são etimologicamente significativos sem trair a estrangeirice espacial e temporal que a cultura grega tem. Compare, por exemplo, com o que ocorre com o nome “Filebo”, o qual supõe um público especializado e conhecedor do grego antigo (ou uma tradução literal que soa artificial) para entendermos que se trata daquele que 'ama-jovens'.

A outra vantagem ao se evitar um nome próprio seria a de não particularizar a

366 O cidadão ateniense é tratado como um estrangeiro pois, apesar de Platão ser ateniense, o que importa é a sua condição de estrangeiro no contexto narrativo das *Leis*, em que ele se encontra com um espartano e um cretense. Esta condição será tratada na sequência.

personagem. Em vista da preferência da filosofia platônica por tratar de gerais, pode-se supor que a falta de um nome próprio permita colocar em cena um personagem que representa um grupo mais amplo. É o caso da passagem do nome próprio ao nome para a classe visto na parte I.3.1.B. Se for assim, há um ganho na condução dos diálogos. O cidadão ateniense, livre de ter as idiosincrasias de uma personalidade peculiar como Sócrates, pode ser identificável com um referente mais amplo agrupado por características generalizáveis comuns, como os atenienses do período clássico. De maneira análoga, o estrangeiro eleata pode não seguir um modo de falar poético como o de Parmênides ou um refutativo como o de Zenão, seus conterrâneos monistas, sem ter que abandonar um conhecimento profundo do monismo³⁶⁷.

O nome da função

Se a omissão do nome próprio for mesmo um caminho para a generalização haveria pelo menos duas possibilidades para se colocar em cena uma classe de indivíduos a partir de uma personagem³⁶⁸. Primeiro, à maneira da tragédia, é possível se referir à personagem com o nome da sua função (ou ocupação). Vários coadjuvantes são apresentados assim durante as tragédias, como os mensageiros, vigias e criados, entre outros. Platão faz o mesmo em casos de personagens periféricas, também generalizáveis. O caso mais célebre é o do escravo no

367 *Sofista*, 216 a: “em acordo com o que dissemos ontem, Sócrates, viemos aqui e trouxemos um estrangeiro, que, de nascimentos é de Eléia, um companheiro do círculo de Parmênides e Zenão e também um filósofo.” Nessa passagem fica claro que Eléia é usado como sinal de um berço para a filiação filosófica com o monismo.

368 Mesmo quando Platão usa personagens nomeadas há quem os interprete como gerais. É o caso de Crátilo, segundo Barney, 2001 p.52: “eu acho que nós devemos entender o Crátilo aqui como um praticante de etimologia extrema, na verdade, ele não é muito caracterizado como um indivíduo. Crátilo provavelmente é pensado como um representativo genérico de pessoas que fazem esse tipo de coisa.” No entanto, isso parece ignorar que, diferente de um leitor atual, o público de Platão teria informações sobre o Crátilo histórico.

Mênon. Nesse caso Sócrates está tentando defender a reminiscência, hipótese segundo a qual toda alma traria em si o conhecimento das ideias devido a um contato prévio. Desta perspectiva, quem quiser conhecer deveria simplesmente acessar a reminiscência desse contato. Para comprovar essa hipótese Sócrates decide mostrar que qualquer um, sem nenhum aprendizado, possui a resposta certa, desde que se faça a pergunta correta. Para tanto, seria essencial que a pessoa escolhida para servir como 'qualquer um' seja um qualquer. Nesse quadro não há opção melhor do que um escravo não particularizado. A escolha é tão importante nesse caso que o uso do nome comum da classe (espécie) faz parte do argumento³⁶⁹.

Em vista da função da coisa como caminho para a compreensão da Ideia da coisa vista na parte I.1.2.E, pode-se pensar que essa postura seria interessante para Platão ampliar até personagens mais centrais dos seus diálogos. Se pensarmos no *Crátilo*, ele poderia nos apresentar como personagens o 'dialético', o 'convencionalista' e o 'naturalista'. As personagens principais criadas por Platão, porém, quando não têm nomes próprios, também não têm um nome comum funcional (de alguma ocupação que lhe definiria). Um exame em outros usos desses termos gerais mostra o problema.

Várias vezes Platão usa uma espécie de demótico que não se refere à filiação biológica, mas sim à filiação intelectual de um grupo de pessoas. Exemplos são os Parmenídicos³⁷⁰ no *Sofista* e os Heraclitianos, mas o mesmo seria aplicável àqueles do círculo

369 “Apenas chame um de seus escravos aqui, qualquer um que quiser, para ele servir a minha demonstração. (...) Ele é grego, eu suponho, e fala grego.” *Mênon* 82b A única exigência é que ele fale grego, não por causa da língua ou por oposição aos bárbaros, mas apenas para compreender as perguntas de Sócrates.

370 Concordo com a leitura proposta por Cordeiro (1991) que prefere *Heteros* a *Etairos* na leitura do Mss. do *Sofista*. Porém é inegável que no diálogo o estrangeiro eleata chama Parmênides de nosso pai, diz que o escutou desde a infância, e ainda se desculpa pelo parricídio. Assim, em acordo com a leitura aqui proposta, ele não seria parmenídico, mas teria sido formado, ainda que não fizesse parte do grupo, em círculos parmenídicos. É esta a condição que lhe permite examinar de maneira crítica o pensamento de Parmênides. Cordeiro ainda afirma que o Eleata é Platão. Nos casos paralelos propostos aqui seria mais pertinente ver o Ateniense como Platão. Mesmo assim este parece ser um esforço de especificação sem propósito já que retiraria a generalidade da personagem que se referiria a uma classe.

de Eutidemo (ambos no *Crátilo*), entre outros. Estes casos tratam de referências a discípulos que seguem, ou, pelo menos, acreditam seguir, de maneira fiel os pensamentos de quem eles tomam por mestres. Estes seriam exemplos de nomes bem colocados por se referirem a uma classe, e que informam o que permite uni-los em tal classe, ou seja, a filiação fiel a uma escola filosófica. Porém isto só ocorre em referências secundárias, nas quais as personagens, apesar de citadas, sequer participam dos diálogos.

A explicação tem a ver com a hereditariedade explorada acima. Esse tipo de discípulo não está aberto a abrir mão dos preceitos de seu mestre e escola em busca da verdade. Isso faz com que uma tal caracterização formasse uma personagem que não seria muito útil à discussão dialética encenada em um diálogo filosófico. Ainda mais sério seria esse tipo de caracterização em um protagonista.

Como veremos com mais detalhe na sequência, as personagens gerais que são protagonistas dos diálogos têm um trato constante com determinada teoria, mas isso não requer nenhum tipo de fidelidade, pelo contrário, lhes dá propriedade para colocar o pensamento em questão sob investigação. Por isso o estrangeiro eleata e o cidadão ateniense não são chamados de parmenídico ou socrático. Ao referi-los por um patronímico Platão nos mostra a origem da personagem, origem essa que, além de falar das leis e costumes sob os quais ele cresceu, e do estereótipo daqueles da sua classe, traria também a informação da sua formação intelectual ligada às personagens históricas influentes de suas regiões, sem cobrar uma fidelidade extrema.

C. Protagonistas em condição de estrangeiro

O estrangeiro eleata, protagonista do *Sofista* e do *Político*, traz no seu nome sua condição de estrangeiro e o patronímico que indica ser originário de Eleia. O cidadão ateniense das *Leis*, por sua vez, apesar de ser caracterizado como “cidadão”, também se encontra em condição de estrangeiro, já que o diálogo acontece fora de Atenas e tem por interlocutores um cretense e um espartano. Essa caracterização um tanto quanto contraditória de alguém com uma origem conhecida, mas fora do seu lugar de origem, faz sentido diante da investigação precedente. A crítica ao modo de vida errante dos sofistas, por um lado, desvaloriza a falta de origem, por interditar o desenvolvimento aprofundado de uma natureza ou conhecimento. Por outro lado, o paradigma do herdeiro não apegado aponta para a necessidade de não se submeter cegamente aos costumes, leis e ensinamentos herdados dessa origem. Em vista destes dois pontos, alguém referido por um patronímico que marca sua origem, mas que se encontra fora da pátria, como um estrangeiro, estaria em condição perfeita para guiar uma busca honesta do conhecimento. Ele seria equivalente a um herdeiro de uma tradição que traz algo adquirido com profundidade, mas com o distanciamento necessário para usar, abandonar e reformular, as ideias ou leis desta tradição³⁷¹.

Se formos às *Leis*, encontraremos uma passagem que confirma a interpretação sugerida acima e ainda determina de maneira explícita as características deste tipo de estrangeiro com origem bem definida. Em 952d, distingue-se quatro tipos de estrangeiros: 1) o que viaja para passar o verão, 2) o que viaja para ver os espetáculos, 3) o que viaja a negócios, e, por fim, 4) o que viaja para ensinar e aprender algo. O terceiro tipo parece coincidir com a caracterização dos sofistas. Eles seriam ambulantes sem origem, como se viu

371 Tucídides, em uma postura análoga, defende o seu exílio como uma oportunidade dele examinar a guerra do Peloponeso de uma perspectiva melhor: “o fato de que eu estava exilado do meu próprio país por vinte anos após meu comando em Anfipolis me deu oportunidade de olhar as coisas dos dois lados e de refletir sobre eles com alguma calma.” (*Guerra do Peloponeso* V.26). De modo que esta parece ser uma posição comum de ser defendida na época.

na crítica à errância de Eutidemo e Dionisodoro no *Eutidemo*, que vendem discursos e lições como mercadorias, segundo o caso de Pródico e a lição sobre a correção dos nomes no *Crátilo*.

Já o quarto tipo seria aquele do estrangeiro protagonista de Platão³⁷². O que ele teria a ensinar estaria relacionado com os seus costumes, informados no seu patronímico, e com os ensinamentos dos sábios que habitam sua pátria, em acordo com a relevância da ascendência e origem local vista no *Crátilo*. Assim, esses nomes dão informações relevantes e prudentes sobre seus referentes, de acordo como o funcionamento dos nomes exposto aqui. Por outro lado, sua condição de estrangeiro lhe permitiria analisar essas raízes de maneira menos parcial, como no paradigma do herdeiro da *República*. Nos casos específicos dos protagonistas em questão, um filósofo que aprendeu de Parmênides, mas que não é um seu seguidor, não teria dificuldade em questionar o pensamento do mestre, e, se necessário fosse, em reelaborar ou abandonar determinados pontos de seu pensamento que se mostrassem problemáticos. Esta parece ser a atitude do estrangeiro eleata em relação a Parmênides, o que fica evidente na célebre passagem do parricídio analisada mais adiante. Da mesma maneira, o cidadão ateniense pode representar as leis e os costumes da sua cidade na formulação de uma constituição ideal em conjunto com um espartano e um cretense. Isto porque ele agirá com o despreendimento de um herdeiro e o distanciamento de um estrangeiro³⁷³. Portanto, se quisermos aceitar as características apresentadas nas *Leis*, como parece plausível, o estrangeiro eleata e o cidadão ateniense seriam sábios, ricos e teriam, provavelmente, em

372 *Leis*, 952d: “há uma quarta classe de pessoas respondendo nossos espectadores, que vem de outra terra para olhar para a nossa. Primeiro, este tipo de visita será raro e o visitante deve ter pelo menos cinquenta anos de idade. Talvez ele possa querer algo que é rico e raro em outras regiões, ou, ele mesmo, mostrar algo aos modos de uma outra cidade. Deixe-o, então, ir, sem restrições, até as portas dos sábios e ricos, sendo um deles ele mesmo.”

373 Além disso parece ser um *topos* comum na literatura grega antiga aquele do estrangeiro que dá conselhos. Segundo Tandy, a partir da poesia didática de Hesíodo “parece haver uma tradição na Grécia arcaica de se colocar como estrangeiro ao dar um conselho.” (Tandy, 1996, p.7).

torno de cinquenta anos de idade³⁷⁴.

D. A origem do Eleata

Vimos que tanto a origem locativa quanto a origem genealógica são pontos de partida importantes na construção de uma personagem e personalidade. Ademais, a relação entre hereditariedade e funcionalidade de progenitores e prole pressupõe que a ascendência deva ser reforçada na educação dependente do ambiente cultural do local de origem. O caso do estrangeiro eleata parece paradigmático para entender este tipo de interação entre local e educação, já que sua origem em Eleia indica sua intimidade com o monismo da escola eleata. Fontes externas testemunham que Parmênides, precursor da escola eleata, teria sido inclusive legislador em Eleia, e, assim, sua figura incorporaria essa relação político-educativa³⁷⁵. Porém, é o texto do *Sofista* que nos permitirá determinar melhor o que se encontra em jogo neste caso.

A passagem mais relevante para confirmar o papel do estrangeiro como herdeiro intelectual da escola eleata é a cena do parricídio. Ao mesmo tempo em que chama Parmênides de “pai”, o protagonista não se furta à necessidade de colocar o raciocínio monista “sob tortura”³⁷⁶. Ele inclusive cita textualmente o “grande Parmênides” que “eles

374 Vale notar ainda que a postura de Sócrates é dita como a de um estrangeiro no *Fedro*: “F. Você é uma pessoa notável e incrível, pois você realmente parece um estrangeiro que está sendo guiado, e não como um nativo.” (*Fedro*, 230 c). Porém, o estrangeiro eleata, apesar de estar fora de casa, é quem guia os diálogos que protagoniza. Também parece válido comparar esta posição com a biografia de Platão que, por volta dos 30-40 anos de idade, teria feito viagens a Megara, Cirene, Itália e Egito, além da sua participação fracassada em Siracusa contada na *Sétima Carta*.

375 cf. Espeusipo em Diógenes Laércio, ix. 23, comp. Estrabão, vi.; Plutarco, *adv. Colot.* 1126 A – B.

376 “Vai ser necessário para nós, em nossa defesa, que coloquemos o discurso do nosso pai Parmênides sob tortura para forçá-lo a dizer que 'aquilo que não existe', em alguma medida, existe.” *Sofista*, 241d

ouviam” quando eram crianças³⁷⁷. O plural, além de reforçar o entendimento da personagem como uma classe, ainda mostra como a filiação intelectual parece ser um programa político da educação da cidade. Uma vez que todos os coetâneos teriam sido educados no monismo, fica claro que a origem local implica também formação intelectual. Esta educação, no entanto, não chegou a transformá-lo em um 'parmenídico' ferrenho. Seria mais um caso de uma funcionalidade herdável³⁷⁸. Desse modo, tanto por ser um herdeiro sem excessivo apego, quanto por estar na posição de estrangeiro, ele pode olhar de fora com a profundidade de quem conheceu de dentro o monismo. Em sua crítica ao ensinamento de Parmênides ele chega a rotulá-lo de “mito”³⁷⁹. Seria uma narrativa que, segundo ele, funciona para crianças, mas que deve ser superada. É isso que ele se dispõe a fazer na sequência do diálogo.

Ao torturar o monismo, seu objetivo claro é o de extrair dali uma condição na qual o não-ser, de alguma maneira, seja (ou exista), contra o argumento básico do monismo citado em 237a, segundo o qual “o que não é, nunca deveria ser forçado a ser”. Não há espaço para tratar da difícil reavaliação da questão que se segue na discussão em que a diferença é apresentada como um tipo aceitável de não-ser. Interessa mais aqui o fato de ela mostrar como o estrangeiro eleata tem o conhecimento necessário do monismo (origem definida) sem estar preso à sua radicalidade (condição de herdeiro e estrangeiro) para encontrar uma posição mais pertinente³⁸⁰.

377 No Sofista o estrangeiro cita de cor o que ouvia na infância: “mas Parmênides, o grande, começando quando nós éramos crianças e até o fim, afirmou isso, falando como se segue em toda ocasião, tanto em prosa quanto em poesia: 'pois o que não é, nunca deve ser forçado a ser'.” *Sofista*, 237a

378 Em congruência com a leitura de Marques, 2006 p.60, para quem: “Ao matar Parmênides, Platão está, na verdade, renovando o discurso de seu pai eleata. Ele nega o pai, conservando e perpetuando seu discurso. O discurso do bom herdeiro é o mesmo e outro que o do pai.” A ligação com o paradigma do herdeiro na *República* é a mesma, a diferença aqui é que o foco na nomeação lida mais com a formação da personagem do que com a posição de Platão.

379 “Cada um deles (incluindo Parmênides) me parece ter-nos narrado um tipo de mito, como se fôssemos crianças.” *Sofista*, 242d Esse uso do mito para educar os leigos remete ao uso da etimologia para convencer um público de não especialistas.

380 Nem todos os comentadores modernos aceitam a tese do parricídio, mas não há dúvidas de que neste diálogo

Reunindo as informações que temos até aqui, e suas implicações, teríamos que o estrangeiro eleata se trata de um indivíduo que representa uma classe (ausência de nome próprio) herdeiro (com conhecimento, mas sem tanto apego) de uma tradição local e intelectual (o monismo da escola eleata de Parmênides). Informações mais práticas, e menos relevantes, para entender o papel da protagonista ainda o caracterizariam como cinquentenário, sábio e abastado.

E. A origem do ateniense

O texto das *Leis* também fornece informações que corroboram a importância da origem geográfica para a composição de uma personagem. O diálogo chega até mesmo a tratar as diferentes estratégias de nomeação analisadas no *Crátilo* de uma maneira bem coerente com o que vimos. Em 626d, Clinias se recusa a chamar o cidadão ateniense de 'ático' por julgar que ele mereceria ser chamado pelo nome da deusa³⁸¹. Neste uso se percebe uma hierarquia que valoriza mais o deus do que o local de origem. Assim, repete-se o mesmo tipo de rejeição ao nome locativo que vimos ocorrer no caso de 'Escamândrio' entre os troianos por oposição à prudência das mulheres, conforme menciona Sócrates no *Crátilo*. Para Clinias, de acordo com a confiança que se tinha então na etimologia, o motivo de o outro merecer ser

o monismo seja colocado em cheque. Pode-se supor, por exemplo, que os elementos mediante os quais isso se faz sejam encontrados no interior do próprio monismo. Talvez tenha sido ao se valer do dualismo sensorial que figura na segunda parte do poema que o estrangeiro eleata encontrou os fundamentos da estratégia investigativa característica dos diálogos de Platão, a saber, o método da divisão. Ao dividir as coisas sensíveis em opostos ele pode relativizar o princípio monista estático de modo a aceitar a existência de um tipo de não-ser que é a mudança para o diferente identificada na realidade sensível.

381 *Leis*, 626 d: “Clinias. Estrangeiro ateniense, não vou chamá-lo de habitante da Ática, pois você parece merecer mais ser chamado a partir da deusa ela mesma, pois você volta aos primeiros princípios elucidados pelo argumento.”

chamado de ateniense seria a atestada capacidade de argumentação do cidadão. A explicação do nome de Atena no *Crátilo* como aquela que “tem intelecto divino” (*theou noesis*, 407a) não deixa de estar relacionada com este motivo da preferência de Clinias. No entanto, estas motivações se assentam na raiz etimológica das palavras, o que seria persuasivo (para o poeta ou sofista), mas não muito legítimo (para o filósofo ou político).

Vimos que a melhor maneira de caracterizar uma personagem não se encontra na etimologia, mas na menção à origem da pessoa. Um exemplo desta postura também aparece explicitado nas *Leis*. Em 641e, o protagonista compara os modos de agir do seu povo em relação ao dos seus interlocutores, um espartano e o cretense Clinias³⁸². Apresentando o que pode ser visto como os estereótipos da época para os habitantes das respectivas regiões, o cidadão ateniense diz que seus concidadãos têm a reputação de serem grandes oradores, os espartanos de serem sucintos (de onde vem nosso uso do termo “lacônico”) e os cretenses de serem sagazes³⁸³. Platão, como autor, portanto, estaria ciente de que o nome 'ateniense' geraria no seu público a impressão da personagem ser um bom orador, para o bem e para o mal. Esta consciência também vem confirmada no texto quando o protagonista das *Leis* se preocupa em pedir desculpas por parecer muito ateniense (estereótipo) ao falar demasiado sobre pouca coisa³⁸⁴, onde parece haver o reconhecimento de um costume um tanto quanto negativo que ele não consegue evitar.

No passo 550b da *República*, há um exemplo que ilustra bem a relação entre educação

382“...os atenienses tem fama, entre todos os gregos, de serem grandes oradores enquanto os lacedemônios são famosos por sua brevidade, já os cretenses têm mais sagacidade que palavras.” *Leis*, 64e

383 Aristóteles, na *Retórica*, inclusive cita esta técnica. “as coisas peculiares de cada nação são honoráveis entre elas e quaisquer que sejam os sinais de coisas louvadas entre eles são honoráveis” (*Retórica*, 1367 a 28). Pode ser mais um reflexo da postura de persuadir por meios imprecisos para se alcançar o bem. Isto ficaria claro ao caracterizar os cretenses por sagazes quando seu estereótipo era de eles serem mentirosos, como se verá na sequência.

384 “Primeiro, permita-me desculpar (...) tenho medo de parecer fazer um grande discurso de um material bem pequeno.” *Leis*, 641e

e ambiente mostrada acima. Sócrates nos apresenta o caso de um filho de pai de boa natureza, que tem também ele uma boa natureza, mas que vive em uma cidade mal governada³⁸⁵. Sob estas condições, o jovem, de boa família, em uma pátria ruim, acaba desenvolvendo uma personalidade dividida. Ele é bom, e ainda tem um pai bom, que se ocupou da educação da parte racional da sua alma. No entanto, a influência do ambiente em que vive acabou corrompendo a parte apetitiva da sua alma, tornando-o assim um timocrata. Como resultado, o jovem poderia até buscar coisas boas, mas o faria apenas como amante das honras, sendo sempre passível de ser desviado pela satisfação de apetites imediatos. Nesse caso, é justamente o ambiente que impede o jovem de desenvolver sua natureza. Se quisermos generalizar, o exemplo nos fornece uma especificação para a influência do pai (ou educador) e do ambiente no desenvolvimento da natureza de um indivíduo. Quem educa, exercita a parte racional da alma, enquanto o ambiente adentra suas partes competitiva e apetitiva³⁸⁶.

Outro exemplo aparece no *Mênon*, onde Sócrates cita o caso de Themistocles³⁸⁷. Este seria um pai virtuoso que se preocupou em educar seu filho Cleophantus. Prova disso seria a excelência atingida pelo jovem, ainda em tenra idade, em cavalgar. Por outro lado, ainda assim, o filho não cresceu para se aproximar da virtude de seu pai, e sequer superou aquela de seus vizinhos coetâneos. O fato de o pai tê-lo ensinado a cavalgar mostra que ele se ocupou da

385 *República*, 550 b: “Quando o jovem escuta e vê tudo isso e também escuta o que seu pai diz, e vê suas práticas de perto, comparando-as com as dos outros, ele é puxado por ambos, a educação do seu pai e o elemento racional na sua alma, que o faz crescer. Ao passo que outros nutrem os elementos do apetite e do desejo. Então, porque ele não é mal por natureza, mas ficou em má companhia, ele fica no meio do caminho quando é puxado nestas duas direções, e se rende ao governo do elemento intermediário, o que ama a vitória e o desejo, e se torna um homem que ama a honra e o orgulho.”

386 Esta divisão é bem assentada no esquema da *República* e não precisa ser aplicada à risca como um traço geral do pensamento de Platão, mas ainda sim é uma informação válida. Se aplicarmos ao papel dado a Sócrates no *Laques*, ele seria o educador dos jovens enquanto que o ambiente os corromperia.

387 “Eu te pergunto, você já ouviu alguém dizer, novo ou velho, que Cleophantus, filho de Temístocles, ficou tão bom e obteve tanto sucesso quanto seu pai? (...) E como podemos acreditar que seu pai escolheu treinar seu próprio filho nestes traços, mas mesmo assim, não o fez melhor que seus vizinhos nos seus feitos particulares – se a virtude, como foi alegada, pode ser ensinada?” *Mênon* 93e

educação do filho, diferente da crítica que aparece no *Laques*. O fato de os seus coetâneos serem melhores que ele mostra que a culpa, diferente do caso da *República*, não pode ser colocada no ambiente de criação. Resta então assumir que se trata de um caso de um nascimento contra a natureza, como aquele exposto no *Crátilo* sob o exemplo do bezerro filho de cavalo.

A postura encenada pelo cidadão ateniense nas passagens das *Leis* citadas acima mostra como ele repete as características comuns de seus concidadãos, portanto, ele não iria contra a natureza desenvolvida no seu ambiente de criação. Porém, se ele realmente está na condição de estrangeiro durante a discussão, seria de se esperar que ele pudesse ir além deste estereótipo. E, de fato, isso é o que acontece. Contrário à postura etimologizante, o cidadão ateniense, ao perguntar pela cidade que eles vão criar no discurso, por exemplo, faz questão de esclarecer que não se trata de uma pergunta pelo nome da cidade. Isso seria irrelevante e, segundo ele, poderia vir tanto de um deus protetor quanto de um acidente geográfico. Desta forma, ele interdita as duas perspectivas usadas por Clinias ao diferenciar, em um mesmo referente, o nome ática (que viria de um lugar) e o nome Atenas (que viria da deusa) quando esse dissera que preferia chamar o cidadão por 'ateniense' no lugar de 'ático'³⁸⁸. Para o Ateniense, em contraposição à posição comum expressa pelo cretense, a pergunta válida seria sobre que tipo de cidade esta seria³⁸⁹, e, por conseguinte, que tipo de cidadão ela geraria.

A diferença entre o ateniense e o cretense, nesse caso, repetiria aquela do filósofo e do sofista, e do valor referencial do nome e de sua capacidade descritiva. Ela residiria, então, no

388 Vale notar que foi o cretense 'sagaz' quem apelou para a interpretação das etimologias de ateniense como herdeiro de Atenas em oposição ao locativo e que, sem eufemismo, a fama dos cretenses entre os gregos antigos seria é de mentirosos: “os cretenses mentiam sempre.” (cf. Ep. Titus i. 12: κρητες ἀει ψεύσται).

389 *Leis*, 704 a: “...e como esta cidade vai ser? Eu não quero perguntar qual é ou será o nome do lugar, isso pode ser determinado por um acidente da localidade ou algo do assentamento original, um rio ou uma fonte, ou alguma divindade pode sancionar o nome para a nova cidade.” A origem divina do nome é até aventada como uma possibilidade, mas sem se mostrar digna de uma discussão séria.

fato de que seu discurso tem por tema e objetivo algo diferente da etimologia tão cara à arte retórica praticada pelos oradores, ele se preocupa é com o que é essencial ao definir a cidade, suas leis. Ademais, ao perguntar pelo 'tipo' de cidade, independente do nome, ele nos remete à postura socrática que atravessa os chamados primeiros diálogos de Platão no qual a busca pelo conhecimento tenta responder 'o que é X'. Assim, seguindo o modelo do pai que educa o filho timocrata na *República*, podemos supor que Sócrates exerça uma influência na parte intelectual da alma do ateniense que merece ser melhor determinada.

F. A ascendência do ateniense

A atribuição de uma filiação intelectual ao cidadão ateniense não pode ser feita com base em fontes textuais tão claras como aquelas encontradas para o estrangeiro eleata no *Sofista*. Apesar disso, não é difícil formular uma hipótese bem assentada. Ao considerar o patronímico 'ateniense', a primeira relação que vem em mente é aquela entre duas das personagens principais dos diálogos de Platão, Sócrates (Sofrônico Ateniense) e o Cidadão Ateniense. Segundo Aristóteles, e alguns estudiosos atuais, a ligação é tão forte que pode-se afirmar que o protagonista das *Leis* é o Sócrates da *República*. Aceitando ou não esta identificação, é preciso supor uma explicação para a motivação de Platão em diferenciar a maneira de nomeá-los. Aristóteles não se furtou a essa tarefa. Para ele, a justificativa estaria em uma diferença de estilo dos diálogos. O diálogo *Leis* seria uma composição de estilo mais ordinário, enquanto a *República* traria toda particularidade própria de um diálogo socrático³⁹⁰.

390 Aristóteles nota a diferença de estilo, mas unifica os condutores do diálogo ao dizer, por exemplo, que Platão quisera fazer as *Leis* de uma maneira mais usual do que a *República*: “Nas *Leis* não há nada além de leis, não se diz muito sobre a constituição. Isso é porque ele tentou escrevê-la de um jeito mais normal.” (Aristóteles,

Esta explicação, ao tomar como critério de diferenciação uma fuga da particularidade, remete à preferência por não particularizar a personagem evitando um nome próprio como defendido acima. Porém, vimos que seria preferível ter um personagem com conhecimento adquirido, mas com o desapego de um herdeiro diante de uma herança, que seria valorizada sem ser, contudo, idolatrada. Para completar a composição da figura, temos a condição de estrangeiro, o que permite ao personagem olhar de fora os costumes em que foi criado. Nesse quadro, o cidadão ateniense não pode ser Sócrates e nem mesmo socrático, ainda que o compartilhamento do patronímico permita igualar o ambiente que os formou. Assim, a leitura de uma classe (atenienses), que contém a parte (Sócrates), parece ser a mais segura para se entender a construção dessa personagem.

É claro que, para Platão, Sócrates não seria apenas um ateniense qualquer. Trata-se de um indivíduo que, além de compartilhar o ambiente, os costumes e as leis com todos os seus concidadãos, teria feito mais. Ele pensou, discutiu, educou e influenciou todo um ambiente. Prova do reconhecimento da influência do filósofo seria o fato de o cidadão ateniense, em muitos momentos, apresentar sim um tom que pode ser caracterizado como socrático. Isso explica, ainda, por que antigos e modernos teriam se arriscado em identificar os dois. Em geral, o cidadão ateniense é mais assertivo do que Sócrates, porém, em vários pontos, ele conduz sua argumentação de maneira realmente socrática³⁹¹. Nessa perspectiva, é possível concluir que Sócrates seria um ateniense que influenciou bastante a formação do cidadão ateniense, tal qual Parmênides teria influenciado o estrangeiro eleata, mas nenhum dos protagonistas fictícios tem obrigação de fidelidade a seus pais intelectuais.

Política, 1265). Whitaker reconhece a similaridade entre Sócrates e o Ateniense e propõe como razão para Platão não identificá-lo uma vontade de deixar a filosofia passar incógnita na apresentação da constituição (Whitaker, 2004, p.146). Motivos mais convincentes para o uso de Ateniense serão dados na sequência.

391 Podemos caracterizar várias partes das *Leis* como discussões 'maiêuticas'. Por exemplo na discussão acerca da largura, comprimento e profundidade. (cf. *Leis* 819e seq.)

As vantagens de uma filiação intelectual indeterminada também seriam as mesmas nos dois casos. Apesar de lembrar Sócrates em alguns momentos, o cidadão ateniense também se permite colocar as posições do filósofo em perspectiva. Um exemplo é o uso do *topos* socrático segundo o qual ninguém faz mal voluntariamente³⁹². O cidadão ateniense mantém esta postura, assim como o eleata não refuta diretamente o monismo de Parmênides, no entanto, menos comprometido, ele pode se permitir aceitar a existência de atos de injustiça voluntários para conceber o seu modelo de constituição³⁹³. Ao afirmar que existem ações ruins que estão entre o voluntário e o involuntário, o cidadão ateniense encontra um meio termo que lhe permite ultrapassar a posição defendida por Sócrates sem ter que abandoná-la de maneira total. Não chega a ser um parricídio, mas é um uso de herdeiro do conhecimento desenvolvido na juventude³⁹⁴. Desse modo, parece evidente que os dois protagonistas sem nome referidos por patronímicos intelectuais e demóticos têm uma semelhança na sua caracterização. Além disso, em vista da investigação prévia, é plausível reconhecer nessa semelhança uma intencionalidade embasada pela compreensão do funcionamento dos nomes segundo Platão como instrumentos primariamente referenciais, cuja descrição, uma capacidade secundária, é da opinião de quem nomeia. Esta, para ser válida, deve ser clara e prudente, tomando as origens e a formação da personalidade como objeto.

Conclusão

392“... todos homens maus são sempre maus involuntariamente.” *Leis*, 860d

393 “... ações feitas com paixão são desta natureza e ficam entre o voluntário e o involuntário.” *Leis*, 867a

394 Mais uma vez pensando na suposta biografia de Platão, se ele foi mesmo discípulo de Crátilo, podemos ver o *Crátilo* como um parricídio no qual ele não nega a verdade natural dos nomes, mas abandona a concepção de que essa verdade deva ser encontrada escondida nas etimologias das palavras.

Chegamos ao fim dessa seção com duas conclusões que se complementam. De maneira geral, podemos determinar quais características seriam mais convenientes na composição de um protagonista fictício de um diálogo filosófico segundo Platão. Estas foram exibidas em bloco na conclusão de II.4.1 acima. Além disso, pudemos ver em seguida de que modo estas características se aplicam aos dois casos examinados, o do estrangeiro eleata e o do cidadão ateniense;

Ambos os personagens representam um grupo, o de homens nascidos e criados sob as mesmas leis, costumes e ambiente intelectual, um de Eleia e o outro de Atenas. No caso do estrangeiro eleata, a referência mais forte diz respeito à influência intelectual exercida pelo monismo advindo de Parmênides. Porém, ele trataria desta influência como um herdeiro, que aceita e se aproveita do herdado, mas não tem dificuldade em abrir mão de partes que se revelam problemáticas. O estrangeiro eleata pode cometer o parricídio de mostrar que de alguma maneira o não ser pode ser.

Já no caso do cidadão ateniense a influência mais forte seria aquela das leis e costumes de Atenas. Isso fica evidente na sua índole de orador, pela qual ele mesmo irá se desculpar de antemão por algum excesso. Como consequência desta desculpa, no entanto, podemos ver um sinal da influência exercida pelo seu pai intelectual que seria Sócrates. Ele não se importa com a questão do nome e da etimologia do seu objeto de investigação, a cidade e a sua constituição ideal, mas se interessa em saber como será esta cidade e que tipo de homens ela vai gerar. Além disso, de acordo com o paradigma do timocrata na *República*, pode-se supor que a educação proporcionada pelo ambiente da cidade adestrasse a parte irascível da alma, enquanto que o filósofo que tomam por mestre educaria antes a sua parte intelectual. Por isso o cidadão ateniense é falastrão, mas utiliza este costume para perguntar por coisas

filosoficamente mais relevantes que a persuasão.

Estas informações seriam as que o público deveria apreender da escuta destes nomes não particulares com origem bem definida apresentados por Platão. Seu nível de clareza e de profundidade variaria de acordo com a intimidade que o público teria com o monismo ou com a figura de Sócrates, e com a índole dos atenienses do período clássico. No entanto, é preciso ter em mente que esses personagens agem como herdeiros e estão, ao mesmo tempo, na posição de estrangeiros. Assim, uma vez que eles não se comprometem de maneira cega com estas suas influências, nenhum conhecimento prévio delas seria requerido do público para que pudesse entender, em algum nível, a discussão apresentada no diálogo.

Em resumo, as características mais particulares do estrangeiro eleata e do cidadão ateniense convergem em alguns aspectos significativos: eles seriam homens ricos quinquagenários, ocupando a posição de estrangeiros, que teriam, enquanto herdeiros sábios (conhecimento de causa, mas sem apego excessivo), uma relação singular com os costumes, leis e ensinamentos das suas respectivas cidades e dos indivíduos mais sábios que nela habitam ou habitaram.

Porém, o mais importante aqui é ver como essa postura é coerente com a interpretação dos nomes como um instrumento de referência natural que a realiza através de uma descrição convencional. A estratégia mais valorizada de tratar um nome seria aquela explorada pelos poetas. Eles tentam guiar o público por um desvelamento mágico do futuro da personagem que estaria contido na etimologia do seu nome. Platão vai contra essa postura. Ele reconhece a importância de informar algo sobre a constituição da personagem, mas, prefere a estratégia mais prudente de informar sobre o passado e presente em vez de prever o futuro. Para revelar essas informações Platão opta por deixar tudo bastante claro ao usar adjetivos, como o

demótico e patronímico, em vez de um nome próprio com raízes etimológicas. Dessa maneira ele não recorre à capacidade descritiva em sua versão mais tradicional, nem requer uma inspiração de quem quiser interpretar o nome, mas, ainda assim, faz uma referência precisa e informativa da personagem sem individualizá-la.

II.4.3 Os nomes dos diálogos de Platão

Como um breve adendo a esta investigação dos nomes de personagens, parece válido ainda considerar a questão dos títulos dos diálogos. Em geral, acredita-se que os títulos principais tenham sido dados, ou, pelo menos, aprovados, por Platão³⁹⁵. Há de se notar que, na grande maioria, esses títulos se tratam de nomes próprios. A regra mais generalizável seria aquela segundo a qual os títulos trazem o nome próprio do principal antagonista de Sócrates em cada diálogo. O *Crátilo* é um destes casos (apesar de Hermógenes falar mais que *Crátilo*, a postura do segundo é mais antagônica, além disso, Crátilo seria uma personagem histórica mais conhecida do que Hermógenes). Esta tendência parece seguir o costume das tragédias, estas também tendem a ser intituladas por nomes próprios. Além disso, ela também se alinha com a postura maiêutica de Sócrates segundo a qual ele não era responsável pelas ideias que ajudava seus interlocutores a parir³⁹⁶. Contando os duvidosos e espúrios, são 28 diálogos

395 Para uma apresentação do estado da questão ver: Van Der Berg, 2008 p.43, n.42: “De acordo com Diógenes Laércio III 57-8 foi Trasilos, astrólogo da corte do imperador Tibério, que aplicou estes títulos duplos aos diálogos. No catálogo de Trasilos, como diz Diógenes Laércio III 58-61, o *Crátilo* é, de fato, listado pelo seu nome duplo. No entanto, como Mansfeld 1974: 71-74 defende, a maioria dos primeiros títulos provavelmente deriva de Platão ele mesmo, enquanto alguns dos segundos títulos existiam bem antes de Trasilos, de modo que pode se inferir que Trasilos generalizou o uso do segundo título. Sendo assim, o diálogo é conhecido pelo seu título duplo desde o fim da antiguidade (ver Philoponus in Mete. 17, 37 e Olimpíodoro In Alc. 2,89)”

396 Há ainda quem (Denis Xavier no Encontro da sociedade de platonistas em Brasília 2011) defenda que Sócrates escolhe adequar seu raciocínio de acordo com seu interlocutor e, por isso, os diálogos seriam nomeados a partir destes. Faz sentido e o Fédro é uma prova: “Se ele encontrar um tal homem, reconhecê-lo e convencer a si mesmo que este é o homem (e que esta é a natureza falada em alguma aula) ao qual ele deve fazer uma aplicação prática de um certo tipo de discurso de uma certa maneira para persuadir o seu ouvinte de alguma ação

nomeados assim. Dentre os espúrios, alguns trazem nomes próprios, mas não de participantes declarados do diálogo como o Halcyon, Hiparco e o Míno.

As exceções do padrão no caso dos diálogos em que Sócrates é protagonista podem ser padronizadas ao se considerar que eles, provavelmente, se tratam de gêneros literários da antiguidade. No caso do *Simpósio* haveria uma tradição de fazer textos do tipo simpósio, que traz no título a ocasião em que a discussão acontece. O mesmo seria aplicável à *República*³⁹⁷, Diógenes teria escrito uma, em que a proposta do texto seria tratar de uma organização ideal de uma sociedade (As *Leis* podem ser vistas como um exemplo disso também). Do mesmo jeito, a *Apologia* seria um gênero literário em que se defenderia alguém ou alguma coisa. Além disso existem as exceções nos casos espúrios ou duvidosos onde os títulos trazem, mais diretamente, o assunto do diálogo como os casos do *sobre a justiça*, *sobre a virtude*, e *amantes rivais*.

Os diálogos de Platão que não trazem no título um nome próprio são identificados por um nome comum que representa o objeto da investigação. Há de se notar que nos dois diálogos conduzidos pelo estrangeiro eleata os títulos são nomes comuns, respectivamente, o *Sofista* e o *Político*. Pode-se supor que o *Sofista* não poderia ter sido nomeado segundo o padrão, porque, se assim fosse, haveria dois diálogos com o nome de *Teeteto*. Porém, a distinção entre o *Hípias maior* e *Menor* testemunha contra este tipo de explicação. Já no caso do *Político* pode-se supor que, uma vez que o interlocutor é homônimo de Sócrates, optou-se por evitar a confusão, mas tampouco isso parece convincente.

Parece mais plausível enxergar nesse caso um outro padrão que pode estar relacionado

ou crença.” Fédro 272a

397 Segundo Nails, 2002 p.324: “Antes que o diálogo fosse revisto e colocado no seu formato atual, havia uma versão separada do primeiro livro chamada 'da justiça' ou 'Trasímaco' e havia ainda uma proto-República ou Estado Ideal de dois rolos a qual Xenofonte criticava (Gell. NA14.3.3)”.

ao método da divisão utilizado pelo estrangeiro eleata em ambos os casos. Os dois títulos são nomes de uma classe que tentará ser definida a partir da comparação e distinção em relação a outras classes. Também no caso do cidadão ateniense o título dos diálogos em que ele é protagonista não seguem o padrão daqueles em que Sócrates figura. O padrão aqui é alguma referência as leis, a saber, nas *Leis* e no *Epinomis*. Nesse caso é evidente a relação entre os títulos e a proposta do condutor do diálogo, um cidadão que investiga as leis. A comparação entre esses dois grupos aponta para a postura maiêutica aliada ao só sei que nada sei de Sócrates como uma explicação para se nomear pelo interlocutor e não pelo assunto a ser investigado.

Porém, a interdição de se determinar o assunto investigado não perdurou já que se criou, mais tarde, o costume de acrescentar subtítulos explicativos aos diálogos. O *Crátilo*, por exemplo, é referido, a partir do médio platonismo, como *Crátilo, ou sobre a correção dos nomes*. É interessante notar que fazer isso é como acrescentar uma adjetivação descritiva do assunto do diálogo. Ou seja, seria uma postura algo similar ao demótico-patronímico adicionado ao nome próprio. No fundo, o que esta necessidade expressa, em ambos os casos, é a fragilidade descritiva de um nome próprio; seria preciso lhe acrescentar alguma informação. Os platônicos posteriores podem até, contra seu mestre, ter preferido defender a etimologia com método de conhecimento, no entanto, a moda de acrescentar um subtítulo descritivo ao título dos diálogos indica o ganho de causa à posição de Platão de uma exposição clara e prudente da informação que se quer revelar.

Capítulo 5: Usando nomes e personagens para encenar problemas filosóficos

A estratégia de nomeação de Platão condiz com seu entendimento da dupla função hierarquizada do nome como referência real através de uma descrição aparente. Porém, a influência dessa concepção na dramatização de seus diálogos não se restringe à nomeação das personagens. A proeminência da busca pela referência correta dos nomes vista na parte I se reflete também em várias situações encenadas nos diálogos. Alguns exemplos desse tratamento serão analisados na sequência. Primeiro, em II.5.1, a preferência pela generalização própria da filosofia como aparece na *Apologia*. Em seguida, as possibilidades retóricas da descrição, uma vez que se tem claro que ela pertence ao âmbito da aparência segundo o *Fédro*. Por fim, em III.5.3, na trilogia *Teeteto*, *Sofista* e *Político*, a interação das personagens Sócrates, estrangeiro, Teeteto e o jovem Sócrates mostrará como problemas linguísticos são colocados em cena.

II.5.1 A generalização a partir de um nome próprio na *Apologia*

Um dos processos epistemológicos vistos acima foi aquele que passa do particular para o geral, que, no caso dos nomes, acontece na passagem de um nome próprio a um nome comum. No *Crátilo*, em três etapas vistas em I.3.1, o nome sai do particular funcionando como um endereçar-se, passa pelo nome comum de uma classe e, enfim, é definido como uma referência à Ideia. Uma ocorrência que reforça essa leitura, em um contexto que não trata

especificamente da linguagem, aparece na *Apologia*.

A passagem em questão é aquela na qual se interpreta o oráculo que teria dito ser Sócrates o mais sábio dos humanos³⁹⁸. Assim como na recusa de tratar de nomes próprios no *Crátilo*, a interpretação de Sócrates é generalizante. Para ele, o oráculo não disse que ele seria o ser humano mais sábio. O oráculo teria apenas usado o seu nome como um exemplo particular para ilustrar a sabedoria humana. Onde deveríamos entender que, assim como Sócrates, um humano só será sábio quando reconhecer aquilo que não sabe. Por conseguinte, mais importante do que a referência particular 'Sócrates é sábio', é reconhecer sua generalização, 'todo humano que reconhecer o que não sabe, assim como Sócrates, será sábio'. Nesse movimento reconhecemos o mesmo passo, visto no *Sofista*, de uma verdade modal servindo de base para uma verdade não modal. Diante de uma sentença como 'Teeteto voa', passamos quase inconscientemente pela premissa geral 'humanos não voam' para ver a falsidade da declaração particular. A mesma passagem é encorajada por Sócrates na interpretação do oráculo. Ao reconhecer que ele não sabe Sócrates não está apenas fazendo uma afirmação particular, através da generalização ele estabelece uma descrição geral da sabedoria humana, a qual ele prova empiricamente nos diálogos socráticos ao perguntar especialistas para que definam conceitos que eles acreditavam saber, mas na verdade não sabiam.

Na sequência da *Apologia* Sócrates ainda coloca em prática, sem alarde, a maneira generalizante pela qual interpretara o oráculo. Ao acusar quem lhe acusa, ele também prefere não focalizar em um indivíduo particular³⁹⁹. Ele se furta de chamá-lo pelo nome e o define

398 “E parece que ele não diz isso de Sócrates, mas apenas usa meu nome, e me faz um exemplo, como se dissesse: 'entre vocês, seres humanos, é o mais sábio quem, como Sócrates, reconhecer que na verdade não possui sabedoria de nada!'” *Apologia* 23b

399 “Assim, examinando este homem, pois eu não preciso chamá-lo pelo nome, mas foi um homem público com o qual eu tive este tipo de experiência, homens de Atenas, e conversando com ele, ele parecia ser sábio a muitos outros, e especialmente a ele mesmo, mas ele não é. Então eu tentei mostrar-lhe que ele pensava ser sábio, mas

como um homem público. Na mesma sentença ele se dirige à sua audiência como 'homens de Atenas'. Assim a generalização aglutinadora se completa. O indivíduo é pensado como parte do grupo, logo, a crítica ao indivíduo é direcionada a todo o grupo. Ainda no tema do autoconhecimento e da ignorância, ele tenta mostrar que todos os atenienses acham que sabem de política quando, na verdade, não sabem. Em vista do autoproclamado interesse da filosofia platônica de lidar com o geral, Sócrates não veria como uma missão corrigir o indivíduo Anitos; seu interesse seria em melhorar as leis, costumes e os cidadãos de Atenas. Essa situação ainda emula o movimento que Platão faz ao substituir Sócrates, o protagonista idiossincrático da *República*, por um protagonista geral referido através da descrição 'cidadão ateniense' nas *Leis*.

II.5.2 Um caso de falsa descrição significativa no Fédro

Segundo a leitura proposta na Parte I, os nomes estariam em relação direta com a Ideia das coisas nomeadas. Por outro lado, sua capacidade descritiva, por ser do âmbito da aparência, não seria decisiva no seu valor de verdade, mas apenas na sua correção, segundo a parte II. Nesse quadro, qualquer uso de um nome para trazer à mente do ouvinte uma característica da coisa nomeada tem uma grande porção de estratégia retórica. É por isso que o uso de um nome em particular pode ser correto ou incorreto independente de ser verdadeiro ou falso. Essa separação é necessária, pois permite que um nome com uma descrição incorreta do nomeado ainda funcione em sua referência, como no caso do Hermógenes que não tem nada de Hermes. No *Fédro* podemos identificar uma exploração que ilumina o uso retórico dessa separação.

não era.” 21d

No *Fédro*, Sócrates usa o nome de Nestor para falar de Górgias assim como de Odisseu para falar de Trasímaco⁴⁰⁰. Seu interlocutor dá sinais de ter entendido a referência, mas é preciso estar atento para não perder a estratégia retórica desta substituição⁴⁰¹. Primeiramente, em consonância com a passagem do particular ao geral vista acima, a substituição agrega alguma adjetivação ao referente a partir da generalização da característica proverbial de um nome próprio da tradição que seria aplicada a outro particular. Por exemplo, a esperteza torta de Odisseu era proverbial na antiguidade. Tanto que no *Hípias Menor* ela é tema da discussão de Sócrates com a personagem-título. Assim, ao usar o nome de Odisseu para falar de Trasímaco (e dos sofistas em geral) Sócrates está atribuindo, em algum grau, essa qualidade ao grupo ao qual ele se refere. Assim ele parte do particular Odisseu, para achar uma característica generalizável a certos humanos, sua inteligência torta, e a aplica a outro particular, Trasímaco, que, por ser associado a um grupo, os sofistas, acaba generalizado mais uma vez.

Da maneira análoga, ao chamar Górgias de Nestor, ele atribuiria a verborragia do velho sábio ao sofista de discurso rebuscado, em uma imagem que também aparece no *Hípias Menor*⁴⁰². Para essa estratégia funcionar é preciso que o interlocutor saiba que se trata de um nome intencionalmente mal aplicado e que reconheça a característica do falso referente como um atributo do referente em questão. Portanto, o falante tem que conhecer o costume/convenção do ouvinte para gerar nele o efeito esperado⁴⁰³. Esse movimento mostra como,

400 “S. Então você já ouviu falar dos tratados de retórica feitos por Nestor e Odisseu, que eles escreveram quando não tinham nada para fazer em Troia, e você nunca ouviu falar daquele feito por Palamedes?” F. Nem mesmo o de Nestor, a menos que você esteja disfarçando Górgias sob o nome de Nestor e Trasímaco ou Teodoro sob aquele de Odisseu. S. Talvez eu esteja.” *Fédro* 261b

401 Em um uso parecido no *Fédro* 261d ele usa o nome 'palamedes eleata' para se referir, supostamente, a Zenão.

402 De acordo com Blondell, 2003 p.134-135 comentando o *Hípias*: “De acordo com *Hípias* eles mostram, não só que Aquiles é 'verdadeiro e simples', mas também que Odisseu é multifacetado e falso'. (...) Nestor prefigura não só a fé dos sofistas numa persuasão eloquente (e verborrágica), mas também seu papel como educadores, especialmente na vida política.”

403 Ao público da época, ainda haveria uma relação presente entre as obras dos sofistas referidos que teriam

mesmo sem descrever, um nome pode interferir no nomeado⁴⁰⁴. 'Nestor' não traz na etimologia 'falastrão', porém, o fato de um certo Nestor ter entrado na tradição como um falastrão é suficiente para que esse nome passe a representar essa característica. Daí se desencadeia no ouvinte um processo quase silogístico. Nestor é falastrão, Górgias é Nestor, logo, Górgias é Falastrão.

Ambos os casos mostram como um nome próprio pode virar um nome comum (ou adjetivo)⁴⁰⁵. Uma pessoa incorpora tanto uma característica que seu nome passa a ser sinônimo da tal característica. No *Crátilo* há, pelo menos, um exemplo explícito disso, durante a etimologia de *sounienai* (literal: vir junto, significa: vir a saber), que é dita vir de *Sous*, por causa do espartano ágil (sagaz) que tinha este nome. No *Hípias Menor* Sócrates também associa o sofista personagem-título com Odisseu, apesar de este querer ser associado com o sábio Nestor. Todos esses casos reforçam como a separação entre a capacidade descritiva dos nomes e sua referência permite um uso retórico do nome de um para se referir a outro de maneira significativa, mas sempre no âmbito da opinião.

Para que a estratégia retórica funcione, no entanto, é preciso assegurar que o ouvinte faça a referência correta. A estratégia não funcionará se a pessoa achar que por 'Odisseu' Sócrates quer dizer Odisseu e não Trasímaco. Para garantir a referência Sócrates usa uma descrição. Fédro sabe que quem 'fez um tratado de retórica' não foi Odisseu mas sim Trasímaco, logo, a declaração só é verdadeira se por 'Odisseu' se entende alguém que fez um

tratado dos heróis citados, como nota Ademollo, 2001 p.247: “Mas há também um jogo com as peças de retórica fictícias nas quais as personagens falantes são exatamente estes heróis. A *apologia de Palamedes* de Górgias, o *Troikos* de Hípias (aparentemente um diálogo entre Nestor e Neoptolemus ou os discursos de Ajax e Odisseu pelas armas de Aquiles feitos por Antístenes.”

404 É o sentido, como a audiência interpreta e a referência, a quem ele se refere, nos termos de Frege.

405 Hoje em dia um comportamento parecido é verificável no costume de contextualizar virtudes e defeitos a uma audiência leiga. Por exemplo, ao se referir a um bom jogador de beisebol para um desentendido do esporte, como o 'pelé do beisebol' Além disso, também temos adjetivos criados a partir de nomes próprios como quando se caracteriza um esforço de 'hercúleo'. Mas o exemplo mais comum deste fenômeno acontece com marcas de produtos que viram nomes gerais. No Brasil, a pioneira Gillette virou sinônimo de lâmina de barbear.

tratado de retórica, a saber, Trasímaco (ou um outro sofista). É exatamente isso que Fédro faz para compreender a frase⁴⁰⁶. O mesmo processo, porém mais direto e sem o uso de nomes próprios, se identifica na nomeação dos protagonistas fictícios de Platão investigados acima em II.4.2.C. Trata-se de uma descrição das características centrais de personagens que podem ser generalizadas. Isso permite ver que o uso de personagens históricas, mas célebres por um ou outro traço, como ser um sofista, não seria tão diferente das personagens sem nome próprio, pois, em questão, estaria um traço comum de uma personagem particular. Esses dois casos remetem ao valor de verdade descritivo do discurso e à prescrição de se começar uma discussão pela definição do seu objeto que é feita no próprio *Fédro* e praticada no caso da justiça no livro I da *República*⁴⁰⁷.

Algo parecido com a discussão acima acontece na passagem do *Crátilo* 429e. Sócrates usa o exemplo de Crátilo viajando ao estrangeiro e sendo chamado por um nome próprio errado, o de Hermógenes, mas, ainda assim, a referência funciona. Resta saber se nesse caso, como no *Fédro*, Sócrates, com esse uso de um nome para se referir a outra pessoa, esteja aplicando a Crátilo as características de Hermógenes. Se formos ao passo em que Sócrates desenvolve a etimologia de Hermógenes baseado nas características de Hermes, parece claro que essas são mais associáveis com a personagem de Crátilo do que com a de Hermógenes. Hermes é o “intérprete e mensageiro, esperto e enganador no discurso” (408a). Além disso, ele é associado com a 'invenção artificiosa' ao ser lido ligado ao uso de Homero do verbo

406 É interessante notar que este exemplo de uma descrição definida 'que fez o tratado de retórica' interfere em como se deve compreender o valor de verdade da referência ao sujeito. Isto mostra que o tratamento de Platão é mais pragmático do que dos referencialistas como Russel. O contexto não só torna uma referência falsa verdadeira como agrega informação sobre ela. Deste jeito, pode-se igualar, neste caso, Odisseu com Trasímaco, porém, essa igualação agrega a informação de que ambos partilhariam da qualidade de possuírem uma esperteza torta (*ankylomethis*).

407 cf. II.3.2.A, onde se encontra a citação do *Fédro* 265d segundo o qual seria preciso: “se esclarecer pela definição do particular o que ele quer explicar, bem como agora, ao falar do amor, nós dissemos o que ele é e o definimos, bem ou mal. Deste modo, certamente, o discurso ganhou em clareza e consistência.”

μῦθομαι. Dessa maneira, a interpretação da etimologia do nome do deus e seus derivados parece ser muito conveniente para caracterizar aquele que usa as etimologias para explicar as coisas nomeadas, como faz o naturalismo de Crátilo, e não o convencionalismo de Hermógenes. Portanto, o exemplo de engano dado por Sócrates talvez seja ainda mais rico de sentido, na medida que quem chama Crátilo de 'Hermógenes', no que concerne à capacidade descritiva do nome, acerta mais do que quem o chama de 'Crátilo'.

II.5.3 As personagens do *Teeteto*, *Sofista* e *Político*

Os três diálogos em sequência dramática, *Teeteto*, *Sofista* e *Político*, apresentam personagens que permitem colocar em cena várias questões acerca da nomeação e da aparência. Por um lado temos Teeteto, um jovem que se parece muito fisicamente com Sócrates, mas tem um nome diferente (A, B e C). Por outro lado, há o jovem Sócrates, um colega de ginástica de Teeteto que tem o mesmo nome que o filósofo, mas que, ao contrário de Teeteto e de seu homônimo, tem uma bela aparência (D). Vamos ver o que isso desencadeia nos diálogos.

A. Nome e referência no *Teeteto*

A abertura do *Teeteto* traz um problema de referência que encena alguns resultados da investigação prévia. Em 143d Sócrates pergunta a Teodoro sobre os jovens brilhantes a quem ele tem se associado. Teodoro, então, decide falar sobre Teeteto. Como Sócrates não capta a referência, ele pergunta pelo nome do pai do jovem, mas Teodoro não se lembra. É assim que,

na expressão do *Crátilo* que se repete no *Teeteto*, um não consegue 'mostrar o que tem em mente' ao outro⁴⁰⁸. Temos, então, a situação de um interlocutor que usa o nome 'Teeteto' para se referir a um jovem enquanto que o outro usa o sobrenome 'Eufronita'. Porém, apesar de os dois conhecerem o referente, como um não sabe o que o outro sabe, ambos não chegam a um acordo acerca da referência⁴⁰⁹. A situação só se resolve quando o referente se apresenta aos dois. Ao ver Teeteto se aproximar, Teodoro aponta o jovem e Sócrates finalmente reconhece a referência.

O gesto de apontar encena a capacidade referencial dos nomes. No *Crátilo*, ao explicar a capacidade descritiva dos nomes, Sócrates dá o exemplo dos mudos que se comunicariam imitando com o corpo o que queriam dizer⁴¹⁰. No seu exemplo, para dizer 'cavalo', sem palavras, ele imitaria um cavalo. Quem fala imitando com o corpo comete o mesmo erro de quem procura o significado de uma palavra na sua etimologia, o de se ater às aparências. Diferente dessa postura, um mudo pode muito bem se referir a um cavalo ao se comunicar com quem não fala a linguagem dos sinais apontando para um exemplar do animal. Isso requer que haja um exemplar para ser apontado, mas, como mostra a cena do *Teeteto*, mesmo

408 cf. II.3.2.A e o *Crátilo* 434e “eu, quando pronuncio isto, tenho no intelecto aquilo, e você, reconhece o que é que eu tenho no intelecto” e o *Teeteto* 206e “discurso é o que faz o pensamento de alguém evidente através de nomes e frases.”

409 Ao colocar essa situação em uma frase como: 'Teeteto é o filho de Eufrônio' fica clara uma semelhança com o famoso paradoxo de Frege sobre Vênus apresentado na frase: 'a estrela da manhã é a estrela da tarde'. Em termos puramente lógicos se trataria de uma tautologia já que os nomes diferentes se referem a mesma coisa. Porém, ambos os filósofos reconhecem o poder da capacidade descritiva de um nome em intervir na percepção dos interlocutores do discurso. Frege explica a questão segundo a categorização de sentido e referência. Referência é a que um nome se refere, de modo que, em relação a referência, as frases acima são tautologias. Sentido (do sinal) é o seu modo de apresentação. Neste âmbito as frases não só não são tautológicas como induzem ao erro de referência por apresentarem um mesmo referente com descrições diferentes (ainda que verdadeiras). Teeteto é Teeteto e é também filho de Eufrônio bem como a estrela (na verdade o planeta Vênus) aparece de manhã como também a tarde. Platão não categoriza 'sentido' e 'referência' mas, como vimos, trata de duas características dos nomes, o que está sendo chamado aqui de característica referencial e capacidade descritiva. Estas podem ser relacionadas (mas não equiparadas) à distinção feita por Frege.

410 Se não tivéssemos voz nem língua mas quiséssemos evidenciar as coisas aos outros, não nos proporíamos, assim como os mudos de agora, a sinalizar com as mãos, a cabeça e o resto do corpo? (...) Se quiséssemos fazer evidente um cavalo correndo, ou qualquer outro animal, se torna específico que igualaríamos ao máximo os nossos corpos aos deles como se fizéssemos uma figuração.” *Crátilo* 422e-423a cf. II.2.1.A para o confronto entre o apontar e o imitar.

entre falantes que desconhecem aquilo que o outro se refere, é preciso recorrer ao referido para que haja comunicação⁴¹¹. Esse tipo de requerimento parece ser operante em Platão a ponto de ele recorrer à teoria da reminiscência para postular um contato prévio com as Ideias que forneceria a capacidade de falar de coisas que não se encontram no mundo sensível, entre eles conceitos abstratos, generalizações e objetos matemáticos. Nesse caso, a busca dialética pela determinação mais clara de uma Ideia aponta para fora da mente dos participantes da discussão em vista do referente do nome, a Ideia⁴¹². A abertura do *Teeteto* encena uma instanciação disso.

B. A aparência externa no Teeteto

A cena de abertura no *Teeteto* não só repete a preferência pela referência como também apresenta a crítica à aparência, quando examinada em detalhe. Para explicar quem é o jovem, Teodoro começa descrevendo sua aparência não muito agradável⁴¹³ e inteligência sagaz⁴¹⁴, exatamente as características pelas quais Teeteto se pareceria com Sócrates. A tentativa, como vimos, falha. Um dos motivos remete ao argumento do usuário. Como Teodoro é um matemático, e não um pintor, sua afirmação de que Sócrates e Teeteto se parecem fisicamente não seria confiável⁴¹⁵.

411 No diálogo, esse requerimento chega a ser explicitado: “a razão é que ele não deve apenas dizer o nome, mas também observar a coisa que é nomeada.” *Teeteto* 177e

412 Essa seria a resposta de Platão ao que hoje se chama de concepção agostiniana da aquisição da linguagem. Nesse modelo as crianças aprendem os nomes quando veem os pais apontando algo e dizendo seu nome. Porém, nesse caso, seria difícil explicar a aquisição de termos abstratos como liberdade e justiça. Para Platão, o contato prévio, mas obscurecido, com as Ideias às quais esses nomes referem explica não só essa capacidade como as variações de opiniões sobre esses referentes.

413 “Mas como ele é? Por favor não se zangue comigo, ele não é bonito, mas se parece com você no nariz achatado e nos olhos arregalados, mas os tem em menor grau que você.” *Teeteto* 144a

414 Mas aqui a referência é menos direta: “mas ele passa tão suave, tão inabalado e com tanta eficácia nas suas lições e investigações, e tudo isso com tanta gentileza, assim como um fio de azeite de oliva flui sem som, que é de se admirar que alguém da sua idade se comporte assim.” *Teeteto* 144b

415 Sócrates coloca nessas palavras: “sim, e agora eu suspeito que se a nossa preocupação fosse com a

A opção de Teodoro de descrever a aparência externa de Teeteto, se passada ao campo linguístico, equivaleria a explicar um nomeado pela etimologia do seu nome. Explicar quem é Teeteto dizendo que ele tem o nariz achatado equivaleria a explicar Orestes pelo que ele tem de agreste (*orós*) na sua natureza, o que é descartado como método de conhecimento no *Crátilo*. O máximo que a etimologia informa é a opinião do falante, e, portanto, vinda da boca de um não-especialista, ela seria ainda menos confiável, tal qual o julgamento estético vindo de um matemático.

Na sequência do diálogo, Sócrates, em busca de uma informação mais relevante, pede uma informação sobre o pai do jovem. Isso, como vimos em II.4.1.G, seria um passo importante na identificação e caracterização de uma personagem⁴¹⁶. Porém, também no *Crátilo*, o caso das proles excepcionais nascidas contra a natureza e dos pais que falham em desenvolver a natureza dos filhos mostra que o patronímico tampouco forneceria informação suficiente⁴¹⁷. Em acordo com a primazia dos feitos sobre os nomes e as aparências superficiais, Sócrates, após conhecer Teeteto, logo deixa claro que seu interesse é na semelhança das suas almas e não dos seus corpos⁴¹⁸. De maneira análoga, no caso dos nomes, o dialético deve buscar é o seu referente, e não a descrição apresentada na sua raiz

similaridade das caras nós teríamos que examinar se ele fala como um retratista habilidoso.” *Teeteto* 145a, e ainda: “Teodoro diz que eu tenho uma (cara) parecida a sua. Porém, se cada um de nós tivesse uma lira e ele dissesse que elas estavam afinadas no mesmo tom, confiaríamos nele de imediato ou iríamos examinar se ele falou como alguém com conhecimento musical?” *Teeteto* 144e

416 E ao ver o jovem ele confirma a utilidade da informação “ele é o filho de Eufrônio de Sunim, um homem, meu amigo, que é muito parecido com o que você descreveu.” *Teeteto* 144c Porém, foi preciso estar diante do referente.

417 No início do *Eutífron* o mesmo se repete quando Sócrates descreve a aparência, a cidade e o nome, mas não conhece a pessoa: “eu não conheço o homem muito bem, Eutífron, pois ele parece ser um jovem desconhecido. Seu nome, no entanto, é Meletus, eu acho. E ele é do demos de Pitthus, se você se lembra de algum Meletus pithiano, com cabelos longos, pouca barba e nariz encurvado.” Eutífron 2b O *Lísis* traz mais um caso de patronímico, referência e aparência: “Lísis, eu disse, parece ser um jovem. Eu acho que é por isso que eu não o conheci ao escutar seu nome. É porque ele não é muito chamado pelo seu próprio nome, ele disse, mas, ainda assim, ele é chamado pelo nome do seu pai, pois este é bem conhecido. Eu já sei bem que você está familiarizado com a sua aparência. Na verdade, isso já é suficiente para reconhecê-lo.” *Lísis* 204e

418 “E se ele elogiasse a alma de um de nós dois em questão de virtude e sabedoria? Não seria válido para quem escuta o elogio examinar o elogiado, e, o elogiado, por sua vez, em se mostrar?” *Teeteto* 145b Mais uma vez, é preciso provar com fatos o que fora apenas dito em palavras.

etimológica ou a semelhança entre palavras⁴¹⁹.

A relevância dessa cena de abertura, e da sua equivalência com o tratamento dos nomes no *Crátilo*, aumenta se ela for analisada em vista do diálogo como um todo. O *Teeteto* tem por tema uma crítica a quem pensa que o conhecimento é percepção sensível. Nesse contexto não é difícil notar o quão oportuna é a semelhança física entre Teeteto e Sócrates e seu descarte inicial. Como fica provado ao fim da discussão, verificar se os dois se parecem ou não fisicamente, como fizera Teodoro no início, é irrelevante para conhecê-los verdadeiramente⁴²⁰, uma vez que essa aparência superficial não mostra nada de essencial dos nomeados, a saber, sua alma.

A relação entre dois humanos que se parecem fisicamente seria, assim, uma versão corpórea da semelhança linguística de dois nomes que compartilham uma mesma raiz etimológica. Quem se deixa levar pela semelhança física entre Sócrates e Teeteto e supõe que eles partilham alguma característica essencial comete o mesmo erro de quem acha que Sócrates e Crátilo têm a força (*Krat-*) como traço comum, segundo a sugestão desprezada no *Crátilo*. O ponto epistemológico é, portanto, o mesmo. Só porque os nomes compartilham uma mesma raiz etimológica, assim como só porque Sócrates e Teeteto têm o mesmo tipo de nariz achatado, não quer dizer que eles compartilhem algum traço essencial.

C. Teeteto no *Sofista*

No início do *Sofista* 216d, Sócrates, o filósofo, declara que os filósofos, 1) “às vezes, se parecem com políticos e, outras vezes, com sofistas” antes de perguntar ao estrangeiro

419 Contra a aproximação de *kalós-kalein* no *Crátilo* 416d usada para associar as coisas 'charmosas' ao 'chamar'.

420 Pode ser relevante para um pintor que quer pintar seu retrato, mas este tipo de beleza é menos importante.

eleata como os da sua região 2) “nomeiam essas coisas” e se elas são 3) “três, dois ou um”. Uma vez estabelecido esse como o tema da investigação, eles escolhem Teeteto para substituir Sócrates como o interlocutor do estrangeiro eleata. Dado que o jovem é parecido com Sócrates, e que a aparência já fora desqualificada como método epistemológico no *Teeteto*, essa escolha alerta para a necessidade de que a discussão vá além e não se deixe enganar pelas aparências como em 1). É isso que ocorre, já que o estrangeiro, ecoando 3), procede pelo método da divisão na busca pela característica distintiva de cada um desses ofícios. Ou seja, a busca é mais por 'separar a natureza nas juntas' (segundo o vocabulário do *Fédro* 256a) do que por propor etimologias ou significados de nomes. Mais adiante na investigação, o estrangeiro enfatiza a questão dos 2) nomes acusando os antigos de uma certa preguiça ao nomear coisas diferentes que, apesar de merecerem, não teriam recebido nomes diferentes⁴²¹. Ele ainda conclui que os “sofistas não estão entre os sabedores (*sophos*), mas entre os imitadores” (*Sofista* 287e), mostrando a separação entre raiz etimológica e extensão do nome. Assim fica explícito que no método da divisão a busca pela referência não se dá pelos nomes, mas antes, pelas coisas elas mesmas, como na prescrição do *Crátilo*.

Na sequência do diálogo, ao aceitar o convite, Teeteto apresenta um colega seu, o jovem Sócrates, que poderá lhe substituir caso ele se canse⁴²². Nessa substituição, a afirmação de que ela não mudará muito as coisas iguala os dois jovens coetâneos. Esta posição também está coerente com o que se viu na abertura do *Teeteto* e com a investigação prévia sobre a formação de personagens-personalidades. Apesar de terem nomes diferentes, o fato de os dois jovens serem originários de uma mesma cidade (origem local), terem a mesma idade e

421 “De onde vamos tirar um nome que se adeque a cada um dos dois? Ou não fica difícil, uma vez que parece haver uma preguiça incompreensível entre os antigos em relação à divisão de gêneros e espécies?” *Sofista* 267e

422 “Bem, eu acho que como eu estou agora eu não vou me cansar, mas se algo assim acontecer nós vamos recorrer ao Sócrates aqui. Ele tem o mesmo nome de Sócrates, mas é meu contemporâneo e companheiro de ginástica. Não é incomum que ele se exercite bastante comigo.” *Sofista* 218b

receberem o mesmo treinamento (origem cultural) formaria uma personalidade significativamente semelhante. No fim das contas, é esse tipo de semelhança significativa que o estrangeiro eleata deve buscar ao distinguir sofistas, políticos e filósofos⁴²³. De modo que a escolha de Teeteto como interlocutor e o jovem Sócrates como coadjuvante parece bem conveniente à economia do diálogo.

D. A homonímia no *Político*

No *Político* a anunciada substituição de Teeteto pelo jovem Sócrates se concretiza. Sócrates era um nome comum na época⁴²⁴ e não parece haver razão para se supor que essa personagem tenha sido criada por Platão⁴²⁵. Mesmo assim, o motivo da escolha de alguém com esse nome parece não ter sido casual, ou, pelo menos, ter sido aproveitado pelo autor. Mais uma vez a introdução é feita por Sócrates, o filósofo, que, ao falar dos dois jovens, enfatiza tanto a semelhança de aparência quanto a homonímia com cada um deles. Em 258a ele nota, primeiro, que Teeteto se parece fisicamente com ele, e, em seguida, que ele e o jovem Sócrates têm o mesmo nome, e, por último, que todos têm algum parentesco, já que a origem comum geraria uma familiaridade⁴²⁶.

423 Para proceder esse tipo de investigação é preciso ir além dos nomes e cruzar discursos diferentes sobre seus referentes: “Deve-se sempre, em relação a qualquer coisa, chegar a um acordo sobre a coisa ela mesma através de discursos do que apenas sobre o nome separado do discurso.” *Sofista* 218c Isso remete à prescrição vista no *Fédro* 265d de se começar um discurso pela definição, e não pelo nome do objeto em questão. Tudo coerente com o valor de verdade descritivo do discurso e o fato da capacidade descritiva dos nomes ser apenas convencional.

424 Segundo Nails, 2001 p.269: “o nome 'Sócrates' era comum: LGPN2 lista 196, incluindo 4 que são mais antigos que o Sócrates de Alopece (o mais antigo sendo do sexto século) e sete dos quais contemporâneos a ele (quatro inscrições parcialmente restauradas). Existem dezoito ou mais atenienses que são da mesma idade para ser o jovem Sócrates. Eu não tenho nenhuma razão para pensar que ele seja uma personagem criada ou o substituto por algum outro.”

425 Aristóteles o cita na *metafísica* 1036b25 “E a analogia no caso da coisa viva que o jovem Sócrates costumava afirmar não é boa...”

426 “e ainda tem um outro ponto, Estrangeiro, que ambos têm um tipo de parentesco comigo de um ou outro lugar. Um, como você disse, se parece comigo segundo a natureza da sua cara, o outro tem uma designação

Vimos que desde o *Teeteto* a semelhança de aparência como aquela entre Sócrates e Teeteto é questionada como método epistemológico. Além disso, a ascendência é declarada como mais significativa na definição de uma personalidade, tal qual a origem do eleata e seu pai intelectual ser Parmênides dizem mais dele do que se ele tivesse um nome próprio. Já no *Sofista*, a preferência é por dividir as coisas que apresentam alguma diferença mesmo que elas tenham um mesmo nome. Esse é o caso dos dois Sócrates e sua divisão parece ser realizada no *Político*.

Em 261e, o estrangeiro eleata diz para o jovem: “ó belo Sócrates! Se você evitar levar os nomes muito a sério, você será muito mais sábio na velhice.” O adjetivo 'belo' mostra que, naquilo em que Teeteto se parece com Sócrates, uma aparência não muito agradável, o jovem Sócrates é diferente deles. Por outro lado, na sabedoria de quem não dá mais importância aos nomes do que às coisas, ele ainda precisaria aprender. Assim, apesar de os três terem uma origem em comum, os dois jovens ainda precisam seguir os conselhos do filósofo para desenvolverem suas naturezas além das 'brincadeiras sofisticadas'. É possível, portanto, enxergar aqui mais um caso crítico de aproximação dos nomes com as aparências, como visto em II.3.2.B. Quem leva muito a sério a percepção das características superficiais, seja na aparência do corpo de uma pessoa ou da etimologia do seu nome, se coloca em risco de ser enganado por manipuladores de aparências. Essa mesma postura, relativa especificamente às etimologias, fica explícita no *Crátilo* 436b, onde Sócrates alerta a personagem-título sobre o risco de engano que vem da investigação das coisas a partir do significado dos seus nomes⁴²⁷.

Se quisermos comparar as personagens de Teeteto e do jovem Sócrates a fim de verificar qual dos dois seria um herdeiro intelectual mais legítimo de Sócrates, fica claro que a

homônima à minha e o nosso endereço também gera um tipo de relação familiar.” *Político* 258a

427 “Se alguém que investiga as coisas for seguir os nomes, averiguando o que cada um quer dizer, não se faz inteligível a existência de um risco nada pequeno de ele ser enganado?” *Crátilo* 436b

escolha tende a favorecer Teeteto. Além de ele aparecer em mais diálogos e ter um papel mais relevante de interlocutor do que o jovem Sócrates, sua inteligência ainda é comparada à de Sócrates por Teodoro. Além disso, ele se parece fisicamente com Sócrates, enquanto o jovem Sócrates somente tem o mesmo nome. Vimos que esses traços não são epistemologicamente muito confiáveis, mas, ainda assim, a aparência das coisas particulares fornece um caminho melhor do que a capacidade descritiva de um nome para se compreender sua Ideia, como veremos na parte III. No caso de pais e filhos, inclusive, a tradição identificada em Homero e Hesíodo era de avaliar a descendência segundo a aparência dos dois⁴²⁸. Infelizmente, repetindo a situação de Astianax em relação a Heitor, o Teeteto histórico morre jovem demais para desenvolver ao máximo a natureza herdada do seu pai intelectual. Mesmo assim, várias contribuições matemáticas da academia lhe são atribuídas⁴²⁹.

Em suma

O uso que Platão faz dos nomes de personagens em seus diálogos confirma o entendimento do funcionamento dos nomes que se extrai de uma leitura do *Crátilo*, como vimos nos paradigmas do cidadão ateniense e do estrangeiro eleata. Além disso, ele ainda coloca suas personagens em situações propícias para encenar problemas filosóficos entre ser e parecer que, traspassadas ao campo linguístico, se colocam nos termos de referência e descrição.

Na *Apologia*, vimos como o passo do particular ao geral, ou melhor, do nome próprio

428 Nos *trabalhos e os dias* 235 Hesíodo elogia os tempos em que as “mulheres dão a luz a filhos parecidos com os pais”. Na *Odisseia* 141-6 Helena diz que Telêmaco se parece com Odisseu.

429 cf. Szabó, 1978 p.76 que cita um comentário aos *Elementos* X de Euclides e uma fonte Árabe que atribuem descobertas relativas aos números irracionais a Teeteto. O autor é cético questiona a historicidade das informações, mas de qualquer maneira a tradição de atribuição existiu.

ao nome comum, é uma estratégia interpretativa do próprio Sócrates para o discurso divino. Sua explicação do oráculo segundo o qual ele seria o mais sábio dos homens abre mão da particularidade para se tornar uma prescrição geral segundo a qual todo aquele que admita que não sabe o que acha que sabe será mais sábio. Ainda na *Apologia*, o interesse no geral também se repete na crítica aos acusadores de Sócrates que, mais uma vez, ao prescindir de nomes particulares prefere diagnosticar o problema geral em todos os atenienses de seu tempo. Essas situações repetem a substituição de uma personagem idiossincrática como Sócrates na *República* por um geral como o cidadão ateniense nas *Leis*. Tudo isso está de acordo com o movimento da discussão do *Crátilo*, em que Sócrates abandona a discussão de nome próprio rumo a uma discussão dos nomes comuns.

No *Fédro*, a separação entre etimologia e referência é explorada através do uso de nomes de personagens da tradição para se referir, e qualificar, os sofistas. Assim, ao usar o nome de Odisseu ele atribui um pensar torto a Trasímaco e, através do nome de Nestor usado para Górgias, esse último é dito ser falastrão. Na adjetivação do nome próprio a generalização acontece mais uma vez. No sucesso da referência baseado nas personalidades, e não nas etimologias, dos referidos, se mostra que os nomes não escondem a essência dos nomeados e, portanto, deve-se investigar as coisas elas mesmas, e não os seus nomes. Tanto a crítica quanto a prescrição são declaradas de maneira explícita na conclusão do *Crátilo*.

Por fim, na tetralogia *Teeteto*, *Sofista*, *Político* e (o não escrito) *Filósofo*, a questão da aparência e homonímia é encenada a cada prólogo. Antes de refutar a tese segundo a qual conhecimento é igual a percepção sensível, Platão introduz como interlocutor Teeteto, um jovem que se parece física e intelectualmente com Sócrates, mas que ainda traz na alma uma opinião errada acerca do que é o conhecimento. Depois, diante da missão de separar termos

que são frequentemente usados de maneira intercambiável como 'sofista' e 'filósofo', Platão escolhe como interlocutor um jovem da mesma idade de Teeteto com o mesmo nome de Sócrates, mas com uma bela aparência. Desse modo ele pode colocar em cena a discussão acerca do método da divisão que deve ir além dos nomes e se fixar nas coisas. Mais uma vez esse contexto dramático é coerente com o *Crátilo* e a preferência pela característica referencial do nome em vez da sua capacidade descritiva.

Conclusão

O principal problema de uma investigação das coisas que passa pela etimologia dos nomes é que esta se embasa em fatores meramente convencionais. Seja a grafia das letras, o som das sílabas (mesmo no caso da onomatopeia) e letras (que moldam ao aparelho fonador), e até as etimologias que formam um nome descritivo são do âmbito da opinião humana. Prova disso é que palavras com sons que remetem a uma coisa podem ser usadas para falar de outra, como o 'durável' (*sklerotês*) que tem tanto o 'r' que dá ideia de dura quanto o 'l' de liso. Além disso, etimologias de uma mesma palavra ainda podem ser manipuladas para criar explicações opostas, como no caso da 'ciência' que pode ser lida como 'ciente da permanência' ou da 'continência'.

A etimologia, então, não é um instrumento legítimo na busca pelo conhecimento, mas tem um valor exegético que revela a opinião de quem cria um nome e, ainda, um valor retórico capaz de levar um ouvinte a compreender melhor o referente de um nome. Nesse quesito, o nome é um instrumento representativo e, como tal, não pode ser verdadeiro ou falso, mas pode estar correto ou incorreto, assim como uma imagem que é mais correta quando se parece com o representado. Isso traz o ouvinte, e a comunicação, para a investigação sobre os nomes e ainda permite que quem os usa manipule a percepção do ouvinte acerca do assunto tratado. Por exemplo, o nome de 'Hades' revela uma natureza mórbida do 'adeus' ou divina de quem parte para ficar junto 'ao deus'. O nome seria verdadeiro, pois há um lugar para o qual as almas imortais vão após a morte, mas o aspecto negativo seria

incorreto e o positivo correto. A partir daí surge a possibilidade de, usando as etimologias, gerar medo ou respeito pelo Hades que mudará muito a relação de uma cultura com a morte.

Platão ainda define uma estratégia de nomeação que tenta ser informativa, mas sem trazer os problemas de uma abordagem etimológica do significado dos nomes. Para tanto ele identifica as informações mais relevantes sendo aquelas sobre as origens do nomeado, sejam biológicas ou locais. Além disso, ele prefere tratá-los como particulares generalizáveis, o que amplia o escopo do discurso. Por fim, em vez de esconder as informações em etimologias obscuras ele prefere usar paráfrases que mostram as características dos referidos, o que eles têm em comum e quais suas particularidades. Assim, falar de um 'estrangeiro eleata' lhe permite tratar de um tipo generalizável de origens intelectuais e locais bem definidas expostas de maneira clara à sua audiência.

Parte III – O Asno

O papel dos nomes na busca pelo conhecimento

Introdução

Agora que temos uma visão completa das características e capacidades dos nomes, é hora de pensar sua referência e descrição na busca discursiva pelo conhecimento. Nessa última parte serão ensaiados os primeiros passos para se compreender o papel dos nomes em um processo de conhecimento que faz uso, mas deve transcender, não só a linguagem como também a percepção sensível. Uma discussão da epistemologia em Platão é um assunto muito extenso para ser tratado aqui. O foco da problematização será no funcionamento dos nomes, assumindo, no que concerne aos métodos epistemológicos tratados, uma leitura menos polêmica. A questão principal consistirá em lidar com a defesa de uma 'investigação sem nomes' apresentada no texto do *Crátilo* em vista de seu estatuto duplo investigado nas partes I e II acima.

Como a epistemologia vai além das aparências, mas, quase sempre, não alcança um conhecimento pleno, essa parte é nomeada o 'asno', um intermediário mais preciso que a 'sombra', porém, ainda aquém do 'cavalo'.

Capítulo 1: O nome no discurso epistemológico

Vimos como os nomes são instrumentos referenciais que indicam uma relação natural entre nome e Ideia e entre particular, classe e Ideia. Como o objeto do conhecimento é a Ideia, os nomes estão aptos a constituir uma busca discursiva pelo conhecimento. O problema surge quando pensamos que, no contexto da teoria da reminiscência, o sujeito que quer conhecer não tem uma compreensão clara daquilo que quer conhecer. No âmbito da linguagem, isso implica que o falante usa um nome de maneira intuitiva, sem saber com precisão a que está se referindo. Dessa limitação, surge a necessidade de recorrer a outros instrumentos na busca pelo conhecimento, como os particulares mutantes e até suas representações. No caso dos nomes, a referência natural feita às Ideias se realiza de maneira particular através de sons e letras que lhe dão uma capacidade descritiva de representação. O estatuto duplo do nome, portanto, o coloca em uma situação ambivalente no processo do conhecimento. Por um lado, ele possibilita um apontamento direto à Ideia em questão, por outro, ele o faz de maneira imperfeita, apresentando uma descrição de uma opinião particular ou convencional. Agora é hora de ver como esses atributos posicionam o nome na busca pelo conhecimento no *Crátilo* (III.1.1) e, depois, nos métodos epistemológicos utilizados nos diálogos de Platão (III.1.2).

III.1.1 Os nomes e o conhecimento no *Crátilo*

Uma discussão sobre a epistemologia aparece na conclusão do *Crátilo*. Sócrates,

primeiro, questiona, sem desenvolver muito, a possibilidade de haver conhecimento se o mundo for como os mobilistas o interpretam, isso será tratado em (A). A resposta é que um mobilismo extremo é contraditório à existência do conhecimento. Depois disso, vem mais uma negativa, essa mais específica, na qual Sócrates desconsidera a busca pelo conhecimento através dos nomes, que será o tema de (B). Aqui, veremos como a interdição é a uma investigação através dos nomes, mas que não interdita o uso dos nomes. Em seguida, em (C), será abordada a relação assimétrica entre nomes, falas e o conhecimento. Nomes e falas podem ser falsos, mas o conhecimento é sempre verdadeiro. A diferença se dá porque nomes e falas lidam também com o mundo sensível, enquanto conhecimento é sempre das Ideias. Isso leva ao último passo. Em (D) será tratada a separação de Ideias e mundo sensível, que indica um tipo de mobilismo moderado embasado pela estabilidade absoluta das Ideias atuando no mundo sensível. No fim, estaremos prontos para ver como, partindo do *Crátilo*, os nomes atuam na busca pelo conhecimento ao longo do *corpus* platônico.

A. Epistemologia no *Crátilo*

A segunda passagem em que ocorre uma referência explícita à teoria das Ideias no *Crátilo* vem na conclusão do diálogo, já na discussão com a personagem-título. É nesse ponto que a epistemologia entra em questão. Em 441ab Sócrates defende Ideia do conhecimento assim:

(1) Se todas as coisas se transmutam e nada permanece, Crátilo, parece aceitável que não exista conhecimento. (2) Pois, se fosse assim, o conhecimento da existência do conhecimento não se transmutaria, de modo que o conhecimento seria sempre

conhecimento. (3) Mas se também essa Ideia do conhecimento se transmutasse, junto se transmutaria qualquer outra Ideia de conhecimento, e não haveria conhecimento⁴³⁰.

O texto de (1) apresenta uma versão extrema de mobilismo segundo a qual 'todas as coisas⁴³¹ mudam e nada permanece'. Na leitura mais tradicional Crátilo, seguindo Heráclito, seria um defensor desse tipo de mobilismo⁴³². A extremidade da polaridade construída com 'tudo' e 'nada' deve ser notada, mas esse mobilismo extremo pode ser colocado na seguinte fórmula mais sucinta:

Mobilismo extremo: tudo está sempre mudando⁴³³

A conclusão de (1), 'não parece aceitável que haja conhecimento', que no original vem primeiro, garante que, nesse quadro mobilista extremo, não seria possível existir nenhum tipo de conhecimento. Além disso, o *εἰ*, partícula condicional, mostra que o argumento não pretende ser assertivo⁴³⁴. Sócrates, aqui, não quer afirmar nem que tudo muda, nem que tudo é estável. Ele quer apenas mostrar que não daria para defender que tudo muda e, ao mesmo tempo, que existe conhecimento.

A sequência da fala expõe a contradição interna de quem quiser defender um tipo mutante de conhecimento. A estratégia de argumentação em (2) é metareflexiva e se

430 Ἄλλ' οὐδὲ γινώσιν εἶναι φάναι εἰκόσ, ὃ Κρατύλε, εἰ μεταπίπτει πάντα χρήματα καὶ μηδὲν μένει. εἰ μὲν γὰρ αὐτὸ τοῦτο, ἢ γινώσῃς, τοῦ γινώσῃς εἶναι μὴ μεταπίπτει, μένοι τε ἂν αἰεὶ ἢ γινώσῃς καὶ εἴη γινώσῃς. εἰ δὲ καὶ αὐτὸ τὸ εἶδος μεταπίπτει τῆς γνώσεως, ἅμα τ' ἂν μεταπίπτοι εἰς ἄλλο εἶδος γνώσεως καὶ οὐκ ἂν εἴη γινώσῃς.

431 O uso de *χρήματα* para as coisas, em oposição a *ὄντα* de 439c, para falar das Ideias (as coisas que são em si). Porém, seria uma oposição casual, já que em contextos nos quais essa oposição não está em questão, *ὄντα* pode ser usado para falar das coisas que mudam.

432 Segundo Kirk (1951 p.250), Crátilo seria convertido ao heraclitismo por Sócrates, nessa passagem. De qualquer forma, importa aqui que Platão trata as duas posições como interligadas.

433 cf. também a outra ocorrência algumas linhas antes: “tudo esta sempre indo numa correnteza” *ἰόντων ἀπάντων αἰεὶ καὶ ρέοντων Crátilo 439c*

434 Sócrates mesmo diz, logo na sequência em 440c, que a investigação se a realidade é mobilista ou não é muito difícil para ser feita ali.

assemelha à refutação do relativismo protagórico. O argumento pode ser parafraseado assim:

Argumento contra o mobilismo: a) se é verdade que tudo se move, b) se segue que o saber que 'tudo se move' é um conhecimento constante. Logo, c) pelo menos uma coisa, 'o saber que tudo se move', não se move, portanto d) nem tudo 'se move' (e pode haver conhecimento).

É assim que o argumento tenta provar que, mesmo para um mobilista radical, nem tudo se move. O contraexemplo ao mobilismo extremo seria o próprio conhecimento admitido pela teoria mobilista de que 'tudo se move'. Mais cedo no diálogo, Sócrates já mostrara que o mobilismo heraclítico seria uma continuação da posição de Homero e Orfeu⁴³⁵. Isso confirmaria que, desde as fontes mais antigas, já se possuía o conhecimento de que 'tudo se move'. Assim teríamos um caso de algo que não muda mesmo dentro do mobilismo extremo. A estabilidade do conhecimento é provada, então, independente da teoria das Ideias, mas ela aparece na sequência.

Em (3) o texto introduz, sem fazer alarde, a teoria das Ideias, ao defender que a Ideia de Conhecimento, qualquer tipo que seja (inclusive o mobilista extremo), tem que ser estável. Daí vem a conclusão de que, se houvesse mudança na Ideia de Conhecimento, não haveria conhecimento. É assim que o conhecimento vira um exemplo de uma teoria segundo a qual as Ideias possuem uma existência estável. Nesse quadro, conhecimento é conhecimento da Ideia e, portanto, é sempre o mesmo e verdadeiro. Donde se tem que Platão, em relação ao conhecimento, pelo menos no *Crátilo*, assume a mesma posição binária radical como a de Crátilo em relação aos nomes⁴³⁶: se não é verdadeiro, não é conhecimento. Mas qual seria a

435 “Tal qual Homero quando diz “Oceano e a mãe Tétis são a gênese dos deuses”, ou ainda Hesíodo, eu acho, e também Orfeu que diz “Oceano, corredeiro charmoso, comandou o primeiro acasalamento/ ao desposar Tétis, sua irmã por parte de mãe.” Averígue como um é consoante ao outro numa extensão completa até Heráclito” *Crátilo* 402bc

436 Crátilo nega que nomes falsos sejam nomes: “S. Então, todos os nomes foram estabelecidos corretamente?”

peculiaridade que diferencia nome e falas, onde há verdade e falsidade, do conhecimento, onde só a verdade é possível?

Ao fim da passagem, quem analisa o conhecimento como um exemplo qualquer de aplicação da teoria das Ideias, vê que existe a Ideia de Conhecimento, assim como existe a Ideia de Nome e a Ideia de Cavalo. O motivo é o mesmo, todos eles precisam participar de algo estável para existir, cada um da sua maneira. Além disso, existem instanciações dessas Ideias que são os particulares no mundo sensível, ou seja, um conhecimento x (a soma dos ângulos internos de um triângulo é 180°), um nome x ('cavalo') e um cavalo x (Xanthos).

Um cavalo deve realizar minimamente bem a Ideia de Cavalo para existir. O nome, vimos, deve ter um referente estável para funcionar. Daí se extrai a peculiaridade do nome, um instrumento cuja Ideia o coloca em relação à Ideia da Coisa Nomeada, comi visto em I.3.1.C. Assim, o nome 'cavalo' se refere à Ideia de Cavalo, e, por isso, funciona mesmo se todos os cavalos do mundo forem extintos. Agora, em 441ab, fica claro que o conhecimento também é de algo estável, portanto, como o nome, estaria em relação com a Ideia. Conhecimento, então, seria conhecimento de uma Ideia⁴³⁷. Porém, nesse caso, a relação não é de referência. O tipo de conhecimento apresentado na sentença 'tudo muda e nada permanece' se aproxima mais de uma descrição do mundo.

Isso está de acordo com a leitura apresentada anteriormente, em I.5.1.C, de que o

C. Desde que sejam de fato nomes.” *Crátilo* 429d Para Platão, desde que seja conhecimento, é verdadeiro. 437 A afirmação de que o conhecimento é conhecimento do que não muda é um lugar-comum nos diálogos de Platão como, por exemplo, no *Cármides* 165d-176a e *Laches*, 198d.

Já no *Teeteto*, a possibilidade de o conhecimento ser percepção (outra vez contra Protágoras) remete a um mundo em fluxo eterno (a percepção imediata é sempre verdadeira, mas não pode ser fixada para se comparar com a anterior ou a seguinte). Em vista do *Teeteto*, Sedley conclui: “portanto, o auge da refutação de Sócrates da tese do fluxo é que se não há literalmente nada estável, como a teoria da percepção requer, não há nada sobre o que as respostas dialéticas de alguém poderiam ser verdadeiras, e assim, em particular, não há definições.” Sedley (2002) p.98-99. Ou seja, sem estabilidade não há dialética nem se alcança a definição. A definição, o significado, é a estabilidade de um objeto (existente) e, ao mesmo tempo, o objeto do conhecimento. É isso que o nome distingue (mas não descreve). É isso que a essência da coisa realiza. É isso que se pode alcançar, quando se examina não os nomes, mas as funções das coisas cujas essências realizadas permitem a formação de uma classe.

nome tem um valor de verdade referencial necessário, mas insuficiente para o valor de verdade de uma fala, esse sim descritivo. Isso aproxima a fala do conhecimento, o que será nuançado em (C), mas o distancia do nome. É hora de ver como a diferença no modo como nomes e conhecimento se relacionam às Ideias motiva a defesa, por parte de Sócrates, de uma busca pelo conhecimento sem ajuda dos nomes.

B. Investigação sem nomes no *Crátilo*

A defesa de uma investigação sem nomes em 438d incomoda muito os intérpretes do *Crátilo*. Sócrates afirma que: “Portanto, fica evidente que uma investigação afora dos nomes que nos demonstre, sem nenhum dos nomes, qual destes é verdadeiro, nos apresente a evidência de qual é a verdade do que existe⁴³⁸.”

A declaração fica mais clara se dividida em duas. O sentido geral é expresso por (1) “Portanto, fica evidente que uma investigação afora dos nomes (...) nos apresente a evidência de qual é a verdade do que existe.” No meio disso, se insere a outra condição, mais uma vez meta reflexiva, já que trata da verdade dos nomes. Segundo (2) é preciso que a investigação sem nomes “nos demonstre, sem nenhum dos nomes, qual destes é verdadeiro.” Segundo a interpretação de que um nome é uma coisa que existe como outra qualquer, o movimento do argumento, mesmo tendo os nomes por objeto de investigação, faz sentido. Uma investigação sem nomes é necessária para conhecer 'o que existe'⁴³⁹. Como os nomes estão entre o que

438 ἀλλὰ δῆλον ὅτι ἄλλ' ἄττα ζητητέα πλὴν ὀνομάτων, ἃ ἡμῖν ἐμφανιεῖ ἄνευ ὀνομάτων ὁπότερα τούτων ἐστὶ τὰληθῆ, δείξαντα δῆλον ὅτι τὴν ἀλήθειαν τῶν ὄντων.

439 A investigação acerca 'do que existe' é 'τῶν ὄντων' que pode ter o sentido técnico do que realmente existe na teoria das Ideias, ou seja, as Ideias, ou pode ter o sentido corriqueiro das coisas que existem, incluindo particulares no mundo sensível e as Ideias. Essa leitura mais abrangente é preferível, mas a opção pela mais específica não desvalidaria o argumento, já que nomes se referem à Ideias, nomes estão em relação com 'o que existe' no sentido técnico.

existe, uma investigação sem nomes deve servir também para investigar a verdade dos nomes. Mesmo assim, o problema geral permanece; é preciso explicar como seria uma investigação sobre as coisas que não se vale dos nomes.

A maneira mais simples de superar esse incômodo seria a de Sedley (2003 p.162), segundo a qual o contexto da negação de uma investigação com nomes parece indicar apenas uma condenação ao “estudo das palavras elas mesmas” como método de investigação das coisas e das Ideias⁴⁴⁰. Nos termos dessa investigação, o problema não está em usar os nomes como instrumentos referenciais, mas antes em usar a investigação da capacidade descritiva na etimologia dos nomes para saber a verdade, seja dos nomes ou das coisas.

Por exemplo, se alguém usar o nome 'á-tomo' para investigar a coisa átomo e concluir que essa tal coisa é 'in-divisível', ele estará errado. É a falácia do uso sofisticado que usa a explicação do nome para dar a impressão de que se está explicando a coisa vista em II.3.2.B. O mesmo raciocínio serve para a investigação sobre o nome 'átomo'. Se alguém disser que o nome é falso porque sua etimologia descreve algo indivisível ao passo que seu referente é divisível, ele também estará errado. Isso porque a verdade do nome, assim como de qualquer outra coisa, não depende da sua etimologia. Portanto o nome 'átomo' é verdadeiro (ainda que incorreto) pois, independente da sua etimologia, se refere a um composto de prótons nêutrons e elétrons que 'separa a natureza nas juntas'⁴⁴¹.

Essa leitura se encaixa no que vimos em II.1.2, em que o naturalismo cratiliano teria o

440 “Que todo pensamento é 'fala interna' é enfatizado desde o início do diálogo. (...) O ponto de Sócrates no final do diálogo é que o estudo da realidade não deveria ser mediado pelo estudo das palavras elas mesmas.” Sedley (2003 p.162) Assim, a condenação seria apenas ao procedimento de se usar as etimologias para buscar a verdade das coisas.

441 O texto do *Crátilo* confirma essa posição: “Porém, qualquer humano, pleno de intelecto, não vai se apoiar nos nomes para cuidar de si ou da sua alma. Não vai confiar neles, ou naqueles que os colocaram, para reforçar uma Ideia nem reconhecer em si, ou entre os seres, que ninguém está mais saudável que ninguém já que tudo está numa correnteza dentro de um pote.” Crátilo 440cd Ou seja, é preciso investigar as coisas, além dos nomes, seja pela sua etimologia, como faz no *Crátilo* seja pela sua referência, como faz o método da divisão que propõe divisões para coisas que não têm ainda um nome no *Sofista* e no *Político* tratados logo abaixo.

problema de se embasar na convenção ao tentar julgar a verdade das coisas nomeadas pela capacidade descritiva na etimologia de seus nomes. No fim do diálogo, pouco antes de discutir a epistemologia e interditar uma investigação através dos nomes, Sócrates reafirma esse ponto quando Crátilo tenta usar como uma prova de que o mundo seria mobilista extremo o fato de as etimologias dos nomes serem, em sua maioria, mobilistas. Sócrates refuta essa evidência dizendo que a verdade não pode ser decidida segundo uma contagem de votos⁴⁴². Além disso, como em um problema matemático, se um pequeno erro é feito no começo pode se derivar um todo coerente, mas falso, embasado na repetição desse erro. Como o mobilismo extremo dataria desde Homero e Orfeu (e até antes), esse poderia ter sido o caso das etimologias mobilistas que derivaram do erro de concepção desses sábios antigos⁴⁴³.

Em mais um meta-exemplo encontrado no *Crátilo*, a dupla etimologia de 'conhecimento' confirma essa leitura. Como sua capacidade descritiva serve de fonte tanto para uma interpretação mobilista (411d) quanto para uma fixista (437a), o critério para a verdade do seu nome e do conhecimento ele mesmo deve estar fora da etimologia⁴⁴⁴. Assim, nos termos de Sedley, estaria negada no diálogo uma investigação *através* dos nomes, mas não uma investigação que faz *uso* dos nomes. Porém, essa leitura não contempla todas as possibilidades em que uma investigação pode ir além dos nomes. Vimos que também no caso

442 Crátilo diz: “No entanto, Sócrates, você viu que a maioria (dos nomes) assinala (ἐσήμαινεν) movimento.” Sócrates responde: “O que é isso, Crátilo? Contaremos os nomes como se fossem votos? Nisto vai estar a sua correção? Aquilo que a maioria dos nomes aparentar estar assinalando vai ser a verdade?” *Crátilo* 437d

443 “Pois se quem os colocou (os nomes) primeiro falhou, não é improvável que a obrigação de manter a consonância com este forçou todos outros ao mesmo erro. Bem como a partir de uma pequena primeira falsidade inevitável em um diagrama todo o resto que se gera na sequência vai se confirmar um pelo outro.” *Crátilo* 436d

444 Montenegro usa esse exemplo para afirmar que a etimologia fixista de episteme está correta: “Lembremos que um dos últimos termos que Sócrates toma para análise é justamente o termo “conhecimento” (*epistêmê*), aquilo que se supunha ser tarefa da filosofia viabilizar pela linguagem. Mediante a análise, tem-se que, ao invés de ser o movimento da alma que acompanha o movimento das coisas, o conhecimento consiste naquilo que fixa (*histêsin*) a nossa alma nas coisas (Crátilo437a).” Montenegro, 2007 p.374. E, como vimos no critério de estabilidade para o conhecimento, é, de fato, esta etimologia que melhor descreve a ciência segundo Platão. Mas, além disso, o fato de as duas etimologias serem possíveis mostra que a escolha de uma ou outra não deve ser embasada no nome, mas sim na coisa ela mesma.

da sua referência, um nome pode estar errado e, portanto, a investigação deve se valer da dinamicidade do discurso para ir além dos nomes nesse quesito.

Os exemplos mais claros desse tipo de erro de referência a que o nome induz estão no *Sofista* e no *Político*, justamente porque eles apresentam o método da divisão (que será tratado adiante). Assim, 'bárbaro', de acordo com o *Político* 262d, é um nome ruim pois agrupa os não gregos em um grupo sem que eles tenham nada de positivo em comum⁴⁴⁵. Os casos mais interessantes, no entanto, são aqueles em que o estrangeiro eleata propõe uma divisão mesmo para coisas às quais os antigos não deram nenhum nome separado. Por exemplo, no *Sofista* 267e, mesmo que não tenham criado um nome para diferenciar a opinião imitativa da opinião investigativa, convém separá-las⁴⁴⁶. O mais importante é que, ao separar, a preferência não é por dar um novo nome a cada uma das partes, mas sim criar uma descrição parafrástica que mostre o que eles têm em comum, ou seja, o fato de serem 'opiniões', e ainda qual característica os diferencia, a saber, o fato de uma ser 'imitativa' e a outra 'investigativa'⁴⁴⁷. Assim, o nome acaba substituído por uma descrição (também composta por nomes, no entanto).

C. A fala e o conhecimento

Conhecimento discursivo, por ser descritivo, se assemelharia mais à fala, cujo valor de verdade descritivo foi visto no *Sofista*, do que aos nomes referenciais que são assunto do

445 Eles têm em comum o fato de não serem gregos, mas se isso fosse suficiente, Platão teria que aceitar a Ideia de Negações, o que enfraqueceria em muito a teoria a teoria das Ideias, como o argumento do um contra muitos mostra. cf. Aristóteles, *Sobre as Ideias* 81.3-10.

446 De que fonte extrairemos um nome que caiba a cada um dos dois? Ou não é claro que é difícil, pois houve uma preguiça incompreensível entre os antigos em dividir os gêneros em espécies, de modo que ninguém nem tentou dividir. Por conseguinte, não temos muitos nomes aos quais recorrer." *Sofista* 267e

447 Aqui se repete a preferência vista nos nomes das protagonistas fictícias (II.4.2) que apresentam descrições parafrásticas de características relevantes no lugar de nomes próprios.

Crátilo. Por isso não se deve conhecer os nomeados investigando a capacidade descritiva dos seus nomes. Porém, há uma distinção clara que impede de tratar fala e conhecimento de maneira indistinta. Como vimos em (A) acima, o conhecimento é uma questão de tudo ou nada. Ou é conhecimento ou é outra coisa, mas conhecimento falso não pode ser. O caso da fala é diferente, primeiro pelo fato de ela ser composta de nomes, que podem ser falsos. Além disso, como vimos no exemplo da menor fala, ela também lida com situações particulares, como em 'Teeteto está sentado' e, por isso, pode ser falsa se falhar na descrição do seu objeto.

Há, então, uma diferença importante entre nomes, falas e conhecimento. Nomes e falas que se referem ou descrevem mal seus referentes, podem ser falsas. Isso pode acontecer quando o nome e a fala falham em capturar a Ideia a que se relacionam. Por exemplo, se alguém diz que: 'um bárbaro visita Atenas' ele usa um nome que é falso por não separar a natureza nas juntas. Outra possibilidade de falsidade é quando eles falam do mundo sensível e o estado de mundo muda. Por exemplo, quando se diz 'Teeteto está sentado' e o sujeito se levanta. Estas não seriam opções para o conhecimento, que é verdadeiro ou não é conhecimento. Ademais, até mesmo um conhecimento particular, uma instanciação da Ideia do Conhecimento, para sê-lo, deve ser estável. 'Tudo se move' não é conhecimento porque, pelo menos segundo a ontologia platônica, nem tudo se move. Se houver algum triângulo cuja soma dos ângulos é diferente de 180° , fica provado que isso não era conhecimento. Se as falas e os nomes falsos continuam fazendo sentido e até tendo uma utilidade reconhecida no dia a dia, o mesmo não pode acontecer com o conhecimento.

A resposta para essa diferença de tratamento parece estar ligada ao objeto. Um nome pode ser usado para referir a particulares e tem, na sua capacidade descritiva, algo que é do âmbito da aparência. A fala também pode ser usada para descrever o mundo sensível e o faz

por nomes epônimos, logo, também recorrendo às aparências, mas mais próximo da verdade já que o seu valor de verdade, diferente do dos nomes, está na descrição. O conhecimento, por sua vez, teria por objeto único as Ideias sempre estáveis⁴⁴⁸. Assim, um conhecimento falso como 'tudo move' não é um conhecimento falso. Como isso não existe, se trataria apenas de uma fala falsa.

Isso está de acordo com as posições mais trabalhadas de outros diálogos em que a consideração do âmbito da opinião em proximidade ao conhecimento complexifica a relação binária entre conhecer e não conhecer fornecendo uma situação intermediária⁴⁴⁹. Entre o ser do conhecimento e o não ser da ignorância, haveria a opinião que é um estágio intermediário entre ser e não ser, segundo a *República* 479d⁴⁵⁰. No *Teeteto*, a tentativa de definir o que é conhecimento sem recorrer às Ideias chega a dizer que se trata de uma opinião verdadeira aliada a um raciocínio (ou uma fala explicativa, um *logos*⁴⁵¹). 'Tudo move', por exemplo, pode

448 Além disso, usar nomes e falas para tentar conhecer as coisas é apenas uma maneira, a discursiva, dentre várias outras, de se acessar as Ideias. O acesso pode ser, por exemplo, por imagens, como na geometria, ou por intuições e até sonhos ou transe, casos usados por Sócrates para introduzir a teoria das Ideias (cf. *Crátilo* 439c). Ou seja, se o nome é inerentemente composto por sons, e as falas são compostas de nomes, o mesmo não pode ser dito do conhecimento.

449 Como nota Calvert, 1970 p.43: “Uma dicotomia estrita é traçada entre conhecimento e falta de conhecimento, mas apenas conhecimento daquilo que não muda (ou seja, conhecimento infalível e correto) conta como conhecimento. (...) Mas as alternativas entre conhecimento infalível, de um lado, e não-conhecimento, de outro, apresentam um quadro falso. (...) na *República*, a dicotomia é mais feliz ao ser feita entre conhecimento infalível e conhecimento não-infalível.” O fato do 'conhecimento falso' não ser conhecimento, mas sim uma 'fala falsa' ou 'opinião errada' parece captar melhor a situação descrita no *Crátilo*, e mesmo em outros diálogos.

450 “Se algo assim nos aparecer, é preciso colocá-la no âmbito da opinião, e não da ciência, pois o que erra no intermediário (entre ser e não ser) pertence ao intermediário” *República* 479d

451 A busca pelo significado desse '*logos*' se desdobra em três possibilidades. A primeira opção apresentada, logo abandonada como insuficiente, é que *logos* seria uma fala ou sentença (206ce). Isso seria equivalente à menor fala do Sofista, um nome e um verbo compondo uma descrição qualquer. Porém, isso não é suficiente para ser conhecimento, porque o reduziria a descrição de uma experiência sensível como “este vento é quente” o que não passa de uma opinião.

Daí, vem a segunda definição, na qual *logos* seria análise dos elementos mais básicos. Sócrates mostra que isso também

não serve, uma vez que ninguém explicaria uma carroça como tablado, eixo e rodas ou *Teeteto* como T, E e O (208b). Seria o equivalente a explicar uma frase pelos seus nomes, o que vimos, é necessário, mas insuficiente. A última tentativa é que o *logos* apresentaria o *Sêmeion* da coisa, que seria o seu diferencial, uma característica particular que só ele tem (210a). Esta última explicação também é dita insatisfatória e o diálogo acaba em aporia. A maioria dos intérpretes vê esta aporia pela ausência da Teoria das Ideias, que seria o próximo passo na investigação.

ser uma opinião apoiada por um argumento que o justifique. Seria algo como: 'essa água que estava quente esfriou; observe o mundo com atenção e vai ver que tudo está mudando'. O diálogo termina em aporia, logo essa não é uma solução suficiente. De qualquer maneira, o uso de fala e opinião parece confirmar a posição extraída do tratamento do conhecimento no *Crátilo* e aliar ao da *República* e *Teeteto*. A tentativa de conhecer que se mostra errada é uma opinião ou uma fala falsa, mas não chega a ser conhecimento. De modo que, também nesse caso, como foi para as falas compostas de nome e verbo no *Sofista*, o tratamento mais simples do *Crátilo* pode ser uma questão relativa ao foco da discussão. Como o que interessa são os nomes, e não o conhecimento, a questão não é desenvolvida completamente.

Então, a situação derivativa que explica a busca pelo conhecimento discursivo em Platão, a partir do *Crátilo*, ficaria assim. Há o nome como elemento básico, é ele quem define sobre o que uma fala vai ser. Se o nome é usado para se referir ao seu referente natural, a Ideia do Nomeado, a fala será sobre a Ideia e poderá almejar alcançar um conhecimento, caso contrário será apenas um comentário corriqueiro sobre um estado de mundo particular. É a diferença entre: 'o cavalo é um animal veloz', no qual 'cavalo' se refere à Ideia de Cavalo e 'esse cavalo é de Aquiles', em que 'cavalo' se refere a um particular. Se alguém provar que a fala 'o cavalo é um animal veloz' é falsa, fica claro que se tratava apenas de uma opinião e não de um conhecimento.

D. A separação das Ideias

O quadro acima, em que é o referente dos nomes que determina o objeto do discurso que é o caminho para o conhecimento, remete à questão da separação entre as Ideias e os

particulares. Uma declaração aberta da separação entre Ideias e coisas é encontrada apenas em Aristóteles. Mais importante é que, na *Metafísica* A6, 987a32–b7, ele ainda especifica que Platão, por ter sido aluno do heraclitiano Crátilo, aceitaria o mobilismo para o mundo sensível, mas o recusaria no âmbito das Ideias, isso por ter sido aluno de Sócrates. A tendência é aceitar, de uma maneira geral, essa divisão entre mundo sensível mutante e mundo inteligível estável sem implicar uma separação entre eles, mas precisamos de evidências textuais para compreender de que tipo de mobilismo se trata.

A discussão da epistemologia é o passo que chega mais próximo de declarar uma separação entre Ideias e coisas no *Crátilo*. O exemplo usado por Sócrates fornece o que poderia ser visto como uma evidência textual. Em 439d ele diz: “Não diremos se algum rosto, ou algo que se acredita numa correnteza total, é charmoso (belo). Não. Diremos do charmoso ele mesmo (o belo em si), este não está sempre como ele é?⁴⁵²” Aqui fica clara a distinção entre uma instanciiação particular do belo em um rosto, que é mutante, e o belo em si, que está sempre como ele é. Vimos na passagem do nome da carda (389b) que seria o imutável, a Ideia de Carda, que mereceria o nome de 'carda' propriamente dito. De maneira inversamente análoga, o belo no rosto, por sua vez, receberia esse nome apenas por eponímia. Donde surge a necessidade de explicar como é que, se Platão aceita o mobilismo extremo para o mundo sensível, conseguimos usar o nome fixo 'belo' para nos referirmos a um rosto belo sem maiores problemas.

Em vista da hipótese do mobilismo extremo que aconteceria no mundo sensível, Platão apresenta as seguintes opções de discurso sobre as coisas. Segundo 439d “Ora, se prosseguisse sempre, (1) correto seria proclamar, primeiro, que é isto, e depois, que é aquilo?

452 μὴ εἰ πρόσωπόν τι ἐστὶν καλὸν ἢ τι τῶν τοιούτων, καὶ δοκεῖ ταῦτα πάντα ρεῖν· ἀλλ' αὐτό, φῶμεν, τὸ καλὸν οὐ τοιοῦτον αἰεὶ ἐστὶν οἷόν ἐστιν;

(2) Ou seria obrigatório dizermos simultaneamente um outro e um mesmo?⁴⁵³ Essas duas situações remetem às mudanças encontradas nos fragmentos de Heráclito, uma sincrônica (2), a outra diacrônica (1)⁴⁵⁴. Segundo (1) o que é X em t1 vira Y em t2, e, portanto, seu nome deveria mudar da mesma maneira. Já (2) descreveria uma situação na qual X e Y são XY seja em t1 ou em t2. Um exemplo do diacronismo de (1) seria: “Me dê um copo de gelo, obrigado pela água, estava precisando mesmo de vapor”. Aqui, os nomes acompanham a mudança das coisas. Já segundo a sincronia de (2) teríamos: “isso é um geláguapor!”, em que todos os estados estão presente simultaneamente.

O problema é que ambos os casos impossibilitam o discurso como o usamos. Como o próprio Platão diz dos heraclitianos no *Teeteto*, para falar de opostos sincrônicos seria preciso criar uma nova língua para falar do mundo em movimento extremo⁴⁵⁵. Já no caso de uma mudança diacrônica extrema seria preciso abandonar a linguagem. É a situação da anedota de Crátilo contada por Aristóteles que, ao se tornar um heraclitiano mais radical que seu mestre, deixara de falar e passara somente a apontar. Porém, vimos em I.1.5.1.A-B que o embasamento na Ideia estável e o artifício da eponimia, aliado à especificação do tempo e do referente na fala sobre o mundo sensível, possibilitam perfeitamente o funcionamento da

453 εἰ ἀεὶ ὑπεξέρχεται, πρῶτον μὲν ὅτι ἐκεῖνό ἐστιν, ἔπειτα ὅτι τοιοῦτον, ἢ ἀνάγκη ἅμα ἡμῶν λεγόντων ἄλλο αὐτὸ εὐθὺς

454 Diacrônica é a mudança sucessiva de uma coisa, elemento ou qualidade, em outra coisa, elemento ou qualidade. Por exemplo, o dia vira noite (B67) e ambos são um (B57), a água vira terra e a terra vira água (B31), e uma coisa quente esfria e uma fria esquenta (B126). A mudança sincrônica é comprovada pela alteração ou de quem percebe ou de um aspecto do que sofre a mudança. Por exemplo, a água do mar é saudável para os peixes e mortal para os homens (B61) e a geração da água é a morte da terra (B36). Irwin identifica e divide esses dois tipos de mudança em

mudança de si (mudança-s) e mudança de aspecto (mudança-a) e explica, 1977 p4: “x muda-s se em um tempo t1 x é F e em um tempo t2 x é não-F, e x ele-mesmo não está na mesma condição em t2 como estava em t1. ... x muda-a se x é F em um aspecto, não-F em outro, e x está na mesma condição quando é F e quando é não-F”. Mas essa divisão parece ignorar a sincronia da 'mudança-a' que parece importante, ainda mais para a leitura de Platão vista em 439d (2) acima. Para um tratamento mais detalhado dessas mudanças em Heráclito cf. Vieira, 2010.

455 Em *Teeteto* 183BC Sócrates diz que: “...eu disse 'assim' e 'não assim', mas não convém nem este 'assim' dizer, uma vez que o 'assim' também se moveria, e nem o 'não assim', pois tampouco isso seria movimento. Deve se estabelecer uma nova língua para estes (heraclitianos) que falam um tal discurso, já que não têm frases para a sua hipótese, a menos que o 'não assim' e o 'assim' os sirva para dizer o ilimitado.”

linguagem corriqueira segundo a teoria das Ideias. Em vista disso, fica claro que, se Platão aceita um mobilismo no mundo sensível, ele não é extremo como o que ele atribui a Heráclito⁴⁵⁶. Na sequência da discussão, ele apresenta uma situação que traz uma resposta possível.

Em 439d lemos: “(1) Mas como seria algo aquilo que nunca está de um mesmo jeito? (2) Se permanece de algum jeito fica evidente que durante esse tempo nada se transforma. (3) Mas se estiver sempre desse jeito, e for o mesmo, poderia ele se alterar ou se movimentar sem abandonar a sua Ideia?⁴⁵⁷” Agora o debate é ontológico. (1) defende que no mobilismo radical nada existiria. Isso porque, segundo o argumento, algo que não está nunca do mesmo jeito não seria algo. Ou seja, o mobilismo extremo, além de impossibilitar a existência do conhecimento e o funcionamento do discurso, também interdita a existência de qualquer coisa que seja.

Já (2) interdita a possibilidade de um mobilismo moderado. Portanto, se um mobilista extremo quisesse defender que tudo muda, mas que nem tudo está sempre mudando, ele deveria aceitar a existência da estabilidade, ainda que temporária, e isso contradiria sua posição extrema. Porém, apesar de uma tal posição moderada ser inaceitável para um mobilista, ela pode muito bem explicar como as coisas existem no mundo sensível para quem não for um mobilista extremo, como Platão⁴⁵⁸. Se for assim, teríamos um mundo com mudança e estabilidade temporárias que permitiria o uso dos nomes por eponimia e das

456 Segundo Cornford, 1935 p.36 “a intenção de Platão é aceitar a teoria de Heráclito de que todos os objetos sensíveis estão em movimento perpétuo, (...) mas, para Platão, os objetos sensíveis não são 'todas as coisas'.” A tentativa aqui será de provar que os objetos sensíveis estão em movimento, mas esse não é perpétuo.

457 Πῶς οὐκ ἂν εἴη τι ἐκεῖνο ὃ μηδέποτε ὡσαύτως ἔχει; εἰ γὰρ ποτε ὡσαύτως ἴσχει, ἔν γ' ἐκείνῳ τῷ χρόνῳ δῆλον ὅτι οὐδὲν μεταβαίνει· εἰ δὲ ἀεὶ ὡσαύτως ἔχει καὶ τὸ αὐτὸ ἐστὶ, πῶς ἂν τοῦτό γε μεταβάλλοι ἢ κινῶιτο, μηδὲν ἐξιστάμενον τῆς αὐτοῦ ἰδέας;

458 Vimos que, ao refutar o absolutismo de Eutidemo, Sócrates também se coloca contra um fixismo extremo no mundo sensível. “Mas, também não acho que a sua opinião seja como a de Eutidemo, na qual tudo existe para todos do mesmo jeito, ao mesmo tempo e para sempre.” *Crátilo* 386d

menores falas que descrevem o estado das coisas. Nesse caso, dentre as opções de linguagem descritas acima, a que funcionaria melhor para Platão seria a diacrônica, ao dizer uma coisa em um estado e depois dizer em outro. A água congelada em t1 deve ser dita água líquida em t2 e água vaporizada em t3⁴⁵⁹, seguindo sempre o modelo que prefere uma descrição de informações relevante à nomeação fixadora vista no caso das protagonistas fictícias em II.4.2.C.

Porém (3) vem para declarar que algo, para ser o mesmo, não poderia mudar sem mudar sua Ideia. Portanto, fica claro que uma aceitação de um mundo sensível em que há mudança e estabilidade em (2) não fornece uma explicação satisfatória para se conhecer as Ideias elas mesmas. As coisas, os nomes, as falas e, principalmente, o conhecimento, precisam de algo estável em que participam para existir e funcionar. É preciso da Ideia da Água para existir uma água particular, o nome convencional 'água', o discurso opinativo sobre a 'água' e o conhecimento da água (H₂O)⁴⁶⁰. A teoria das Ideias, então, é uma hipótese necessária mesmo para quem adote uma visão moderada do mundo sensível que alterna entre coisas temporariamente estáveis e mutantes.

Na leitura de Irwin, a partir do *Teeteto*, em Platão, se trataria de um mundo instável o bastante para impedir o conhecimento verdadeiro, mas não tão instável que impeça de perceber padrões e descrevê-los em discursos⁴⁶¹. A água pode, portanto, mudar de estado, de

459 Bostock nota isso “uma vez que tenhamos uma linguagem com significados estáveis, e a habilidade para fazer distinções temporais, não há dificuldade alguma para descrever o mundo sempre em mutação” Bostock (1988) p.105-6. A diferença aqui é que separo a estabilidade no referente dos nomes, e não nos significados, estes, compostos por falas, como veremos nos exemplos abaixo, estão sujeitos a mudança que é o que permite refinar a compreensão das coisas e se aproximar da descrição das Ideias.

460 O exemplo da água explicada por seus elementos químicos provavelmente não agradaria Platão já que Sócrates nega que a explicação (*logos*) de algo consista em listar seus elementos no *Teeteto*.

461 “Platão pode defender que, como o *Teeteto* faz, se todos os objetos sensíveis estão em mudança-s constante, nós não podemos identificar ou descrever nada no mundo coerentemente (Teet. 182cd), e ele pode defender também que, como o *Teeteto* não faz, as Formas separadas resolvem este problema.” Irwin (1977) p.7 A relação entre movimento dos particulares e estabilidade das Ideias aparece no *Crátilo* na comparação entre a beleza em um rosto particular e a beleza em si: “Investiguemos, então, aquilo que é em si. Não se algum rosto é belo ou algo do gênero, pois todas estas coisas parecem fluir. Pensemos antes no em si, o belo em si não existe sempre

sólido para líquido, e, seguir sendo água. Uma fala sobre isso, desde que delimite o tempo e o referente, como 'essa água está congelada agora', poderá ser verdadeira. Porém, este grau de estabilidade não é suficiente para ser critério do conhecimento na epistemologia platônica. Se quisermos falar das Ideias estáveis de Humano ou Beleza ou Água teremos que superar a fala descritiva sobre o mundo sensível.

Portanto, é através de uma fala cujos nomes se referem às Ideias que pode-se ter a pretensão de alcançar o conhecimento que é somente das Ideias. Porém, devido à limitação humana, os particulares, por serem instanciações das Ideias, devem ser usados para tentar se alcançar o conhecimento. Por exemplo, 'quem vê o cavalo de Aquiles em ação nota que a velocidade é a maior virtude do cavalo'. Aqui, um exemplo particular é usado para induzir uma fala que explicaria a Ideia de Cavalo. Porém, o inverso também pode acontecer. 'Quem vê o cavalo de Nestor nota que um cavalo pode ser cavalo mesmo sendo lento'. Daí, a fala 'o cavalo é um animal veloz' se mostra falsa, ou seja, não é conhecimento. Porém, pode-se contra-argumentar que: 'o cavalo de Nestor é lento *agora*, mas ele era veloz. É só por estar velho que ele não corre mais.' Essa situação permite ver como os nomes, usados por eponímia e para se referir a Ideias, têm um papel ativo no conhecimento. Uma tentativa de determinar melhor esse processo ao longo dos diálogos de Platão será conduzida a seguir.

III.1.2 Os nomes nos métodos de conhecimento dos diálogos

Ao tratar do papel dos nomes na epistemologia de Platão, Thomas categoriza as interpretações propostas até hoje da seguinte maneira: Uma delas, denominada conhecimento por 'contato' (*acquaintance*), defenderia um modo não discursivo de conhecimento por

assim como ele é?" (439d).

contato com a verdade sem a mediação dos nomes ou das coisas sensíveis. Uma segunda maneira seria o que ela nomeia de 'trabalho de campo' (*field-work model*), no qual o investigador vai ao mundo sensível investigar vários exemplos das coisas particulares para entender suas Ideias. Por fim, Thomas apresenta a sua interpretação. Na investigação 'transcendental' o investigador usa os nomes para descobrir as condições metafísicas necessárias para se entender as coisas⁴⁶².

Esses três modelos têm em comum o fato de negarem importância aos nomes, mas sem interditar por completo o seu uso. Porém, eles vão além disso ao se arrisarem a descrever o processo do conhecimento que se contrapõe à investigação por etimologia. No que concerne a um uso referencial dos nomes os três modelos estão de acordo com o funcionamento da linguagem proposto nesta tese. A intuição compartilhada pelos humanos de que existe algo que merece um nome, mesmo que não saibamos exatamente como defini-lo, se encaixa no modelo por contato prévio. Já a identificação de uma função comum para vários particulares que podem ser agrupados em uma classe (*eidōs*) que participam em uma Ideia (*Eidōs*) condiz com o modelo do trabalho de campo. Por fim, o constante rearranjo de nomes fixos em descrições mais refinadas que se aproximariam da Ideia da coisa se encaixa no modelo transcendental. Desta maneira, não parece ser necessário privilegiar nenhuma das leituras, mas antes aceitar que cada uma tem sua aplicabilidade segundo diversos pontos de vistas que figuram nos diálogos.

462 “Alguns comentadores veem evidências de que Platão está recomendando acesso cognitivo direto e não linguístico aos objetos da investigação. Outros entendem que Platão sugeriria simplesmente que os investigadores confiem em experiência de primeira mão além da instrução por especialistas. (...) Eu defendo um modelo transcendental. A investigação preferida é a dialética sobre as condições metafísicas na possibilidade da linguagem, ou investigação, ou conhecimento ou mesmo existência.” Thomas, 2008 p.341-342. O modelo aqui apresentado se aproximaria da opinião da autora ao negar a investigação pelo 'acesso direto não-linguístico ao objeto do conhecimento'. Por outro lado parece haver sim uma preferência pela 'experiência direta' em oposição às opiniões dos outros. Além disso não se chega a ponto de garantir que a investigação é metafísica, talvez ela seja apenas meta-estética, uma vez que busca algo além do percebido pelos sentidos (*αἴσθημα*).

Uma postura que parece ainda mais esclarecedora é a de ver os possíveis usos dos nomes na busca pelo conhecimento através dos métodos epistemológicos mais comumente identificados nos diálogos de Platão. O conhecimento por contato prévio pode ser entendido à luz da teoria da reminiscência, como veremos em (A). O modelo do trabalho de campo remete ao método da divisão, tema de (B). Já o modelo transcendental parece construído em vista do método das hipóteses, aliado a uma metafísica da teoria das Ideias que será tratado em (C). Dessa maneira, veremos como os diferentes métodos epistemológicos apresentados nos diálogos, bem como as teorias que os embasam, constituem um caminho para o conhecimento. Como sempre, o foco será o papel dos nomes em cada uma dessas etapas. A conclusão espera mostrar como a intuição de um referente do nome viria por reminiscência, o agrupamento de particulares em classes se daria pelo método da divisão e o método das hipóteses legitimaria uma dialética que vai além das informações adquiridas através dos sentidos para se aproximar do conhecimento.

A. A reminiscência e os nomes na epistemologia por contato prévio

A reminiscência (*anamnesis*)⁴⁶³ é uma hipótese epistemológica defendida por Sócrates, principalmente, no *Mênon*, *Fédon* e *Fédro*. A hipótese, cuja origem é atribuída à escola pitagórica, se embasa na imortalidade da alma para justificar um conhecimento prévio por experiência. Essa perspectiva, somada à teoria das Ideias, supõe que toda alma teria tido um conhecimento por contato com todas as Ideias. Porém, isso não gera uma situação em que

463 Segundo Allen, 1959 p.1965 “A teoria da anamnese (reminiscência) representa uma solução séria e refinada para um problema genuíno da época (o paradoxo sofístico da impossibilidade de se aprender). E não há evidência, pelo menos até os diálogos médios, que Platão chegara a abandoná-la.” Aqui a reminiscência, além de responder o paradoxo sofista, ainda embasa a epistemologia da teoria das Ideias e a atribuição de nomes a indivíduos e classes naturais.

todos conhecem tudo, pois, uma vez que a alma se encontra no corpo, fica difícil acessar esse conhecimento com clareza⁴⁶⁴. Desse modo, conhecer seria um processo de lembrar, ou esclarecer, o reminiscente adquirido por contato, como confirma *Fédon* 72e⁴⁶⁵. Uma maneira ainda popular de defender uma postura parecida é o que entendemos por intuição, que é um processo epistemológico reconhecido na maioria dos campos de conhecimento⁴⁶⁶. A reminiscência e a intuição se assemelham por serem meios de se esquivar da busca pela origem de um conhecimento que adquirimos sem termos plena consciência de onde ele veio⁴⁶⁷. Um exemplo esclarecerá o processo.

Na sequência do *Fédon* a noção de 'igual' é apresentada para explicar o funcionamento da reminiscência. Segundo o argumento, nós já temos a Ideia de Igual dentro de nós, e, somos lembrados dela ao ver instâncias particulares de coisas imperfeitamente iguais através da percepção sensível. Como esclarece Dancy (2004 p.253), a reminiscência, aqui, é uma relação de três termos⁴⁶⁸, na qual alguém é lembrado de uma Ideia por um particular. Trazendo essa

464 No *Mênnon* 80de há uma declaração do paradoxo do conhecimento: se você já conhece o objeto da investigação, não há porque investigar, se não conhece, não vai saber quando passar a conhecer. É possível encontrar uma analogia que prove que uma tal situação não é tão paradoxal quanto parece. Se substituirmos conhecimento por memória, por exemplo, veremos que quando esquecemos de alguma coisa, nós lembramos que esquecemos de algo, porém não lembramos do que esquecemos (pois se nos lembrássemos não teríamos esquecido). Por outro lado, assim que nos lembramos do que esquecemos, nos lembramos que era aquilo que havíamos esquecido. Na prática: eu sei que tenho uma caneta, mas não me lembro bem onde ela está. Lembro que a usei pela última vez no meu quarto. Vou ao quarto, vejo a gaveta e me lembro de tê-la colocado ali. Quando acho a caneta, me lembro do que tinha esquecido.

465 “Além disso, disse Cebes, se é verdade, Sócrates, como você costuma dizer, que aprender não é nada além de ter uma reminiscência, isso seria um argumento de que nós teríamos aprendido previamente o que agora lembramos.”

466 Um exemplo na matemática é Gödel, 1947 p.484: “Eu não vejo nenhuma razão porque nós deveríamos ter menos confiança nesse tipo de percepção, quer dizer, na intuição matemática, do que na percepção sensível” A comparação da intuição com a percepção sensível ainda remete ao próximo método a ser analisado, o modelo do trabalho de campo. Como vimos, nos níveis de realidade em Platão, o mundo sensível não é o que contém a verdade, logo, tampouco pode monopolizar a busca pelo conhecimento.

467 É uma maneira de se colocar um ponto de início no que geraria um regresso ao infinito.

468 A reminiscência tem 3 termos segundo Dancy, 2004, p.253: “No *Fédon*, ainda mais que no *Mênnon*, é importante ter em mente que o que chamamos de reminiscência é um caso de três termos: é uma questão de x's sendo lembrados por y e de z, o termo que ocupa a posição de y adquire importância no *Fédon*.” A questão aqui é verificar se os nomes podem ser este 'y', ou apenas as instâncias particulares da Ideia, como um exemplo de igualdade no mundo sensível.

situação para o caso dos nomes, é preciso notar que além do sujeito que conhece, os outros dois termos, o particular e a Ideia, têm o mesmo nome. Nesse caso, usando a mesma estratégia que já vimos no *Crátilo*, Platão os diferencia falando do 'igual em si' e das 'coisas iguais'⁴⁶⁹. Seria, portanto, um caso justificado de eponímia, já que a relação é ontológica, pois as coisas iguais participam da Ideia de Igual.

O que a introdução do contexto epistemológico traz de novo é a possibilidade de se inverter o caminho. Na busca humana pelo conhecimento, são as coisas iguais que permitem a cada um relembrar a Ideia de Igualdade adquirida de um contato prévio. Como vimos acima, Sócrates, no *Crátilo*, defende o conhecimento através das coisas em vez dos nomes⁴⁷⁰. Portanto, temos que não é o nome 'igual' que permite notar a relação entre as coisas iguais e a Ideia de Igual. Essa é a fraqueza do nome⁴⁷¹. Porém, esse processo também destaca sua força. A indeterminação do nome 'igual' permite que ele seja usado para se referir a uma Ideia que temos mesmo que não saibamos claramente do que se trata. Assim, podemos usar 'igual' de maneira significativa, tanto para nos referirmos a igualdades particulares imperfeitas, como

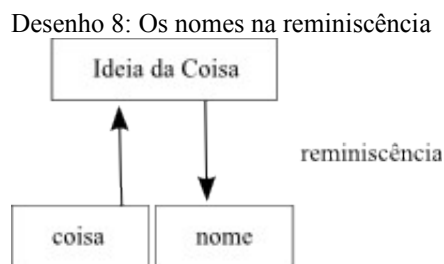
469 “mas daqueles iguais, ele disse, que não são o mesmo que a igualdade em si, você, apesar disso, ganhou conhecimento dela?” Fédon 74d

470 A reminiscência não aparece diretamente no *Crátilo*. A visão positiva do corpo como proteção da alma, no lugar da tradicional que o vê como prisão pode ser uma referência. Ao falar que o corpo coopera com a alma que dá sinais através dele parece indicar uma visão positiva do conhecimento. *Crátilo* 401c “Pois alguns dizem ser o corpo o corruptor da alma, pois ela estaria agora enterrada nele. Mas também por isso o corpo coopera com a alma porque, através dele, ela dá sinais.” Porém, se tomarmos a inspiração como algo próximo a intuição, há de se identificar que essa noção sempre aparece, no *Crátilo*, ligada ao contato prévio que Sócrates tivera com Eutífron. De modo que a intuição induzida por contato externo via terceiros parece ser, no mínimo, digna de desconfiança, já que pode levar alguém a ser “mais sábio do que se deve”. Isso quer dizer que a reminiscência pode ser usada para levar ao engano. Em relação aos nomes, o exemplo dos peixes ainda se aplica. Uma sociedade que considera baleias peixes vai reforçar por via externa a intuição errada. Um exemplo que aparece nos diálogos de Platão é o caso da divisão gregos e bárbaros no *Político*, que não seria precisa por agrupar todos não-gregos como se fosse iguais, mas na qual os gregos acreditavam. Assim, tanto o corpo que turva a reminiscência, quanto as influências externas requerem algo mais do processo do conhecimento. O modelo do trabalho de campo, satisfaz essa necessidade.

471 Para Barney, 2001 p.120: “um nome que funciona graças a convenção só pode fazê-lo dado um contato *a priori* com a coisa que ele nomeia, e na associação habitual entre nome e coisa, o nome pode assim ser usado como um lembrete da coisa, mas não como fonte de informação sobre ela.” Mas a função de 'lembrar' entre nome e coisa não é simétrica. O contato com as coisas iguais refina a reminiscência de Ideia de Igual, mas o contato com o nome 'igual' não o faz. Tudo isso está de acordo com a investigação sem nomes vista acima.

um filho que é 'igual' ao pai, quanto para nos referirmos à Ideia de Igual, sem sabermos exatamente como é essa Ideia de Igual⁴⁷². Pensando nos graus de verdade, isso explica, inclusive, como frases do tipo 'Sócrates é mais igual a Teeteto do que a um sileno' sejam perfeitamente compreensíveis na linguagem corriqueira.

Portanto, com adição da reminiscência à teoria das Ideias fica explicado o uso cotidiano, e o acordo entre a maioria dos falantes, acerca de nomes dos quais eles compartilham uma intuição ainda obscura, mas suficiente para reconhecer suas instâncias particulares no mundo sensível. Isso explica como somos capazes de reconhecer igualdades e usar o nome 'igual' em vários níveis diferentes de intimidade com a Ideia de Igual. Essas relações podem ser visualizadas assim:



Nesse esquema, o sentido das setas mostra que as coisas particulares servem de acesso, pela reminiscência, à Ideia da Coisa. O nome, por sua vez, não tem essa função epistemológica, mas é a reminiscência que permite aos falantes usarem um mesmo nome para se referir aos particulares e às Ideias, mesmo tendo, cada um, diferentes níveis de

472 Ainda segundo Dancy, 2004 p.255: “ter a reminiscência do igual ele mesmo não é um pré-requisito para empregar a palavra 'igual', mas para dizer que é que o igual ele mesmo é” Aqui, se defende que a reminiscência é um pré-requisito para ter a intuição de igual que guia os usos da palavra igual e também a busca pelo que seria de maneira clara a Ideia de Igual. Só existe a palavra igual por causa da reminiscência, mas como essa não é clara, há mau usos da palavra 'igual'. Essas duas leituras são mais brandas que a tradicional, representada por Guthrie, 1971 p.112: “Se as pessoas não concordam nisso e, apesar de usar as mesmas palavras dizem coisas diferentes por elas, eles falarão com propósitos cruzados e suas discussões não podem fazer progresso.” Na sequência será apresentada uma epistemologia que progride justamente a partir da comparação entre os usos diferentes, mas aproximados, de uma mesma palavra.

compreensão da Ideia da Coisas⁴⁷³. Não se trata de uma causalidade, o nome não leva ao conhecimento da coisa ou da Ideia, mas de uma correlação, o nome e a coisa são embasados em uma mesma Ideia. Nesse caso, o contato com particulares refina a compreensão da Ideia de Igual, mas não o contato com nomes. Assim, um pintor que lida com proporções todo o tempo tem uma compreensão de igual mais refinada do que um agricultor. Por outro lado, um orador que usa a palavra 'igual' várias vezes sem observar instanciações de coisas iguais não vai refinar a sua compreensão. É assim que a experiência auxilia no acesso à ideia. Nesse ponto, a investigação nos leva ao segundo modelo epistemológico a ser investigado, o conhecimento do trabalho de campo.

B. O método da divisão e os nomes na epistemologia do trabalho de campo

Irwin (1977 p.67), a partir da investigação pelas coisas defendida no *Crátilo*, fornece o paradigma para o modelo da investigação pelo trabalho de campo em Platão. O seu exemplo é o dos peixes e baleias. Nossa intuição é de atribuir a todos os animais que vivem nas águas um mesmo nome, por exemplo, peixes. Porém, ao investigar as coisas, e não os nomes, o cientista descobre que certos animais aquáticos, como as baleias, têm pulmões e não brânquias. Essa diferença, uma vez descoberta, impede que o nome 'peixe' seja usado para se referir às baleias. Nesse caso, o cientista não está mudando a referência do nome 'peixe', ele está apenas refinando a compreensão que temos dela, bem como o observador diante das linhas exibidas acima.

473 Não é que o nome e a fala sejam inúteis na busca pelo conhecimento. Como a posição de Simplicio testemunha, falar e ouvir seria imprescindível para a reminiscência: “no caso do ouvir, é o ensinamento oral do mestre que desencadeia a reminiscência no pupilo (T.7.5). A alma precisa escutar para realizar a reminiscência, pois a alma precisa de alguém que já sabe a verdade, que, por meio da linguagem falada, expressa o conhecido” Simplicio In Cat. 12, 26–28. Veremos no modelo transcendental que, também para Sócrates, é mais a definição e o discurso descritivo que esclarece a reminiscência obscura em quem busca o conhecimento.

Como vimos no exemplo de igual, há sim um papel importante da experiência no trabalho de campo para lembrar as Ideias adquiridas por contato prévio. A questão que surge, no entanto, é se a reminiscência seria dispensável, uma vez que a investigação empírica deve reformular as intuições. É preciso lembrar que a reminiscência vem para resolver o problema sofisticado da aquisição do conhecimento. Se transplantarmos a situação para o caso dos nomes, veremos que tampouco o modelo do trabalho de campo isolado dá conta da realidade. Uma questão atual nas discussões acerca da aquisição da linguagem questiona uma teoria que seja estritamente empiricista. Um tal modelo não consegue explicar o uso e compreensão de termos abstratos como justiça ou liberdade. Portanto, alguma hipótese que explique uma origem prévia à experiência deve existir, seja ela a reminiscência das Ideias ou uma gramática universal⁴⁷⁴.

No *Fédro* 249c encontramos uma versão mais platônica do modelo empírico do trabalho de campo, também em um contexto embasado pela reminiscência⁴⁷⁵. Segundo a passagem, esse tipo de conhecimento consiste em encontrar uma unidade intelectual a partir de múltiplos contatos sensórios. Desse modo o trabalho de campo só funciona se houver a reminiscência. E, no caso dos nomes, a reminiscência fornece uma intuição de coisa a ser nomeada que, entretanto, deve ser refinada pelo contato exaustivo com várias instanciações particulares dessa Ideia. Como no contato do pintor com proporções iguais ou dos cidadãos

474 O modelo de aprender os nomes ao ter contato com os referentes é chamado de agostiniano. Bloom, 2001, p1099 o critica com a seguinte base empírica: “Se as crianças estivessem apenas fazendo associações, uma das duas coisas ia acontecer. Ou elas fariam erros bobos e pensariam que 'cachorro' quer dizer 'pé', ou elas seriam muito cautelosas e apenas chutariam o sentido de uma palavra quando tivessem tido vários exemplos de seu uso. (...) Mas crianças não cometem erros bobos nem são cautelosas.” Para Platão, o contato prévio com a Ideia dos referentes dessas palavras explicaria a competência inata das crianças. Isso o aproxima dos nativistas contemporâneos, em oposição aos empiricistas.

475 “pois um ser humano deve entender uma concepção geral formada ao coletar numa unidade, por meio da razão, as várias percepções dos sentidos, e isso é uma reminiscência daquelas coisas que a alma antes tivera quando viajou com deus e, elevando sua visão acima das coisas que nós dizemos agora que existem, alcançou a existência real.” *Fédro* 249c Assim, temos que dos muitos se aproximará da unidade. Esse é o sentido da epistemologia que, no entanto, faz o caminho contrário da ontologia, já que, como vimos, é da Ideia que surgem todos os particulares.

com acontecimentos e ações justas.

Além disso, o *Fédro* ainda mostra para onde essa postura aponta, um outro método epistemológico identificado nos diálogos de Platão conhecido como o método da divisão⁴⁷⁶. Este se baseia na noção de classes (espécies) e tende a ser visto como a base para a taxonomia contemporânea (usada como exemplo das baleias escolhido por Irwin ao falar da epistemologia do trabalho de campo).

O método da divisão é aplicado no *Sofista* e no *Político* pelo estrangeiro eleata. Ele é apresentado no *Sofista* em 253e⁴⁷⁷. A passagem, de difícil interpretação, mostra que é preciso saber identificar a unidade a partir de certas multiplicidades, mas também a multiplicidade em certas unidades. Assim, os dois sentidos de investigação são atestados, o que não é um problema, pois a participação das coisas na Ideia garante esse trânsito. O *Político* permite entender ainda melhor a metodologia da divisão, pois ali Platão aponta quando é que ela deve cessar. Segundo ele, deve-se parar de dividir alguma classe de coisas iguais quando, após encontrar todas as diferenças, for encontrada uma única característica similar a todos os integrantes da classe. Um exemplo seria a presença do pulmão que descaracterizaria a baleia como um peixe.

Como em toda taxonomia, pode-se supor que os nomes são uma parte essencial desse projeto. Ainda mais em Platão, onde os nomes se referem a Ideias que legitimam unir os particulares em classes. Porém, em vista da investigação prévia da obscuridade da reminiscência, e da preferência de investigar as coisas aos nomes, não é de se surpreender que

476 “aquele método de dividir as coisas em classes, onde suas juntas naturais estão, e não tentar quebrar nenhuma parte, como um mau carvador” *Fédro* 265 Trata-se da passagem de separar a natureza nas juntas, uma das possibilidades de um nome errado visto anteriormente e exemplificado pelo caso do nome 'cavelha' para cavalos e ovelhas.

477 “assim, quem puder distinguir uma ideia única em uma multiplicidade de ideias independentes, e entre várias ideias diferentes entre si, porém abarcadas por uma outra mais ampla, e, ainda, uma só ideia que se estende por muitas outras e todas elas em uma unidade, e, também muitas outras isoladas e separadas, isso é o que se chamará de arte de dividir os gêneros, segundo a capacidade de se combinarem ou não.” *Sofista* 253e

os nomes, também aqui, tenham sua importância relativizada. Segundo o *Sofista*, se a divisão é feita muitas vezes, ela acaba gerando nomes risíveis⁴⁷⁸. A crítica se repete no *Político* que apresenta o exemplo clássico de uma divisão errada. Segundo o texto a divisão popular entre gregos e bárbaros estaria errada por agrupar os não-bárbaros em uma classe⁴⁷⁹, sendo que eles não têm nada epistemologicamente relevante em comum⁴⁸⁰. Além disso o diálogo também traz um exemplo de que, se a divisão está correta, pouco importa que nomes foram usados para fazê-la⁴⁸¹.

Platão não só defende teoricamente essa concepção mínima dos nomes, mas também a pratica. Nas divisões apresentadas nos dois diálogos ele prefere usar paráfrases a criar novos nomes⁴⁸². Um exemplo é o que vimos da opinião-imitativa e da opinião-investigativa que não são batizadas, mas apenas descritas. Em termos didáticos, essa opção parece perfeita, pois mostra de maneira bem clara o que é comum entre eles e a sua diferença essencial⁴⁸³.

A relação, então, pode ser esquematizada assim:

478 “por suas pequenas divisões estas artes ganharam vários nomes aparentemente risíveis” *Sofista* 227a

479 “Porque é o mesmo que tentar alguém dividir a humanidade em duas partes, como costuma a maioria, isto é, separando-a como se o gênero helênico constituísse uma unidade distinta das demais e dando-se a estas o nome comum de 'bárbaros'; supondo que por causa dessa denominação coletiva formem também uma unidade, quando de fato são numerosíssimas, distintas entre si e de linguagens bem diferentes” *Político* 262de (trad. Jorge Paleikat)

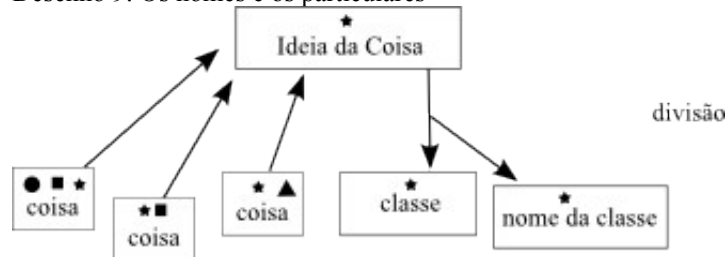
480 Contra a objeção de que eles têm em comum o fato de não serem gregos ver Barney (2001 p.9) para quem “bárbaro, diferente de 'não-falante-de-grego', parece o nome positivo de um grupo unitário. (...) isto encoraja divisões ruins e maus julgamentos.” Nessa postura se identifica a capacidade de enganar que a capacidade referencial de um nome tem, ao dar uma noção de unidade a algo que é múltiplo.

481 “E. Nós daremos, então, o nome comum de nutrição para várias coisas juntas que pertencem a nutrição animal, o nome de nutrição em bando ou um tipo de nutrição comum? S. qualquer um. E. Ótimo, Sócrates! E se você tomar cuidado para não levar os nomes a sério demais, vai ganhar muito em inteligência ao se aproximar da velhice.” *Político* 261e

482 Segundo Casertano, 1996 p.101 “o nome não possui um estatuto epistemológico autônomo: enquanto signo, indicador, remetendo a um outro nível, o nível do fato, do objeto, do real, ele pode ser, mesmo quando correto, mais ou menos aproximativo”. Essa leitura está de acordo com o que se viu aqui, com a nuance de que, ao separar a referência (o significado) da capacidade descritiva (o significante), se obtém um signo mais complexo que tampouco tem um 'estatuto epistemológico autônomo', mas ainda assim é passível de ser ele mesmo verdadeiro, e portanto necessário, mas insuficiente, na busca discursiva do conhecimento.

483 Mais uma vez ecoando a postura de Platão em relação ao próprio nome do protagonista desses diálogos, o estrangeiro eleata.

Desenho 9: Os nomes e os particulares



Nesse esquema a estrela representa a característica comum aos particulares, empiricamente acessível, que os diferencia dos outros. Os triângulos e os quadrados mostram que cada particular pode ainda ter outras peculiaridades que podem enganar acerca da Ideia em que participam. A busca do método da divisão é encontrar a característica essencial representada pela estrela que permitiria ver melhor qual seria sua Ideia e, ainda, legitimaria pensá-los como uma classe e, assim, ter um nome comum (mesmo que isso não seja necessário). Um exemplo aplicado seria a brânquia nos peixes. De modo que o trabalho de campo pode legitimar uma divisão contra a intuição popular explicada pela reminiscência. Daí, o correto seria rever os nomes para corrigir a intuição errada, como no caso da falsa divisão dos humanos em 'gregos' e 'bárbaros'. Desse modo, também aqui, o nome não tem uma importância epistemológica especial, mas, sem eles, não há como realizar o método.

Porém, esse esquema mostra que o modelo do contato prévio aliado ao modelo do trabalho de campo ainda são insuficientes para a epistemologia platônica. Como a definição do método da divisão no *Sofista* mostra, é preciso que o dialético pense não só nas relações empíricas entre as coisas particulares, mas ainda em suas condições abstratas de combinação e existência (*symplokê eidôn*). Isso nos leva ao modelo transcendental.

C. As hipóteses e os nomes no modelo transcendental de conhecimento

Até aqui vimos como um modelo epistemológico em Platão deve incorporar tanto a reminiscência algo obscura de um contato prévio com as Ideias quanto o esclarecimento dessa reminiscência pelo contato empírico com particulares divididos e agrupados segundo suas características. Porém, o processo não se limita a isso. Assim como a reminiscência pode gerar intuições que desviam do caminho da verdade como no caso de se assumir que baleias são peixes, também o contato empírico com as coisas e seu agrupamento podem levar a achar que uma certa característica é o que define o grupo quando não é⁴⁸⁴. Por exemplo, ao achar que o fundamental na ginástica é estar nu. Contra essa possibilidade, o que se apresenta é o confronto discursivo de várias definições do objeto do conhecimento⁴⁸⁵, bem como exemplos, mitos e representações. Tudo isso é o que permite transcender os limites da percepção e razão humanas e costuma ser chamado de método das hipóteses⁴⁸⁶. Além disso, em um contexto no qual quem tem mais contato com particulares refina a compreensão da Ideia reminiscente, o contato com as descrições de vários especialistas fornece um caminho para avançar ainda mais, refinando o que já está refinado, na compreensão da Ideia que se busca. Este método das hipóteses, em sua pluralidade, seria o método epistemológico mais recorrente em Platão⁴⁸⁷.

484 Há quem leia o método da divisão como um passo posterior ao método da definição tratado a seguir. Contra essa leitura, o que se apresenta na sequência está de acordo com quem lê o movimento do *Sofista* ao *Político* em que o estrangeiro tenta desenvolver o método da divisão mas que, no fim, sem abandoná-lo, Platão ainda permaneceria preferindo o método socrático de filosofar. Para Rosen, 1983 p.308: “(no *Sofista* e *Político*) Platão está apresentando uma acusação filosófica plausível contra Sócrates na personagem do estrangeiro eleata, e, ao mesmo tempo, refutando essa acusação.”

485 Segundo Amônio, a definição vem após a divisão, porque é dividindo que se faz um inventário das características que definem uma classe a ponto de possibilitar uma definição precisa “Definição segue da divisão da seguinte maneira: quando alguém quer definir algo, é preciso, antes de tudo, delimitar o *genus*, como, por exemplo, no caso do humano, 'ser vivo'. Então é preciso dividir isto de acordo com a suas próximas diferenças até chegar na espécie. Por exemplo, entre mortal e imortal, racional e irracional. Com o resultado de que se as diferenças próximas são adicionadas ao *genus* que é composto delas resulta a definição.” Amônio, 4.7 p.53

486 Há também a opção de se chamar esse processo de método da definição, seguindo Aristóteles que credita a Sócrates a busca do conhecimento como a busca pela definição. Porém, como o que se vê nos diálogos é um recurso não só a definições, mas a uma variada gama de recursos, a amplitude do nome 'método das hipóteses' parece mais adequada.

487 A atribuição a Sócrates do método da definição, bem como a ênfase no método da divisão, no *Político* e no *Sofista*, levou a uma concepção de que, com o tempo, Platão tenderia a abandonar o método socrático. Porém,

O método das hipóteses, visto de uma maneira bem ampla, lançaria mão de todos os métodos e artifícios para avançar no conhecimento da Ideia de uma coisa. Podemos pensar no caso supracitado do exame do que seria a justiça na *República I*⁴⁸⁸. Vimos que são apresentadas várias definições de justiça ligadas aos mais diferentes tipos de especialistas, porém, o método não se resume ao confronto de definições. Estas sequer são o que mais predomina no texto. O que ocupa a maior parte da discussão é o confronto e escrutínio que se desenrola a partir de situações corriqueiras, práticas ou teóricas, argumentos lógicos ou retóricos e também sonhos, mitos e revelações, impossíveis, mas elucidativos. Por exemplo, para refutar a definição de Céfalo segundo a qual 'justiça é dar a cada um o que lhe é devido' Sócrates apresenta o experimento mental do amigo louco que pede sua faca de volta para se matar. Como todos concordam intuitivamente que essa ação não pertence à classe das coisas justas, a definição de Céfalo deve ser reformulada.

Nesse quadro plural de recursos, os nomes são um instrumento recorrente. Eles constituem as falas que permitem confrontar essas mais diversas situações na busca pelo conhecimento. Porém, seu valor de verdade, mesmo como referente, é apenas uma necessidade instrumental do processo. Um paradigma para pensar seu papel nesse universo diverso é o caso das entidades fictícias⁴⁸⁹.

como a leitura acima já evidencia, a proposta aqui é de ver uma leitura conjunta dos métodos, e mais, propor justamente o método da hipótese como o mais importante, já que ele é capaz de amalgamar os outros.

488 O *Crátilo*, como a maioria dos diálogos platônicos, também está repleto de exemplos de uma abordagem plural da busca pelo conhecimento. Sócrates recorre a etimologias tradicionais, cria novas interpretações, apresenta situações hipotéticas, cita poetas, sábios, sonhos, inspirações, faz divisões e ainda recorre a teorias ontológicas, linguísticas e epistemológicas.

489 Segundo Kahn, Platão não se ocupa dos problemas das entidades fictícias porque o verbo 'ser' em grego não seria uma afirmação da existência da coisa em questão, mas antes da sua verdade (ser como é ou está). Para ele é só com a escolástica que a existência entra de fato no debate filosófico e só após Russel que o problema de referência a não existentes é tratado. Segundo Kahn, 2009 p.64: "É interessante notar que apesar de sentenças deste tipo ocorrerem na filosofia grega clássica – 'Zeus não existe' ou 'Centauros não existem' – sua estrutura nunca é reconhecida como problemática." Na filosofia moderna o problema das entidades inexistentes ou fictícias ficou célebre na formulação de Russel acerca da verdade da sentença: 'o rei da França é careca' quando não há rei na França. Ele nega que uma frase assim tenha verdade ou falsidade, porém outros, como Meinong, aceitam um tipo de 'existência' para entidades fictícias como Sherlock Holmes ou qualquer outra. Veremos como

Segundo a leitura proposta aqui, a eponimia seria o recurso capaz de explicar o que acontece no caso de uma entidade fictícia. Através da eponimia pode-se usar uma referência secundária para falar, não de Ideias, mas sim de particulares. De maneira análoga, o mesmo processo, apenas acrescido de mais um nível, poderia esclarecer o problema de referência em um contexto fictício. Assim, quem fala 'Xanthos' passa pela Ideia de Cavalo para se referir a um particular (que é a realização da Ideia de Cavalo em melhor ou pior grau) em um certo tempo. Por conseguinte, quem falar 'Unicórnio' estaria passando pelas Ideias de Cavalo e Chifre que têm instanciações particulares no mundo sensível para se referir a uma mistura cavalo-com-chifre do qual nunca se viu um particular⁴⁹⁰.

Para comprovar essa interpretação pode-se recorrer ao *Sofista* 238bc. Nesse passo o estrangeiro eleata demonstra que o que não existe é 'indizível', uma vez que para dizê-lo, os humanos recorrem a coisas que existem como 'ser', 'um' ou 'muitos'⁴⁹¹. Se for assim, o universo do mito não passaria do mesmo que a realidade sensível aumentada de conexões possíveis, ambos embasados, em diferentes graus de relação, nas Ideias. Se no mundo sensível há a mistura de Ideias (*symplokê eidôn*), o que o mito fornece é uma ampliação dessa mistura. E uma maneira de realizar essas misturas é através de nomes e verbos combinados em uma fala. Enquanto a verdade da fala sobre particulares no mundo sensível deve ser verificada através dos sentidos, a verdade da fala fictícia depende da coerência interna⁴⁹². Assim, no

o funcionamento do nome em Platão poderia lidar com a questão.

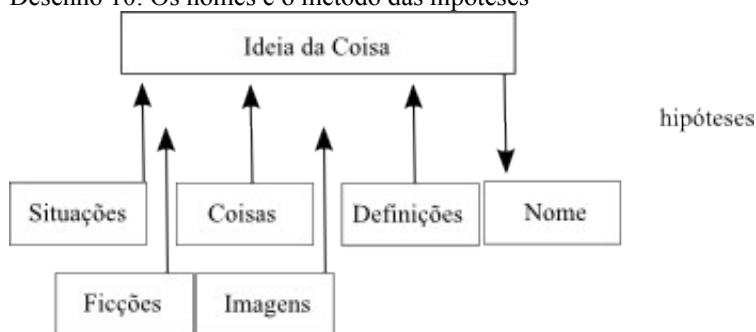
490 Como vimos em I.5.3.B os benefícios dessa combinação vão muito além da criação de quimeras, pois elas podem, tanto elucidar características de particulares com os quais se tem contato (como no 'e se o humano fosse invisível' do mito de Gíges) ou mesmo permitir que se descubra particulares que passavam despercebidos (como na baleia sendo um mamífero aquático). Além disso, nesse caso, a capacidade descritiva do nome parece ser muito importante. Por exemplo, sabemos com certeza que unicórnio é um cavalo com um chifre, ao passo que no caso da quimera não há consenso sobre a sua composição.

491 Essa seria uma resposta ao paradoxo sofisticado da impossibilidade de se falar o que não é. No *Crátilo* a personagem-título tenta induzir Sócrates nesse tipo de pensamento, mas ele se furta dizendo que está velho para esse tipo de coisa “C. Sócrates, mas como um falante que fala algo nada falaria? Ou falar falsidade não é isto, falar aquilo que não existe? S. Meu companheiro, sua fala é muito engenhosa para alguém na minha idade.” *Crátilo* 429d

492 Por exemplo, quem diz 'hidra' diz algo que não existe a partir da composição de coisas que existem como

mundo temos 'humanos que agem de maneira injusta' e 'deuses que são invisíveis', porém, 'humano' e 'invisível' não se misturam. Para tanto, basta recorrer a uma situação fictícia para supor que 'se humanos fossem invisíveis seriam injustos todo o tempo'. Nesse caso, uma ficção seria como uma imagem, figura ou representação que, mesmo ao apresentar uma situação improvável, ajuda a compreender a Ideia de Justiça. Após o paradigma da entidade fictícia e suas representações podemos esquematizar a pluralidade da busca pelo conhecimento encenada nos diálogos de Platão:

Desenho 10: Os nomes e o método das hipóteses



Nesse esquema estão os auxiliares mais recorrentes na busca pelo conhecimento da Ideia. Como sempre, o nome, apesar da relação direta com a Ideia, tem sua seta invertida, já que não parece desempenhar um papel direto na compreensão do objeto do conhecimento. As coisas particulares, as situações e (talvez) as definições de especialistas estão em relação direta com a Ideia e servem de acesso a uma compreensão mais clara, ainda que nenhuma, e nem a soma de todas, pareça ser capaz de levar à compreensão total da Ideia. Em um nível mais afastado, mas que inclusive pode elucidar aspectos que os outros ignoram, estão as imagens e ficções que também podem se valer do nome para serem representadas⁴⁹³. A

serpente e muitas cabeças. Assim, falar sobre ela não é questão de verdadeiro ou falso em comparação com a Ideia de Hidra ou com o relato de alguém que viu uma delas, mas antes de situações fictícias descritas.

493 Se esse caminho epistemológico plural proposto acima faz sentido, é de se esperar que nomes, falas, definições, ficções-imagens e coisas sejam todas aplicáveis na busca pelo conhecimento. Algo parecido é teorizado na *Carta 7* 324ad. Segundo seu autor haveria cinco níveis de conhecimento, dentre os quais o quinto

pluralidade amalgamada no método das hipóteses espera transcender as limitações de cada estratégia isolada. Seria portanto, assim como nome e verbos que formam falas, mais um caso em que a soma das partes atinge mais do que a mera união de seus elementos⁴⁹⁴.

Conclusão

Esse breve percurso pelos métodos epistemológicos mais protuberantes nos diálogos de Platão mostra como o nome está presente, e é necessário, na realização de todos eles, mas sempre com um papel secundário. No caso mais específico ele é necessário por fazer referência fixa à Ideia, o objeto do conhecimento, mas apenas secundário porque não serve diretamente como um meio de refinar a compreensão da Ideia a que se refere. Para tanto, a

seria a Ideia (coisa ela mesma). Dos outros quatro, em ordem hierárquica de valor epistemológico, primeiro viria o nome, segundo sua definição composta de *onomata* e *rhemata*, depois, em terceiro, a coisa mutante e, por fim, em quarto, o conhecimento da coisa. O exemplo oferecido é geométrico. Do círculo teríamos: o nome 'círculo', a definição 'aquilo que tem em todos os pontos a mesma distância entre o centro e a periferia', o desenho de um círculo particular, o conhecimento do círculo e o círculo em si mesmo. Todos esses elementos figuram nos métodos de conhecimento vistos aqui. Ademais, o tratamento plural proposto indica que pode haver uma progressão de importância epistemológica de um a quatro, mas quando se passa de um a outro não se abandona o prévio. Pelo menos no caso do nome e da definição isso fica claro.

494 A imagem da linha, descrita na *República* 510a seq., oferece um modelo, não equivalente, mas, pelo menos, congruente com o da *carta 7* e o funcionamento dos nomes na busca pelo conhecimento proposto aqui. Segundo o texto: “Os represente, então, em uma linha dividida em duas seções desiguais, Então divida cada seção, aquelas do visível e aquela do inteligível, na mesma proporção que a linha. Em termos de claridade e opacidade relativas, agora, você vai ter como uma subseção do visível, as imagens. Por imagens eu digo, primeiro, sombras e depois reflexos na água. (...) Então, na outra subseção do visível, coloque os originais dessas imagens, quer dizer, os animais que nos cercam, toda planta e toda classe de coisas manufaturadas. (...) [Na outra seção] em uma subseção, a alma, usando como imagens as coisas que foram imitadas antes, é forçada a basear sua investigação em hipóteses, precedendo, não a um primeiro princípio, mas a uma conclusão. Na outra subseção, por contraste, ela faz seu caminho até um princípio primeiro não hipotético, saindo de uma hipótese, mas sem as imagens usadas na seção anterior, usando as Ideias elas mesmas e fazendo sua investigação através delas.” *República* 510a seq.” A primeira divisão separa visíveis de invisíveis. As coisas visíveis seriam subdivididas entre as imagens das coisas particulares e as coisas particulares. No caso dos nomes, em relação ao seu conteúdo descritivo eles seriam como uma imagem. Já em relação à referência eles seriam como coisas particulares, mas isso não parece ser tudo. Uma vez que o nome é um instrumento que se relaciona com a Ideia das coisas nomeadas, é plausível que ele apareça também na parte da linha dedicada ao invisível. Na primeira subseção dessa seção está a investigação por hipóteses e conclusões extraídas a partir das coisas da seção dos visíveis. Nesse caso, então, os nomes, principalmente a partir de sua capacidade referencial, serviriam à investigação dialética realizada pela alma. Segundo o modelo transcendental, como os nomes se referem às Ideias, pode ser ainda que eles sejam úteis mesmo na última seção da linha, aquela que prescinde de imagens e particulares para chegar às Ideias através delas mesmas, mas o modo de operar dessa etapa é muito obscuro para ser tratado aqui.

dinamicidade da fala no rearranjo de nomes para descrever definições de Ideias acaba sendo mais atuante. Nesse aspecto, o principal risco é entender a etimologia do nome e achar que se entendeu a coisa⁴⁹⁵. Por exemplo, o nome 'justiça' se refere à Ideia de Justiça, mas isso não quer dizer que sua etimologia lida como 'o justo atença' descreva bem essa Ideia.

O nome também é necessário para, através das eponimias, tratar dos particulares que servem para lembrar das Ideias reminiscentes nos humanos, vindas de um contato prévio. Porém, um nome não deve substituir ou desviar do exame dos próprios particulares no refinamento de intuições. Por exemplo, o nome 'igual' se refere à Ideia de Igual e por isso pode ser aplicado a vários exemplos de igualdade imperfeitas no mundo sensível. Porém, é o contato com as instanciações de igualdades, e não com os nomes, que deve refinar a lembrança da Ideia reminiscente. Nesse caso, dois gêmeos podem parecer 'idênticos' à primeira vista, mas, para o olhar treinado da mãe, suas diferenças são evidentes.

Ter um mesmo nome indica que vários particulares possam ser agrupados na classe dos participantes de uma determinada Ideia. Porém, mais uma vez, a investigação deve ir além dos nomes, e, se preciso, usar descrições para fazer divisões que não tenham sido percebidas pelos mais antigos, indicando o que eles têm de comum e que caracteriza os diferenciais. Por exemplo, 'peixes' parece ser o nome que agrupa seres em uma classe taxonomicamente pertinente. Porém, a constatação empírica de que baleias têm pulmões no lugar de brânquias deve levar à constatação de que existem mamíferos aquáticos que devem ser diferenciados dos mamíferos terrestres e dos outros animais aquáticos.

Além disso, os nomes também são um instrumento necessário na criação de definições

495 Esses níveis todos figuram na experiência da reminiscência encenada no *Mênon*. Sócrates primeiro aponta o desenho do quadrado, depois o nomeia 'quadrado' e, por fim, apresenta uma definição nestas palavras “Uma figura quadrada tem todas as quatro linhas iguais?” Vemos nesse caminho, a passagem do nome, cujo valor de verdade é a referência (no *Crátilo*), para o discurso, cujo valor de verdade é a descrição (no *Sofista*), passando ainda pela coisa (o quadrado desenhado).

possíveis para Ideias e, mais importante, para o confronto não só dessas definições mas também de todo tipo de situação, mental, fictícia ou histórica que ajude a desenvolver a busca pelo conhecimento de algo. Com recurso a essa pluralidade reunida no discurso se espera extrair o máximo do conhecimento humano. Os nomes são o que compõem essas situações mentais, porém não é através deles que se deve tirar as conclusões. Por exemplo, o mito de Gíges, ao possibilitar que se suponha, através do discurso, como um ser humano agiria se ficasse invisível, pode iluminar algum traço da natureza humana que ajude a pensar a questão da justiça.

Conclusão geral

Na parte I foi examinada a relação natural entre nome e Ideia do Nomeado. Para tanto, no capítulo 1, definiu-se quais características são atribuídas às Ideias no *Crátilo*. De acordo com a ênfase de outros diálogos que tratam das Ideias, vimos que estas são estáveis e inteligíveis, em oposição aos particulares percebidos como mutantes no mundo sensível. Elas também servem de modelo para a instanciação desses particulares, mas são um modelo ativo já que cada particular participa na sua Ideia. Ademais, é o nível de participação em uma Ideia que fornece o critério de excelência para os particulares serem considerados melhores ou piores. Nesse quadro, se a Ideia de Ser Humano for 'ser sensato', o que é naturalmente próprio a um indivíduo é a sensatez, e, assim, um ser humano mais sensato que outro (ou a mesma pessoa, em um momento de maior sensatez) é mais ser humano do que o outro, ou seja, um ser humano melhor.

Em relação às características menos enfatizadas em outros diálogos, vimos que o *Crátilo* apresenta Ideias de objetos manufaturados, desde que estes tenham uma natureza a ser realizada. A função de uma coisa seria um meio legítimo de se perceber a natureza da coisa. Ela também permite agrupar as coisas que cumprem uma mesma função e, portanto, realizam uma mesma Ideia, em uma classe. Além disso, vimos que foi destacada a Ideia de Instrumento, que caracteriza algo que atua em relação natural com outra coisa. Por exemplo, uma carda é um instrumento cuja função é separar os fios de tecidos; assim, ela atua em relação a um tecido e, para funcionar, deve respeitar a natureza daquilo com o que se

relaciona. Por isso uma carda de lã deve ser grossa para separar fios grossos e uma carda de linho deve ser fina para separar fios finos, sem que nenhuma das duas deixe de ser uma carda.

Como os nomes são apresentados como coisas que têm uma Ideia, as características acima permitiram definir melhor seus atributos durante o capítulo 2. Um nome é uma coisa que tem uma natureza a ser realizada, logo, possui uma Ideia. Além disso, ele é do tipo instrumento, e, assim, deve atuar em relação a algo. Como o nome precisa de um referente estável para funcionar, ele se relaciona, primeiro, com as Ideias das coisas nomeadas e, em segundo grau, por eponímia, aos particulares que participam dessas Ideias e às classes que agrupam todos esses particulares que realizam minimamente bem suas naturezas. Por exemplo, a Ideia de Nome funciona em relação às Ideias das Coisas Nomeadas, logo, o nome 'cavalo' está em relação com a Ideia de Cavalo que é sempre a mesma, independente das mudanças que ocorrem no mundo sensível.

A função do nome, que é dupla, permite ver como é a relação entre nome e Ideia do Nomeado. Um nome serve para distinguir e informar, isso lhe permite referir e descrever as Ideias das Coisas Nomeadas. A referência é a característica fundamental dos nomes pois explica sua relação natural, independente das opiniões humanas, com as Ideias. Assim, pode-se escolher um nome como 'guarda-chuva' para um instrumento que protege da chuva. Seu valor descritivo é apenas convencional, logo, não importa que, em um dia de sol, se use um 'guarda-chuva' para se proteger do sol. Como o que importa é que a referência esteja correta, nesse caso, pode-se inferir que a Ideia de Guarda Chuva descreva algo que funcione para proteger de climas extremos.

O capítulo 3 mostrou o funcionamento referencial dos nomes. Nesse modelo um nome funciona como um 'este é um X' onde o demonstrativo aponta para uma Ideia estável. Ainda

embasado na ontologia das Ideias, essa mesma estrutura permite o uso do nome por eponímia, no qual o nome que se refere à Ideia pode ser usado para falar do particular que é uma instância dessa Ideia. Além disso, como é a participação em uma mesma Ideia que permite que os particulares constituam uma classe, o nome também pode ser usado para se referir à classe. Ou seja, como um cavalo particular visto no mundo sensível participa da Ideia de Cavalo, pode se usar o nome 'cavalo' por eponímia para chamá-lo. Isso também permite tratar todos os cavalos que participam da Ideia de Cavalo pelo nome comum 'cavalo'.

Nesse quadro, usar um nome tem certas implicações. O modelo do nome como 'este é um X' estrutura uma predicação de identidade imperfeita entre a instância em um particular mutável de uma Ideia X. A imperfeição abre espaço para o predicado universal 'bom' que permite determinar os graus de participação de diferentes particulares em uma Ideia para ser dignos de um nome. De modo que dizer um nome equivaleria a dizer 'esta é uma instância (que agora está suficientemente boa) da Ideia de X'. Assim, o demonstrativo aponta para um particular cuja estabilidade é temporária, mas embasada na estabilidade total da Ideia e que está suficientemente boa para merecer o nome por eponímia. Desenvolvendo o exemplo, temos que quem diz 'cavalo' de um particular está afirmando tratar-se de uma instância suficientemente boa da Ideia de Cavalo.

Em consequência disso, a função referencial, por explicar a relação natural entre nome e Ideia, é que permite que um nome seja verdadeiro ou falso. Ao longo do capítulo 4 vimos que os nomes são verdadeiros quando se referem a uma Ideia que existe e cujas instâncias acontecem no mundo sensível. Por outro lado, se um nome se refere um particular que não tem uma Ideia ou que não realiza essa Ideia minimamente bem, ele é falso. Isso permite criticar uma instância que não realize a natureza de cavalo dizendo que ele nem merece ser

chamado pelo nome.

Esse critério de verdade básico do nome é o que permite pensar seu papel em relação à fala. Para pensar a fala é preciso diferenciar dois tipos de nome de acordo com o tipo de coisa a que se referem. Se um nome se refere a um sujeito, ele é um nome, se ele se refere a uma ação, é um verbo. Para compor a menor fala possível, é preciso pelo menos um nome e um verbo. Assim, a fala terá o que é necessário para fazer uma descrição. Assim, uma mesma Ideia como a de Carda pode gerar dois tipos de nome, um nome, como em 'carda', ou um verbo, como em 'cardar'. É preciso de um de cada para se formar uma fala. Assim, 'uma carda carda', onde o primeiro é um nome e o segundo é um verbo, constitui uma fala. Porém 'carda carda', onde ambos são dois nomes ou dois verbos, não o fazem. O primeiro caso descreve um estado de mundo, o segundo não.

Dessa perspectiva, o valor de verdade da fala, diferente do nome, é descritivo. Para verificar a verdade de uma fala que é formada por nomes é preciso, então, passar por duas etapas que foram descritas no capítulo 5. A primeira delas é referencial e depende dos nomes que têm que referir a um sujeito e um verbo, ambos embasados em alguma Ideia. Em seguida, ao somar esses dois, se obterá uma descrição que, aí sim, deverá ser verificada como tal para ver se é verdadeira. Em 'essa carda não carda' temos, na primeira etapa, um nome e um verbo que se referem à Ideia de Cardar. Só depois disso é preciso verificar se o particular referido por eponímia não realiza a Ideia de Carda. Se for esse o caso, a fala é verdadeira.

O modelo dos valores de verdade dependentes, mas diferentes, de nomes e falas mostra como a linguagem, em Platão, é um sistema combinatório discreto. Ela seria composta de elementos mais fixos, os nomes, que são criados e alterados por poucos e com parcimônia. Estes instrumentos fixos, no entanto, podem ser reconfigurados em falas tão dinâmicas que

cada uma delas pode ser inédita, mas, ainda assim, compreensível a todos. Assim, uma frase com nomes inventados do tipo 'Clera trelhou a frossa' não é compreensível ao passo que uma frase inédita como 'existem quiuís em netuno' o é.

Além disso, a partir da estrutura da menor fala composta de nome e verbo foi proposto um modelo fractal para o funcionamento da linguagem. Através de duas regras para a conversão de nomes em verbos e vice-versa, estruturas linguísticas complexas que veiculam várias informações podem ser explicadas e reduzidas a uma cadeia de uniões básicas de nome e verbo. Assim, 'Teeteto (n)/ voa (v)' possui a mesma estrutura (n)ome e (v)erbo que 'O jovem Teeteto está voando em direção ao oceano (n)/ após ter sido lançado do convés do navio (V)'. Ademais, essa maleabilidade formal permite que a linguagem vá além da percepção sensível e descreva coisas e ações ainda não experienciadas por ninguém. Por um lado, isso pode levar a mentiras, mas, por outro, pode permitir ir além da experiência para avançar na busca pela verdade. A fala 'a terra gira em torno do sol' é igualmente compreensível antes e depois da comunidade científica aceitá-la, porém, se antes de Galileu ela seria vista como falsa ou mera especulação, hoje ela é aceita como verdadeira.

Os resultados apresentados nos capítulos I.3-5, independente da aceitação de uma teoria platônica das Ideias, fornecem uma explicação que permanece elegante para o funcionamento da linguagem. Basta que se aceite a existência de entidade abstratas, como os matemáticos contemporâneos, para que o esquema de um nome que une, através da referência, um particular imperfeito a um modelo ativo, funcione. O caráter valorativo subjacente a essa estrutura de referência dupla explica ainda o poder prescritivo subentendido no uso dos nomes na linguagem cotidiana. Quando um falante usa um nome como 'humano', está implícito que vem junto uma prescrição de que o particular referido tem o que é

necessário para ser um 'ser humano', ainda que a sua compreensão esteja muito aquém de explicar discursivamente com clareza o que é ser um ser humano.

Durante a parte 2 da tese, a proposta foi de analisar a capacidade descritiva dos nomes. No capítulo 1, foi demonstrado como essa capacidade pertence ao âmbito da convenção e da opinião humana. A principal prova é que um nome que descreve mal seu referente segue se referindo perfeitamente se há um acordo entre os usuários. Apesar disso, essa capacidade segue tendo um papel importante na formação e uso persuasivo dos nomes. Por exemplo, 'ginástica' descreve a nudez de uma atividade, mas é usada para se referir ao ato de fazer exercícios. Ainda assim, embasado na etimologia alguém pode tentar provar que a melhor maneira de se realizar exercícios é sem roupa.

O capítulo 2 dessa parte tentou verificar as possibilidades representativas de um nome. Primeiro, se aventou a possibilidade de uma representação gráfica, depois a sonora, dividida em onomatopeia e musicalidade, e, por fim, as letras que geram representações na boca de quem fala. A palavra 'ovo' imita o formato do referente, onomatopeias como 'cacarejar' imitam o som a que se referem, e o som interno das consoantes nasais as torna perfeitas para se referir a coisas *internas*. Por fim, reconhecida uma importância hierárquica desses modos, vimos como é a interpretação etimológica a principal maneira pela qual o nome representa. É o nome querendo ser uma fala que se encontra em explicações como a de 'esquizofrenia' sendo a 'separação do espírito'.

As características da etimologia foram investigadas no capítulo 3. Assim, em relação à função informativa do nome, a etimologia expressaria a opinião de quem nomeou acerca do nomeado, e, assim, não constitui um meio legítimo de busca pelo conhecimento. Dessa maneira se dividiu o nome, em relação à referência, como podendo ser verdadeiro ou falso e,

em relação à capacidade descritiva, podendo ser correto ou incorreto. A consequência disso é que uma etimologia pode ser bem usada quando persuade um público não especialista, através da sua correção, sobre a verdade do referente. Por outro lado, isso abre espaço para se usar a etimologia como prova da verdade da coisa, o que seria uma falácia. Nesse ponto a figura da interpretação que o ouvinte faz diante de um nome é introduzida na investigação. O nome é visto como um ato de fala. Assim, 'átomo' remete à opinião de Demócrito (ou de Aristóteles sobre ele) ao nomear a menor unidade do cosmos. No entanto, com o desenvolvimento da ciência se viu que não se trata de uma descrição precisa. Assim, se trataria de um nome incorreto, mas verdadeiro, já que serve para se referir a algo que existe. O problema estaria se os cientistas se deixassem levar pelo nome e não se dispusessem a descobrir que átomos são compostos de prótons, elétrons e nêutrons.

Pesquisas contemporâneas tendem a comprovar que as capacidades representativas dos nomes, incluindo as etimologias, ainda hoje, provocam efeitos conscientes e inconscientes nos ouvintes. Isto faz com que mudemos por completo nossa interpretação da realidade, e, portanto, constitui um problema filosófico legítimo. Em vista disso, a abordagem de Platão que considera a importância desse tipo de questão, diferente da tendência da filosofia da linguagem mais analítica, mostra que talvez não seja sempre vantajoso estudar a linguagem sem considerar seus efeitos subjetivos. Um pai que coloca um nome relacionado a uma minoria discriminada no seu filho deve saber que o 'Jamal' vai enfrentar dificuldades, ao passo que quem estuda a linguagem e a sociedade deve atentar para a correção desse tipo de problema.

O capítulo 4 expôs como Platão, enquanto autor, segue as implicações da sua teoria sobre os nomes. Por exemplo, em relação aos nomes dos deuses ele segue a prescrição dada

aos poetas na *República* de que não se deve mostrar os deuses de maneira negativa e corrige as etimologias de Hades para que os atenienses não tenham medo do pós-morte. Além disso, ele prefere descrições parafrásticas aos nomes, para oferecer informações relevantes na composição da personalidade dos nomeados. O mais relevante, e mais prudente, seria informar sobre as origens locais, culturais e familiares da personagem, e colocá-la em uma situação de exílio na qual ele poderia questionar tudo que herdara. É assim que ele escolhe nomear suas protagonistas fictícias como o estrangeiro eleata e cidadão ateniense, nos quais as origens mostram não só a cultura e normas em que foram criados, mas também seus 'pais' intelectuais.

Por fim, no capítulo 5, algumas situações em que as personagens dos diálogos encenam problemas de nomeação foram analisadas. Fica evidente que a aparência deve ser vista com parcimônia pois traz muitos riscos de engano. A referência sem conhecimento ou contato com o referente é questionada. Por outro lado, quando há esse conhecimento até um nome errado pode ser usado para se acrescentar informações sobre o referido. Por isso, apesar de Teeteto se parecer com Sócrates, e de o jovem Sócrates ter o mesmo nome do filósofo, isso não implica que eles tenham as mesmas características.

A parte três encerra a tese tentando verificar como um nome que funciona dessa maneira atua na busca pelo conhecimento. Primeiro, vimos como ele precisa não só da estabilidade total da Ideia que é seu referente primário, como também de uma estabilidade parcial do mundo sensível para que haja discurso. Em seguida, diante da falibilidade do nome como instrumento descritivo, ele tem um papel de protagonista negado na busca pelo conhecimento. Não basta que a Ideia de Ser Humano seja totalmente estável, é preciso também que o ser humano particular, como Hermógenes, tenha alguma estabilidade que o

permita ser sujeito de uma fala. De qualquer maneira, para tratar do geral ou do particular, a etimologia de 'ser humano' como quem pensa 'rumando o olhar para cima' ou de 'Hermógenes' como quem tem o 'genes de Hermes' não funciona.

No entanto, como figurante necessário o nome permanecerá presente nos mais importantes métodos epistemológicos presentes nos diálogos de Platão. Por exemplo, embasado na teoria da reminiscência, o nome daria vazão a uma intuição comum gerada pelo contato com uma Ideia de que uma certa classe de particulares mereceria ser chamada por um mesmo nome. Porém, ele não deve substituir a necessidade de contato com os particulares que refinariam a lembrança dessa Ideia. Por isso, é necessária investigação empírica que permita dividir e agrupar as coisas além da divisão que os nomes que herdamos dos antigos assume e fixa. Por fim, é preciso se valer de toda maleabilidade da linguagem que permite criar as mais diversas situações inacessíveis pelos sentidos para transcender o conhecimento empírico e se aproximar ao máximo de compreender as Ideias. Assim, o nome 'igual' remete à lembrança que temos da Ideia de Igual, sendo que cada um, devido à diferença no contato com particulares, tem uma concepção mais ou menos refinada dessa Ideia. O escultor, por exemplo, sabe mais o que é igual do que o agricultor. O retor, que usa muito o nome 'igual' pode achar que conhece bem a Ideia, mas não é o caso, pois o nome não serve de maneira ativa como caminho do conhecimento. O filósofo, ao problematizar casos de igual através de experimentos mentais, deve tentar ir além. Por exemplo, ao hipotetizar a situação em que um deus crie uma cópia de Crátilo tão fiel que tenha todos os atributos do original. Nesse caso, não seria uma representação igual ao Crátilo, mas sim um duplo.

Encerra-se assim a investigação sobre os nomes a partir do *Crátilo* de Platão. A tese tentou desenvolver ao máximo as consequências de uma interpretação que parece pertinente e

proficua para interessados em história do pensamento e filosofia da linguagem. Fica a esperança de que quem fez esse percurso tenha tido a oportunidade de encontrar algumas intuições que avancem o nosso entendimento de Platão e do funcionamento da linguagem.

Bibliografia

Fontes Primárias

Crátilo

Platonis Opera (1995) - T.I tetralogias I-II continens [insunt Euthyphro, Apologia, Crito, Phaedo, Cratylus, Theaetetus, Sophista, Politicus], recognoverunt brevique adnotatione critica instruxerunt W.A. Duke, W.F. Hicken, W.S.M. Nicoll, D.B. Robinson et J.C.G. Strachan. Oxford, University Press.

PLATÃO; FIGUEIREDO, M. (trad.) (2001) *Crátilo*. Lisboa, Instituto Piaget

PLATÃO; NUNES, C. (trad.) (1988) *Teeteto e Crátilo*, Belém, UFPA

PLATÃO; PALMEIRA, D. (trad.) (1994) *Crátilo*. Lisboa, Sá da Costa

PLATÃO; VIEIRA, C. (trad.) (2014) *Crátilo*, São Paulo, Paulus

PLATO; FOWLER, H. (trad.) (1996) *Cratylus*. Cambridge, University Press

PLATO; REEVE, C. (trad.) (1997) *Cratylus*. Indianapolis, Hackett

PLATÓN; MÁRSICO, C. (trad.) (2006) *Cratilo*, Buenos Aires, Losada

PLATÓN; OSMANCIK, U. (trad.) (1988) *Cratilo*. Ciudad de México, UNAM

PLATÓN; SAMARANCH, F. (trad.) (1966) *Cratilo*. Madrid, Aguilar

PLATON; CHAMBRY, E. (trad.) (1967) *Cratyle*. Paris, GF-Flammarion

PLATON; DALIMIER, C. (trad.) (1998) *Cratyle*. Paris, GF-Flammarion

PLATON; MÉRIDIER, L. (trad.) (1950) *Cratyle*. Paris, Les Belles Lettres

PLATON; DEUSCHLE, J. (trad.) (2004) *Kratylus*, Darmstadt, Lambert Schneider

PLATON; SCHLEIERMACHER, F. (trad.) (1857) *Kratylus*, Berlim, Georg Reimer

PLATONE; GATTI, M. (trad.) (1991) *Cratilo*. Roma, Rusconi

PLATONE; ARONADIO, F. (trad.) (1996) *Cratilo*. Roma, Laterza

Autores antigos

ALCINO; DILLON, J. (trad.) (1993) *The handbook of platonism*, Oxford, University press

ARISTÓTELES; ACKRILL, J. (trad.) (1963) *Categories and De Interpretatione*, Translated with notes, Oxford, University Press

ARISTÓTELES; BALME, D., (trad.) (1992) *De Partibus Animalium I and De Generatione Animalium I*, (with passages from Book II. 1–3), Oxford, University Press

ARISTÓTELES; BARNES, J. (ed.) (1984) *The Complete Works of Aristotle*, Volumes I and II, Princeton, University Press

(trad.) (1994) *Posterior Analytics*, Second Edition, Translated with a commentary, Oxford, University Press.

ARISTÓTELES; FINE, G. (trad.) (1993) *On Ideas, Aristotle's criticism of Plato's theory of forms*, Oxford, University press

ARISTÓTELES; SHIELDS, C. (trad.) (2008) *De Anima*, Translated with an introduction and commentary, Oxford, University Press

ARISTÓTELES; TAYLOR, C., (trad.) (2006) *Nicomachean Ethics, Books II-IV*, Translated with an introduction and commentary, Oxford, University Press

DIÓGENES LAÉRCIO; GOULET-CAZÉ, M.-O. (Org.) *Vies et Doctrines des philosophes illustres*, Paris, Poche

ESTOICISMO; LONG, A; SEDLEY, D. (Trad.) (1987) *The Hellenistic Philosophers*, Cambridge, University press

GÓRGIAS; DINUCCI, A. (trad.) (2008) *Paráfrase Do Mxg Do Tratado Do Não-Ser, Trans/Form/Ação*, São Paulo, 31(1): 197-203

- HERÓDOTO; GODLEY, A. D. (trad.) (1966) *Herodotus*. Cambridge, University press
- HESÍODO; TORRANO, J. (trad.) (1991) *Teogonia: A Origem dos Deuses*. São Paulo, Iluminuras
- HOMERO; LOUREIRO, F. (Trad.) (2008) *Iliada*, Lisboa, Cotovia
- HOMERO; LOUREIRO, F. (Trad.) (2003) *Odisseia*, Lisboa, Cotovia
- PLATÃO; BERNADETTE, S. (trad.) (2006) *The Being of Beautiful: Theaetetus, Sophist and Politicus*, Chicago, University Press
- PLATÃO; BOSTOCK, D. (trad.) (1988) *Plato's Theaetetus*, Oxford, University Press.
- PLATÃO; DODDS, E. (1959) *Plato's Gorgias*, Oxford, University press
- PLATÃO; JOWETT, B; EDMAN, I. (Eds.) (1930) *The works of Plato*. New York, The Modern library
- PLATÃO; ROSEN, S. (1983) *Plato's Sophist* New Haven, Yale University press.
- PLATÃO; TAYLOR, C.(1976) *Plato's Protagoras*, Oxford, university press
- PRÉ-SOCRÁTICOS; DIELS, H.; KRANZ, W. (Ed.) *Die Fragmente der Vorsokratiker*, vol.1 Berlin: Weidmann 1960-61.
- PROCLO, DUVICK, B. (trad.) (2007) *Sobre o Crátilo*, Cornell, University Press
- SEXTO EMPÍRICO; BETT, R. (Trad.) (2005) *Against the Logicians*, Cambridge, University
- SEXTO EMPÍRICO; PELLEGRIN, P. (Trad.) (1997), *Esquisses pyrrhoniennes: introduction, traduction et commentaires*, Paris, Seuil
- SOFISTAS; SPRAGUE, R. (2001) *The older sophists*, Cambridge, Hackett
- TUCÍDIDES; HAMMOND, M. (trad.) (2009) *The Peloponnesian War*, Oxford, University

Fontes Secundárias

Estudos clássicos

- ADEMOLLO, F. (2011) *The Cratylus of Plato, a commentary*, Cambridge, University Press
- AKRILL, J. (1997) *Essays on Plato and Aristotle*, Oxford, University press
- ALLEN, R. (1959) Anamnesis in Plato's Meno and Phaedo, *The Review of Metaphysics*, Vol. 13, N. 1 p. 165-174
- ANNAS, J. (ed.) (1987) *Oxford Studies in Ancient Philosophy* Vol.5, Oxford, University press
- ARONADIO, F. (2012) Il Cratilo di Platone e le molte origini dei nomi, in F. AMERINI-R. MESSORI (ed.), *Sulle origini del linguaggio. Immaginazione, Espressione, Simbolo*, Edizioni ETS, Pisa 2012, pp. 29-53
- (2011) *I fondamenti della riflessione di Platone sul linguaggio: il Cratilo*, Edizioni di Storia e Letteratura, Roma
- AVEZZÙ, E. (1984) Il lessico della parentela in Platone, *AIV* 142 p.305-35
- BALANSARD, A. (2001) *Technè dans les Dialogues de Platon*, Sankt Augustin, Academia
- BAMBROUGH, R. (Ed.) (1965) *New essays on Plato and Aristotle*, Nova Iorque, Routledge
- BARNEY, R. (2001) *Names and Nature in Plato's Cratylus*. Nova Iorque, Routledge
- (1997) Plato on conventionalism, *Phronesis* v.47 n.2 p.143-162
- BAXTER, T. (1992) *Plato's Critique of Naming*. Boston, Brill
- BERMAN, S. (1994). 'Plato's Refutation of Constructivism in the Cratylus'. *Journal of Neoplatonic Studies* 2: 37-70
- (1996) Plato's Explanation of False Belief in the "Sophist", *Apeiron: A Journal for Ancient Philosophy and Science*, Vol. 29, No. 1 p. 19-46
- (2013) A Platonic Theory of Truthmaking, *Metaphysica*, v.14, n.1 p.109-125
- BERTAGNO, F. (2002) Linguaggio e verità in Platone, *Patavium* 29, p.107-26.
- BESTOR, T. (1980) Plato's Semantics and Plato's Cratylus, *Phronesis* 25, 306-330
- BLONDELL, R. (2003) *The Play of Characters in Plato's Dialogues*, Cambridge, University
- BLUCK, R. (1947), *Aristotle, Plato, and Ideas of Artefacts*, *The Classical Review*, V.61, N.3. p. 75-76.

- BRANDWOOD, L. (1990) *The chronology of Plato's dialogues*, Cambridge, University press
- BRONKHORST, J. (2001) Etymology and Magic: Yāska's Nirukta, Plato's Cratylus, and the Riddle of Semantic Etymologies, *Numen*, Vol. 48, No. 2, p. 147-203
- BROWN, L. (2008) The Sophist On Statements, Predication, And Falsehood In *The oxford Handbook on Plato*, Oxford, University press
- BUNNIN, N. (2009) The Theory Of Names In Plato's Cratylus, *Journal of Chinese Philosophy* 36:4 531–540
- CALVERT, B. (1970) Forms and Flux in Plato's Cratylus, *Phronesis* 15, 26–47
- CANTO, M. (1987) 'Le σημείον dans le Cratyle', *Revue de Philosophie Ancienne* 5, p.9-25
- CASERTANO, G. (org.) (2005) *Il Cratilo di Platone, struttura e problematiche*, Lofredo, Napoli
- (1996) *Il nome della cosa. Linguaggio e realtà negli ultimi dialoghi di Platone*. Napoli: Lofredo
- (2010) *Paradigmas da Verdade em Platão*. São Paulo, Loyola
- CASSIN, B. (1987) Le doigt de Cratyle, *Revue de Philosophie Ancienne* 5, 139-50
- CHEN, L. (1982) Onomatopoeia in the Cratylus, *Apeiron* 16, 86-101
- CORDERO, N. (1991) L'invention de l'école éleatique, Platon, Sophiste 242d In *Études sur le Sophiste de Platon* sous la direction de Pierre Aubenque, Paris, Bibliopolis
- CORNFORD, F. (1935) *Plato's Theory of Knowledge*, London, Routledge.
- CROMBIE, I. (1963) *An examination of Plato's doctrines*, London, Routledge
- CROSS, R. (1954) Logos and Forms in Plato, *Mind*, New Series, Vol. 63, No. 252. p. 433-450
- DEMAND, N. (1975) The nomothetes of the Cratylus, *Phronesis* 20, 106-9
- DANCY, R. (2004) *Plato's introduction to Forms*, Cambridge, University press
- DENYER, N. (1991) *Language, Thought and Falsehood in Ancient Greek Philosophy*. London, Routledge
- DODDS, E. (1973) *The Greeks and the Irrational*. Berkeley: University press

- DUPRÉEL, E. (1922) Le Cratyle et les origines de l'Aristotelisme, in: La légende socratique et les sources de Platon. Brüssel, 214-55
- ELSE, G. (1936) The Terminology of the Ideas, *Harvard Studies in Classical Philology*, Vol. 47., pp. 17-55.
- ENACHE, C. (2007) 'Πράγματα und χρήματα. Ein Beitrag zum Verständnis der ontologischen Terminologie Platons' *RhM* 150 p.239-262
- FATTAL, M. (ed.) (2001), *Logos. Pensée et vérité dans la philosophie grecque*. Paris, Harmattan
- FINE, G. (1977) Plato on Naming, *Philosophical Quarterly* 27, 290–301
- (1999) *Plato, metaphysics and epistemology*, Oxford, University press
- FREDE, D; INWOOD, B. (ed.) (2005) *Language And Learning*, Cambridge, University press
- FRESINA, C, (1991) *La langue de l'être: essai sur l'étymologie ancienne*. Münster, Nodus
- GILL, M. PELLEGRIN, P. (2009) *A companion to ancient philosophy*, London, Blackwell
- GOLD, J. (1978) Ambiguity of Name in Plato's Cratylus, *Philosophical Studies* 34, 223–51
- GOLDSCHMIDT, V. (1940) *Essai sur le 'Cratyle'*. Contribution à l'histoire de la pensée de Platon. Paris
- GUTHRIE, W. (1971) *History of Greek Philosophy*, V.3, p.2., Cambridge, University Press
- (1975) *History of Greek Philosophy*, V.4, p.1., Cambridge, University Press
- HALAND, E. (2004) Athena's Peplos: Weaving as a Core Female Activity in Ancient and Modern Greece *Cosmos* 20, 155-82
- HOGAN, J. (1985) *Commentary on the Complete Greek Tragedies – Aeschylus*. Chicago, University
- IRWIN, T. (1977) Plato's heracleiteanism, *The Philosophical Quarterly*, V.27, N.106, p. 1-13
- Joly, H. (ed.) (1986) *Philosophie du langage et grammaire dans l'antiquité*, Bruxelles
- KAHN, C. (2009) *Essays on Being*, Cambridge, University Press.

- KANAVOU, N. (2010) *Aristophanes' Comedy of Names: a Study of Speaking Names in Aristophanes*. Berlin: De Gruyter,
- KELLER, S. (2000) An Interpretation of Plato's "Cratylus" *Phronesis*, V. 45, N.4, p. 284-305
- KERFERD, G. (1981) *The Sophistic Movement*, Cambridge, University press
- KETCHUM, R. (1979) Names, Forms and Conventionalism, *Phronesis* 24, 133–147
- KIRK, G. (1951) The problem of Cratylus, *The american journal of philosophy*, v. 72, n.3 p.225-253
- KRAUT, R. (2006) *The Cambridge Companion to Plato*, Cambridge, University press
- KRETZMAN, N. (1971) Plato On Correctness of Names, *American Philosophical Quarterly*, Vol. 8, No. 2, pp. 126-138
- LALLOT, J. (1988) 'Origines et développement de la théorie des parties du discours en Grèce', *Langages* 92, p. 11-23
- LEVIN, S. (1997) Greek Conceptions of Naming: Three Forms of Appropriateness in Plato and the Literary Tradition, *Classical Philology*, Vol. 92, No. 1, pp. 46-57
- (2001) *The Ancient Quarrel Between Philosophy and Poetry*, Oxford, University
- LORENZ, K; MITTELSTRASS, J. (1967) The Programme in Plato's Cratylus Reconsidered, *Mind*, New Series, Vol. 76, No. 301, p. 1-20
- LUCE, J. (1969) 'Plato on the Truth and Falsity of Names', *Classical Quarterly* 19, 222–232
- (1965) 'The Theory of Ideas in the Cratylus', *Phronesis* 10, 21–36
- MCCABE, M. (2000) *Plato and his predecessors*, Cambridge, University press
- MESQUITA, A. (1997) Palavras e Coisas, *Humanitas*, v.XLIX p.85- 102
- MICHELINI, A. (org.) (2003) *Plato as an author*, Boston, Brill
- MONTENEGRO, M. (2007) Linguagem e conhecimento no Crátilo de Platão, *Kriterion* n.116 p.367-377
- MOURELATOS, A. (1987) Gorgias & the Function of Language. *Philosophical Topics* 15:

135-71

NAILS, D. (2002) *The People of Plato*, Indianapolis, Hackett

OWEN, G. (1953) The Place of the *Timaeus* in Plato's Dialogues, *Classical Quarterly*, n.3, 79-95

PALUMBO, L. (2004) Il nomos e la trasmissione dei nomi nel Cratilo di Platone (a proposito di Crat. 388 D12). *Elenchos: Rivista di Studi Sul Pensiero Antico* 25 (2):397-412

(2014) Linguaggio e rappresentazione nel "Cratilo" di Platone. *O que nos faz pensar?* 34, 1, p. 31-46.

(2014) Platone e la fondazione semantica dell'etica. *Hypnos*, 32, 1, p. 32-44.

PLACES, E, La langue philosophique de Platon, le vocabulaire d'être. In: *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 105e année, N. 1, 1961. p. 88-95.

RICHARDSON, M. (1976) True and False Names in the "Cratylus" *Phronesis*, V.21, N.2, p. 135-145

RILEY, M. (2005) *Plato's Cratylus Argument, Form, And Structure*, Londres, Rodopi

ROBIN, L. (1908) *La théorie platonicienne des idées et des nombres d'après Aristote*, Paris

ROBINSON, R. (1956) A Criticism of Plato's Cratylus, *Philosophical Review*, 65, 3, 324-34

ROSS, D. (1951) *Plato's Theory of Ideas*, Los Angeles, Claredon Press

RYLE, G. (1960) Letters in Plato, *The Philosophical Review*, Vol. 69, No. 4, 431-451

SACHS, J. (1878) Observations on Plato's Cratylus, *Transactions of the American Philological Association*, V. 9, p.59-68

SCHMITTER, P. (ed.) (1962), *Sprachtheorien der abendländischen Antike*, Tübingen

SCHOFIELD, M. (1972) A Displacement In The Text Of The Cratylus, *Classical Quarterly*, 22, 246-253

NUSSBAUM, M. (eds.) (1982) *Language and Logos*, Cambridge, University press

- SCOLNICOV, S. (2005) Plato on language and doxa, *Ordia prima* 4 p.75-87.
- SEDLEY, D. (2002) *The Midwife of Platonism: Text and Subtext in Plato's Theaetetus*.
Oxford, university press
- (2003) *Plato's Cratylus*, Cambridge, University press
- SEMINARA, L. (2004) Omonimia e sinonimia in Platone e Speusippo, *Elenchos* 25 289-320
- SZABÓ, A. (1978) *The beginnings of Greek mathematics*, Londres, Springer
- TANDY, W; WALTER, C. (1996) *Hesiod's Works and Days: A Translation and Commentary for the Social Sciences*. Berkeley: University of California Press
- TAYLOR, D. (ed.) (1987) *The History of Linguistics in the Classical Period*, Amsterdam
- TELOH, H. (1986) *Socratic Education in Plato's Early Dialogues*, Notre Dame, University
- THOMAS, C. (2008) Inquiry Without Names in Plato's Cratylus, *Journal of the History of Philosophy*, 46, 3 341-64
- BERG, R. (2008) *Proclus' commentary on Platos' Cratylus in context*, Leiden, Brill
- VIEIRA, C; PEIXOTO, M. (2012) Helena: Um Estudo De Caso Acerca Da Propriedade E Apropriação No Uso Dos Nomes Próprios Na Grécia Antiga, *Contexto* n.21 11-38
- (2010) Um modelo para a mudança em Heráclito, *Codex*, vol.2 n.2 pp.118-136
- (no prelo) Como usar a linguagem para precisar o movimento: uma disputa entre Platão e Heráclito, *Archai*, Brasília, Annablume.
- VLASTOS, G. (1973) *Platonic Studies*. Princeton, University Press
- WHITAKER, A. (2004) *A journey into platonic politics: Plato's laws*, Nova Iorque, University press
- WHITE, N. (1976) *Plato on knowledge and reality*, Indianápolis, Hackett

Estudos contemporâneos

- BERTRAND, M.; MULLAINATHAN, S. (2003) Are Emily and Greg More Employable than Lakisha and Jamal? A Field Experiment on Labor Market Discrimination, *NBER Working Paper* No. 9873
- BLOOM, P. (2001) Précis of How Children Learn the Meanings of Words, *Behavioral And Brain Sciences* 24,1095 –1103
- BROWN, J. (2008) *Philosophy of Mathematics*, Nova Iorque, Routledge
- CHOMSKY, N. (2000) *New Horizons in the Study of Language and Mind*, Cambridge, University Press
- (1986) *Knowledge of language, its nature origin and use*, Nova Iorque, Praeger
- (1965) *Aspects of the Theory of Syntax*, Cambridge, University Press.
- CORNIPS, A; CORRIGAN, K. *Syntax and Variation: Reconciling the biological and social*, Amsterdam, John Benjamins.
- DAVIS, L. (2006) *The Disability studies reader*, Nova Iorque, Routledge
- DAVIDSON, D. (1976). “Reply to Foster,” in G. Evans and J. McDowell (eds.), *Truth and Meaning: Essays in Semantics*, Oxford: University Press
- DENNET, D. (1991) *Consciousness explained*, Nova Iorque, Back bay press
- DEUTSCHER, G. (2010) *Through the language glass*, Nova Iorque, Metropolitan
- GÖDEL, K. (1947) ‘What is Cantor’s Continuum Problem?’, in P. Benacerraf and H. Putnam (eds) *Philosophy of Mathematics*, Cambridge, University Press.
- GRICE, H. (1975). Logic and conversation, in P. Cole and J. Morgan (eds.), *Syntax and Semantics*, Vol 3. Londres: Academic Press.
- HARE, R. M. (1965) *Freedom and reason*, Oxford, university press
- KAY, P. (2002) *Colors categories are not arbitrary*, Society for Cross-Cultural Research, Santa Fe
- KRAFT, T. PRESSMAN, S. (2012) Grin and bear it: the influence of manipulated facial expression on the stress response. *Psychological Science*, n.23 v.11 p.1372-8

- LANDMAN, F. & VELTMAN, F. (eds.) (1984) *Varieties of Formal Semantics: Proceedings of the 4th Amsterdam Colloquium* (Groningen-Amsterdam Studies in Semantics, N.3, p. 281–331
- LEWIS, D. (1970) General semantics, *Synthese*, 22, 18–67.
- LOCKE, J. (1979) *An Essay Concerning Human Nature*, Clarendon, University press
- MARIAN, D. (2013) The Correspondence Theory of Truth, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, <http://plato.stanford.edu/archives/fall2013/entries/truth-correspondence>
- MILL, S. (1882) *A system of logic*, Nova Iorque, Harper
- NORRIS, P. (2004) *Framing Terrorism: The news media, the government and the public*, Nova Iorque, Routledge
- PINKER, S. (2007) *The Language Instinct*, Nova Iorque, Harper
(2002) *The Blank Slate*, Nova Iorque, Penguin
- PUTNAM, H. (1975). *The Meaning of 'Meaning'*, in K. Gunderson (ed.), *Language, Mind, and Knowledge*, Minneapolis: University press
- RAMACHANDRAN V.; HUBBARD, E. (2001) Synaesthesia - A Window Into Perception, Thought and Language, *Journal of Consciousness Studies*, 8, N. 12, pp. 3–34
- RUSSELL, B. (1918) The philosophy of logical atomism, *The Monist*, v.29 190-222
(1954) *Mysticism and Logic*, Nova Iorque, Penguin
- PELHAM, B. W.; MIRENBERG, M. C.; JONES, J. T. (2002) Why Susie Sells Seashells by the Seashore: Implicit Egotism and Major Life Decisions. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 82, n. 4, p. 469–487.
- PEOPLES, J. BAILEY, G. (2008) *Humanity, an introduction to cultural anthropology*, Wadsworth, Cengage
- TARSKI, A. (1983) *Logic, Semantics, Metamathematics, papers from 1923 to 1938*, Indianápolis: Hackett
- THOMSON, M. (2012) *Life and Action*, Harvard, University Press